

INVESTINDO EM POPULAÇÕES RURAIS:
AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
DOS PROJETOS APOIADOS PELO

FIDA NO BRASIL



EQUIPE RESPONSÁVEL PELA PUBLICAÇÃO

Equipe do Programa Semear Internacional:

Coordenação do Programa: Fabiana Dumont Viterbo

Gerência de M&A: Adalto Rafael Nascimento Silva

Gerência de Gestão do Conhecimento: Aline Martins

Assessoria de Comunicação: Gabriel Monteiro

Gerência Financeira e Cooperação Sul-Sul: Ruth Pucheta

Assistente Administrativa: Ana Luiza Santos

Assistente de Cooperação Sul-Sul: Esther Martins

Coordenação: Adalto Rafael Nascimento Silva

Elaboração dos textos: Vanessa Pfeifer, Marcela Almeida e Abner Picinatto

Revisão final: Adalto Rafael Nascimento Silva

Projeto Gráfico e Diagramação: Alessandro Mendes Ribeiro

Fotografias: Acervo projetos, PDT, PSA, PDHC II, PPF, PVSA, PROCASE e PSI

William França, Manuela Cavadas, Sílvia Nonata e Milena Rocha

INVESTINDO EM POPULAÇÕES RURAIS: AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROJETOS APOIADOS PELO FIDA NO BRASIL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F981i Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA).
Investindo em populações rurais: avaliação dos
resultados dos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil
– [Salvador] : Fundo Internacional de Desenvolvimento
Agrícola (FIDA), 2021.
196 p. : im. color., gráfs. color.

A publicação é um relatório sobre os resultados dos
projetos apoiados pelo FIDA no Brasil. Foi uma pesquisa
realizada em campo (presencial e remotamente) com
gestores, técnicos e beneficiários, visando identificar de que
forma os projetos obtiveram sucesso em suas ações e quais
dessas ações mereciam ser evidenciadas.
ISBN 978-92-9266-180-9

1. Agricultura. 2. Agricultura familiar. 3. Desenvolvimento
rural. I. Título.

CDU 631.1

SUMÁRIO

| | |
|------------------------|----|
| Resumo Executivo..... | 13 |
| Apresentação..... | 23 |
| O FIDA no Brasil | 27 |

31

PROJETO DOM TÁVORA (PDT)

| | |
|------------------------------------|----|
| Público Alcançado..... | 32 |
| ATER e Políticas Públicas | 36 |
| Atividades/Cadeias Produtivas..... | 40 |

55

PROJETO PAULO FREIRE

| | |
|---|----|
| Público Alcançado..... | 56 |
| Relações de Gênero..... | 60 |
| Políticas Públicas e Assessoria Técnica Contínua | 63 |
| Atividades/Cadeias Produtivas e Tecnologias Sociais | 66 |

83

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CARIRI, SERIDÓ E CURIMATAÚ (PROCASE)

| | |
|------------------------------------|-----|
| Público Alcançado..... | 84 |
| Equidade de Gênero..... | 93 |
| Políticas Públicas e ATER..... | 98 |
| Atividades/Cadeias Produtivas..... | 101 |

113

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO DO ESTADO DO PIAUÍ – PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO (PVSA)

| | |
|---|-----|
| Público Alcançado..... | 115 |
| Políticas Públicas e Assessoria Técnica Sistemática | 119 |
| Atividades/Cadeias Produtivas..... | 124 |

135

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA REGIÃO SEMIÁRIDA DA BAHIA – PROJETO PRÓ- SEMIÁRIDO (PSA)

| | |
|--|-----|
| Público Alcançado..... | 136 |
| Equidade de Gênero..... | 138 |
| Políticas Públicas e Assessoria Técnica Contínua | 142 |
| Atividades/Cadeias Produtivas..... | 148 |

161

PROJETO DOM HELDER CÂMARA 2 (PDHC 2)

| | |
|---|-----|
| Público Alcançado e Políticas Públicas..... | 163 |
| Políticas Públicas e ATER..... | 164 |
| Atividades/Cadeias Produtivas..... | 175 |

| | |
|------------------------|------------|
| Conclusões..... | 189 |
|------------------------|------------|

| | |
|-------------|-----|
| Anexos..... | 192 |
|-------------|-----|

| | |
|---------------------------|------------|
| Bibliografia | 194 |
|---------------------------|------------|

LISTA DE TABELAS E QUADROS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1: Principais Atividades/Cadeias Produtivas | 40 |
| Quadro 1: Principais resultados Projeto Dom Távora..... | 52 |
| Tabela 2: Público alcançado | 57 |
| Tabela 3: Planos de Investimentos Produtivos, distribuição por categorias sociais..... | 66 |
| Tabela 4: Atividades produtivas e tecnologias sociais | 68 |
| Quadro 2: Principais Resultados Projeto Paulo Freire..... | 77 |
| Tabela 5: Cadeias Produtivas, projetos e famílias..... | 101 |
| Quadro 3: Principais Resultados Projeto Procasa..... | 109 |
| Tabela 6: Planos de Investimentos Produtivos, famílias e recursos por arranjo produtivo | 124 |
| Quadro 4: Principais Resultados PVSA | 132 |
| Quadro 5: Principais Resultados Projeto Pró-Semiárido..... | 157 |
| Quadro 6: Principais Resultados Projeto Dom Helder Câmara 2..... | 184 |
| Quadro 7: Entrevistas realizadas | 192 |



LISTA DE ABREVIATURAS

ACB – Associação Cristã de Base ACR – Agente Comunitário Rural

Adema – Administração Estadual do Meio Ambiente

Anater – Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

Amppepi – Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Estado do Piauí APPJ – Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba

Aresol – Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda Ascobetânia – Associação de Criadores e Criadoras de Caprinos e Ovinos de Betânia **ATC** – Assessoria Técnica Contínua

ATS – Assessoria Técnica Sistemática

Cactus – Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares

Cactus – ONG Cactus

CadÚnico – Cadastro Único para Programas Sociais

Capribom – Cooperativa dos Produtores Rurais de **Monteiro Ltda CAR** – Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia Cáritas – Cáritas Diocesana de Crateús

Casa Apis – Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro CDA – Coordenação de Desenvolvimento Agrário

CEAA – Centro de Educação Ambiental e Assessoria

Cealtru – Centro de Estudos e Assistência às Lutas do/a Trabalhador/a CEFIR – Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais

CELTA – Centro de Estudos Ligados a Técnicas Alternativas

Ceqnep – Coordenação Estadual das Comunidades Negras e Quilombolas da Paraíba

CETRA – Centro de Estudos do Trabalho e Assessoria ao Trabalhador

CMDR – Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural

Codevasf – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Cofaspi – Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte

Comapi – Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplicio Mendes Conaq – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos

Cooasc – Cooperativa Agroindustrial do Seridó e Curimataú Paraibano Ltda Cocajupi – Central de Cooperativas de Cajucultores no Estado do Piauí Cooperar – Projeto Paraíba Rural Sustentável

Coopeser – Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável

Coopterra – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária CoorDeam – Coordenação de Delegacias Especializadas de Mulheres

Cootapi – Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social DAP – Declaração de Aptidão ao Pronaf

Emater-PI – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

Emdagro – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

Empaer – Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária Emplanta – Empresa de Planejamento e Assessoria Técnica Agropecuária

Engeter – Empresa de Gerenciamento e Tecnologia Rural Esplar – Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar

Fapesq – Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba

Fetraece – Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará

Flor do Piqui – Instituto Flor do Piqui FRS – Fundo Rotativo Solidário

GI – Grupo de Interesse

IABS – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade IAC – Instituto Antônio Conselheiro

IDESA – Instituto de Desenvolvimento Social e Agrário do Semiárido

IDS – Instituto de Assessoria à Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável IFPB – Instituto Federal da Paraíba

ITA – Indicadores de Transição Agroecológica

LUME – Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

ODE – Orçamento Democrático Estadual

Pronaf – Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar

NEACS – Núcleo de Estudos em Agroecologia e Convivência com o Semiárido PAA – Programa de Aquisição dos Alimentos

PDHC 2 – Projeto Dom Helder Câmara 2 PDT – Projeto Dom Távora

PGE – Procuradoria Geral do Estado de Sergipe **PGPM** – Programa de Garantia de Preços Mínimos

PIP – Plano de Investimento Produtivo

PN – Plano de Negócios

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

Pronese – Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe Procase – Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri, Seridó e Curimataú

PPF – Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire PVSA – Projeto Viva o Semiárido

PSA – Projeto Pró-Semiárido

UFS – Universidade Federal de Sergipe

UGP – Unidade de Gerenciamento de Projeto URGP – Unidade Regional do Procase

SAF – Sistema Agroflorestal

SAJUC – Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEAFDS – Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido - Paraíba

SEIRHMA – Secretaria Estadual de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente - Paraíba

SEIT – Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e Trabalho - Sergipe SEMA – Secretaria do Meio Ambiente

SEMEAR – Serviço de Mobilização e Assessoria para o Desenvolvimento Sustentável Regional

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem

Sepromi – Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Governo do Estado da Bahia.

MAPA FIDA NO BRASIL



PROJETO PRÓ SEMIÁRIDO (PSA)

Financiamento FIDA: **US\$ 45 milhões**
 Financiamento Governamental: **US\$ 50 milhões**
 Famílias beneficiadas: **70.000**
 Famílias chefiadas por jovens: **20.200**
 Famílias chefiadas por mulheres: **40.500**



PROJETO DOM TÁVORA (PDT)

Financiamento FIDA: **US\$ 16 milhões**
 Financiamento governamental: **12,2 milhões**
 Famílias beneficiadas: **12.000**
 Famílias chefiadas por jovens: **3.600**
 Famílias chefiadas por mulheres: **4.800**



PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO (PVSA)

Financiamento FIDA: **US\$ 20 milhões**
 Financiamento governamental: **US\$ 10,1 milhões**
 Famílias beneficiadas: **22.000**
 Famílias chefiadas por jovens: **6.600**
 Famílias chefiadas por mulheres: **9.500**



PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CARIRI, SERIDÓ E CURIMATAÚ (PROCASE)

Financiamento FIDA: **US\$ 25 milhões**
 Financiamento Governamental: **US\$ 15,5 milhões**
 Famílias: **22.000**
 Famílias chefiadas por jovens: **1.570**
 Famílias chefiadas por mulheres: **10.800**



PROJETO DOM HÉLDER CÂMARA (PDHC) II

Financiamento FIDA: **US\$ 18 milhões**
 Financiamento governamental: **US\$ 42 milhões**
 Famílias: **74.000**
 Famílias chefiadas por jovens: **39.000**
 Famílias chefiadas por mulheres: **37.000**



PROJETO PAULO FREIRE (PPF)

Financiamento FIDA: **US\$ 40 milhões**
 Financiamento Governamental: **US\$ 40 milhões**
 Famílias: **60.000**
 Famílias chefiadas por jovens: **16.052**
 Famílias chefiadas por mulheres: **10.800**



RESUMO EXECUTIVO



Este relatório apresenta os resultados dos projetos FIDA no Brasil, identificados na avaliação. Observam-se resultados dos seis projetos individualmente e com base neles, apontam-se considerações gerais.

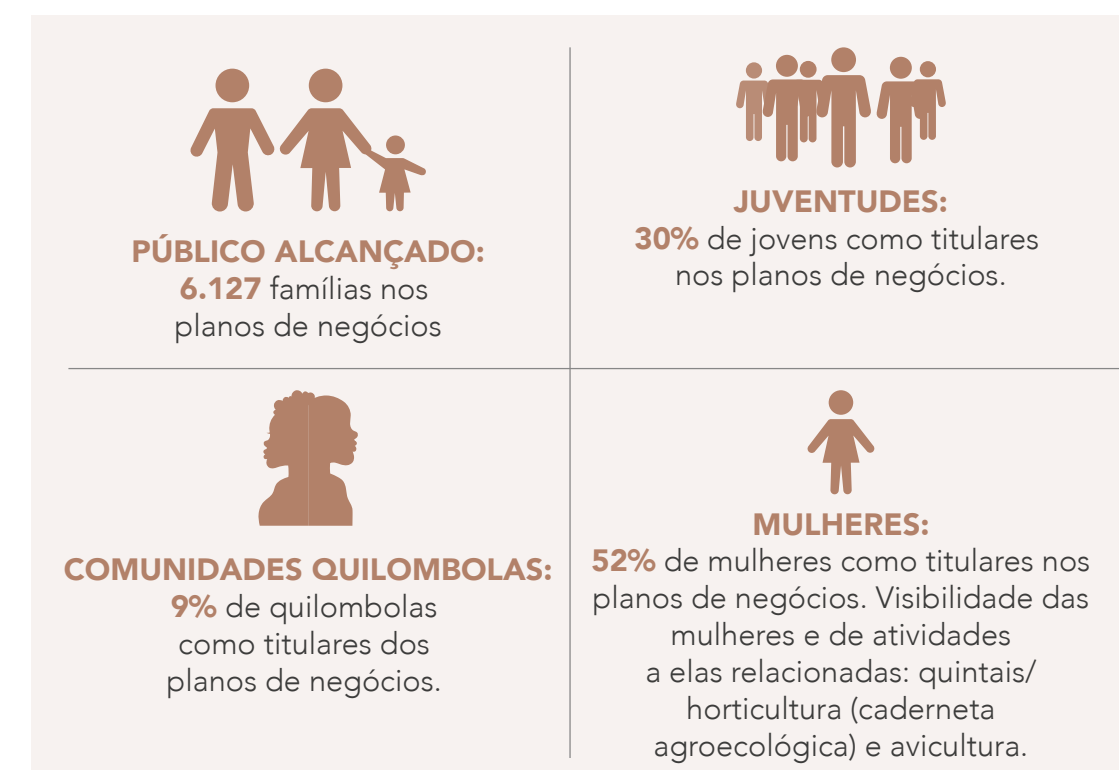
Para a realização da avaliação, utilizou-se uma estrutura metodológica baseada na centralidade dos atores sociais diretamente envolvidos na gestão e implementação dos projetos. A coleta de informações primárias foi feita por meio de entrevistas, com base em roteiros predefinidos e dados secundários, que foram coletados por meio de uma matriz temática.



Foram entrevistados os seguintes participantes dos projetos: gestores das UGPs, mediadores técnicos (prestadoras de ATER) e comunitários. Os entrevistados foram indicados/selecionados pelos gestores. No total foram feitas 81 entrevistas, com: 23 Gestores, 16 Mediadores Técnicos e 42 Comunitários. Os públicos prioritários estão representados por 27 mulheres, 8 jovens e 19 pessoas de comunidades tradicionais. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da análise de discurso. Essa estratégia metodológica baseia os resultados observados e descritos neste relatório. Cabe destacar, ainda, o momento temporal e da execução dos projetos na ocasião de realização da pesquisa de campo.

O levantamento de informações foi feito em março de 2020 – Projeto Dom Helder Câmara 2 e Projeto Viva o Semiárido – e entre dezembro de 2020 e março de 2021 – Procasa, Projeto Paulo Freire, Projeto Dom Távora e Projeto Pró-Semiárido. Apenas um dos projetos estava em finalização, o Procasa. Os cinco demais estavam em execução no momento da pesquisa de campo. Define-se, assim, o escopo da avaliação alcançado pela operacionalização da metodologia proposta.

Seguem-se os principais resultados dos projetos observados na avaliação.



ATER: capacitação dos comunitários em atividades produtivas e de gerenciamento e planejamento.

Atividades/Cadeias Produtivas:

Ovinocaprinocultura: melhorias no rebanho, no manejo e redução de mortes de animais; aumento da produção; promoção de alternativas de forrageiras, redução de custos e melhora na autonomia dos sistemas produtivos; capacitação dos produtores; ampliação das ações de capacitação para além do público diretamente participante do PDT.

Avicultura: melhorias nas instalações, no manejo, na saúde animal, redução da mortalidade de animais; aumento da produção; disseminação e implementação de alternativas para a alimentação animal.

Artesanato: incremento e diversificação da produção.

Pesca artesanal: melhorias nas condições para o desempenho da atividade. Acesso a embarcações e motores novos e redes com tamanho de malha apropriado. Incremento da atividade.

Aumento da renda familiar: aumento da importância da renda proveniente da atividade na composição da renda familiar, ovinocaprinocultura e aves. Pesca artesanal, melhoria no preço obtido no pescado. Impacto de 14% na renda média anual familiar (Avaliação de Impacto).



Empoderamento feminino. Representatividade. Disseminação da caderneta agroecológica.

Políticas Públicas: Aporte de informações amplas e multisetoriais.

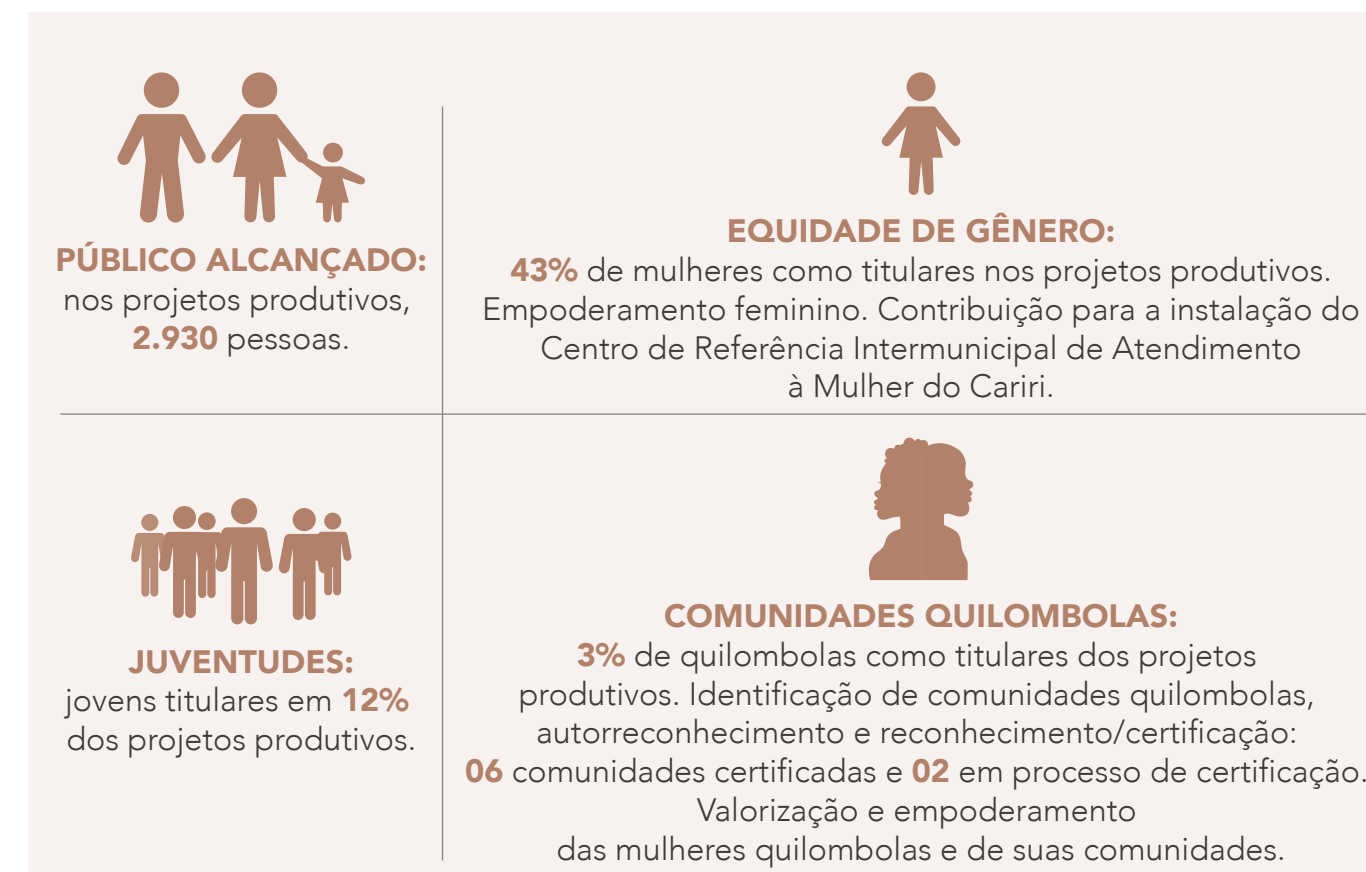
Assessoria Técnica Contínua (ATC): público com restrito ou inexistente acesso anterior a esses serviços. Criação e reorganização de associações. Ampliação da atuação das ATCs e qualificação dos agentes de ATER. Disseminação de experiências: feiras comunitárias e tecnologias sociais. Constituição de equipes multidisciplinares e com maior presença de mulheres, cota de 30%.

Atividades/Cadeias Produtivas: fortalecimento dos sistemas locais de produção e comercialização de alimentos. Melhorias no manejo e na estrutura das criações de pequenos animais. Quintais produtivos: melhorias em estrutura, diversificação e aumento da produção. Valorização dos canais comunitários de comercialização. Visibilidade e valorização da produção das comunidades. Apoio à formação de feiras e à participação dos comunitários.

Geração de renda: ovinocultura, avicultura, apicultura e quintais produtivos.

Segurança alimentar: aumento da produção, qualidade e diversidade. Abordagem agroecológica.

Melhorias na segurança alimentar das famílias e das comunidades. Disseminação de tecnologias sociais.



Políticas Públicas: aumento no acesso ao PAA e ao Pronaf (Avaliação de Impacto).

ATER: aumento no acesso a ATER.

Atividades/Cadeias Produtivas:

Caprinovinocultura: melhoria genética dos animais, melhorias na segurança alimentar dos rebanhos, ampliação da produção de forragem, disseminação da palma forrageira, aumento da produção de leite.

Campos irrigados: diversificação dos cultivos forrageiros e alimentícios.

Aumento da Renda Familiar: 68,8% dos projetos produtivos tiveram um incremento na renda maior que 20% (Avaliação de Impacto).

Produção de forragem e acesso a recursos hídricos: economia dos recursos financeiros das famílias.

Comercialização: crescimento de 13%, com destaque para a apicultura, a fruticultura e a caprinocultura (Avaliação de Impacto). Aumento da comercialização, com a diversificação dos produtos, mercados informais.



ATER: capacitação dos comunitários nas atividades produtivas. Visibilidade dos quintais produtivos (cadernetas agroecológicas) e da avicultura entre as prestadoras de ATER.

Atividades/Cadeias Produtivas:

Ovinocaprinoicultura: melhoria qualitativa e quantitativa nos rebanhos. Aumento da utilização de forrageiras e da produção de feno e silagem. Utilização de espécies locais como forrageiras, recomposição da caatinga.

Apicultura: incremento do volume e da qualidade do mel. Pasto apícola com espécies nativas, recomposição da caatinga.

Estruturas instaladas e equipamentos: uso não restrito aos beneficiários do projeto. Contribuição para o fortalecimento da produção das comunidades. Melhores condições de trabalho, redução dos custos e aumento da capacidade de produção.

Estrutura: viabilização dos quintais produtivos e da avicultura.

Segurança alimentar das famílias: quintais produtivos, aumento da produção e diversificação; avicultura, aumento da produção.

Comercialização: aumento relacionado ao aumento da produção. Aumento da renda familiar: apicultura, avicultura, quintal produtivo.



Políticas Públicas: Informações sobre políticas públicas. Emissão de documentos necessários para o acesso a políticas públicas.

Assessoria Técnica Contínua: ATC participativa. Empoderamento das comunidades. Capacitação das ATCs e de suas equipes. Agentes Comunitários Rurais, promoção do capital social local nos níveis individual e coletivo.

Atividades/Cadeias Produtivas:

Caprinovinocultura: melhorias na saúde e na redução da mortalidade dos animais.

Melhorias na produção de forragens. Utilização de espécies da caatinga.

Avicultura: melhorias no manejo e na alimentação dos animais, promoção de autonomia na produção da ração.

Quintais agroecológicos: diversificação da produção dos quintais, comercialização.

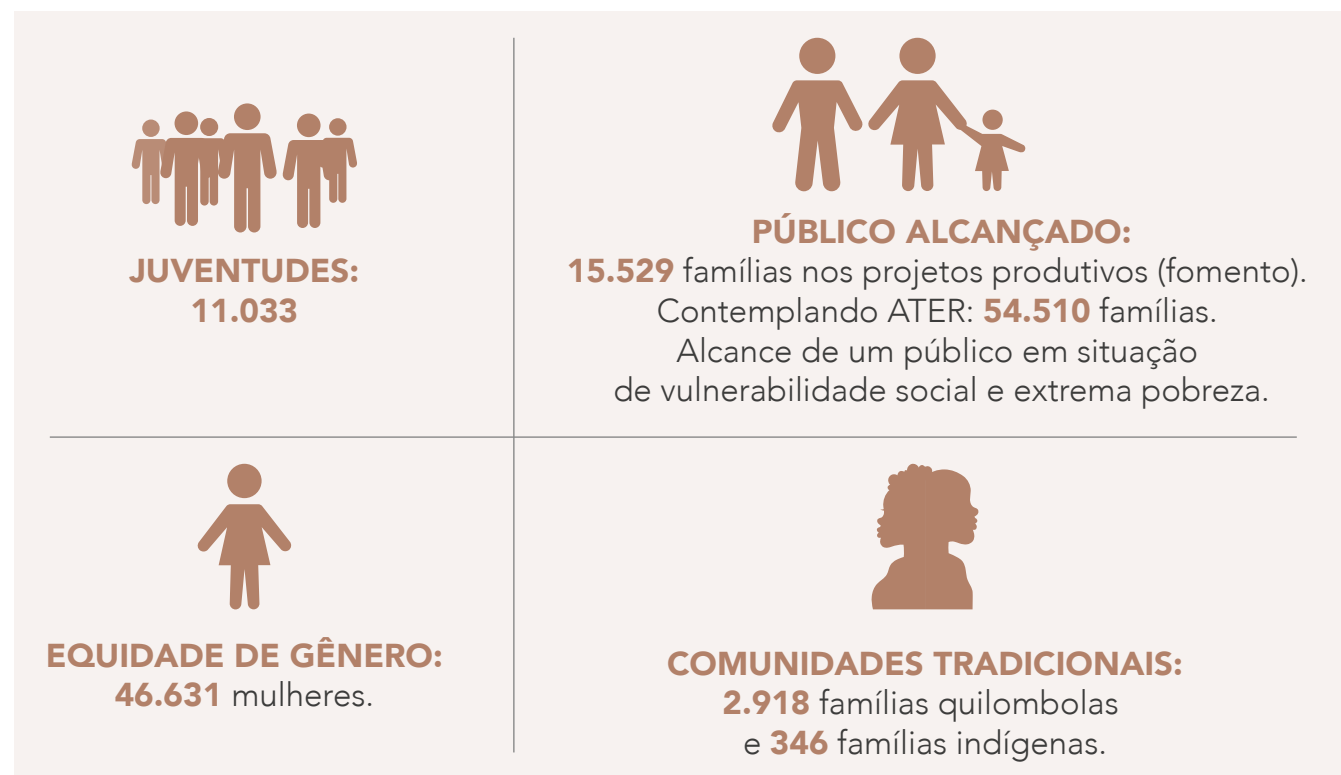
Visibilidade e valorização da produção dos quintais (cadernetas agroecológicas).

Apicultura: aumento da produção. Ampliação dos comunitários atuando na atividade.

Mudança no manejo das abelhas.

Dinamização da comercialização comunitária.

Impacto na renda familiar, incremento, diversificação e comercialização de produtos, realização de investimentos pelos comunitários nas atividades produtivas e o fortalecimento da autonomia dos sistemas familiares. Aumento da renda familiar: apicultura, quintais produtivos e mandiocultura.



Políticas Públicas: Alcance de um público que está invisibilizado ou com acesso restrito às políticas públicas. Emissão de DAPs, acesso ao Bolsa Família.

Assessoria Técnica Contínua: Aporte de informações/conhecimentos. Visibilidade das comunidades e facilitação das interlocuções com outros atores sociais e institucionais. Associação das ações do projeto com outras atividades da prestadora de ATER, amplificação das ações.

Atividades/Cadeias Produtivas: Melhorias nas atividades produtivas, ATER e ATER fomento.

Avicultura: aumento da produção e viabilização da condução da atividade. Contribuição para a autonomia dos sistemas produtivos.

Caprinocultura: melhorias no manejo das criações e na estrutura utilizada. Disseminação de técnicas que envolvem a utilização de espécies vegetais do semiárido e outras disponíveis localmente para alimentação e manejo animal.

Incremento da segurança alimentar das famílias e das comunidades, aumento da produção e diversificação. Melhorias na comercialização em canais locais, comunitários e nas feiras. Incentivo para a comercialização. Impacto na renda familiar associado à segurança alimentar. Aumento da produção de excedentes. Diversificação da produção. Maior participação das atividades produtivas na composição da renda familiar.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Em conjunto, os seis projetos FIDA no Brasil desenvolveram experiências que resultaram no acesso a um público diversificado. Considerando-se a diversidade interna da categoria agricultura familiar e dos seus segmentos em situação de vulnerabilidade, observou-se que os projetos FIDA produziram experiências que desenvolveram estratégias de atuação capazes de serem aproveitadas em outras iniciativas voltadas para esse público. Esse aspecto destaca-se, principalmente, em sua contribuição para ações com as famílias em situação de maior vulnerabilidade, cuja inclusão mantém-se um desafio.

Entre os públicos prioritários, a avaliação realizada identificou resultados mais expressivos em relação às mulheres, por meio de sua inclusão direta e titularidade nos projetos produtivos. Esse processo resultou na ampliação da visibilidade desse público e na contribuição para o empoderamento feminino. No conjunto das iniciativas do FIDA, alguns projetos conseguiram avançar em relação à equidade de gênero, incluindo em suas ações atividades que abordam esse tema e outros assuntos importantes para as mulheres. A representatividade foi um resultado alcançado por meio da inclusão de mulheres nas equipes técnicas.

Considerando as populações tradicionais, algumas iniciativas atuaram com especificidades desses grupos, dando suporte aos processos de autorreconhecimento e reconhecimento. A escassa atuação de assessorias técnicas com esse público e um cenário de restrita inserção dessas populações nas políticas públicas para a área rural tornam extremamente relevantes as experiências implementadas pelos projetos do FIDA.

Com relação às organizações sociais formais, observaram-se experiências que resultaram na reestruturação e fortalecimento das associações ou mesmo na sua formação. Diferentes formas de atuação e estratégias foram utilizadas nessas mobilizações. Essas experiências podem ser utilizadas para elaboração de outras iniciativas que busquem o fortalecimento dessas organizações.

Sobre os sistemas produtivos, observou-se que ações de abordagens mais diversas se adequaram melhor às condições das famílias mais vulneráveis, que mobilizam várias atividades e formas de atuação na busca da sua reprodução. Em situações mais estruturadas, foi possível identificar experiências nas quais o projeto fortaleceu uma determinada atividade, tornando-a a fonte principal de renda familiar. Observaram-se experiências que incentivaram e implementaram ações voltadas para os sistemas produtivos, permitindo que eles desenvolvam uma maior resiliência e maior autonomia. Os projetos do FIDA resultaram em experiências de potencialização de atividades produtivas.

Em termos de renda familiar, os impactos foram observados de forma direta por meio da geração de recursos financeiros; da realização de investimentos próprios nas atividades produtivas; do aumento da importância da renda das atividades produtivas na composição da renda familiar; e do fortalecimento da produção para consumo das famílias. O consumo da produção familiar, incrementada pelos projetos, ganhou maior visibilidade e importância mediante a adoção das cadernetas agroecológicas.

Resultados de fortalecimento das comunidades, em aspectos produtivos, sociais e econômicos, foram observados não apenas entre os participantes dos projetos. O legado dos projetos FIDA amplia-se para o fortalecimento de coletivos sociais por meio dos ganhos em capital social, da circulação de informações/conhecimentos e da dinamização da produção local.

APRESENTAÇÃO

A avaliação realizada, apresentada neste relatório, constituiu-se numa iniciativa de levantamento de resultados dos projetos do FIDA no Brasil a partir de atores sociais diretamente envolvidos na gestão e implementação desses projetos. Essa abordagem permite trazer à tona resultados em diálogo com as experiências vivenciadas por tais atores junto às comunidades atendidas pelos projetos. O aporte fornecido, portanto, perpassa as considerações de cada projeto em relação aos resultados alcançados e às configurações locais que sustentam que os aspectos alcançados sejam considerados como tais.

Para a realização da avaliação foi construída uma proposta metodológica que foi implementada pelo conjunto de avaliadores. Partindo-se de uma abordagem processual dos resultados dos projetos FIDA no Brasil, a estrutura reuniu informações sobre aspectos gerais dos diferentes projetos, sendo eles: Público Atendido, Assessoria/Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), Políticas Públicas, Planos de Investimentos Produtivos (PIPs), Ativos, Renda Familiar, Segurança Alimentar, Organização Social. Adicionalmente, a metodologia empregada abriu a possibilidade para que aspectos particulares dos projetos pudessem ser contemplados pelos informantes dos projetos.

A pesquisa de campo para o levantamento das informações foi feita de forma presencial, em abril de 2020, em dois projetos: Viva o Semiárido e Dom Helder Câmara 2. Nos demais, Procase, Paulo Freire, Dom Távora e Pró-Semiárido, em função das limitações de deslocamento devido à situação de pandemia, as informações foram obtidas de forma remota entre os meses de dezembro de 2020 e março de 2021. Entre o conjunto de projetos, apenas o Procase estava em finalização, com ações encerradas, no período da realização da pesquisa de campo. Todos os demais estavam em execução. Esse aspecto é importante, pois incide na disponibilidade, ou indisponibilidade, de determinadas informações e nos resultados mapeados nessas ocasiões.



A coleta de informações ocorreu por meio de roteiros de entrevistas. Em todos os projetos foram realizadas entrevistas, individuais ou coletivas, com três categorias de atores sociais: Gestores vinculados às Unidades de Gerenciamento de Projetos (UGPs), Mediadores Técnicos das prestadoras de ATER e os Comunitários participantes dos projetos, com os quais os projetos desenvolveram ações locais. Para a definição dos entrevistados, contou-se com a indicação/seleção por parte dos gestores das UGPs. Essa indicação foi feita para as três categorias de entrevistados, solicitando que fossem apontadas experiências consideradas de destaque. Dessa forma, o grupo de entrevistados contemplados mantém a perspectiva de uma abordagem metodológica pautada na centralidade dos atores diretamente envolvidos nos projetos.

Foram entrevistadas 81 pessoas, no conjunto de projetos. Esse conjunto se distribui pelas três categorias: 23 Gestores (sendo 16 mulheres); 16 Mediadores Técnicos (9 mulheres) e 42 Comunitários (27 mulheres)¹. Observa-se que nas indicações feitas, as mulheres aparecem em presença superior aos homens entre os entrevistados. Esse aspecto se destaca em relação à categoria Comunitários, visto que as mulheres representam um dos públicos prioritários do FIDA. As indicações de mulheres para as entrevistas demonstram a valorização dessa categoria pelos projetos. No mesmo sentido, jovens foram incluídos na amostra selecionada pelos gestores em cinco projetos, contemplando ao todo oito jovens, sendo duas jovens mulheres e duas jovens mulheres de comunidades tradicionais. Assim, observa-se a sobreposição entre os públicos prioritários: mulheres, jovens e comunidades tradicionais. Com relação às comunidades tradicionais, cinco projetos indicaram comunitários vinculados a essa categoria, contemplando 16 quilombolas e três comunitários de Fundo de Pasto. Nas comunidades quilombolas, foram entrevistadas 10 mulheres e duas foram entrevistadas nas comunidades de Fundo de Pasto (incluindo-se aqui as duas jovens já mencionadas entre os entrevistados jovens). Mais uma vez, fica demonstrado o interesse dos projetos em indicar e contemplar na avaliação os públicos prioritários do FIDA e as intersecções entre esses públicos. Essas informações também devem ser levadas em consideração, pois permitem visualizar o escopo da avaliação realizada.

As entrevistas foram gravadas e transcritas com o consentimento dos entrevistados, constituindo esse material que atua como base para estruturar a avaliação. Para a análise das informações obtidas, utilizou-se a análise de discurso. A inclusão das transcrições foi feita no relatório mantendo-se a originalidade das falas e permitindo a identificação da categoria a que o entrevistado pertence, indicando se ele é parte, ou não, do público prioritário. A construção analítica realizada contempla as transcrições, garantindo a referência e a importância das falas dos entrevistados. Assim, preservou-se o caráter de destaque dos grupos prioritários dos projetos FIDA e de sua inclusão na amostra definida pelos atores da UGP. Esse aspecto mostrou-se ainda mais necessário devido a particularidades de três projetos em sua atuação com as comunidades tradicionais, vinculadas ao autorreconhecimento e reconhecimento desses coletivos. É importante, portanto, ter em consideração o quadro amostral obtido em diálogo com os gestores, pois ele está diretamente vinculado às informações e resultados levantados, permitindo acessar particularidades dos projetos. Além disso, deve-se considerar, igualmente, o momento em que a coleta de informações foi realizada, conforme acima já mencionado.

Além das entrevistas, informações gerais sobre os projetos foram solicitadas aos gestores. Para tanto, utilizou-se uma grade temática contemplando: público alcançado; planos de investimentos e cadeias produtivas; cadeias produtivas e renda; segurança alimentar e nutricional; sustentabilidade ambiental; ATER e assessorias; acesso a programas e políticas públicas, articulação e fortalecimento institucional. Essa ferramenta foi adaptada no diálogo com cada projeto, conforme formatos e informações que estavam disponíveis.

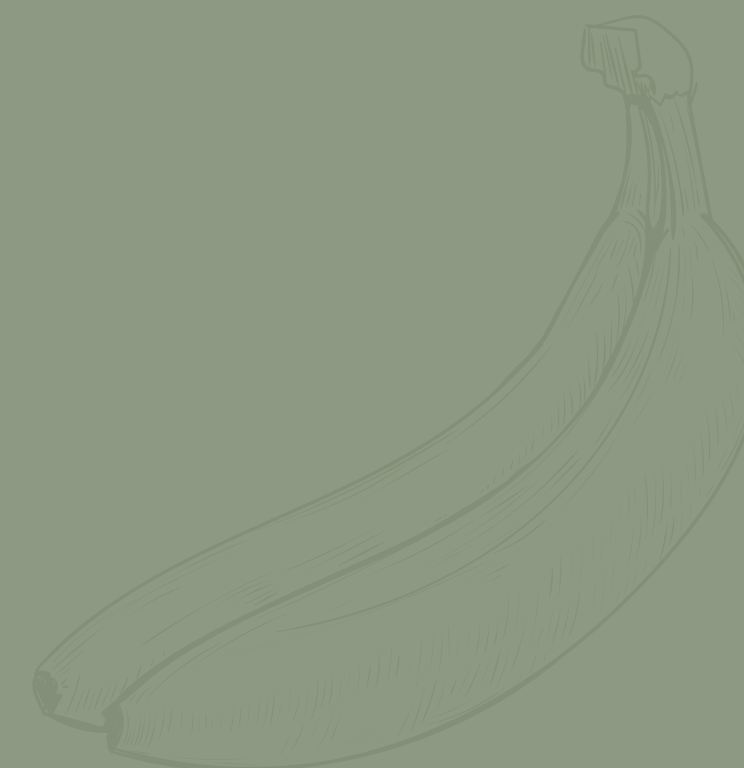
O relatório está organizado em diferentes seções para os seis projetos e estruturado conforme os temas Público Alcançado, Políticas Públicas, ATER, Atividades/Cadeias Produtivas. Esses tópicos estão relacionados com outros temas de acordo com as particularidades de cada projeto. Ao final de cada seção, apresenta-se um quadro-resumo com os principais resultados alcançados, levantados por esta avaliação. Nas conclusões, elaboram-se algumas considerações sobre os resultados alcançados na perspectiva do conjunto de projetos FIDA no Brasil.

Feitas essas considerações iniciais, registra-se o agradecimento a todos os interlocutores que colaboraram para o levantamento das informações por meio das entrevistas, bem como às equipes das UGPs, em especial às de Monitoramento e Avaliação, pelo auxílio e fornecimento de informações.



¹ O quadro completo das entrevistas realizadas por categorias e por projetos pode ser visto nos anexos.

RESULTADOS



O FIDA NO BRASIL

O FIDA atua no Brasil desde a década de 1980, buscando “contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar e o desenvolvimento do Nordeste, região que concentra alguns dos mais frágeis indicadores sociais do país” (FIDA, 2016). Os investimentos na agricultura familiar estão associados, orientando as ações do Fundo, aos temas de redução da pobreza e melhoria da qualidade de vida das populações rurais no Nordeste do Brasil.

Em parceria com o Governo Federal, governos estaduais, organizações da sociedade civil, empresas e outras agências de cooperação internacional, as ações promovidas e desenvolvidas pelo FIDA estão em sintonia com as prioridades da Agenda 2030 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a serem cumpridos e alcançados pelo Brasil. Menciona-se, nesses casos, a contribuição particular das ações do Fundo para as metas de erradicação da pobreza; erradicação da fome, com o alcance da segurança alimentar e nutricional e promoção da agricultura sustentável; alcance da igualdade de gênero; garantia do acesso a água e saneamento; e combate às alterações no clima e seus impactos (FIDA, 2016).

As ações seguem cinco princípios instituídos pelo Fundo. O primeiro deles é a Perspectiva Territorial, que busca a integração dos projetos parceiros do FIDA com programas e políticas governamentais, o estabelecimento de parcerias e a participação social em instâncias locais de tomada de decisão. O segundo, denominado Focalização, procura garantir que as ações dos projetos alcancem os grupos sociais mais vulneráveis e pobres. Entre esses grupos, estão incluídas as populações tradicionais, os assentados da reforma agrária, as mulheres e os jovens. Inclusão étnico-racial, participação da juventude e equidade de gênero são ideias vinculadas a esse princípio de atuação. Práticas Inovadoras é o terceiro princípio, baseado no estímulo ao fomento de inovações, envolvendo tecnologias sociais e boas práticas, que contribuam com a convivência com o Semiárido e com o desenvolvimento rural. A Participação da Sociedade Civil é o quarto princípio, considerando-se o envolvimento de famílias de agricultores e organizações da sociedade civil em instâncias vinculadas aos projetos e nos espaços de discussão relativos às políticas públicas de desenvolvimento rural. Por fim, como quinto princípio, tem-se o Diálogo sobre Políticas, vinculado à atuação para a articulação e o fortalecimento das políticas públicas para as populações rurais pobres. O Fundo promove diálogos multissetoriais, abordando temas centrais para o enfrentamento da pobreza e o compartilhamento de resultados alcançados e lições aprendidas com os projetos (FIDA, 2016).

Cinco projetos em que o FIDA atua em parceria com os governos dos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Piauí e Sergipe e um projeto em parceria com o Governo Federal estão contemplados nesta avaliação.





PDT

PROJETO DOM TÁVORA



O Projeto Dom Távora foi uma parceria entre o FIDA e o Governo do Estado de Sergipe. De acordo com o Relatório de Desenho Final, o projeto teve como meta contribuir para gerar renda e empregos sustentáveis em municípios pobres do estado de Sergipe. Como objetivos imediatos do projeto são citados “promover negócios rurais entre os pobres rurais e o fortalecimento institucional de organizações públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural” (FIDA; Estado de Sergipe, 2010. p. 32).

Os objetivos específicos do projeto são:

- (i) apoiar grupos de produtores pobres para desenvolver negócios rurais agrícolas e não agrícolas; e (ii) desenvolver capacidade institucional pública e privada para fornecer serviços técnicos e administrativos adequados para o desenvolvimento de negócios rurais e empreendedorismo entre os pobres rurais. (FIDA; Estado de Sergipe, 2010, p.30)

O Projeto Dom Távora atuou em 15 municípios de três territórios: Centro-Sul; Território Agreste Central e Médio Sertão; Território do Baixo São Francisco.

O levantamento das informações utilizadas nesta avaliação foi realizado em janeiro de 2021.

1. PÚBLICO ALCANÇADO



As iniciativas do PDT se concentram no Baixo São Francisco. Esse aspecto está relacionado à presença nesse território de índices elevados de famílias em situação de “extrema pobreza” e pela região possuir um histórico restrito de iniciativas anteriores de aporte de recursos:

A região que mais tem acesso às iniciativas do Projeto Dom Távora é a região do Baixo São Francisco, a qual é a que menos recebeu recursos do Estado e que se encontra na região de extrema pobreza. Outros municípios que se classificaram na faixa de baixo IDH também foram auxiliados. Mas essa região citada é a mais necessitada. (Gestor, UGP)

As características acima mencionadas resultaram não apenas no número de iniciativas, mas também em uma maior diversidade:

Na região do Baixo São Francisco, apesar de ser uma região próspera de recursos, ainda tem uma condição de extrema pobreza. Uma região que não recebia recursos dessa natureza. Os 40 projetos na gestão local estão, então, distribuídos nos sete municípios e têm a cesta de projetos mais interessante e diversificada. (Gestor, UGP)

A diversidade de atividades mobilizadas na composição da renda familiar, para a garantia do sustento das famílias, expressou-se na avaliação realizada sobre as considerações dos entrevistados. Essa diversidade se fez presente nas entrevistas mediante as menções a atividades agrícolas e não agrícolas, distintas das trabalhadas pelo PDT, em tal composição. Assim: “Não tem como viver 100% [da atividade trabalhada no PDT], isso limita muito a entrada do dinheiro” (Comunitária). Em um contexto de fontes diversas compondo a renda familiar, o interesse para que o trabalho com o PDT envolvesse mais atividades, incluindo outras que são realizadas pelas famílias, esteve presente nas interlocuções de campo. Nesse cenário, a atuação com o público em “extrema pobreza” foi considerada um dos desafios do projeto.

O público participante do PDT contempla, igualmente, famílias com perfis diversos em relação à renda obtida:

Existe sim uma diversificação. Desde a fase da elaboração do projeto, onde os técnicos procuraram ficar bastante atentos a isso, não incluir no projeto aqueles que poderiam abrir mão da vaga para alguém mais vulnerável. No final, sempre tem uma diversidade grande, com muitas necessidades diferentes. (Especialista, UGP)

Algumas especificidades do público alcançado em função das cadeias produtivas foram mencionadas. Em uma sobreposição entre territórios e cadeias produtivas, a pesca artesanal e a aquicultura foram citadas como atividades trabalhadas pelo PDT, destacadamente no Baixo São Francisco e no Médio Sertão. Considerando essa sobreposição em relação ao público alcançado no primeiro território, o entrevistado explica:

[No] Baixo São Francisco de Sergipe, no qual tem-se projetos dentro de território quilombola, que é muito focado em ribeirinhos, populações tradicionais, que são voltados quase que totalmente à pesca e não à agricultura, quase nenhum deles têm terras. Essa atividade de pesca é realizada pela família, que muitas vezes foram famílias realocadas de comunidades com avanço de mar. Considero como populações tradicionais voltadas à pesca. (Especialista, UGP)

Famílias com restrição de terras, com trajetória de deslocamento forçado, atuantes na atividade pesqueira e a presença de quilombolas são aspectos do público alcançado que se somam ao cenário anteriormente descrito de ações com uma população em situação de vulnerabilidade social e com a limitação de iniciativas anteriores para o acesso de recursos e assessorias no território.

Já no Médio Sertão:

[...] somente temos um projeto de aquicultura, com tanque-rede. Os públicos em questão eram praticamente trabalhadores urbanos de bicos, construção civil, diaristas, feitores de fazendas. Não tinham também nenhuma experiência com a aquicultura. Neste território, Médio Sertão, não eram trabalhadores tradicionais ribeirinhos, enquanto no Baixo São Francisco, 90 a 95% podem ser chamados de tradicionais. (Especialista, UGP)

A aquicultura passa a ser, por meio do PDT, uma das atividades desenvolvidas por um público caracterizado como trabalhadores urbanos e rurais. Novamente, aqui, a composição múltipla das fontes de renda familiar se faz presente.

Na ovinocaprinocultura: “O perfil dos beneficiários é, em geral, de pequenos e médios produtores. [...] Também temos no Nordeste toda uma cadeia de ovinos e caprinos com o menor nível de escolaridade, o que dificulta o nosso trabalho.” (Especialista, UGP).

A descrição acima permite considerar a diversidade do perfil, envolvendo pequenos e médios produtores. A baixa escolaridade é considerada como uma dificuldade na condução dos trabalhos do PDT. Essa particularidade se acrescenta aos desafios da atuação com a população em situação de maior vulnerabilidade, anteriormente mencionados.

No que se refere aos públicos prioritários na ovinocaprinocultura, a atuação com o público quilombola foi citada: “Temos um certo número de quilombolas participantes, sendo que o nosso maior plano de negócio está numa comunidade quilombola que tem 101 beneficiários em média.” (Especialista, UGP).

Além da presença de grupos quilombolas participando do PDT com iniciativas de ovinocaprinocultura, considerações foram feitas sobre a atuação de mulheres na mesma cadeia. Em uma abordagem ampla, mencionando outras cadeias produtivas:

É natural que nos projetos relacionados a artesanato, turismo rural, exista uma predominância do público feminino. Porém, nos projetos de ovinocultura, em que se imaginava uma predominância masculina, vimos que as mulheres assumiram os projetos e os executaram fazendo questão de mostrar que eram as responsáveis. (Especialista, UGP)

A participação das mulheres foi também citada na avicultura:

No caso de avicultura, também ocorreu uma predominância de mulheres, pois como existiam várias atividades, se imaginava que a avicultura seria desenvolvida mais próxima da casa e, portanto, havia uma concepção de conciliar a atividade produtiva com aves com as atividades domésticas. (Especialista, UGP)

Como já visto, 52% das famílias estão representadas nos PNs por mulheres. Segundo informações da UGP, as cadeias de avicultura e do artesanato, englobando corte e costura, são as que mais contemplam o envolvi-

mento das mulheres. No que se refere às capacitações realizadas, 4.312 mulheres participaram de uma ou mais dessas ações.

As cadernetas agroecológicas contribuíram para a visibilidade das mulheres e das atividades por elas desenvolvidas em seus quintais produtivos:

O uso da caderneta nos aproximou das mulheres que faziam nas suas casas iniciativas de comercialização, através de uma mercearia modesta e através de coisas que produzem dentro de seus quintais, bem como artesanatos. Nesse sentido, pudemos conhecer outras preciosidades que não foram inicialmente apoiadas pelo Programa Dom Távora. Basicamente, as cadernetas possibilitaram essa experiência com as lideranças femininas. (Gestor, UGP)

Dessa forma, a incorporação das cadernetas agroecológicas no PDT possibilitou que “outras preciosidades” fossem conhecidas, uma experiência que “nos aproximou das mulheres”. Visibilidade das mulheres e de atividades a elas relacionadas, quintais/horticultura e a avicultura são resultados do PDT.

Na ovinocaprinocultura, conforme acima citado, a inclusão das mulheres como representantes das famílias no PDT também possibilitou uma maior visibilidade da atuação delas. Na pesca artesanal e aquicultura, foi mencionada a busca por organizações que contassem com mulheres líderes. Nesse sentido, o PDT atuou com duas associações presididas por mulheres e uma terceira associação cuja liderança é uma pessoa transexual.



A iniciativa Agentes Jovens, realizada em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), é voltada para as juventudes. Por meio dela, jovens foram capacitados para se tornarem multiplicadores das tecnologias de manejo de caprinos e ovinos, principal cadeia produtiva do PDT: “Um destaque no envolvimento desses jovens foi com relação ao modelo da ovinocultura, que deu muito certo. Receberam uma capacitação mais intensiva na área, mais práticas e puderam atuar como repassadores da informação na comunidade.” (Especialista, UGP).

A iniciativa Agentes Jovens atingiu:

[...] com um aumento do grupo via WhatsApp, chegou a 22 pessoas de trabalho voluntário, onde ganham experiência de trabalho e podem colocar no TCC [Trabalho de Conclusão de Curso] o que estão vivenciando. Fica evidente que há um ganho para esses jovens. Esse treinamento foi muito importante. [...] Esse produto que foi feito com os jovens propicia a eles iniciarem trabalhos de consultores na região e deveria ser copiado nas outras cadeias. (Especialista, UGP)

Além dos Agentes Jovens, 20% dos participantes das capacitações do PDT eram jovens. Ainda, em parceria com Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e Trabalho (SEIT), Núcleo de Comunicação do Estado, os jovens participaram de cursos em mídias sociais voltados para ações de comercialização dos produtos do artesanato.

As ações realizadas com as juventudes foram consideradas importantes para o andamento das atividades de ATER diante das limitações impostas pelo contexto de pandemia vivenciado durante parte da execução do projeto:

[...] foi nessa fase de pandemia que o nosso modelo permitiu que a assistência técnica não parasse, pois eles estavam lá no campo e tinham uma habilidade com as mídias sociais e puderam se conectar e manter contato com os técnicos, e repassando adiante pela comunidade. (Especialista, UGP)

2. ATER E POLÍTICAS PÚBLICAS

A execução do projeto e dos planos de negócios ocorreu por meio de:

Grupos formalizados. E todas as associações já existiam antes. Era um pré-requisito para participar do projeto que as associações tivessem o reconhecimento de utilidade pública estadual e, para tanto, precisa ter no mínimo dois anos de existência. Foram apenas potencializadas pelo projeto Dom Távora. Houve apenas uma cooperativa. (Especialista, UGP)

A Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe (Emdagro) atuou na divulgação inicial do PDT. Uma das participantes relata: “O processo começou com o chamado da Emdagro, que nos convidou a participar de uma reunião para falar sobre o projeto” (Comunitária).

Além das reuniões de divulgação do projeto, relatou-se a atuação da Emdagro na procura direta dos participantes do PDT e no incentivo para sua adesão:



Foi então que chegou na cidade técnicos da Emdagro. Eles me procuraram incentivando a participação e, mesmo não querendo inicialmente, me convenceram, pois seria bom até mesmo para a comunidade. Na outra semana, eu aceitei e todos os papéis foram deixados em dia. E, então, deu certo. (Comunitária)

A divulgação pelas associações para os seus associados foi outra forma de obtenção de informações mencionada nas entrevistas: “Sempre tinham as reuniões da associação e eu costumava assistir. No começo ninguém estava muito animado e poucos colocaram o nome para concorrer. Eu acreditei, não tinha nada a perder. Já faz dois anos que fui contemplado.” (Comunitário).

A desmotivação referida pelo participante é complementada por uma desconfiança por parte de alguns associados, que acarretou a não integração de alguns ao projeto:

Eu acredito que o projeto foi bem divulgado. As pessoas que não conseguiram ter sucesso foram por falta de acreditar no projeto e de atender às reuniões e de acreditar fielmente no projeto. Semanalmente tínhamos encontros, palestras etc. E muitos deixaram de vir por serem que era apenas politicagem. E, então, muitos não foram. (Comunitária)

A trajetória das associações, as experiências dos grupos não formais ou mesmo individuais com ações externas, como outros projetos e programas, podem se vincular à desmotivação para a participação.

As organizações formalizadas apresentaram propostas para o PDT, por meio dos PNs, contemplando atividades agropecuárias e não agrícolas. Foram executados 155 PNs. As 6.127 famílias que estão vinculadas aos PNs receberam ATER e capacitações.

As capacitações realizadas atenderam às áreas temáticas: Organização Social, Cadeias Produtivas e Gerencial. A primeira concentrou-se em questões relativas ao associativismo e ao cooperativismo; a segunda, às questões técnicas e gerenciais das atividades produtivas:

Inicialmente, realizamos aproximadamente 43 seminários [...] envolvendo associativismo e cooperativismo, com participação de 980 mulheres, superando as metas e expectativas. [...] A partir disso, quando foram se consolidando os investimentos e os planos começaram a rodar, nós começamos a nos voltar às temáticas mais específicas por atividade. [...] Então, fomos atuando dentro das demandas de cada plano, dentro de cada cadeia produtiva. (Gestor, UGP)

Aspectos gerenciais das atividades produtivas trabalhadas pelas famílias foram contemplados nas capacitações:

Aliado à injeção do dinheiro público, o projeto atuou muito no desenvolvimento de capacidades, na gestão dos empreendimentos financiados para os agricultores mais pobres dentro desse território. Então, foram desenvolvidas ações desde a parte de associativismo e mobilização, como gestão do próprio empreendimento. Portanto, essa parte de capacitação é o caminho dos focos principais do projeto, no foco da sustentabilidade e empoderamento. (Gestora, UGP)



Uma vez que as associações e cooperativas são as organizações proponentes dos PNs, foi necessário atuar de forma a regularizá-las:

Algumas associações estavam adequadas às normas, mas muitas outras não. E precisávamos então atuar na regularização das pendências junto à Receita Federal [...]. Então nós trabalhamos nesse sentido de regularização fiscal para as associações. Por muitas vezes, as associações não conseguiam se enquadrar nos parâmetros por falta de infraestrutura, falta de conhecimento quanto às normativas e requisições. A nossa atuação se condensou nessas regularizações e orientações. (Contador, UGP)

Considerando que foi igualmente necessário regularizar e orientar as associações para a condução do projeto, o PDT prestou apoio para as licitações e prestação de contas, por meio de capacitações conduzidas pelos contadores. Resgatando a abordagem do associativismo/cooperativismo nessas atividades, o especialista complementa:

Nos preocupamos com a formação e treinamento ao entendimento coletivo dos pontos do projeto [...]. Então, foi trabalhada essa noção de associativismo e cooperativismo. Considerando que a maioria dos dirigentes dessas entidades não tinham uma clareza quanto ao processo de licitação, esse foi outro benefício das oficinas, as quais abordaram essa temática, explicando o processo e condução na prestação de contas, para licitações. (Especialista, UGP)

Com relação aos entrevistados das experiências de implementação do projeto, contempladas nesta avaliação, dois eixos temáticos das capacitações que participaram no âmbito do PDT foram destacados: técnica produtiva e de gerenciamento/planejamento. Capacitações e ATER figuraram, igualmente, entre as motivações para a inserção e participação no PDT entre essa categoria de entrevistados. No tópico das Cadeias/Atividades Produtivas, essas ações e sua relação com as demais atividades e resultados obtidos pelo PDT são abordadas. Por essa ocasião, cabe destacar dois aspectos. O primeiro deles se refere à disseminação de informações que transpassa as famílias diretamente participantes do PDT por meio do compartilhamento com outros comunitários. O segundo tópico refere-se ao aproveitamento de aspectos da gestão/planejamento, aportados pelas capacitações, para além da atividade produtiva. Foi mencionado que essas atividades também foram implementadas no âmbito familiar, na gestão da “casa”.

Para a realização das ações de ATER/capacitação, estabeleceram-se parcerias com: Emdagro, coexecutora do PDT), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); Universidade Federal de Sergipe (UFS), Instituto Brasileiro de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IABS), Secretaria de Estado da Inclusão, Assistência Social e Trabalho (SEIT), Prefeituras, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e as organizações dos agricultores.

No âmbito das assessorias técnicas, as organizações/instituições parceiras mencionadas foram: Procuradoria Geral do Estado de Sergipe (PGE), PNUD. A Empresa de Desenvolvimento Sustentável do Estado de Sergipe (Pronese) foi citada como uma parceria na execução do projeto.

Com relação à interação do público alcançado com políticas públicas, considerou-se que “de forma geral, a composição dos beneficiários é proveniente do Pronaf, assentados que também possuem o mesmo perfil. Além de beneficiários do Bolsa Família.” (Gestor, UGP).

Os participantes do projeto, em geral, têm o perfil dos agricultores que acessam, ou podem acessar, o Programa Nacional para o Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Ainda, especificamente no caso dos pescadores, mencionou-se o Seguro Defeso e, entre os aquicultores, o Pronaf Pesca.

A articulação com programas e políticas públicas foi referida como uma contrapartida do Governo de Sergipe, considerando as seguintes iniciativas: Água Doce, Pronaf, Mão Amiga e a distribuição de sementes. A atuação da Emdagro, executora do PDT, é relatada em sua contribuição para a disseminação de informações, especialmente sobre o Pronaf.

Com o público que acessa o Bolsa Família, relatou-se ter sido necessário, em alguns casos, na fase inicial do projeto, esclarecer que a inclusão no PDT não incorreria na possibilidade de se manter no referido programa de transferência de renda.

O acesso ao Pronaf e ao Agroamigo foram citados por alguns dos participantes entrevistados. Em um dos casos, por meio do PDT, o comunitário emitiu sua Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), possibilitando, na sequência, seu acesso à linha de crédito correspondente: “A DAP me ajudou a comprar a minha vaca. Através da Emdagro, vieram ver se eu tinha condições de me enquadrar no crédito e ter acesso a uma vaca. E isso eu consegui.” (Comunitário).



3. ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS

O Projeto Dom Távora atuou com 6.127 famílias por meio de 155 PNs, que contemplam 225 projetos produtivos. Cada projeto produtivo envolve uma atividade agropecuária ou não agrícola, podendo cada PN abrigar até três projetos.

Segundo os entrevistados, o PDT atuou com cadeias prioritárias inicialmente definidas, sendo elas: ovinocaprinocultura, avicultura, artesanato, pesca artesanal e aquicultura e turismo rural. Ao todo, foram trabalhadas 29 atividades produtivas pelo PDT, entre elas, além das já mencionadas: bovinocultura, práticas agroecológicas, turismo rural, horticultura, fruticultura, apicultura, mandiocultura, rizicultura, irrigação, fábrica de ração, suinocultura, agricultura de sequeiro, produção de mudas, marcenaria e carpintaria e outras.

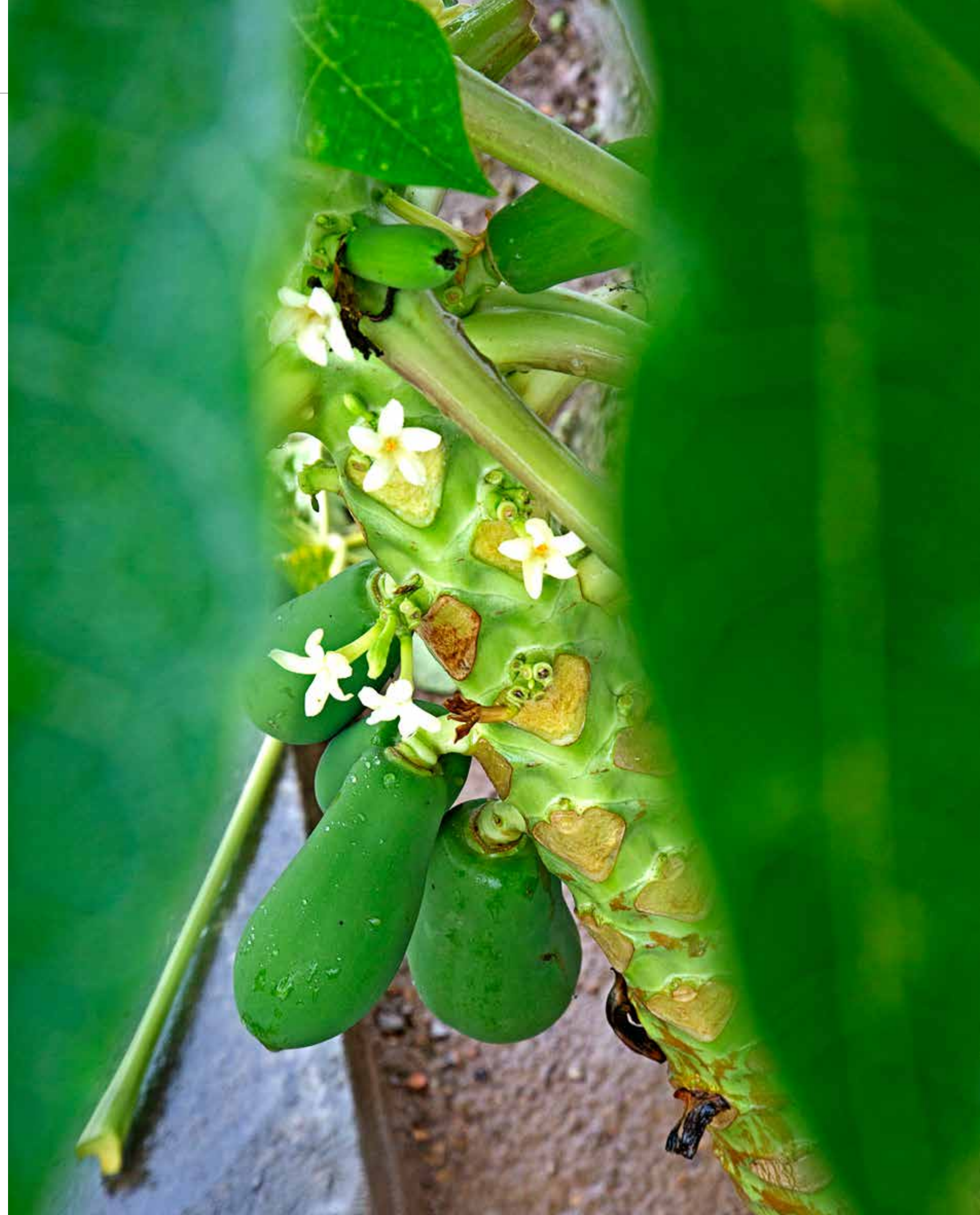
Tabela 1: Principais Atividades/Cadeias Produtivas

| Atividades/Cadeias Produtivas | Número de Projetos | Número de Famílias | Investimentos |
|--------------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| Ovinocaprinocultura | 93 | 2836 | R\$ 22,16 milhões |
| Avicultura | 47 | 1042 | R\$ 7,10 milhões |
| Outras | 21 | 472 | R\$ 2,70 milhões |
| Artesanato e Confecções | 17 | 467 | R\$ 3,21 milhões |
| Pesca Artesanal e Aquicultura | 16 | 507 | R\$ 4,60 milhões |
| Bovinocultura de Corte e Leite | 12 | 281 | R\$ 2,16 milhões |
| Turismo de Base | 5 | 91 | R\$ 0,87 milhões |
| Práticas Agroecológicas | 4 | 54 | R\$ 0,74 milhões |
| Unidades de Beneficiamento | 4 | 200 | R\$ 0,96 milhões |
| Horticultura e Fruticultura | 3 | 91 | R\$ 1,10 milhões |
| Agricultura de Sequeiro | 3 | 86 | R\$ 0,53 milhões |
| Total | 225 | 6.127 | R\$ 46,13 milhões |

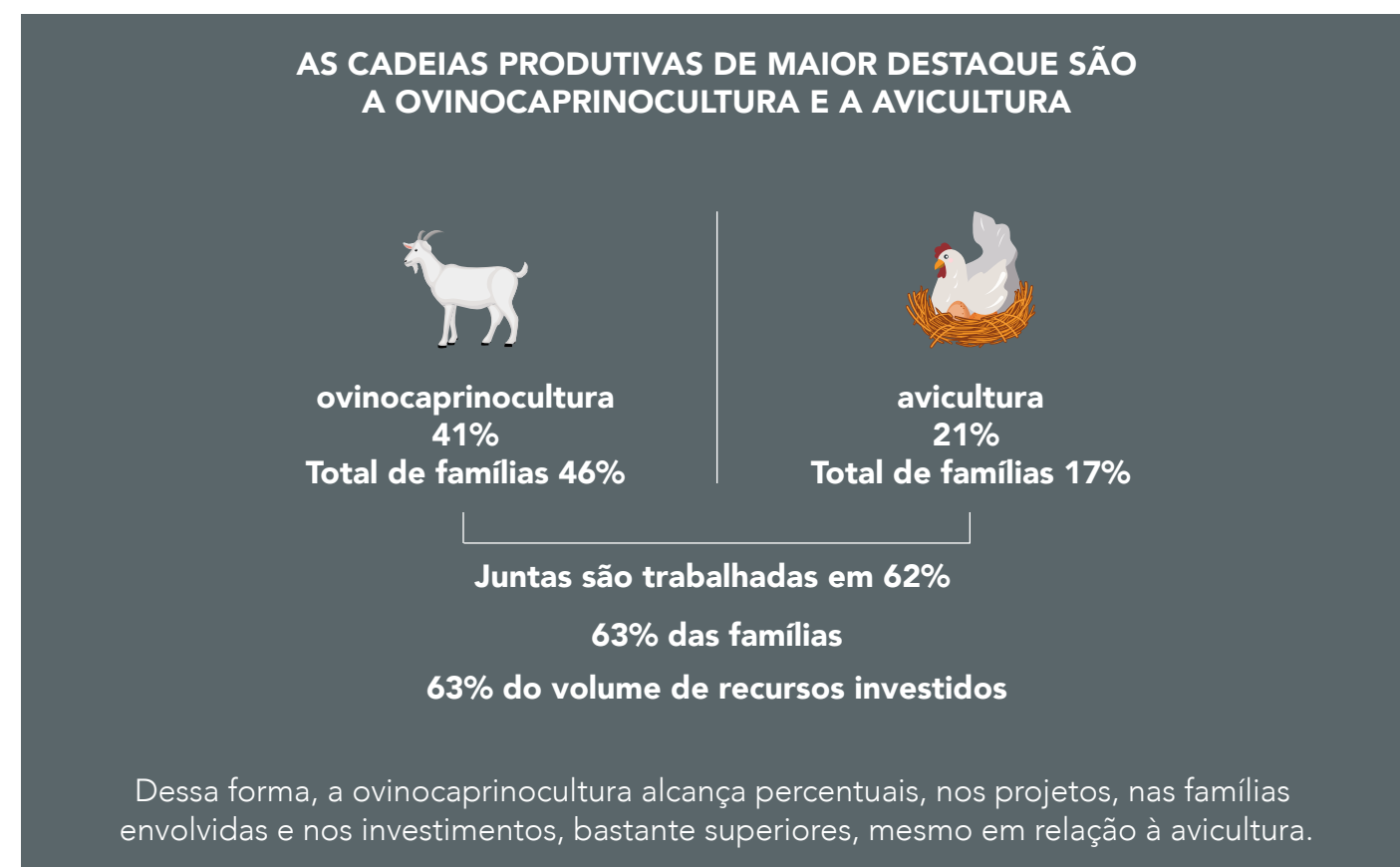
Fonte: Informações UGP – jan./2021

Observa-se que as cadeias prioritárias (ovino-caprinocultura, avicultura, artesanato, incluindo confecções, pesca artesanal e aquicultura) se destacam em número de projetos, famílias e recursos. O turismo rural/de base, também constante entre as cadeias/atividades prioritárias projetadas inicialmente, resultou em um menor número de projetos, de famílias e de recursos que a atividade de bovinocultura (corte e leite). Essa atividade é ainda superada pelas unidades de beneficiamento no número de famílias e de recursos e pela horticultura e fruticultura em investimentos, igualando-se no número de famílias.

A categoria outras atividades/cadeias produtivas resulta em 21 projetos produtivos. Tendo sido mencionado que foram desenvolvidas 29 diferentes atividades, observa-se que, de modo geral, as atividades não especificadas na tabela, quando individualizadas, contemplam um número restrito de projetos



produtivos. Os 21 projetos envolvem 19 atividades produtivas. A diversidade de atividades, portanto, alcança um número restrito de iniciativas.



Na cadeia de ovinocaprinocultura, investimentos em animais, em equipamentos para o manejo, em capacitações das famílias e ações de promoção de alternativas de forrageiras e agroecológicas foram mencionados.

Esses incrementos na atividade, possibilitados pelo PDT, resultam em melhorias no rebanho e no seu manejo:

Eu diria que o melhoramento trazido pelo projeto... Do ponto de vista tecnológico. Ou seja, com animais de melhor padrão, maior qualidade genética, apetrechos para manejo na atividade produtiva, que muitas vezes [as famílias] não conheciam ou não utilizavam, que vêm como uma inovação tecnológica. (Especialista, UGP)

Essas melhorias se refletiram nos índices zootécnicos. De acordo com as informações de campo, o impacto das ações do PDT pode ser observado em parâmetros como mortalidade geral de animais, apresentando redução, e parição, com aumento da natalidade. Por outro lado, foram feitas referências à manutenção de dificuldades no controle de verminose.

As capacitações realizadas foram apontadas por sua contribuição para a disseminação de informações sobre o manejo dos animais:

Os produtores melhoraram em muito a qualidade de seu manejo de animais de dois anos para cá, sendo esse um outro importante legado. [...] Também foi importante a influência das capacitações no

manejo, resultando diretamente na diminuição das mortes dos animais, que diminuiu de maneira geral entre todos os produtores. Portanto, creio que o projeto teve um importante papel para esse público. (Especialista, UGP)

As capacitações foram mencionadas com destaque para uma experiência de criação de ovinos visitada. Segundo o entrevistado: “Eu vi que era algo sério e eu resolvi tentar, e tinha tempo para trabalhar. Vi que ofereciam cursos para fazer e me preparar melhor para a vida, isso me interessou mais no projeto.” (Comunitário).

A possibilidade de participar de atividades de formação, com a perspectiva de se “preparar melhor”, foi concretizada por meio das capacitações, sobre as quais o entrevistado menciona: “Eu pude fazer um curso de gestão de negócios e o de manejo. Neste último, eu pude aprender a medicar, encontrar melhores formas de tratar meus animais. No plano de negócios, eu descobri o que fazer para ter um bom produto e como vendê-lo com um preço mais justo.” (Especialista).

Em uma dessas atividades, o participante do PDT relata como o acesso à técnica de castração, associada à viabilização de equipamentos, permitiu sua capacitação no procedimento:

Sim, uma atividade que foi bem produtiva. Na ocasião, vieram veterinários e técnicos que fizeram capacitações nos borregos e nos ensinaram. As associações compraram os kits para castração e o equipamento, e hoje em dia eu realizo a castração aqui mesmo, em minha propriedade. (Comunitário)

O entrevistado mencionou que divulga os conhecimentos sobre manejo e medicação dos animais com seus conhecidos. Essa troca de informações também foi por ele mencionada no sentido inverso, quando recebeu dicas de manejo referentes à perda de peso das ovelhas por meio de um primo. A disseminação de informações e práticas feita pelo PDT contribui, assim, para esses intercâmbios, não se restringindo, portanto, ao núcleo familiar diretamente participante do projeto. Com isso, o projeto resulta na ampliação das ações de capacitação e de formação para além dos participantes do PDT.

O aperfeiçoamento genético, por meio da aquisição de reprodutores, foi mencionado como responsável pelo volume de leite produzido por uma cooperativa:

Esse é o caso de dois animais que vieram com registro. Além de um bom preço. [...] E, agora, estamos coletando os resultados. Após um ano e meio de mudança, aproximadamente, o que notamos foi uma dobra na média da produção de leite, com dois a três litros por dia. Acredito que esse é um legado que estamos deixando para o projeto. (Especialista, UGP)

Com relação à criação de ruminantes e de aves, a alimentação dos animais é um dos gargalos da atividade produtiva. Um dos participantes do projeto pondera sobre as dificuldades enfrentadas: “No começo foi a falta de ração. Foi a primeira dificuldade, por ser uma região muito seca” (Comunitário). Escassez e alto custo foram descritos como aspectos dificultadores da criação de ruminantes.

Com esse panorama, o PDT trabalhou alternativas para a alimentação animal. Essa iniciativa foi impulsionada em diálogo com consultores do FIDA e em relação com a adoção de práticas agroecológicas:

[...] tínhamos um indicativo, feito por diálogo com [consultor FIDA], que nos indicou alternativas que pudessem incluir a agroecologia [...]. Como, por exemplo: produzir um suporte alimentar forrageiro usando, por exemplo, a gliricídia e a leucena. A própria Secretaria, através de iniciativa paralela, trabalhou a questão da doação de mudas de gliricídia. (Especialista, UGP)

A contribuição do FIDA no âmbito das práticas agroecológicas foi ainda citada em relação à fitoterapia animal, tendo como referência um material produzido pelo Projeto Dom Helder Câmara. Nesse sentido, pode-se observar a circulação de informações entre as iniciativas desenvolvidas com o FIDA.

Para a disseminação das práticas agroecológicas nas atividades de criação de animais, foram realizadas oficinas, que contaram com o compartilhamento da experiência de um agricultor na produção de silagem, além da distribuição de mudas. Considerando-se a disseminação e implementação das opções forrageiras, o acesso das famílias a elas, tanto em forma de conhecimento quanto às próprias mudas, está relacionado à possibilidade de atenuação do gargalo produtivo representado pela alimentação animal. Esse foi um aspecto levado em conta em uma perspectiva que considera o aporte tecnológico um dos resultados alcançados pelo PDT. Assim:

A parte de alimentação, por exemplo, banco de proteínas com plantio de gliricídia e leucena, em lugar do que eles utilizavam antes, que era a compra de farelo de soja etc. Isso levou à redução da dependência dos insumos externos. Portanto, podemos inferir que houve melhorias na resiliência dos beneficiários em relação à convivência com as dificuldades próprias da atividade produtiva, especialmente pelo aporte tecnológico. É seguro dizer que depois desse aporte tecnológico houve uma expressiva melhora no projeto como um todo e seu público em específico. (Especialista, UGP)

A implementação de campos de palma forrageira e a produção de silagem figuram igualmente entre as estratégias utilizadas na produção local da alimentação animal, repercutindo na redução de custos e na autonomia dos sistemas produtivos.

A palma é utilizada por um dos participantes entrevistados do PDT. Refletindo sobre o projeto, ele menciona:

**Eu acredito que mudou em 100% a minha vida.
Com esse projeto estou empregado cuidando das minhas ovelhas
e não preciso trabalhar para outras pessoas.
Eu atualmente conto com 12 matrizes e tenho uns borregos.
Estou trabalhando para conseguir um motor para fazer ração,
tenho palma e, graças a Deus, isso está muito melhor que antes. (Comunitário)**

O entrevistado relatou que, com o auxílio do PDT, ampliou sua estrutura produtiva e aumentou sua renda por meio da venda de carneiros e de matrizes para manutenção da família. A produção de forragem e as melhorias no manejo figuram também entre os resultados do trabalho desenvolvido com o projeto.

Esses resultados derivam, como mencionado na fala acima, no planejamento de futuros investimentos na atividade, a aquisição de um motor, denotando a potencialização da atividade.

O PDT propiciou, além do incremento da atividade de ovinocultura e da renda obtida, o acesso ao Pronaf: “Através do projeto eu consegui a minha DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf), consegui comprar uma vaca parida com leite e contribuí com a alimentação da família lá em casa com leite e carne.” (Comunitário).

Se, nesse caso, a contribuição para a alimentação familiar foi mencionada de forma não diretamente vinculada à ovinocaprinocultura, de um modo geral: “Outra questão fundamental que notamos é que a qualidade de vida melhorou e também a nutrição da família. Não havia recursos para comprar carne e atualmente abatem animais menores e isso é uma melhora expressiva para essas famílias.” (Especialista, UGP).

A avicultura, como anteriormente visto, está associada à atuação das mulheres. O destaque que a atividade assumiu no PDT contribuiu, dessa forma, para a visibilidade desse público e sua inserção produtiva, bem como das atividades por elas desempenhadas.

Mulheres e jovens são mencionados por seu papel no incremento da atividade nas famílias: “Outro [resultado] a citar são os trabalhos com criação de galinhas, onde jovens e mulheres trazem tecnologia e informação que agregam valores. E são resultados positivos. [...] Estamos inserindo famílias e aumentando a renda familiar.” (Gestora, UGP).

A inclusão de famílias e os impactos na renda familiar são considerados em relação à cadeia produtiva em questão. Nesse sentido, na sequência da fala, as cadernetas agroecológicas são também citadas como outra ação vinculada a uma atividade em que a presença das mulheres se destaca, a produção de hortas nos quintais familiares.

O uso de alternativas para a alimentação das aves segue as mesmas considerações feitas para os ruminantes. O PDT trabalhou, assim, na disseminação de informações e de mudas de plantas. Considerações sobre melhorias nos índices zootécnicos também foram feitas. Além disso, a contribuição do projeto para a melhoria da infraestrutura das famílias para a avicultura figura como um dos resultados mencionados nas entrevistas.

O impacto positivo na avicultura foi mencionado por uma entrevistada que trabalha com a atividade junto de toda a família, marido e filhas. Com o PDT, a comunitária melhorou a estrutura para a condução da atividade: “Não tinha estrutura nenhuma, quando chovia era muito pior. Só pude ter uma granja e melhorar depois da chegada do projeto” (Comunitária). Esse aporte contempla material para a construção dos piquetes. Os investimentos do PDT também propiciaram a aquisição de animais.

Os investimentos em infraestrutura se fizeram acompanhados de melhorias no manejo, propiciadas pelo acesso a informações sobre práticas que puderam ser adotadas:

Melhorou 100%. Muitas coisas aprendi com os técnicos e veterinários. Aprendi como fazer a vacinação, que agora faço sozinha. Aprendi a fazer planejamento e nunca deixar faltar nada em casa e na granja. [...] Aprendi também sobre como fazer melhores estruturas, como uma armação arredondada que coloco uma lâmpada no centro e isso previne muitas mortes prematuras que eu vinha tendo. Por isso, a melhora promovida pelo projeto é tão importante na minha vida. (Comunitária)

A importância da ATER é contemplada na fala acima, visto que os técnicos e veterinários aportaram informações para o manejo e para a melhora de índices zootécnicos, como a taxa de mortalidade. A possibilidade de ser apoiada por um veterinário foi destacada: “Com esse projeto posso contar com apoio de um veterinário que vem até a minha porta, algo que nunca tivemos” (Comunitária).

A citação acima permite, ainda, destacar outro elemento trabalhado na interação com o PDT: o planejamento. O planejamento foi referido tanto em relação à atividade produtiva quanto à “casa”, como um instrumento auxiliar para “nunca deixar nada faltar”. Assim, o projeto resulta em uma melhoria no planejamento familiar. De acordo com a entrevistada: “Eu participei de três dias de cursos, onde aprendi muita coisa boa sobre planejamento, com planejamento do hoje e do depois no negócio todo. Aprendi muito conteúdo que não sabia e nem esperava aprender.” (Comunitária).

O impulso na atividade possibilitou que a família passasse de oito cabeças de galinha para aproximadamente 300. A entrevistada ainda citou cem ovos que estavam na chocadeira. Como ela mesma avalia: “No começo tínhamos um pouco de galinhas que eram o suficiente. Aí, com o projeto chegou comedouro, bebedouro e uma nova granja e nesse ponto começamos a vender mais e, então, a comprar mais animais. E nesse ponto acredito que deu tudo certo.” (Comunitária). Ovos, pintos e galinhas são comercializados tanto na capital, transportados pela família, quanto diretamente em casa, por meio de um intermediário.

As ações do PDT resultaram no incremento da atividade, que vem recebendo investimentos da família para sua ampliação e potencialização, impactando na renda familiar: “Garante a renda da família, alimentação etc. Nós vendemos, compramos mais em seguida. Aumentamos, fazemos alguma manutenção que precisa. Tudo pelo planejamento.” (Comunitária).

As ações do PDT, vinculadas ao artesanato, contemplaram a aquisição de equipamentos para permitir melhorias e a diversificação da produção e de apoio à comercialização.

Os dois aspectos, equipamentos e comercialização, figuraram na experiência de artesanato contemplada nesta avaliação. De acordo com a comunitária entrevistada, os equipamentos que foram acessados pela associação no âmbito do PDT são direcionados tanto para a produção de artesanato quanto para o gerenciamento da atividade:

As máquinas que adquirimos foram: máquina reta e de corte e costura, bordadeira, pequenas máquinas como sopradores, furadeiras etc. Todos os itens para que nos auxiliem na produção de artesanato. Também adquirimos computadores que estávamos necessitando, principalmente para registros de produção, produção de etiquetas e cartões. (Comunitária)

Capacitações articuladas com os equipamentos disponibilizados pelo PDT foram realizadas, como os cursos de corte e costura e de informática mencionados.

A comercialização foi descrita como um dos gargalos da atividade:

Na área de artesanato, a dificuldade é encontrar comércios ou lugares para vender nosso artesanato. Hoje em dia, as vias de comercializar são muito poucas. Um ou outro turista que aparece, sendo muito difícil para vender nossos produtos. Nós praticamente trabalhamos para fora e na área do artesanato, alguns com o turismo. (Comunitária)

A participação em feiras, articulada pelo PDT, foi citada como uma oportunidade de exposição e comercialização da produção da associação. O apoio da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para a participação em uma feira anualmente realizada também foi mencionado. Por meio da Codevasf, as artesãs têm também acesso a máquinas que lhes permitem produzir artesanatos diferentes. A experiência com as feiras foi positiva e dela derivou-se o interesse manifestado de realizar uma feira de nível territorial.

Com uma comercialização limitada, as artesãs conciliam essas atividades com outros trabalhos:

Anteriormente ao Projeto Dom Távora, eu trabalhava com artesanato e continuei nessa atividade. Mas também realizo outra atividade como merendeira em uma escola, além do trabalho aqui numa empresa têxtil próxima. (Comunitária)

Dessa forma, observa-se que o artesanato é uma das atividades que compõem a remuneração das artesãs da associação, mas elas contam com outras fontes para complementar suas rendas.

O Projeto Dom Távora possibilitou uma articulação entre artesãs que trabalham com diferentes materiais, resultando em distintos produtos finais. Assim, obteve-se uma ampliação na oferta e tipo de produtos da associação:

Nós trabalhamos com palha, que é o principal material usado. Com o projeto aprendemos a possibilidade de chamar outras pessoas mais distantes da região que já trabalhavam com artesanato e que nos ajudaram a aumentar a oferta de produtos. Hoje, além da palha, trabalhamos com o crochê, panos de pratos decorativos, além do uso de materiais como o PVC e biscuit. (Comunitária)

Durante a pandemia, a produção de máscaras foi uma alternativa:

Pensávamos que, com a pandemia, não iríamos conseguir aguentar e permanecer com as iniciativas. Após um certo tempo, não podíamos abrir e nem trabalhar. Porém, com o passar do tempo e por algumas das associadas possuírem máquinas de costura, possibilitou-se produzir máscaras para pandemia. Aí, quando melhorou, pudemos voltar para o artesanato e as encomendas foram surgindo e melhorando a situação com novas encomendas. (Comunitária)

O PDT contribuiu para o incremento e a diversificação da produção. Com relação à renda proveniente da atividade: “Atualmente muita coisa está pior pela situação global. Mas, em geral, as meninas conseguem tirar um pouco a mais de renda. E nós sempre temos que acreditar que aos poucos vai melhorar mais.” (Comunitária).

Na pesca artesanal e aquicultura, as informações obtidas destacam a atuação do PDT como promotor de melhorias em termos de equipamentos, máquinas e materiais relacionados às atividades.

Quanto à pesca artesanal, esses investimentos resultaram também em um incremento da atividade, fruto de melhorias nas condições para o seu desempenho: “Então, o projeto vem injetar de novo uma condição de trabalho que a maioria não tinha. Portanto, desse ponto de vista, sem dúvidas, é um novo momento para a atividade na região.” (Especialista, UGP).

O contexto anterior ao projeto foi descrito como de embarcações envelhecidas, com um índice baixo de motorização, enfrentando dificuldades para o acesso dos pescadores a áreas de pesca e de utilização de redes de malha pequena. Com o apoio do PDT, esses aspectos foram trabalhados com as famílias. A aquisição de motores possibilitou o acesso a outras áreas de pesca:

A falta de motorização impedia o acesso deles a alguns portos tradicionais, porque passavam por dentro de fazendas. E hoje, essas fazendas estão armadas e vedando o acesso aos portos tradicionais, por conta do camarão. Então, eles teriam que mudar seus poços de origem e isso, sem uma motorização, iria ficar muito difícil. (Especialista, UGP)

Na descrição do público alcançado, fez-se a ressalva de que na pesca parte das famílias vinham de uma trajetória de deslocamento forçado pela chegada do mar a suas antigas comunidades. Soma-se a isso, no cenário de pressões sofridas por esses coletivos sociais, as restrições, acima mencionadas, de acesso aos seus “poços de origem”. Esse panorama amplifica as condições propiciadas pelo PDT, permitindo uma alternativa de acesso a outras áreas de pesca e, portanto, da manutenção da atuação dessas famílias na pesca.

Com relação às redes de pesca, o aumento na malha utilizada, promovido pelo PDT, foi mencionado como uma ação importante: “A primeira que saliento é quanto à mudança da malha nas redes. Que foi uma grande discussão, pois é totalmente ligada com a preservação, não somente das espécies, mas também do próprio negócio da pesca.” (Especialista, UGP).

Nesse sentido:

É importante mencionar a importância de incentivar o uso de maiores malhas nas redes que os pescadores beneficiários utilizam. Isso proporciona a chance de os peixes menores escaparem. Em um primeiro momento, resulta em uma menor captura. Porém, a consequência é uma maior longevidade produtiva, com constante número de peixes pegos durante os períodos de pesca, o que resulta em uma renda constante a médio e longo prazo. (Especialista, UGP)

A adoção de redes de malha maior é considerada em uma perspectiva de manutenção do pescado e, em consequência, da atividade de pesca.

Na experiência de pesca artesanal e turismo de base, abordada na avaliação em questão, embarcações e redes, acessadas por meio do PDT, foram mencionadas. Com o PDT, “As coisas que melhoraram foram muitas. Eu mesmo não tinha acesso a uma embarcação para pesca e nem rede para pesca. E a melhora foi igual para outros, que precisavam das mesmas coisas que eu.” (Comunitária).

A rede, com o tamanho de malha incentivada pelo PDT, possibilitou a pesca de uma determinada espécie, com impacto na renda obtida. Assim:



Quando chega na época do peixe curimã, que é pescado na rede de 70 por 60, é bom. Antes, por não termos a rede correta, nós não pegávamos. Então, melhorou. Agora podemos pegar quase 200 kg de Curimã. E isso foi um grande passo para todos nós. A renda melhorou muito devido a isso. Já o artesanato e a cocada são mais enfraquecidos pela situação da pandemia. (Comunitária)

Refletindo sobre a renda, na fala acima, a entrevistada se refere, além da pesca artesanal, a duas outras atividades realizadas: a produção caseira de doces e o artesanato.

A associação à qual a entrevistada pertence, existente desde 2009, é composta por uma maioria de mulheres: “E o pessoal fica mesmo admirado com as mulheres. No sentido de como elas são presentes na atividade [pesca artesanal]. No rio, jogando as redes, no barco. São mulheres guerreiras. A mulher pesca junto com maridos e irmãos.” (Comunitária).

Duas das associações com as quais o PDT atuou na pesca são presididas por mulheres e uma por uma pessoa transexual.

A associação participou do PDT também com foco no turismo de base. Em relação a essa atividade:

Participei de um curso de turismo rural na Paraíba junto com a equipe do projeto Dom Távora. E lá foi muito interessante e bonito. Nesse local eles tinham pouco e mesmo assim davam valor. E aqui nós temos muito, quando comparado, que poderíamos explorar melhor e ter um turismo rural de qualidade. (Comunitária)

Descrevendo uma situação de restrição de acesso à água potável, dependendo de caminhões-pipa e da falta de uma rede de esgoto na localidade, a entrevistada menciona:

O nosso lugar é bonito, mas não tem nenhuma estrutura para receber turismo. O nosso rio é belo, mas as beiradas são todas sujas e poluídas e isso é ruim para todos, não tem um funcionário para limpeza, isso leva o turista para longe. Uma praia muito bonita, mas suja. Uma vista bonita e um rio de lixo. (Comunitária)

Considerando o potencial turístico da região, tentativas anteriores da associação em promover ações para a atividade foram descritas:

Eu, como presidente da associação, já fui para várias reuniões e já pedi muito para criarem uma mini orla para os turistas com um quiosque que possa ajudar o nosso turismo que tem força para crescer. Infelizmente, eles não olham para pessoas pequenas como nós e não nos escutam. (Comunitária)

A invisibilidade acompanha a fala da entrevistada na descrição das condições locais de acesso à água, esgoto, saúde e educação: “é uma negação o que fazem conosco” (Comunitária). Condições locais e a invisibilidade mencionada somam-se na referida “falta de estrutura” para receber o turismo.

Assim, as ações do PDT que mais foram destacadas estão vinculadas à pesca artesanal, deixando sua contribuição em equipamentos, na diversificação do pescado e na renda obtida para os participantes:

Na minha maneira de ver, o projeto Dom Távora trouxe uma melhoria muito grande a esse povoado que vive da pesca. Nós não tínhamos condições de comprar nenhum dos materiais que temos nos dias



de hoje. Materiais que nos permitem pegar peixes de melhor qualidade e conseguir melhores preços. Aqui vivemos da pesca e de comercializar o doce de cocada, que se complementam. E quando as coisas estão mais difíceis para a pesca, o doce complementa a renda da família. (Comunitária).

Uma composição múltipla da renda das famílias é descrita pela entrevistada, abordando como as diferentes atividades se complementam, reforçando a sua importância. Além da pesca e do doce, o artesanato também foi mencionado: “o artesanato por ora está parado, não há mais eventos no qual podemos expor e, assim, não temos onde vender” (Comunitária). Potencialidades e demandas também foram manifestadas: “temos muito caju que poderia ser comercializado em diferentes formas. Mas não conseguimos, porque ninguém nos vê e não existe ninguém que olhe por nós” (Comunitária). A demanda local de recursos para uma padaria foi também contemplada no relato da participante do projeto.

A comercialização do pescado foi apontada como uma das dificuldades vivenciadas devido ao baixo valor recebido. A contribuição do PDT, ao propiciar as condições para a pesca de outras espécies de peixe, já mencionada, refletiu-se em “peixes de melhor qualidade” e em “melhores preços”.

De um modo geral, relatou-se que, entre os participantes do PDT, a maior parte deles comercializa o peixe por meio de atravessadores. O PDT realizou algumas ações visando a comercialização: “Outra questão é que nós conseguimos fazer uso de app para a venda de pescado. Com outro grupo pudemos adquirir motos com carretinhas para levar o peixe às feiras.” (Especialista, UGP).

Ações em parcerias voltadas para a comercialização também foram citadas.

[...] também dialogamos na parte pós-colheita com duas prefeituras, para utilizar em merendas escolares, de Neópolis e Ilha das Flores, que construíram, em apoio ao projeto, um local chamado “banca do peixe”, para armazenagem e comercialização de peixe e a outra deu suporte em estruturação de um ponto de venda. Um exemplo das ações de pós que não foram contempladas no desenho do projeto. Seria um local de “pós-pesca”. Então, interagimos com esses parceiros no campo de suporte de infraestrutura, e não no campo da extensão propriamente dito. (Especialista, UGP)

A Codevasf também foi parceira nas ações do PDT por meio da realização de análises de água, da doação de alevinos e na realização de capacitações. Finalmente, na área de aquicultura, a Administração Estadual do Meio Ambiente (ADEMA) atuou como parceira nas questões de licenciamento ambiental.

A comercialização, além das especificidades já descritas, é considerada: “Um dos gargalos identificados [...]. Muitos dos beneficiários necessitam de auxílio na comercialização e em estruturas produtivas, além de um apoio maior do governo.” (Gestor, UGP).

Além das já mencionadas iniciativas para a comercialização desenvolvidas pelo PDT na pesca artesanal, uso de um app e de motos com carreta e a estruturação de um ponto de comercialização, em parceria com duas prefeituras, outras iniciativas foram apontadas. São elas: a criação de um entreposto de negócios para a comercialização de galinhas caipiras; a organização de centros de comercialização de artesanato; a inserção dos projetos do PDT na Rota dos Cordeiros².

² Iniciativa do Ministério da Integração Nacional em parceria com a Embrapa Caprinos e Ovinos que contempla a comercialização e uma unidade de beneficiamento de leite caprino.

O impacto do PDT na renda familiar é considerado positivo entre os entrevistados. Uma das formas mencionadas de percepção desse impacto é o aumento da produção: “Esses financiamentos serão perceptíveis a médio prazo, e não a curto prazo. Porém, em curto tempo nós podemos ver a melhoria da renda das pessoas através da compra de uma estrutura, aumento de produção etc.” (Gestor, UGP).

No curto prazo, portanto, indicadores como investimentos e construções realizados pelas famílias e a produção são considerados para uma avaliação do impacto do projeto na renda.

Nas experiências abordadas nesta avaliação, alguns aspectos se destacaram. O impulso proporcionado pelo trabalho com o PDT na atividade de ovinocultura permitiu a um jovem não mais desenvolver a atividade de roceiro e de vaqueiro para outros agricultores: “acredito que melhorou em 100%, pois trabalho somente para mim mesmo. Não preciso atuar como vaqueiro para ninguém mais e isso é o melhor ganho”.

Na experiência com a avicultura, o aumento da renda familiar foi obtido:

Atualmente temos em torno de 300 galinhas e os pintinhos que conseguem substituir animais que são perdidos. Nós estamos recebendo um bom dinheiro na venda das galinhas, aproximadamente R\$ 3.000,00 por mês, graças ao projeto Dom Távora e à Emdagro, que nos ajudaram a estudar e desenvolver essa atividade. [...]

O projeto me ajudou muito, especialmente com relação à melhoria da minha renda e às assistências técnicas que eu podia ter. (Comunitária)

Na pesca artesanal, como visto, o impacto na renda ocorreu por meio da possibilidade de pescar peixes de melhor qualidade e de maior valor de venda.

Segundo informado, com base em dados da Avaliação de Impacto, o PDT resultou em um impacto de 14% na renda média anual familiar.



Quadro 1: Principais resultados Projeto Dom Távora

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO DOM TÁVORA

PÚBLICO ALCANÇADO COM PLANOS DE NEGÓCIO:
6.127 famílias nos planos de negócios. No total, **14.579** famílias. Qualificação das associações: capacitações em associativismo e cooperativismo e em licitações e prestação de contas.

JUVENTUDES:
30% de jovens como titulares nos planos de negócios. Agentes Jovens.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
9% de quilombolas como titulares dos planos de negócios.

MULHERES:
52% de mulheres como titulares nos planos de negócios. Avicultura e artesanato: atividades com maior envolvimento de mulheres. **4.312** mulheres participaram de capacitações do projeto.

- Visibilidade das mulheres e de atividades a elas relacionadas: quintais/horticultura (caderneta agroecológica) e a avicultura.
- Visibilidade da atuação das mulheres na ovinocaprinocultura devido à sua inclusão como representantes das famílias.

POLÍTICAS PÚBLICAS:
 acesso a políticas públicas

- **ATER:** capacitação dos comunitários em atividades produtivas e de gerenciamento e planejamento.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO DOM TÁVORA

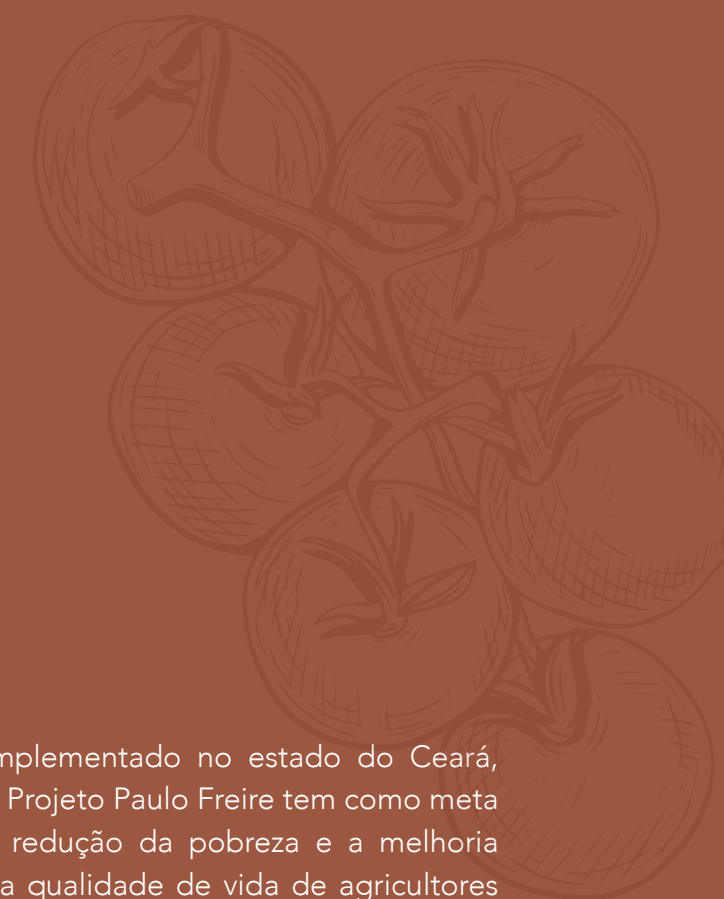
ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS:

- **Ovinocaprinocultura:** melhorias no rebanho, no manejo e redução de mortes de animais. Aumento da produção. Promoção de alternativas de forrageiras, redução de custos e melhora na autonomia dos sistemas produtivos. Capacitação dos produtores. Disseminação de informações/conhecimentos entre comunitários. Ampliação das ações de capacitação para além do público diretamente participante do PDT. Potencialização da atividade: investimentos próprios para melhorias na atividade.
- **Avicultura:** melhorias nas instalações, no manejo, na saúde animal, redução na mortalidade de animais. Aumento da produção. Disseminação e implementação de alternativas para a alimentação animal. Capacitação em planejamento: conhecimento aproveitado no planejamento familiar, não apenas na atividade produtiva. Potencialização da atividade: investimentos próprios para melhorias na atividade.
- **Artesanato:** incremento e diversificação da produção.
- **Pesca artesanal:** melhorias nas condições para o desempenho da atividade. Acesso a embarcações e motores novos e redes com tamanho de malha apropriado. Incremento da atividade.
- **Aumento da renda familiar:** Aumento da importância da renda proveniente da atividade na composição da renda familiar, ovinocaprinocultura e aves. Pesca artesanal, melhoria no preço obtido no pescado. Impacto de 14% na renda média anual familiar (Avaliação de Impacto).



PPF

PROJETO PAULO FREIRE



Implementado no estado do Ceará, o Projeto Paulo Freire tem como meta a redução da pobreza e a melhoria da qualidade de vida de agricultores familiares. Como objetivo de desenvolvimento, o projeto orienta-se para a redução da pobreza rural no semi-árido cearense. Para tanto, busca desenvolver o capital humano e social e uma produção sustentável pautada na geração de renda, agrícola e não agrícola, voltada principalmente para jovens e mulheres.

Com relação aos objetivos específicos, são mencionados:

- a) Fortalecer as capacidades da população rural e das organizações comunitárias e econômicas para identificar, priorizar e solucionar seus problemas, formar lideranças e melhorar sua capacidade de participação nos processos decisórios locais.
- b) Apoiar o estabelecimento e fortalecimento de iniciativas produtivas comunitárias e familiares, aumentando suas capacidades e habilidades para desenvolver negócios rurais e acessar aos mercados, incluindo os mercados institucionais (PAA, PNAE e outros), e às outras políticas públicas para agricultura familiar (Pronaf, PNCF, entre outros).
- c) Fomentar o desenvolvimento produtivo sustentável – agrícola e não agrícola – que incremente a produtividade de comunidades e unidades familiares gerando oportunidades de renda e emprego e levando em conta a adoção e promoção de práticas agroecológicas e o manejo sustentável de recursos naturais. (FIDA; Estado do Ceará, 2013)

Atuando em 31 municípios, o Projeto Paulo Freire está presente em seis territórios: Cariri, Sertão dos Inhamuns, Sertão dos Crateús, Sertão de Sobral, Serra da Ibiapaba e Litoral Oeste/Vales do Curu-Aracatiaçu.

O Projeto Paulo Freire foi executado por sete organizações do terceiro setor: ONG Cactus (Cactus), Cáritas Diocesana de Crateús (Cáritas), Centro de Estudos e Assistência às Lutas do/a Trabalhador/a (Cealtru), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar (Esplar), Instituto Flor do Piqui (Flor do Piqui) e Instituto Antônio Conselheiro (IAC).





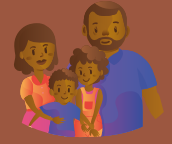
O levantamento das informações utilizadas nesta avaliação foi realizado em dezembro de 2020.

1. PÚBLICO ALCANÇADO

O Projeto Paulo Freire alcançou em suas ações um público em situação de vulnerabilidade social. Famílias em situação de extrema pobreza, comunidades pouco organizadas, acesso restrito ou inexistente a políticas públicas (às vezes somente o Bolsa Família ou nem essa possibilidade), reduzido acesso à água (com déficit de cisternas de primeira e de segunda água) e limitação de terra são aspectos encontrados no público atendido pelo projeto. A partir dessa atuação, foi possível destacar aspectos das comunidades em situação de pobreza rural que, somados à implementação do projeto, deixam uma bagagem para reflexões e tomadas de decisão sobre as ações voltadas para a agricultura familiar em sua parcela mais vulnerável. Esse grupo, muitas vezes, está abrigado, quando não totalmente invisibilizado, estritamente em abordagens de caráter social. Essa experiência, que dialoga e circula pelos campos de ação social/rural/agrícola, é uma estratégia-resultado do Projeto Paulo Freire.

Esse projeto trabalhou com 23.646 pessoas no conjunto de suas ações, como indica a tabela abaixo.

Tabela 2: Público alcançado

| TIPO DE BENEFICIÁRIO | NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS POR TIPO |
|---|--|
|  POPULAÇÕES TRADICIONAIS Quilombolas Indígenas Pescadores Artesanais | 632 127 491 |
|  MULHERES (CHEFE DE FAMÍLIA/TODAS AS CATEGORIAS) | 13.578 |
|  JOVENS | 4151 |
|  ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA | 134 |
|  POPULAÇÕES DE COMUNIDADES RURAIS (*NÃO ENTRAM POPULAÇÕES TRADICIONAIS) | 22.262 |
| TOTAL DOS BENEFICIÁRIOS | 23.646 |
| TOTAL DE BENEFICIÁRIOS CAPACITADOS EM POLÍTICAS PÚBLICAS (EXCLUSIVAMENTE) | 14.579 |

Fonte: Informações UGP PPF – dez./2020

Na categoria populações tradicionais, a participação de mulheres está distribuída de forma a alcançar os seguintes percentuais: quilombolas, 69%; indígenas, 70%; pescadores artesanais, 50%. Já o percentual de jovens é: quilombolas, 20%; indígenas, 21%; e pescadores tradicionais, 19%.

Para a atuação com as juventudes, o projeto contou com assessoria específica. Uma série de atividades foram realizadas: intercâmbios, encontros, caravanas, festivais, rodas de aprendizagem, formações, capacitações e o estímulo à formação de grupos de jovens. Como resultado, observou-se a ampliação do reconhecimento e dos espaços de atuação dos jovens nos seus coletivos sociais. Embasando essa conclusão, somam-se as referências à formação de lideranças, de multiplicadores, da ocupação por jovens de espaços nas associações e sua participação nos projetos produtivos.

Em seu papel de multiplicadores, “eles [os jovens] já estão conseguindo conversar com suas famílias e com suas comunidades sobre as técnicas, sobre as ações dos projetos que estão sendo desenvolvidos pelos jovens” (Mediador Técnico). O mediador também menciona a maior participação dos jovens nas associações. Eles ocupam espaços, melhoram sua inserção nas comunidades e obtêm mais reconhecimento dos demais comunitários.

Além disso, o Projeto Paulo Freire contribuiu para que alguns jovens buscassem as escolas agrícolas:

Quando o projeto começou a vir, começaram a vir coisas para a juventude, começou a ter passeios, intercâmbios, cursinhos. Fui começando a me apegar, a me apaixonar [...]. O técnico que atua aqui na comunidade, ele me ajudou. [...] Aí, eu fui para a escola agrícola Dom Fragoso. (Jovem Comunitária)

As atividades do projeto e o diálogo com as prestadoras de Assessoria Técnica Contínua (ATC) foram mencionados em outras oportunidades como catalisadores da inserção nas escolas agrícolas não apenas de jovens diretamente participantes do projeto. A participação da assessoria em espaços locais de articulação social permitiu a disseminação de informações:

Porque [a ATC] ajudou nas informações. [...] Mas é porque o pessoal se encontra nas reuniões [...] do Fórum do Semiárido [...]. É que, às vezes, eles juntam todo mundo e começa aquela discussão. Aí, os líderes das comunidades passam a informação e as pessoas se interessam e vão. (Comunitário)

Os efeitos da formação de lideranças são observados na própria condução das atividades do Projeto Paulo Freire: “A gente começa a ver as lideranças da juventude ligando para gente, cobrando mesmo. Porque, essas lideranças, foi a gente que formou, a gente contribuiu nessa formação.” (Mediador Técnico).

Os jovens vão ocupando espaços e se afirmando como agentes dos processos. Entre os Planos de Investimentos Produtivos (PIPs), 23% deles têm jovens como titulares. Por meio dessa inserção, os jovens podem visualizar oportunidades de atuação e permanência no campo.

Com relação à atuação com comunidades quilombolas, além do que é vinculado a outras ações, o projeto apresenta como resultado a abordagem da questão racial e a atuação com uma especificidade dessas comunidades, o reconhecimento.

A escassez de técnicos e de assessorias técnicas com trajetória de atuação com a questão racial e com as comunidades quilombolas é uma característica dos espaços da agricultura/rural. Da mesma forma, a representatividade nesses espaços é limitada. Formações específicas foram realizadas pela UGP, por meio de sua Assessoria de Gênero, Raça e Etnia:

Nós fizemos um dia inteiro de formação. [...] E é um desafio trabalhar com as comunidades tradicionais porque a gente tem uma história de acesso a informações que, às vezes, ela é um pouco distorcida. [...] Como eu vou ter uma qualidade técnica de atuação se eu ainda estou vinculada a esses pensamentos do senso comum? (Assessora Técnica)

A assessoria também foi importante em nível comunitário: “porque ela [a assessora] é uma mulher negra que ajudou bastante na comunidade para que a gente não se excluísse, não tivesse vergonha. Ela é feminista e isso fortaleceu demais o grupo de mulheres. [...] ela foi uma das cabeças do nosso intercâmbio” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

O intercâmbio acima mencionado foi organizado após a formação com as ATCs:

A partir dessa formação, saiu o encaminhamento de fazer um encontro entre as comunidades negras e quilombolas [do território]. [...] Porque nem todas as comunidades são reconhecidas, não tinham o autorreconhecimento e a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas não conhecia essas comunidades também. (Assessora Técnica)

Esse encontro contou com a participação também da Coordenação das Comunidades Quilombolas do Ceará (Cerquice). Em decorrência disso, de acordo com uma das comunitárias, “a gente foi conhecendo as outras comunidades [...]. E hoje a gente já faz parte do movimento quilombola do estado do Ceará, Cerquice. Sempre que tem reunião com eles, a gente está dentro participando.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

A comunidade quilombola amplia suas conexões. Essa articulação com outras comunidades quilombolas, por meio da coordenação estadual, impacta o fortalecimento da identidade quilombola:

Através desse intercâmbio que teve na nossa comunidade, [...] a gente conseguiu um grande avanço. Hoje, a comunidade, ela chega no hospital para fazer uma consulta, chega no Bolsa Família, hoje elas querem sua identidade ali: “eu sou quilombola”. [...] Depois do Projeto Paulo Freire, depois desse intercâmbio, todo mundo chega na associação, nos eventos: “eu sou quilombola, eu sou assumido quilombola e quero meu respeito”. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

A partir dessa articulação, a comunidade seguiu sua trajetória para a obtenção do reconhecimento pela Fundação Palmares e ganhou visibilidade: “nossa comunidade já foi mapeada. O governo já sabe que existe aqui o quilombo e isso também é uma grande conquista da gente. Já estando mapeada já é outra coisa. Só falta agora mesmo o certificado.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

Devido à inclusão no mapeamento, a comunidade já alcança uma maior visibilidade enquanto quilombola. Com o auxílio da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (Conaq), o processo de reconhecimento pela Fundação Palmares está em andamento.

A assessora resume os resultados alcançados:

Já estão inseridos no sindicato, que é quem representa os agricultores e as agricultoras, com o movimento quilombola, que tem essa questão do fortalecimento da identidade e de várias ações, participação de feiras (antes da pandemia tinha a feira), reuniões de mobilização, de formação política. (Assessora Técnica)

Além das articulações, do mapeamento e certificação, da inserção da comunidade nos espaços acima descritos e das ações produtivas, o projeto, por meio de um kit de informática, contribuiu para que a comunidade desse continuidade às interlocuções iniciadas a partir do intercâmbio.

Portanto, o Projeto Paulo Freire tem como resultado de sua atuação com comunidades quilombolas o fortalecimento da identidade quilombola, o apoio para o seu reconhecimento e a ampliação das articulações dessas comunidades com outros atores e instituições.

2. RELAÇÕES DE GÊNERO

Considerando-se as estratégias e ações em diálogo com o tema relações de gênero, pode-se visualizar um conjunto de resultados que se distribuem em três instâncias do Projeto Paulo Freire: as comunidades rurais, as ATCs e a UGP.

No âmbito das comunidades rurais, a presença de mulheres nos quadros das associações e como titulares dos planos de investimentos é um resultado alcançado pelo projeto. No primeiro caso, os relatos de campo destacaram o aumento da quantidade de mulheres em cargos de direção das associações, tanto em situações em que essas associações foram criadas a partir do projeto quanto por meio da renovação das diretorias em associações já existentes. No que diz respeito aos planos de investimento, 76% deles têm mulheres como titulares. Além da inclusão direta das mulheres nas atividades produtivas e nas associações, a atuação do Projeto Paulo Freire com esse grupo foi observada nas comunidades pela abordagem da condição feminina nos coletivos sociais, famílias e comunidades, do processo de reconhecimento das relações de gênero que interpelam o cotidiano e da possibilidade de interferência nessas relações. Esses elementos surgem nas narrativas de forma conectada.

Nessa atuação, a ATC foi fundamental, permitindo aos técnicos uma proximidade com as famílias, que levou à construção de um processo de confiança e, assim, a um maior e mais diversificado espaço de interlocução. Essa proximidade aparece relacionada à possibilidade de atuar de forma mais direta com as mulheres e abordar temas mais sensíveis. Algumas estratégias foram utilizadas, como a atuação mista, de um técnico em conjunto com uma técnica, de forma a facilitar a interação com as mulheres nas comunidades. Além disso, a presença de assessores da área social aportou um olhar e uma forma de atuação diferenciados para as equipes técnicas, com maior sensibilidade para a atuação com as mulheres e suas particularidades.

Relatos sugerindo que nas iniciativas, como reuniões só de mulheres, havia pouca presença de mulheres inicialmente e que suas falas eram restritas valorizam a atuação realizada pelo projeto e o alcance obtido na inclusão direta das mulheres nos processos produtivos. A titularidade do cadastro é uma forma de contribuir para o empoderamento desse grupo. O mesmo acontece em relação à participação nas asso-

ciações. Como destaca a entrevistada, “A gente percebeu que nós, com a oficina de gênero, a mulher e o homem, eles são iguais também. Eles têm que lutar pelo mesmo espaço [...]. Eu acredito que ficou um empoderamento bem bom, bem legal da mulher.” (Comunitária).

Na perspectiva do empoderamento, apareceram nas entrevistas referências ao reconhecimento, próprio e coletivo, do papel das mulheres e da importância e significância das atividades por elas desempenhadas, contribuindo para esse processo lento e desafiador. O incentivo à formação de grupos de mulheres foi, também, uma das estratégias promovidas. Uma das dimensões envolvidas com os grupos é a busca pela visibilidade do trabalho das mulheres, da sua participação na renda familiar. A comercialização local é um dos espaços de circulação dos produtos das mulheres: “Tem o desenvolvimento das agricultoras. Elas vendem as plantinhas delas [...]. Vai vendendo pela vizinhança. Tem também a fabricação de bolos, de comidas. As mulheres vão desenvolvendo as coisas delas para avançar.” (Jovem Comunitária).

Nesse sentido, as feiras comunitárias surgem como um espaço a mais de inserção e visibilidade das mulheres e suas atividades, contribuindo para o empoderamento:

Nas comunidades, tendo uma feirinha, ela saiu da sede, ela criou poder, ela criou força. [...] Devido à necessidade da feira, para esse empoderamento de sair [...]. Na feira você tem condição de levar tudo o que você produz em casa. E a mulher, ela conseguiu ver isso em uma visão mais ampla. O pé de chá que ela produzia, ela também pode vender e aquele chá também tem valor no mercado. (Comunitária)

O incentivo para a participação das mulheres nos canais de comercialização, locais ou externos, soma-se às estratégias de visibilização e valorização de suas atividades, contribuindo para o seu empoderamento.

A qualificação das mulheres em aspectos das atividades produtivas, mencionada como um desafio encontrado, também deixa sua contribuição nesse processo:

Uma coisa também que eu vejo como ponto positivo é que envolve muito as mulheres. [...] O meu vizinho veio trabalhar aqui em casa e ele veio falar do aviário dele. Ele disse: “Rapaz, a mulher disse que não é para eu mexer nos pintinhos dela. Que só ela que sabe cuidar direito”. Ela que foi para as capacitações. (Comunitário)

Além de trazer a questão de gênero para a atuação da assessoria técnica, contando com a qualificação das equipes por meio da assessoria do projeto, ou mesmo com momentos de formação organizados pelas próprias ATCs, estabeleceram-se algumas parcerias com CRAS e CREAS para abordar temas como a violência contra a mulher e alimentação saudável junto às comunitárias. A presença de mulheres cotistas entre as equipes técnicas, e mesmo na própria UGP, evidencia que o projeto deixa resultados de inserção e visibilidade de mulheres, para além das comunidades, contribuindo para o processo de empoderamento ainda tão necessário em espaços de atuação com a agricultura e o rural e na sociedade em geral.

As cadernetas agroecológicas³ estão em associação direta com a ideia de empoderamento das mulheres, de valorização do seu trabalho e do seu papel nos coletivos sociais, tanto na própria perspectiva dessas mulheres quanto na de outros atores sociais.

³ Implementadas em todos os projetos apoiados pelo FIDA no Brasil por meio do “Projeto de Formação e Disseminação do Uso Consciente das Cadernetas Agroecológicas nos Projetos Apoiados pelo FIDA no Brasil”, parte da parceria entre o Programa Semear Internacional, Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata e o Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia.

De acordo com as narrativas de campo, a participação direta nas cadernetas agroecológicas foi feita com um grupo quantitativamente mais restrito de mulheres. De forma a envolver um maior número de mulheres, foram realizadas reuniões ampliadas, com a presença de outras comunitárias. Nessas ocasiões, compartilhavam-se procedimentos e resultados das experiências individuais. Para obter uma maior disseminação das informações, optou-se, ainda, em alguns casos, pela seleção de integrantes dos grupos de mulheres já formados, nos quais a disseminação seria facilitada.

O grupo de mulheres, nós começamos, nós éramos em cinco. Aí foi aumentando. E hoje, a gente já teve uma grande participação na caderneta ecológica. [...] isso foi maravilhoso. Porque a gente teve grandes conhecimentos e muitas delas achavam que só ajudavam [na renda familiar]. E hoje elas batem no peito com orgulho e dizem: “Eu sou trabalhadora. Eu trabalho mais que meu esposo”. Isso é muito bom. Quando é no final do mês que você vai ver o que você consumiu, o que você doou, o que você vendeu, fruto do seu trabalho. [...] O grupo de mulheres só cresceu e ficou mais unido ainda. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Anotar o consumo, as trocas, as doações e a venda permitiu valorar a produção, dando visibilidade à contribuição das atividades das mulheres na economia familiar:

Foi uma ferramenta muito importante. [...] inteirou um ano que eu venho anotando tudo [...]. No final do mês, você soma e você vai ver o que você gastou, o que você lucrou. Coisa que, antes disso, a gente dizia assim: a gente não tem renda, não. [...] Mas a gente está agora anotando, e no final do mês, você vê que você tem renda. (Comunitária)

O registro da produção, com a sua conseqüente valorização, contou com um constante acompanhamento da equipe das ATCs. Esse acompanhamento foi um incentivo:

Aí, como é que eu ia colocar na caderneta o que produzo, o que eu doo, sem alguém para estar prestando atenção? Isso foi muito interessante porque geralmente a mulher anota. Mas ter um olhar de longe, valorizando isso aí, a gente se sente empoderadas. Aí a comunidade toda ganhou esse valor. [...] Toda mulher conseguiu valorizar o que ela produz, o que o quintal produz, o que a cisterna de enxurrada veio fazer. (Comunitária)

As cadernetas contribuíram para que as mulheres se sentissem empoderadas. De acordo com o trecho acima, a valorização das mulheres reverbera para “toda a comunidade”.

Além da contribuição para o empoderamento das mulheres, da dinamização produtiva dos quintais e dos impactos na segurança alimentar e na renda das famílias, as cadernetas agroecológicas são uma ferramenta que, após a experiência com o projeto, passou a integrar as ações de uma das ATCs. Assim, o projeto contribuiu também para a disseminação de uma ferramenta importante para a atuação com as mulheres.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSORIA TÉCNICA CONTÍNUA

Uma das primeiras ações realizadas pelo Projeto Paulo Freire em todas as comunidades foram as capacitações em políticas públicas. Essas capacitações envolveram um conjunto amplo de pessoas, atingindo 14.579 comunitários que interagiram com o projeto apenas nessa ação. Nelas, as políticas públicas eram discutidas como um direito dos comunitários e em articulação com aspectos como a organização social.

É algo que foi para realmente mudar a vida das pessoas, melhorar, seja economicamente, financeiramente, tanto em relação ao conhecimento, às políticas públicas. [...] Veio mostrar o que são as políticas públicas. O que é ser cidadão, exercer a cidadania. [...] porque muitos não tinham conhecimento das políticas públicas e agora vivem buscando: “Ei, em relação àquilo que nós ouvimos, é direito nosso”. [...] falamos muito dos direitos do idoso. Foi falado muito também do ECA, do Estatuto da Criança e do Adolescente. (Comunitário)

Sobre a relação entre as políticas públicas e a organização social, outra entrevistada afirma: “Hoje, com o Paulo Freire, a gente sabe e tem conhecimento que tudo o que nossa comunidade conseguiu com a prefeitura era com o aval da associação comunitária. É uma política pública que a associação comunitária consegue e o prefeito só assina embaixo.” (Comunitária).

As capacitações em políticas públicas realizadas pelo Projeto Paulo Freire propiciaram uma aproximação ao tema e a disponibilização de informações de forma ampla e multisetorial. Na sequência, as ações de Assessoria Técnica Contínua (ATC) deram prosseguimento à articulação das políticas públicas com questões relativas à organização social, ao associativismo como mediador entre as comunidades e tais instrumentos, além de atuarem na disseminação de informações específicas sobre determinadas ações e auxiliarem as comunidades e os comunitários nos dois aspectos.

Entre os programas e políticas públicas que já haviam sido acessados por comunitários anteriormente ao Projeto Paulo Freire, foram diretamente mencionados o Bolsa Família, as políticas de educação, de saúde, o Brasil Sem Miséria (com ações na construção de cisternas e disponibilização de recursos financeiros para a atividade de avicultura), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Garantia Safra, o PAA, o Projeto São José (eletrificação) e o Projeto Água Doce. O Bolsa Família foi mencionado como o programa de maior acesso. Além desses, as informações obtidas com a UGP citam: PNAE, Hora de Plantar, Casa Digital, Cisternas de Placa e Cisterna Calçadão. Observa-se, portanto, que as ações anteriormente acessadas pelas comunidades e comunitários contemplam os setores social, educação, saúde, rural/atividades produtivas, infraestrutura e convivência com o semiárido, podendo algumas iniciativas operar com abordagens intersetoriais.

Entre as políticas públicas acessadas pelos comunitários após o início das atividades do Projeto Paulo Freire, foram citados o Pronaf, o Agroamigo e o Crediamigo. Investimentos nas atividades de avicultura e apicultura foram mencionados, adicionando, no caso do Crediamigo, a atividade de artesanato. Essas foram menções pontuais e as narrativas se situaram mais no plano das projeções de possíveis ações a serem acessadas. Nesse contexto, o Projeto São José foi bastante referido, em alguns casos como uma possibilidade de trabalhar aspectos relativos à comercialização.

O PAA e o PNAE foram citados, por alguns entrevistados, como possibilidades que possuem algumas articulações iniciadas, mas sem exemplos concretizados. Entre os comunitários, algumas falas relativas

ao PAA e ao PNAE acompanharam ponderações sobre o tempo necessário para o recebimento dos recursos financeiros, considerando-se a demora e os atrasos dos pagamentos e como esses aspectos desestimulariam a busca por essas modalidades de comercialização institucional. Também houve uma referência pontual ao apoio prestado pela assessoria técnica no acesso ao Auxílio Emergencial, disponibilizado no contexto de pandemia.

As informações fornecidas pela UGP mencionam como programas e políticas acessadas depois do início das atividades do Projeto Paulo Freire: Pronaf, PAA, PNAE, Agroamigo, Garantia Safra, Bolsa Família, Hora de Plantar, Cisterna de Segunda Água, Auxílio-Doença, Água para Todos, São José, Crédito Rural, Pró-Jovem, Brasil Sem Miséria, Mais Infância, Cisterna de Primeira Água, Crediamigo, Aposentadoria Rural, Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2) e Um Milhão de Cisternas.

A Assessoria Técnica Contínua operacionalizada pelo Projeto Paulo Freire pode ser considerada tanto uma estratégia adotada com resultados externos e internos ao projeto quanto um resultado em si mesma. Deve-se considerar que o acesso anterior ao projeto a esse tipo de assessoria era restrito ou inexistente nas comunidades alcançadas.

A organização social foi bastante destacada como um dos elementos desafiadores da implementação do projeto e, igualmente, como um dos resultados alcançados decorrentes da atuação da Assessoria Técnica Contínua. As ATCs atuaram na reorganização de associações já existentes e, inclusive, na criação delas. A mobilização social também foi impactada pelo incentivo ao desenvolvimento de atividades de forma coletiva. Como resultado, observou-se situações nas quais o crescente interesse pela participação nas associações e o aumento de associados já eram retratados.

A abordagem adotada nas assessorias, envolvendo os comunitários em um constante processo de construção de conhecimento, permite que a organização social por meio das associações contribua para a perspectiva de empoderamento interno da comunidade e de reconhecimento de seus direitos e de caminhos possíveis. Esses resultados amplificam a relevância dessa ação diante das condições iniciais das comunidades, fragilizadas em termos formais de organização social e a situação de vulnerabilidade do público alcançado.

A assessoria técnica do Projeto Paulo Freire foi executada por sete organizações do terceiro setor: ONG Cactus (Cactus), Cáritas Diocesana de Crateús (Cáritas), Centro de Estudos e Assistência às Lutas do/a Trabalhador/a (Cealtru), Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (Cetra), Centro de Pesquisa e Assessoria Esplar (Esplar), Instituto Flor do Piqui (Flor do Piqui) e Instituto Antônio Conselheiro (IAC). Essas ATCs atuaram junto a 23.646 comunitários e estiveram presentes de forma frequente nas comunidades, mobilizando instrumentos de ATER individuais e coletivos. Todas as ATCs desenvolvem atividades com os públicos prioritários de mulheres e jovens. Cinco delas atuam com quilombolas: Esplar, Flor do Piqui, Cetra, Cáritas e Cactus; duas com indígenas: Cáritas e Esplar; três com pescadores artesanais: Cealtru, Cetra e IAC e uma com assentados de reforma agrária: CETRA. Para as ações de assessoria, além das ATCs, o projeto contou com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), que prestou assessoria ao artesanato.

Pelo observado nesta avaliação, a ATC implementada pelo projeto é uma assessoria contínua e não pontual, que atua em vários campos – associativismo, social, produtivo – e é pautada pelo aporte de formações e de uma abordagem de ações orientadas para a promoção da autonomia das comunidades.

Um dos legados que aparecem nas falas dos comunitários é o acesso a informações, sejam vinculadas às atividades produtivas ou a outras ações do projeto, como as políticas públicas e a organização social.

O projeto atuou com uma fase, anterior à chegada dos investimentos, voltada para assessoria técnica, para formações e estímulo à participação e interação. Com relação às atividades produtivas, esse aspecto aparece entre os comunitários como uma forma de preparação anterior ao recebimento dos investimentos materiais e que colabora para o seu aproveitamento. A atuação da ATC também foi descrita pelos comunitários como não pontual, ou seja, a assessoria contribuía com as famílias não exclusivamente em aspectos relacionados às atividades produtivas do projeto.

Os resultados da ATC não são alcançados apenas com os comunitários. Para essas assessorias, o projeto foi uma oportunidade de desenvolver uma atuação constante e próxima ao público, atingindo um número elevado de comunidades. Esse é um dos aspectos que permite dizer que a operacionalização da assessoria técnica contínua, no âmbito do Projeto Paulo Freire, é por si só tanto um dos resultados alcançados quanto uma geradora de outros produtos.

Para atuar no projeto, as ATCs tiveram que aumentar suas equipes técnicas. A gestão de uma equipe ampliada foi acompanhada por momentos de formação, capacitações, assessorias, diálogos/intercâmbios que buscavam trabalhar o conjunto de temas, instrumentos e ações alinhados ao projeto. A atuação no Projeto Paulo Freire tanto produziu resultados internos nas assessorias quanto também deixa como legado um conjunto de profissionais com trajetória e preparo para atuação em temas como convivência com o semiárido, metodologias participativas, agroecologia, assim como a habilidade de atuar com coletivos e categorias sociais historicamente de acesso restrito ou inexistente a ações externas, como famílias vulneráveis, mulheres, jovens, populações tradicionais. Em um contexto no qual profissionais como esses são escassos, essa formação é um resultado importante do projeto.

O conjunto de ações identificadas direcionadas à promoção qualitativa da atuação e do quadro técnico engloba: ações da UGP em diálogo com as ATCs, ações realizadas entre as ATCs e dinâmicas internas a cada ATC.

Na primeira categoria, foram mencionadas ações de formação para as equipes técnicas das ATCs voltadas para o público prioritário. Elas foram conduzidas pelas assessorias do projeto nas categorias de gênero, raça e etnia e juventudes. Além disso, foram realizadas assessorias direcionadas para as organizações individualmente.

As diferentes experiências das sete ATCs carregam particularidades que enriqueceram a atuação e permitiram intercâmbios entre elas. As feiras comunitárias são um exemplo de estratégia de ação oriunda das ATCs que foi compartilhada. Essas feiras disseminaram-se a partir de capacitações promovidas pela UGP, uma das oportunidades de troca de experiências entre as ATCs.

Iniciativas de formações internas foram citadas, em alguns casos relacionadas à existência na equipe de profissionais e assessores da área social. A partir da segunda etapa do projeto, a UGP demandou a presença de profissionais da área social nas equipes técnicas, além da inclusão de mulheres no quadro técnico, nas diferentes áreas, com uma cota mínima de 30%.

A própria atuação no projeto pode ser considerada uma oportunidade de formação para o quadro técnico ingressante, de modo a adquirir ou ampliar experiências de trabalho voltadas para o público prioritário, agroecologia, organização e mobilização social, tecnologias sociais e outros.

O reforço a uma atuação e constituição de equipe multidisciplinar, evidenciando a interação entre questões sociais, produtivas, ambientais e as dinâmicas individuais e coletivas em seu caráter diferencial, permite que esses aspectos se somem na perspectiva de qualificação e ampliação de experiências de assessoria técnica. Esse aporte se deu, como foi visto, tanto institucionalmente quanto na perspectiva dos profissionais. A importância em se transitar por diferentes campos de atuação, em diálogos multidisciplinares, destaca-se quando se tem como objetivo desenvolver ações com camadas sociais em situação periférica, de invisibilidade e precariedade.

4. ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS E TECNOLOGIAS SOCIAIS

Os Planos de Investimentos Produtivos (PIPs) implementados pelo Projeto Paulo Freire contemplaram 17.742 pessoas, distribuídas em diferentes grupos, conforme a tabela abaixo.

Tabela 3: Planos de Investimentos Produtivos, distribuição por categorias sociais

| TIPO DE BENEFICIÁRIO | NÚMERO TOTAL DE BENEFICIÁRIOS POR TIPO |
|--|--|
| TODOS OS BENEFICIÁRIOS | 17.742 |
|  POPULAÇÕES TRADICIONAIS | 1.250 |
|  QUILOMBOLAS | 632 |
|  INDÍGENAS | 127 |
|  PESCADORES ARTESANAIS | 127 |
|  MULHERES | 13.578 |
|  JOVENS | 4151 |
|  ASSENTADOS DE REFORMA AGRÁRIA | 134 |
|  POPULAÇÕES DE COMUNIDADES RURAIS (*NÃO ENTRAM POPULAÇÕES TRADICIONAIS) | 22.262 |

Fonte: Informações UGP PPF – dez./2020

Assim, 93% dos PIPs vinculam-se às populações das comunidades rurais e 7% às populações tradicionais. Com relação a essas últimas, quilombolas e pescadores artesanais alcançam, aproximadamente, 3% do total de planos cada, enquanto 1% dos planos contemplam comunidades indígenas. De forma transversal às demais categorias, as mulheres são titulares em 76% dos planos e os jovens, em 23%.

Durante o levantamento de informações, as atividades dos PIPs haviam sido finalizadas em 2.670 planos. Os demais estavam em fase de execução, que compreende 40% dos recursos vinculados a insumos e máquinas e é posterior à fase de instalação, que contou com o aporte de 60% dos recursos planejados.

O Projeto Paulo Freire realizou uma série de atividades nas comunidades anteriores ao estabelecimento dos convênios com as associações e à chegada dos investimentos. Como foi visto, nessa etapa as assessorias técnicas contribuíram para a criação ou a regularização das organizações. Nesse período precedente, ações de formação, capacitações, intercâmbios, envolvendo tanto a área produtiva como a social, foram também realizadas pelas ATCs. Essas ações contribuem para a mobilização e organização social das comunidades, diferenciando-se de iniciativas nas quais os coletivos são articulados pontualmente, por exemplo, para o recebimento de algum recurso externo.

Os PIPs do Projeto Paulo Freire podem contemplar mais de uma atividade, sendo essa uma característica da grande maioria deles. O projeto buscou trabalhar com atividades já desenvolvidas pelas comunidades, que foram por elas demandadas e com foco na produção para o consumo familiar, com a venda dos excedentes. A multiplicidade de atividades e o direcionamento para a segurança alimentar das famílias, com a comercialização de excedentes, foi alcançada. Ao todo, são 16 atividades produtivas e tecnologias sociais.



Tabela 4: Atividades produtivas e tecnologias sociais

| Cadeias ou atividades produtivas (agrícolas e não agrícolas) | Nº de famílias | Custo médio por família | Recurso investido |
|--|----------------|-------------------------|-------------------|
| Avicultura | 6.347 | R\$ 3.798,33 | R\$ 24.108.012,85 |
| Ovinocaprinocultura + suporte forrageiro | 4.633 | R\$ 4.871,98 | R\$ 22.571.904,15 |
| Quintal Produtivo | 3.207 | R\$ 786,29 | R\$ 2.521.632,03 |
| Suinocultura | 2.355 | R\$ 4.854,09 | R\$ 11.431.381,58 |
| Reuso de Água com Quintal Produtivo | 2.723 | R\$ 3.163,57 | R\$ 8.614.410,19 |
| Biodigestores | 1.759 | R\$ 1.659,30 | R\$ 2.918.708,70 |
| Apicultura | 648 | R\$ 5.389,20 | R\$ 3.492.199,43 |
| Artesanato | 224 | R\$ 3.833,29 | R\$ 858.656,96 |
| Mandiocultura | 204 | R\$ 2.023,52 | R\$ 412.798,08 |
| Pesca Artesanal | 185 | R\$ 4.877,38 | R\$ 902.315,30 |
| Fogões Ecológicos | 232 | R\$ 801,00 | R\$ 185.832,00 |
| Fruticultura | 93 | R\$ 4.896,08 | R\$ 455.335,44 |
| Horticultura | 73 | R\$ 6.772,27 | R\$ 494.375,71 |
| Cajucultura | 64 | R\$ 3.170,94 | R\$ 202.940,24 |
| Unidade de Beneficiamento | 244 | R\$ 7.454,28 | R\$ 1.818.844,32 |
| Barreiro (projeto ambiental) | 40 | R\$ 1.759,88 | R\$ 70.395,38 |

Fonte: Informações UGP PPF – dez./2020

Como pode ser observado, avicultura e ovinocaprinocultura (com suporte forrageiro) são as atividades que contemplam o maior número de famílias e de recursos financeiros. Na sequência, em relação ao número de famílias, estão os quintais produtivos. Eles são a sétima atividade em volume de investimentos. Os quintais e a avicultura são atividades frequentemente relacionadas às mulheres. O destaque apresentado por essas atividades reflete a orientação do projeto para a inclusão desse público específico. A suinocultura é a quarta em número de famílias e a terceira em recursos investidos. Entre as tecnologias sociais, destacam-se o reuso de água, acompanhado por quintais produtivos, sendo a quinta atividade em número de famílias e a quarta em recursos, e os biodigestores, sexta em quantitativo de famílias e de recursos financeiros.

Os quintais, por sua relação com as cadernetas agroecológicas e com a segurança alimentar e nutricional, já foram anteriormente abordados. As demais atividades são mobilizadas neste documento de acordo com sua articulação com os temas em análise.

O conjunto de ativos produtivos acessados pelas comunidades por meio do Projeto Paulo Freire envolve construções, aquisição de animais, máquinas e equipamentos e aquisição de insumos, que promove-

ram melhorias nas atividades produtivas. A pesquisa de resultados realizada pela UGP em maio de 2020 apontou um aumento de 28% no volume da produção.

Com relação à criação de animais, o acesso a eles e os incrementos na infraestrutura disponível contribuíram de forma positiva para as atividades:

Eles passaram a ter uma estrutura de abrigo para os animais. [...] muitos deles criavam pequenos animais, mas de uma maneira sem manejo correto, os animais soltos [sob condições adversas]. [...] Tem cinco comunidades que já comeram frangos [...], o resultado produtivo é [...] as pessoas terem melhorado a qualidade de vida dos animais e delas. (Mediador Técnico)

Melhorias nas estruturas para as criações e o acesso a animais demonstram resultados por meio do consumo familiar e do manejo animal. A melhoria da infraestrutura para a criação de suínos também foi citada como um aspecto positivo aportado pelo projeto em comparação com o sistema utilizado antes: “todos eles já tinham porco. Só que criava solto. Os bichos pulando dentro de casa, saindo e correndo para casa, defecando [...]. Era desse jeito. [...] E agora, os que estão no projeto têm a pocilga.” (Comunitário).

No caso da citação acima, a construção de um biodigestor acompanha os investimentos na suinocultura. A produção de gás, o aproveitamento dos resíduos dos animais e a possibilidade de economia na renda familiar pela não necessidade de aquisição de gás, obtidos pelo biodigestor, somam-se ao incremento na atividade produtiva.

A infraestrutura proporcionada permite melhorias e a própria adesão à atividade:

Tinha umas famílias que tinham vontade, mas não tinham como criar os pintinhos. No inverno, quando chovia, a gente corria, pegava os pintos, colocava dentro de uma caixa [...]. E hoje não. Tem a casinha, com energia [...]. Tem como sair de casa, ir para a roça e deixar os pintinhos trancadinhos, sem correr o risco da chuva vir e levar. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Com os galinheiros, torna-se possível criar as galinhas e se amplia o interesse pela atividade: “as famílias já tinham aquele movimento de criar galinha, só que não era tanto como hoje, depois do Projeto Paulo Freire” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

Os investimentos realizados na avicultura contemplaram também material para instalar pequenos caneteiros, mudas de hortaliças, frutíferas e forrageiras para o pastejo das galinhas. Dessa forma, esses investimentos contribuíram para a segurança alimentar das famílias e dos animais e possibilitaram a comercialização de excedentes.

Para a criação de animais, alguns equipamentos foram adquiridos:

O produtor não tinha um local para fazer o seu manejo sanitário. [...] Essas famílias não tinham, por exemplo, alguns equipamentos [...] para castração de animais.

Uma forrageira, uma ensiladeira que vai melhorar a produção de silagem, por exemplo, ou mesmo de alimentos [...], uma pistola de vacinação. (Gestora, UGP)

Investimentos, construções e equipamentos permitiram melhorias no manejo e na criação de animais.

Na apicultura, o aporte de caixas e de equipamentos, incluindo os de beneficiamento, impactou a quantidade e a qualidade do mel, influenciando a renda familiar, como será visto a seguir.

Pescadores artesanais tiveram acesso a instrumentos e equipamento para pesca e armazenamento, envolvendo canoa, motor, boia, rede e freezer. Alguns casos incluíram caixas térmicas. Apoiados por esses investimentos, os pescadores artesanais ganharam em agilidade de deslocamento. Ocorreram impactos na comercialização pela possibilidade de armazenamento do pescado. Anteriormente, a comercialização era feita na hora ou o peixe era salgado, o que implicava em menores retornos financeiros. Assim, o Projeto Paulo Freire possibilitou melhores condições para a realização da atividade e para a comercialização do pescado.

As estruturas instaladas para as criações de animais são um incentivo para a condução das atividades produtivas: “Agora todo mudo tem sua ovelhinha para criar. Outros agora têm a casinha dos frangos para comprar os pintos e colocar. Começar, né? Fazer a sua vida. Que isso é uma ajuda. Muito bom para os agricultores.” (Comunitário).

Investimentos em estruturas para os cultivos e para as tecnologias sociais também produziram melhorias nos sistemas produtivos familiares, conforme será abordado na sequência.

A comercialização, como já mencionado, está articulada ao consumo familiar: “A característica das famílias do Paulo Freire são famílias que têm uma produção principalmente de autoconsumo. Não existe um excedente grande, uma cultura do beneficiamento para comercializar.” (Mediadora Técnica).

Foi possível observar que os excedentes são escoados, em sua grande parte, por canais locais de comercialização e, em alguns casos, para canais externos.

A comercialização em nível das comunidades é um dos canais de venda da produção:

Em um primeiro momento, é para consumo. Mas geralmente sobra. Aí, o que sobra, as pessoas vendem. [...] Já vão vendendo para que o lucro chegue para aquela família. [...] Eles vendem para as pessoas que não têm. Na comunidade mesmo ou nas comunidades vizinhas. [...] Então, aqueles que não criam vão comprar daqueles que produzem na própria comunidade. (Comunitário)

A produção da avicultura que não é utilizada no consumo das famílias passa a circular em canais comunitários de comercialização. Essa circulação permite visualizar a contribuição em termos da segurança alimentar não apenas para as famílias que estão produzindo determinado produto, mas também para as comunidades próximas.

Outro comunitário reforça a relação produção/autoconsumo/comercialização local: “essa produção vai primeiramente para o consumo. Aí, o que sobra, vende para a comunidade. Que o nosso intuito aqui é vender aqui na comunidade.” (Comunitário).

A comercialização local foi bastante referida nas entrevistas. Em algumas situações, como já existente nas comunidades; em outras, como um canal que vinha sendo incentivado. A circulação de produtos entre os comunitários envolve também trocas e doações. Voltadas para esse âmbito de comercialização e

de circulação da produção, as denominadas feiras comunitárias foram incentivadas. Como já visto, essa foi uma iniciativa que se disseminou por meio das trocas de experiências entre as ATCs. Na sequência, essas feiras serão abordadas mais detalhadamente.

Os mercados institucionais, PAA e PNAE, eram citados e visualizados como possibilidades e, em alguns casos, com articulações em andamento: “Porque nós estávamos fazendo um projeto que era para distribuir nas escolas. [...] ficou lá para o próximo ano. Quando for no próximo ano, a gente já vai pegar. Eu já me inscrevi para entregar os frangos, os caipirões.” (Comunitário).

Segundo informações da UGP, quatro famílias passaram a acessar o PAA depois da interação com o projeto Paulo Freire e 18 famílias acessaram o PNAE.

Entre as possibilidades de escoamento da produção, houve alusão frequente aos atravessadores:

A gente vende o mel tanto para o atravessador como em casa mesmo, para os comerciantes. Sempre o mel é bastante vendável. [...] Porque é um mel de boa qualidade, que a gente tem todo o equipamento que a gente ganhou do Projeto Paulo Freire e isso facilitou até para a venda. [...] Agora aumentou mais, depois do projeto. Porque outras famílias foram beneficiadas, já aumentou mais a produção. [...] E as galinhas também. A gente consome muito também. Porque ao invés de comprar carne de fora, a gente consome. [...] O mel também a gente consome. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

O mel, conforme relatado acima, é um produto de fácil comercialização, escoado via atravessadores, que ganhou em produtividade e qualidade com o suporte do projeto. Tanto o mel quanto as galinhas foram mencionados como produtos que podem ser vendidos e que integram o consumo das famílias na comunidade e a renda familiar. As galinhas são vendidas em outros canais:

As galinhas, as pessoas vendem para a comunidade, vendem para os restaurantes do município. E os ovos são vendidos nas feiras, são vendidos para as outras comunidades. Para as vilas maiores, que não têm o hábito de criar galinha. Não é nem tanto porque não queira, mas é porque muitas vezes não têm quintal adequado para criar. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

A comercialização local de galinhas e ovos, nas comunidades, em feiras e para restaurantes, é o canal de venda da produção. Parte dessa produção, à semelhança do que foi dito acima por outro comunitário, direciona-se às famílias que não realizam essa atividade produtiva. Por meio dessas vendas locais, o projeto contribuiu para a segurança alimentar das comunidades e de outros coletivos sociais próximos.

A venda de porta em porta foi citada como uma das formas de comercialização dos produtos dos quintais, tanto em comunidades vizinhas quanto na sede dos municípios. Esse já era um canal de comercialização utilizado por uma comunitária que, com o auxílio da assessoria técnica disponibilizada pelo Projeto Paulo Freire, relatou ter passado a distribuir cartões com suas informações de contato que a auxiliaram no aumento das vendas da comercialização de seus produtos:

Eu fiz uns cartõezinhos da minha horta. Aí, eu fiquei entregando nos mercantil, na feira. Foi aonde começou meus pedidos pelo telefone. Quando eu distribuí esses cartõezinhos é que começou mais a aparecer pedidos. [...] Depois que o Paulo Freire chegou, que eu

aumentei a horta. Antes eu vendia, mas só vendia para o PAA. Vendia para o PAA e saía vendendo nas roças, nas vilinhas aqui de [município]. Aí, depois que o Paulo Freire chegou é que eu fiz os cartõezinhos, aí aumentou minha renda. (Comunitária)

O projeto contribuiu para o aumento e a diversificação da produção da comunitária. Por meio do Projeto Paulo Freire, ela passou também a comercializar em feiras: “E as feiras que o Paulo Freire fazia? [...] Levava muita coisa para as feiras e vendia. [...] Onde tinha feira, eu estava dentro. Era do Paulo Freire a barraca.” (Comunitária).

A comercialização em feiras municipais e regionais foi relatada de forma mais pontual. O acesso a algumas feiras aparece como vinculado às experiências de atuação das assessorias técnicas. Assim, por exemplo, fizeram-se referências às feiras agroecológicas, da agricultura familiar e agroecológicas e solidárias, contando com a participação de alguns comunitários. As ATCs contribuíram para a realização de algumas dessas feiras, tanto municipais como regionais. Esse é o caso das feiras municipais da agricultura familiar: “Inclusive, com a chegada do Projeto Paulo Freire, a gente fez assim uma injeção de ânimo. A gente formou uma feira no município, que se chama Feira da Agricultura Familiar e Solidária.” (Comunitário).

A ideia de organizar a feira, acima mencionada, surgiu a partir de um fórum municipal e sua concretização contou com a contribuição da ATC/Projeto Paulo Freire. Com a pandemia, a feira assumiu o formato virtual. Articulações desse tipo, para a comercialização por meio de vendas pelo aplicativo WhatsApp no contexto da pandemia, foram realizadas em nível regional, municipal e comunitário.

A atuação das ATCs nos territórios contribuiu para a articulação, com parceiros como municípios e sindicatos, de espaços de comercialização voltados para a agricultura familiar, para a agroecologia e sob a perspectiva da economia solidária. Contando com a bagagem de algumas ATCs, as feiras não são trabalhadas apenas como espaços de comercialização, mas também como momentos de formação e integração entre as comunidades. Um espaço de trocas e aprendizados.

As feiras comunitárias foram descritas como espaços de visibilização e valorização da produção e da própria comunidade, tanto em uma perspectiva interna quanto externa. Uma das ATCs fez, anteriormente à realização da feira comunitária, um trabalho de visualização da produção da comunidade. Nele, cada família levou sua produção e assim a comunidade pôde visualizar a magnitude do que é por ela produzido, “sua força”.

Então, com essa mostra nós tivemos a condição de realizar uma feira da comunidade. [...] convidamos os parceiros. Foi uma feira que reuniu bastante gente, tinha diversos produtos. Isso foi bom demais. [...] Após essa iniciativa, foi realizado diversas feiras em diversas comunidades. (Mediador Técnico)

A reunião da produção da comunidade evidencia a diversidade e a quantidade, o caráter significativo dessa produção, mostrando aos comunitários e ao seu coletivo social como são “fortes”. A segunda etapa mencionada, as feiras comunitárias, conta com a participação de atores externos. Visibilidade interna e externa contribui para o empoderamento das comunidades.

As feiras comunitárias são oportunidades de realizar a comercialização de uma forma mais autônoma, driblando algumas dificuldades das feiras nas cidades, e de explorar o mercado comunitário:

Ela [a comunidade] consegue ter um processo de troca muito forte, como a própria comercialização, mesmo dentro da própria comunidade. [...] é uma coisa fácil de ter autonomia e é um mercado bem interessante. [...] a feira é um espaço muito rico. De comercialização também, mas de troca, tanto do produto como de conhecimentos e saberes. (Mediador Técnico)

Outro entrevistado conta um pouco da sua experiência com as feiras comunitárias: “Nós também fizemos umas feirinhas. [...] Tem que ver, ficou uma feira muito boa aqui [...], pode trazer o que tiver [...]. Coisas mesmo sem veneno, só coisa natural mesmo. [...] Esse evento que nunca tinha acontecido aqui. [...]. Todo mundo foi e lá comprou.” (Comunitário).

As falas acima demonstram as possibilidades abertas pelas feiras comunitárias: explorar os mercados locais, valorizar a produção e as comunidades e configurar um espaço de interação e aprendizados. Além disso, as feiras dão visibilidade às mulheres: “a gente estava querendo fazer uma feira. [...] Só com as coisas dos quintais e com a produção das mulheres. [...] A feira na nossa comunidade, para a gente convidar o município inteiro e verem a produção das mulheres.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

Considerando a comercialização local um espaço importante no contexto das comunidades envolvidas com o Projeto Paulo Freire, as feiras comunitárias estimularam não apenas as dinâmicas mercantis, mas também o reconhecimento e a valorização da produção e a interação desses coletivos sociais. As feiras comunitárias permitiram às comunidades a oportunidade de reconhecimento e incremento de suas capacidades e potencialidades, tanto interna como externamente. Essas feiras contribuíram para o empoderamento dos indivíduos e das comunidades.

Abordar a renda familiar no âmbito do Projeto Paulo Freire requer seguir o caminho apontado por uma comunitária: “a renda começa do consumo” (Comunitária, Comunidade Quilombola). Como visto, nesse projeto produção e comercialização estão associadas ao autoconsumo, em diálogo direto com a segurança alimentar da família e das comunidades.

O impacto das ações do projeto na renda familiar pode ser observado, para além do autoconsumo, no incremento e na venda da produção das famílias e das tecnologias sociais.

A geração de renda monetária foi identificada nas atividades de ovinocultura, avicultura, apicultura e com os quintais produtivos. A venda de ovos e galinhas gera um recurso financeiro que é utilizado para aquisições de outros produtos: “Digamos que foi vendido cinco ou seis frangos. Aí, vai investindo em alguma outra coisa que ele não planta, o arroz, mercantil no geral. [...] É algo bom, porque tem de fazer o dinheiro para comprar em outro canto.” (Comunitário). Por meio da comercialização de seus ovinos em uma feira, iniciada a partir do projeto, outro comunitário menciona: “a gente escoava o produto que sobrava do consumo da gente, a gente levava para lá [feira], para gerar renda, para a gente comprar um arroz, um macarrão, essas coisas. Dá para comprar as outras coisas.” (Comunitário).

O incremento na renda familiar, obtido por meio das ações do projeto, também propiciou às famílias investimentos nas atividades produtivas:

O pessoal da apicultura [...] pegou os enxames, colheu e já teve foi renda. [...] Os que eram do grupo de apicultura, quando recebeu o material e já começou a lucrar no mesmo ano aí já está pensando em investir mais ainda, porque com aquilo que ele está conseguindo arrecadar, já vai investindo em outras colmeias. Lucrando do que foi recebido do projeto. (Comunitário)

Além de investimentos, o interesse pela atividade amplia-se nas comunidades. Em uma comunidade onde já se mencionava a geração de renda devido à apicultura:

Outras pessoas que não são beneficiárias, mas também quiseram entrar, já compraram uma, duas, três caixas. Porque viram que a apicultura gera renda para a família e isso foi bem gratificante, porque a comunidade toda interagiu e começou a trabalhar mais e ver que as pessoas não precisam sair daqui para sobreviver. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Outros comunitários, vendo os resultados em forma de geração de renda, se motivaram a atuar na apicultura, que, também pela ação coletiva gerada, permite perceber que “as pessoas não precisam sair daqui para sobreviver”.

Além disso, as tecnologias sociais são atividades que possibilitam estabelecer a relação entre o que é produzido, a valoração financeira do que é consumido e um retorno monetário. Com relação ao biodigestor, o mediador técnico aponta o ganho de uma das famílias:

Cada caso tem a sua especificidade e o seu ganho mais específico. Aumentou a renda? Aumentou. Porque ela [a família] tá vendendo os porcos e ela não compra mais o bujão. Mas o que ela achou mais significativo foram as crises de asma do filho que desapareceram. Então, cada família tem algo diferente que ela julga importante, sabe? (Mediador Técnico)

A produção de suínos associada ao biodigestor está articulada à renda familiar, tanto na geração direta de recursos monetários quanto pela não necessidade de despendê-los. O assessor lembra que as famílias podem ter olhares diferentes sobre o que poderia ser considerado como resultado da utilização dessas tecnologias. No caso em questão, ele relata o impacto direto na saúde de um dos integrantes da família, propiciado pela adoção do biodigestor. Essa proximidade da ATC proporciona um espaço de encontros e diálogos, que se reflete no resultado das ações implementadas.

A importância da economia feita com o biodigestor é acompanhada pela renda obtida por meio de outra tecnologia social, o reuso:

A gente recebeu um biodigestor, que já tá com três anos que a gente nem sabe mais o quanto é um bujão de gás. [...] Foi novidade e um dinheiro que, antes, a gente precisava comprar o gás. [...] E a gente também tem o reuso de água. Isso é outra tecnologia que gera renda também. A gente vende húmus para as outras comunidades [...] Para mim mesmo é muito importante [...], que antes eu não tinha essa renda e agora eu tenho. (Comunitário)

Tanto o dinheiro que não será mais necessário para a compra do gás quanto a venda das minhocas e do húmus são formas de gerar renda, contribuindo para a economia familiar.

Abordar o indicador renda no Projeto Paulo Freire é um convite para percorrer um caminho que começa pelo autoconsumo e segue por trilhos que cruzam dimensões em interação: questão de gênero,

segurança alimentar e nutricional, organização social, ATC, atividades produtivas, tecnologias sociais, diálogos entre comunidades, empoderamento individual e coletivo.

Ações que envolvem a segurança alimentar perpassam o Projeto Paulo Freire. Referências ao aumento e à diversificação de produtos, lembrando da relação autoconsumo/comercialização, estiveram presentes em falas de assessores técnicos, de comunitários e de gestores.

Na abordagem da segurança alimentar, além do volume da produção, qualidade e diversidade foram alcançadas. A qualidade foi observada associada a uma abordagem agroecológica, garantindo às famílias a produção de alimentos livres de agrotóxicos. A qualidade dos produtos locais se relaciona com a ideia de valorização desses produtos. Na questão da segurança alimentar e nutricional, fortalecer a produção local passa pela sua revalorização. Esses dois aspectos foram trabalhados e alcançados pelo projeto.

Com relação à diversificação da produção, em casos pontuais se relatou a adoção de alguma atividade produtiva diferente. O grande impacto na diversificação, resultado do projeto, está relacionado aos quintais produtivos. Lembrando-se a importância dessa ação em termos do número de famílias envolvidas (que contabiliza tanto a própria atividade quanto sua associação com o sistema de reuso e a avicultura), os quintais reforçam a atuação com a segurança alimentar, por meio da diversificação e da produção de alimentos agroecológicos, e fortalecem a inclusão das mulheres e a valorização das suas atividades. Com isso, investimentos em estrutura e diversificação nos quintais resultaram em melhorias na segurança alimentar e na comercialização dos excedentes.

Sobre investimentos em acesso à água, em cultivos e na criação de animais, uma comunitária afirma que:

A cisterna de enxurrada [...] aumentou a produção do quintal. [...] E, depois desse cisternão, eu aumentei meus canteiros. Hoje, eu já estou com uma área bem grande, com muitas plantas já [...], eu sei que eu vou ter aquela água para aumentar a minha produção. E, também, [...] eu tenho a água do meu cisternão para dar para as minhas ovelhas. Isso é maravilhoso. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

A diversificação produtiva contempla, em alguns casos, não apenas cultivos alimentares, estendendo-se para as forrageiras, em diálogo com o sistema produtivo da família:

Só o que tinha mesmo era cajueiro e ateira e também só produzia milho, feijão e jerimum. Aí, [...] os técnicos [da ATC] ficou incentivando a gente para aumentar o quintal, apesar de ser uma pequena propriedade, mas diversificar vários tipos de fruta nele. Isso nós conseguimos. Hoje a gente tem nele diversos tipos de fruta, da horta, frutífera e forrageira, forragem para os animais. (Comunitária)

No caso descrito acima, observa-se uma atuação integrada de diferentes atividades, complementada pela utilização da água do reuso nas frutíferas de caule grosso e do húmus nos canteiros. Essa abordagem integrada está relacionada à ATC e é um resultado do Projeto Paulo Freire.

As tecnologias sociais integram o quadro de atividades implementadas pelo projeto. Sua incorporação está ligada à trajetória de atuação de algumas ATCs, sendo mais de 90% dessas tecnologias implementadas no território de atuação dessas assessorias. Um resultado do projeto foi a ampliação da utilização de tais tecnologias:

Todos os planos de investimento que são voltados para a criação de aves [...] vêm associados com o sistema de reuso das águas cinzas [...]. Os primeiros que tiveram os sistemas de reuso já estão vendendo minhocas para os que estão construindo hoje. Tudo isso fortalece tanto a alimentação quanto a geração de renda dessas famílias. [...] [As que] escolheram trabalhar com suínos, estão trabalhando com biodigestores. [...] São mudanças pequenas, mas, pelo perfil das famílias que a gente trabalha, são mudanças muito significativas. (Mediadora Técnica)

A economia no gás, a possibilidade de ter água para determinados cultivos, o húmus para utilização em cultivos da família e a comercialização de minhocas amplificam seus resultados em famílias em situação de vulnerabilidade social.

Se as tecnologias contribuíram nas atividades produtivas e na renda familiar, outro resultado observado vincula-se aos processos formativos que elas envolvem. As construções das tecnologias nas comunidades são uma oportunidade de capacitação:

Nós fazemos de forma de mutirão [...], onde a associação [...] constrói a primeira tecnologia e começa a expandir dentro da comunidade. [...] Além de dar uma atividade para a pessoa, vai ensinando todo o processo. [...] nós tivemos experiências de [...] intercâmbio entre comunidades, a ser construído cada vez mais. (Mediador Técnico)

O processo de mutirão propicia aos comunitários uma capacitação na construção das tecnologias e envolve a replicação das tecnologias sociais. Os intercâmbios contribuíram para a disseminação, pois possibilitaram a visualização das tecnologias em comunidades nas quais já estão instaladas e a troca de informações entre comunidades. Assim, o interesse pelas tecnologias sociais foi ampliado e a ATC foi fundamental nesse processo.

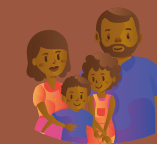
A disseminação das tecnologias sociais, sempre articulada às atividades produtivas, ocorre com o envolvimento direto dos comunitários desde a construção até os cuidados de manutenção e as formas de utilização, ou seja, a apropriação dos comunitários sobre os sistemas é um resultado do Projeto Paulo Freire. Essas tecnologias estão deixando um rastro de ganhos produtivos, de possibilidades de uso da água, de impacto na renda familiar e de aspectos qualitativos para as famílias. Qualitativamente, acima foi mencionada a redução das crises de asma de um membro de uma família que passou a usar o biodigestor. Outra menção nesse sentido foi a possibilidade de cozinhar de forma mais despreocupada:

Antes, realmente a gente preocupava... Eu mesma ficava preocupada, estava cozinhando alguma coisa, para apagar logo para não gastar o gás. Hoje em dia não. Não tenho mais essa preocupação. Minha preocupação é só em estar alimentando o biodigestor. Sem contar que ainda dá para plantar um canteirinho em cima, para a verdura. (Comunitária)

Finalmente, o acesso à água para consumo humano e para uso produtivo foi um dos elementos trabalhados pelo Projeto Paulo Freire. Foram construídas 5.209 cisternas de primeira água e 121 cisternas escolares, totalizando a construção de 5.300 dessas estruturas para captação de água. Essa ação envolveu parcerias com o Cetra, a Cealtru, a Federação dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (Fetraece) e a Associação Cristã de Base (ACB). Uma parceira técnica com outra iniciativa abrigada na SDA, a Coágua, se disponibilizou para providenciar as cisternas de segunda água.

Quadro 2: Principais Resultados Projeto Paulo Freire

RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO PAULO FREIRE



PÚBLICO ALCANÇADO COM PLANOS DE NEGÓCIO:
17.742 pessoas nos planos produtivos. Focalização: atuação com famílias em situação de vulnerabilidade social. Experiência e estratégias com potencial de informar e orientar ações voltadas para populações em situação de vulnerabilidade social. Estratégia-Resultado.



JUVENTUDES:
23% de jovens como titulares nos planos produtivos. Formação de lideranças e multiplicadores, ocupação de espaços nas associações. Inserção de jovens em escolas agrícolas. Ampliação do reconhecimento e dos espaços de atuação dos jovens nos seus coletivos sociais.



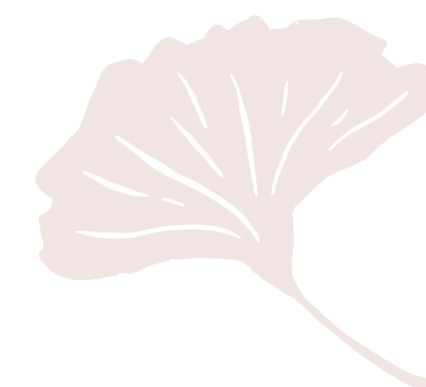
COMUNIDADES TRADICIONAIS:
7% dos planos produtivos. Abordagem da questão racial com as assessorias técnicas; contribuição para o autorreconhecimento e para o reconhecimento e certificação das comunidades quilombolas.



EQUIDADE DE GÊNERO:
76% de mulheres como titulares nos projetos produtivos; aumento da presença de mulheres nos quadros das associações. Empoderamento Feminino: abordagem de temas sensíveis à mulher e questões sobre relações de gênero. Visibilidade do trabalho das mulheres e da sua participação na renda familiar. Cotas nas ATCs – inserção e visibilidade de mulheres, representatividade. Cadernetas agroecológicas – inserção, visibilidade, empoderamento feminino. Adoção da ferramenta por uma ATC – disseminação da experiência.



POLÍTICAS PÚBLICAS:
 Capacitações em Políticas Públicas: aporte de informações amplas e multisetoriais. Mudanças de perspectivas das comunidades: políticas públicas como um direito.



RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO PAULO FREIRE



ASSESSORIA TÉCNICA CONTÍNUA:

alcança um público com restrito ou inexistente acesso anterior a esses serviços; incentivo à organização social, criação e reorganização de associações, crescente interesse pela participação nas associações e aumento de associados; assessoria contínua atuante em múltiplas áreas: associativismo, social, produtiva. Estratégia-Resultado.

- Ampliação da atuação das ATCs e qualificação do corpo institucional e dos agentes de ATER. Disseminação de experiências: feiras comunitárias e tecnologias sociais. Constituição de equipes de ATCs multidisciplinares e com maior presença de mulheres – cota mínima 30%. Assessorias e profissionais com trajetória de atuação em diálogos multisetoriais e com os públicos prioritários, especialmente as mulheres.

ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS:

- Projetos produtivos contemplam mais de uma atividade: adequação e fortalecimento de sistemas diversificados. Fortalecimento dos sistemas locais de produção e comercialização de alimentos.
- Melhorias no manejo e na estrutura das criações de pequenos animais. Viabilização das atividades, melhorias na segurança alimentar e comercialização de excedentes.
- Quintais produtivos: melhorias em estrutura, diversificação e aumento da produção. Segurança alimentar e comercialização de excedentes.
- Valorização dos canais comunitários de comercialização. Feiras comunitárias. Fortalecimento das comunidades, visibilidade e valorização da sua produção.
- Apoio à formação de feiras e à participação dos comunitários. Feiras como espaços de trocas de mercadorias, de saberes e de experiências.
- Renda familiar: fortalecimento da segurança alimentar, incremento da produção e comercialização. Tecnologias sociais geradoras de renda. Ovinocultura, avicultura, apicultura e quintais produtivos. geração de renda monetária. Apicultura, geração de renda como incentivo para outras famílias, não participantes do Projeto Paulo Freire, ingressarem na atividade.
- Segurança alimentar: aumento da produção, qualidade e diversidade. Abordagem agroecológica, qualidade dos alimentos. Valorização da produção local. Melhorias na segurança alimentar das famílias e das comunidades.
- Atividades produtivas em associação com tecnologias sociais. Abordagem integrada dos sistemas produtivos. Disseminação de tecnologias sociais.







PROCASE

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL DO CARIRI, SERIDÓ E CURIMATAÚ

O Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (Procase) é uma iniciativa entre o FIDA e o Governo do Estado da Paraíba, que objetiva contribuir para o desenvolvimento da economia rural e reduzir os níveis de pobreza no semiárido, proporcionar melhorias na renda, agrícola e não agrícola, nos ativos produtivos, nas capacidades organizacionais e nas práticas ambientais dos seus beneficiários.

O Procase atua em 56 municípios do semiárido paraibano, distribuídos por cinco territórios que possuem baixos índices de desenvolvimento econômico e social: Cariri Ocidental, Cariri Oriental, Curimataú, Seridó e Médio Sertão.

Para a implementação dos projetos produtivos, o Procase contou com quatro assessorias: Empaer, Instituto de Assessoria a Cidadania e ao Desenvolvimento Local Sustentável (IDS), Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária (Cooptera) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar). Na estratégia dos campos irrigados, atuaram a Empaer e o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (Patac).

O levantamento de informações com o Procase foi realizado em dezembro de 2020.

1. PÚBLICO ALCANÇADO

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO CARIRI, SERIDÓ E CURIMATAÚ (PROCASE)
 É uma iniciativa entre o FIDA e o Governo do Estado da Paraíba, que objetiva contribuir para o desenvolvimento da economia rural e reduzir os níveis de pobreza no semiárido



| | |
|--|--|
| <p>ENVOLE 24.413 famílias</p> <hr/> <p>PROJETOS PRODUTIVOS 2.930 campos irrigados de palma⁴ 5.565</p> <hr/> <p>DESSALINIZADORES 1.654</p> <hr/> <p>PATRULHAS MECANIZADAS 1.681</p> <hr/> <p>QUILOMBOLAS 319 famílias 1% do público alcançado</p> | <p>UNIDADES DE APRENDIZAGEM E FUNDOS ROTATIVOS 61</p> <hr/> <p>CONTRAPARTIDAS ECONÔMICAS, BARRAGENS E AÇÕES DA EMPRESA PARAIBANA DE PESQUISA, EXTENSÃO RURAL E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA (EMPAER), 12.522</p> <hr/> <p>ATER 11.750 famílias</p> <hr/> <p>MULHERES 11.858 49% do total</p> <hr/> <p>JOVENS 1.616 7% do total</p> |
|--|--|

⁴ Os campos irrigados de palma foram uma estratégia iniciada em 2016 dentro de um plano emergencial de execução direta do projeto, tendo por finalidade levar acesso à água (consumo humano e animal) e suporte forrageiro aos animais. Esses campos irrigados tiveram áreas de 1 a 2 hectares, que receberam um poço artesiano ou uma barragem subterrânea, catavento ou placas de energia solar, kit de irrigação por gotejamento e palma forrageira resistente à cochonilha do carmim (Informação UGP). Neste relatório adota-se a denominação campos irrigados para a estratégia em questão.

Além dos Projetos Produtivos, este relatório aborda, em determinados momentos, os campos irrigados e os dessalinizadores, uma vez que essas ações são destacadas pelos interlocutores a partir de diferentes aspectos, como: produtivo, ATER, gênero. Ao longo do texto, essas ações serão identificadas.

Nos Projetos Produtivos, o Procase estabeleceu convênios com associações e algumas cooperativas. Com relação às associações, as informações obtidas permitem constatar que essas organizações estavam em situações bastante diferenciadas entre elas e o projeto atuou com todas, desde as que estavam fragilizadas até as mais estruturadas. Essa situação é descrita na relação com os grupos sociais:

Você tem os grupos mais vulneráveis que não estão, geralmente, ligados a nenhuma organização. [...] Tem os grupos mais organizados e aqueles grupos que eu digo que culmina até com cooperativas [...]. A gente não atingiu os pobres porque muitos desses estavam desorganizados, isso no primeiro momento. Em outros momentos, a gente conseguiu ainda mobilização para que esses grupos tivessem alguma associação. [...] Os grupos mais vulneráveis, eles não estão organizados. (Gestor, UGP)

O Procase atuou majoritariamente com associações já constituídas e, em alguns casos, contribuiu para a mobilização local e formalização de organizações. Com as associações que estavam fragilizadas, foi necessário um trabalho de acompanhamento da equipe do Procase:

A gente tinha comunidades que a situação era bem complicada. E o projeto, ele deu uma melhorada até na organização dessas pessoas. [...] Eles precisavam para acessar outras políticas públicas. [...] Por exemplo, tinham associações que estavam com problemas. O Procase deu apoio para eles regularizarem a situação e eles também poderem concorrer a outros editais. (Mobilizadora Social, URGP)

A atuação do Procase com essas organizações mais fragilizadas não se limitou às questões produtivas: “Ela não só se limitou às questões técnicas, agrônômicas e zootécnicas. Elas se focaram também nas questões administrativas, jurídicas. Entender o que é um convênio.” (Gestor, UGP).

Com relação à diversidade do público alcançado, cabe destacar alguns aspectos. Os grupos em uma situação de maior vulnerabilidade social estão menos vinculados a organizações sociais formais. A atuação com esse público, em iniciativas mediadas por associações, demanda ações de mobilização e de organização anteriores. Investir nesses momentos é um passo importante. A equipe do Procase realizou esse trabalho em alguns casos, mencionando os que se vinculam ao público prioritário.

Com base nesse panorama, destaca-se a necessidade de considerar o suporte a associações, ou mesmo à formação delas, como uma das etapas fundamentais em iniciativas voltadas para grupos sociais em maior vulnerabilidade social e, portanto, fragilizados em termos de organização formal. A experiência do Procase contribui para que esse seja um aspecto a ser considerado no âmbito das intervenções, sejam programas e políticas públicas ou iniciativas outras.

Nos Projetos Produtivos, o Procase envolveu 351 jovens como titulares, representando 12% do total do público alcançado. Nos campos irrigados foram 870 jovens, 16% do total.

O Procase estimulou a participação dos jovens em capacitações, reuniões e nos Projetos Produtivos. O incentivo direcionou-se também para o maior envolvimento dos jovens nas associações, ocupando

espaços nas diretorias e nas comissões de licitação: “Temos hoje associações e cooperativas que o presidente da associação é um jovem ou uma jovem, ou está vinculada na diretoria, ou é a/o tesoureira/o. [...] Tem condições de implementar [o projeto] de forma mais tranquila.” (Gestora, URGP).

Outra estratégia de envolvimento das juventudes nas ações do Procace são os fundos rotativos⁵. O projeto incentiva o direcionamento desses fundos para os jovens, representando a possibilidade de inserção na caprinovinocultura pelo acesso a animais.

O Programa Jovens Bolsistas⁶ é uma ação orientada para as juventudes. Por meio dela, foram selecionados jovens, das áreas rurais e dos núcleos urbanos, nos municípios de atuação do Procace. O programa publicou um edital para que os jovens se candidatassem e adotou como um dos critérios de seleção estar cursando o ensino médio ou a graduação. Nessa ação, o Procace trabalhou com 220 jovens, que recebiam uma remuneração. Esses jovens participavam de capacitações e atuavam nas comunidades:

Eles fizeram um processo de capacitação sobre comunicação, sobre identificação de suas comunidades, da realidade, das potencialidades das comunidades. [...] em equidade, em atividades de convivência com o semiárido, [...] várias oficinas, manejo animal, produção de mudas, viveiricultura... [...] e tinham uma parte prática, que era vivida nas próprias comunidades. (Assessora, UGP)

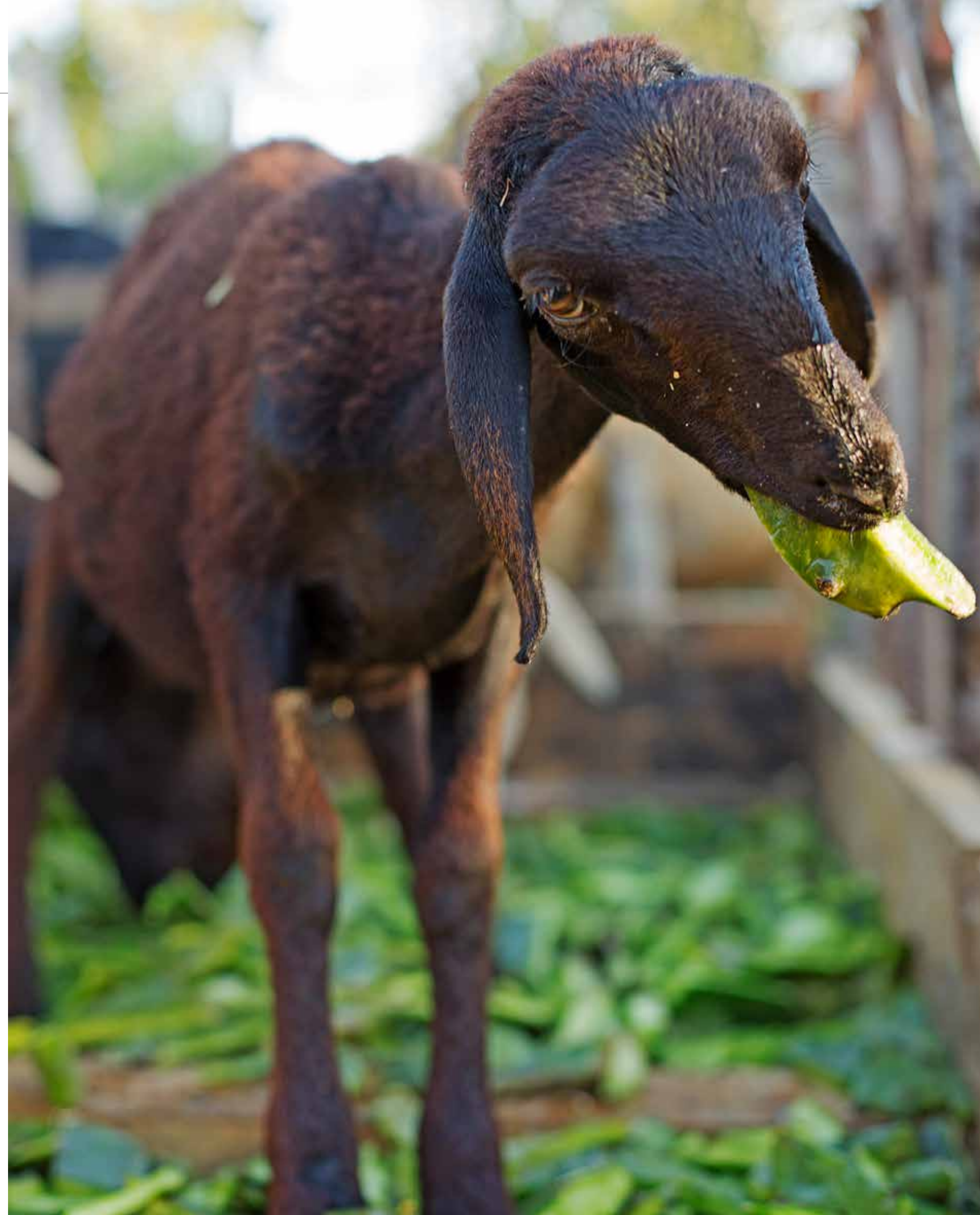
O programa possibilitou a esses jovens experiências nas quais eles puderam ter acesso a informações e visualizar formas de atuação em diálogo com o espaço rural.

No âmbito do Procace, jovens de comunidades quilombolas atuaram no programa:

A gente ficava acompanhando a associação de rendeiras, o projeto. [...] as reuniões ajudava na organização. E eu também fiquei responsável por estar ajudando outras comunidades quilombolas [...]. A gente ajudou no processo da documentação e reconhecimento da comunidade. Quando eu fui lá, a gente tava organizando, fazendo reunião assim com eles, mobilizando o pessoal e ajudou para formular o documento [para a certificação da comunidade quilombola] que eles fizeram baseado no daqui. Aí, [...] no início desse ano, eles foram reconhecidos. Acho que isso foi a maior conquista para a comunidade. (Jovem Comunitária)

Como demonstra a fala acima, a jovem do Jovem Bolsista mobilizou, com outra comunidade quilombola, a experiência de atuação no reconhecimento da sua comunidade de origem. Além de uma oportunidade de aprendizado e de trocas, o programa possibilitou que a organização do grupo de jovens, o envolvimento deles no reconhecimento da comunidade quilombola e os frutos de ações anteriores, que também contaram com o apoio do Procace, contribuíssem com ações em outras comunidades. Para as comunidades quilombolas, tem-se um acúmulo de experiência na condução das certificações pelos seus jovens.

⁵ Os Fundos Rotativos são uma estratégia incentivada pelo Procace, que se constitui na distribuição das crias dos animais e das variedades de palma forrageira que foram acessadas pelas famílias participantes do projeto para outros comunitários. Os fundos serão abordados novamente na seção seguinte.
⁶ O Programa é desenvolvido com a Secretaria de Estado da Agricultura Familiar e do Desenvolvimento do Semiárido (Seafds) e a Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (Fapesq). Os recursos são oriundos do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). (Disponível em: <https://www.procace.pb.gov.br/single-post/2019/07/27/conhe%C3%A7a-o-programa-jovens-bolsistas>)



No conjunto de ações do Procace, foram envolvidas 14 comunidades quilombolas (dentre as quais, três estão juntas em uma única certificação quilombola), atingindo diretamente 319 famílias.

A atuação do Procace com comunidades quilombolas engloba os Projetos Produtivos, os campos irrigados e as ações de certificação dessas comunidades. Nesse último caso, o projeto contribuiu para o reconhecimento, o autorreconhecimento e a busca pela certificação quilombola por meio da Fundação Palmares. Quanto às ações vinculadas aos Projetos Produtivos, o Procace atuou com cinco comunidades, envolvendo 90 famílias. Entre elas, uma comunidade obteve sua certificação posteriormente ao início das ações produtivas. O Procace atuou no processo de certificação de seis comunidades quilombolas. Além delas, duas comunidades estão com o processo de certificação em andamento, visto que foi iniciado durante as atividades com o projeto.

A certificação de comunidades quilombolas é um resultado alcançado com a contribuição do Procace. Para tanto, a equipe do projeto atuou na identificação dessas comunidades, no suporte ao autorreconhecimento, no apoio à criação de associações e no acompanhamento de todo o processo. Nessa trajetória, o Procace apoiou a formalização de grupos por meio de associações:

O Procace que identificou, por exemplo, [...] a partir das reuniões sobre o edital de 2015, [...] eles [equipe Procace] chegam na comunidade, encontraram um grupo de mulheres negras querendo fazer um empreendimento produtivo, criar uma associação. E depois essa comunidade vai fazendo essa discussão sobre a identidade. [...] Aí a comunidade faz um intercâmbio com outra comunidade já reconhecida. E aí decide criar uma associação como quilombola e começa o seu processo de autorreconhecimento. (Gestora, UGP)

O apoio à formação da associação e ao reconhecimento da comunidade é descrito:

[A Mobilizadora Social] deu bastante apoio aqui na comunidade, tanto na questão da legalização da associação quanto no reconhecimento. Elas traziam informação, levando atas. E também outro passo [...] foi a questão dos intercâmbios das comunidades quilombolas. Aconteceram cinco intercâmbios [...]. Aqui aconteceu o segundo intercâmbio. Isso fortaleceu bastante, tanto a comunidade, as pessoas que participaram, quanto as outras comunidades, no fortalecimento da identidade negra quilombola. (Jovem Comunitário, Comunidade Quilombola)

Os intercâmbios quilombolas foram realizados anualmente a partir de 2015. Esses espaços reuniam comunidades já reconhecidas/certificadas e outras ainda não, estabelecendo momentos de aproximação e de trocas de experiências, de informações e de construção do processo de reconhecimento: “Quando chegamos lá [no intercâmbio], já conhece outras comunidades e vê que a realidade lá é a mesma daqui e as histórias começam a se completar. Nesse caso, a mesma história de uma comunidade lá era parecida e tinha traços semelhantes com o da comunidade.” (Jovem Comunitário, Comunidade Quilombola).

Os intercâmbios envolviam o trabalho de elaboração das trajetórias e históricos das comunidades. A partir disso, os “traços semelhantes” iam sendo identificados, contribuindo para o “fortalecimento da identidade negra quilombola”. A cada ano, representantes de outras comunidades começavam a participar dos intercâmbios.

O processo de reconhecimento das comunidades, apoiado pelo Procace, contemplou o autorreconhecimento:

[...] começamos a nos organizar para estar perguntado às pessoas, conversando de casa em casa para ver o que elas achavam, essa questão que a comunidade fosse reconhecida. Foram poucos. Porque as pessoas, de início, não tiveram boa aceitação, porque ficaram com medo de que as coisas voltassem a ser como antes, [...] foi um longo processo. Só que, [...] a partir da consolidação da associação, as pessoas começaram a aceitar. [...] a maioria votou e decidiu que iria correr atrás da documentação. No final, em novembro, na semana da Consciência Negra, a comunidade foi reconhecida. (Jovem Comunitária, Comunidade Quilombola)

Na comunidade, a atuação das mulheres foi fundamental no diálogo com o Procace, na formalização da associação, também apoiada pela equipe do projeto e no reconhecimento como comunidade quilombola: “Em 2017, a comunidade foi reconhecida através da luta das mulheres daqui” (Jovem Comunitária, Comunidade Quilombola). Essa atuação levou a uma articulação para a busca de possibilidades:

E, a partir das mulheres, vendo que aqui precisava de informação, aqui precisava de ter acesso a políticas públicas, [...] as mulheres começaram a se movimentar. Já entra a questão do grupo, articulação das mulheres. E, a partir dessa busca de informação, aí vem um pouco do reconhecimento da identidade, né? [...] de reconhecer qual a história [da comunidade]. (Jovem Comunitária, Comunidade Quilombola)

Informações e acesso às políticas públicas estavam no horizonte das investidas das mulheres. O Procace contribuiu nesse processo, incluindo o apoio para a criação da associação. Nessa trajetória de “busca de informações”, segue-se o reconhecimento da identidade quilombola da comunidade com o apoio do projeto:

O Procace ajudou, na parte dos encaminhamentos, a procurar outras informações. Quando outras comunidades davam [início ao] processo de reconhecimento, como era toda a documentação para poder enviar à Fundação Palmares, para poder ter o reconhecimento. [...] E, com isso, com esse levantamento de informações, tanto o Procace trazendo para a comunidade quanto a comunidade indo buscar, né? E outros apoios de outras instituições para poder fortalecer mais essa questão de identidade aqui dentro. Até enviar a documentação, levantar o histórico da comunidade, enviar com as assinaturas das pessoas que se reconheciam como quilombolas para a Fundação Palmares. (Jovem Comunitário, Comunidade Quilombola)

O projeto contribuiu com ações executadas por sua equipe nas articulações e atividades locais e na construção de diálogos com outras instituições e organizações. A Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana, por meio da Coordenação das Comunidades Quilombolas, contribuiu na organização das associações, dos intercâmbios e para o processo de reconhecimento das comunidades. Universidades e Institutos Federais também estiveram envolvidos: “O Procace apoiou muito essas comunidades para elas fazerem o seu reconhecimento. Criou um contato com as universidades, para as universidades apoiarem esse resgate da história delas, que é um documento necessário para o reconhecimento.” (Gestora, UGP).

As parcerias não se limitaram ao processo de reconhecimento das comunidades. A parceria com o Instituto Federal da Paraíba, em uma atuação com uma comunidade quilombola já certificada, contribuiu para a valorização das atividades desempenhadas por um grupo de mulheres:

Os Institutos Federais [...], no caso das [mulheres quilombolas], elas não tinham tanta percepção da importância do trabalho de artesanato delas. [...] Então, os parceiros também foram fundamentais para chegarem junto e apresentarem isso pra elas, fortalecerem essa relação cultural. (Mobilizadora Social)

Assim, a atuação do Procace com essas comunidades, também quando estabelecida pelos projetos produtivos, conciliou ações de empoderamento e valorização dessas mulheres e seus coletivos sociais:

São mulheres que fazem o beneficiamento de frutas para produção de doces. [...] A gente também, enquanto Procace, deu possibilidade de fortalecer as discussões para fortalecimento da cultura local, o empoderamento diante das dificuldades de que esses grupos enfrentam através de alguns preconceitos, tanto locais quanto além dos locais. E acho, também, que na questão de autoestima. (Gestora, URG)

A abordagem da questão de gênero implementada pelo Procace se soma às temáticas trabalhadas com as comunidades quilombolas:

[A Mobilizadora Social] sempre conversou muito com a gente, falando do desenvolvimento da gente e a gente foi descobrindo, né? [...] E sempre falou, assim, nos destaques das mulheres. Não deixando os homens para lá. A gente tem que colocar os homens também, porque tem muita coisa que o homem faz. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

No caso acima, a atuação do Procace estimulou e consolidou a formação de um grupo de mulheres. O Procace apoiou atividades das mulheres:

A gente tem um grupo de mulheres que, às vezes, a gente reúne. [...] Mas a gente reúne assim quando está precisando de alguma coisa. [...] Quem tem galinha de chiqueiro e o outro não tem, a gente troca. [...] Tinham umas mulheres que faziam crochê, mas era só para elas. Mas depois do Procace que teve mais desenvolvimento, que hoje elas fazem o crochê para fora [...] e elas vendem pela internet. Isso foi muito bom. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Voltando às ações de reconhecimento, ao longo do processo outros diálogos e parcerias externas foram sendo estabelecidos pelas comunidades quilombolas, ampliando suas articulações:

Pesquisando aqui dentro e fora, buscando mais informações. Como já vinha conhecendo outros quilombos, tanto na caminhada dos cursos de formação, dos seminários, das atividades fora, conhecia outro pessoal. [...] a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas. Tinha a coordenadora, já entrei em contato com ela para saber mais informações. Tinha o pessoal [...] que é um quilombo também. [...] Fomos trocando algumas experiências. (Jovem Comunitário, Comunidade Quilombola)

O contato com a Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Estado da Paraíba (Cecneq) ocorreu durante o processo de reconhecimento, bem como a participação de pessoas de outras comunidades quilombolas. Essa aproximação entre as comunidades as impulsiona para articulações externas.

Na comunidade, o grupo de jovens foi atuante no processo de reconhecimento: “acompanhei do início ao fim, porque o grupo de jovens que ficou puxando o processo de reconhecimento, a documentação, as pessoas para estarem apoiando” (Jovem Comunitária, Comunidade Quilombola). O Procace contribuiu na mobilização das juventudes e na organização de encontros que colaboraram para a formação do grupo de jovens na comunidade:

O grupo de jovens, tanto o Procace deu um apoio na sua formação quanto outros movimentos, né? Porque hoje eu estou participando de uma pastoral: Pastoral da Juventude Rural. E com isso, tanto levando os jovens para fora, tanto nos encontro do Procace quanto nas formações da Pastoral envolvendo a juventude. Isso também foi um dos espaços importantes para consolidar o grupo de jovens. (Jovem Comunitário, Comunidade Quilombola)

A Pastoral da Juventude Rural atuou na região em épocas anteriores, retomando essa atuação na mesma época em que estavam se desenvolvendo as atividades do Procace com a comunidade:

A pastoral já tinha aqui. Só que ela tinha parado de atuar na Paraíba, no geral. Ela parou, aí voltou. Aí, como eles sabiam que aqui já tinha base, montado nossos grupos, já tinha toda uma movimentação de luta pelo reconhecimento da comunidade, roda de conversa e esse tipo de coisa. E também tínhamos ajuda do Procace e do Conarenda na época, se não me engano. Aí teve todo esse contato e elas retornaram. (Jovem Comunitária, Comunidade Quilombola)

Essa dinamização das articulações e diálogos externos foi também observada em relação a outras iniciativas. Em uma comunidade na qual o Procace atuou na identificação, formação da associação e no processo de reconhecimento, os comunitários mencionaram a importância do trabalho com o projeto:

Na questão da informação, o Procace, ele fortaleceu bastante a identidade da comunidade. Tanto a identidade negra e quilombola. Isso foi uma peça fundamental, né? E, na questão do projeto que saiu recente, o kit de forragem, acho que fortaleceu bastante. Viu que é possível ter um projeto dentro da comunidade. Também que pode ser trabalhado tanto com a juventude quanto com as mulheres. (Jovem Comunitário, Comunidade Quilombola)

O Procace, na comunidade em questão, também atuou dando apoio para a participação das rendeiras da comunidade no Conarenda e no acesso à água. Nesse segundo caso, informações aportadas pelo projeto sobre o Programa Água Doce⁷ resultaram na instalação de um dessalinizador na comunidade. Outras iniciativas foram buscadas pela comunidade, como o Projeto Paraíba Rural Sustentável (Cooperar)⁸, pleiteando a perfuração de poços e o abastecimento de água completo.

7 O Procace tem uma parceria com a Secretaria Estadual de Infraestrutura, Recursos Hídricos e Meio Ambiente-Seirhna/Programa Água Doce.

8 Projeto do Governo do Estado da Paraíba/Banco Mundial. Para mais informações: <https://cooperar.pb.gov.br/>

A obtenção da certificação quilombola pelas comunidades gera outras possibilidades para esses grupos sociais. Assim:

Principalmente para a inserção dos jovens daqui na universidade. Porque a gente ficava com medo de sair, porque não ia ter como se manter na universidade, já que aqui é uma comunidade pobre. Aí, ficava um pouco difícil. E já com o reconhecimento da comunidade proporcionou a Bolsa Permanência⁹ para quem deseja estudar fora. E a própria organização da comunidade em si. Porque fez com que algumas pessoas enxergassem que a gente não é uma coisa à parte, a gente não era uma coisa de fora do município, mas uma coisa que estava dentro, que precisava ser vista. Então, acho que deu uma certa independência para a gente. (Jovem Comunitária, Comunidade Quilombola)

A relevância da certificação quilombola encontra, assim, sua importância para a comunidade, tanto interna quanto externamente. Proporciona aos jovens sua inserção na universidade; impulsiona a visibilidade da comunidade. Ampliam-se as possibilidades da comunidade no tecido social local e mais amplo. O trecho acima citado permite ainda lembrar que há muito a ser feito para que se alcance: “A própria valorização das pessoas daqui. Que a gente vê que as pessoas não valorizam. É como se a gente fosse uma coisa à parte. A gente tenta, diariamente, estar desconstruindo isso.” (Jovem Comunitário, Comunidade Quilombola).

O reconhecimento é um passo no caminho. O Procase, com suas ações, pelo demonstrado, contribuiu com esse processo:

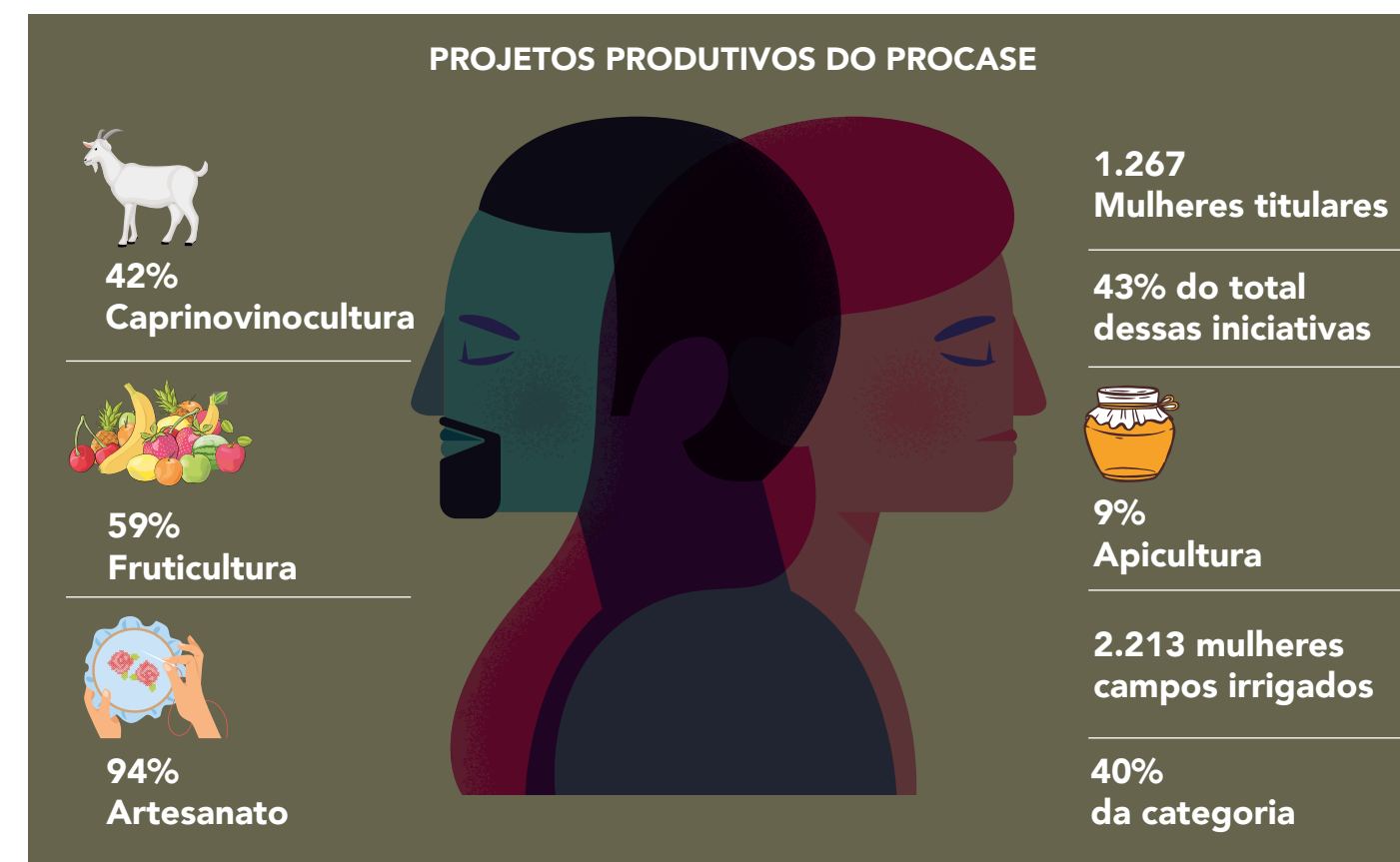
Porque eu acredito que o Procase que deu início à nossa caminhada do quilombo. [...] Porque antes nós não tínhamos o reconhecimento de nada. E por aí por diante, depois do Procase, foi... O reconhecimento, a primeira caminhada, foram eles que... Eu sinto muita emoção em falar sobre o nome do Procase. Porque eu reconheço como uma família que foi e nos ajudou muito, aqui a comunidade. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

É, ainda, importante destacar a importância de continuidade nessas ações, de acordo com a mediadora: “A gente sabe que o Procase deu visibilidade às comunidades quilombolas, mas o trabalho com eles é contínuo. Nós esperamos que outra política pública venha e atinja essas comunidades, porque a necessidade é gritante.” (Mobilizadora Social, URGP).

O Procase contribuiu, portanto, para o autorreconhecimento, o reconhecimento e a ampliação dos diálogos e das inserções das comunidades quilombolas no tecido social mais amplo. Esse é um processo que, como refletem as falas acima, ainda está em andamento e merece a atenção e investimentos para sua potencialização. O Procase, em experiência de atuação com as comunidades quilombolas, deixa sua contribuição.

⁹ O Programa de Bolsa Permanência, do Ministério da Educação, é uma política pública de auxílio financeiro aos estudantes de instituições federais de ensino superior, principalmente para estudantes quilombolas, indígenas e em situação de vulnerabilidade social. (<http://portal.mec.gov.br/programa-bolsa-permanencia>)

2. EQUIDADE DE GÊNERO



A parte da mobilização, quando nós iniciamos o Procase, nós levamos muito a sério essa questão de beneficiar o público prioritário. Porque as mulheres sempre foram esquecidas, sempre foram marginalizadas nas políticas públicas, no incentivo à inclusão das mulheres na questão produtiva. (Mobilizadora Social, URGP)

Partindo dessa mobilização inicial na etapa de seleção das organizações/projetos, foi necessário realizar a continuidade desse trabalho de incentivo e acompanhamento do envolvimento das mulheres: “Todas as ações que a gente fazia, a gente sempre estava buscando a participação das mulheres [...] E aí, a gente tinha muito esse desafio também de trazer elas junto para as reuniões, de fazer também que descobrissem que aquele também era o espaço das mulheres.” (Mobilizadora Social, URGP).

A participação nas reuniões é um instrumento de inclusão das mulheres e uma contribuição no processo de empoderamento. As mulheres: “iam e ficavam caladas, quem falava era o marido. O empoderamento começou nas ações, dentro das reuniões” (Gestora, URGP).



Além do incentivo à presença, provocações para que as mulheres ocupassem esses espaços com suas falas foram realizadas:

E a gente foi fazendo aquelas provocações, e a gente notou que algumas mulheres se destacaram no processo de discussão e aumentou isso. Hoje em dia, a gente tem mulheres participando de conselhos estaduais, conselhos municipais, discutindo, inseridas nas tomadas de decisão e na execução de projetos, nas políticas públicas. [...] Algumas se envolveram na política [...]. São resultados importantes. (Gestora, URGP)

O empoderamento ultrapassa as fronteiras do Procase, contribuindo para a participação de mulheres em outros espaços sociais.

A representatividade, mediante a presença e atuação de técnicas mulheres, é uma aliada na ressignificação das relações de gênero. As mulheres técnicas da equipe do Procase deram sua contribuição nesse sentido:

Ter mulheres na equipe acredito que já era uma coisa que deixava alguns homens impactados. “Você veio com quem aqui? Vim fazer a reunião. Você que vai fazer a reunião?” [...] E o projeto sempre trabalhou nessa linha, nessa busca de quebrar isso e de fazer com que as mulheres se empoderassem e tomassem pertença de seus espaços também. [...] Eu dizia: “Vocês sabem que sem mulheres, essa comunidade, ela não anda, né?” Eles ficavam rindo, outros não gostavam muito. Aí, dessa forma, a gente ia estimulando a participação delas e o espaço que elas tinham para ocupar de fato. (Mobilizadora Social, URGP)

Contemplar a atuação de mulheres na equipe técnica não foi um estranhamento limitado às comunidades/associações, sendo observado, também, em outras instâncias. A atenção à equidade de gênero requer:

[...] um olhar exigente, porque começa dentro da equipe. A gente tem que ter esse olhar dentro da equipe, como são estabelecidas as relações de poder, como são estabelecidos os espaços de fala, como são consideradas as opiniões dentro da equipe, nas funções gerenciais dentro das equipes de campo. Isso não é uma moda ou um discurso. É uma necessidade. Fruto de muita luta das mulheres e dos grupos que sempre foram minoritários nos espaços de poder para a conquista desse direito dos projetos contemplarem essas temáticas. (Assessora, UGP)

Algumas estratégias foram adotadas no Procase, em diálogo com a perspectiva de uma transversalidade das questões de gênero: o incentivo para a participação direta das mulheres em nível comunitário/ das associações; a realização de seminários com as equipes técnicas, o acompanhamento das atividades e a formação de um Grupo de Trabalho.

Foram realizados seminários e oficinas com as assessorias técnicas, abordando a questão de gênero. Alguns questionamentos iniciais sobre a necessidade de se discutir o tema foram relatados. Nesses momentos, também descritos como capacitações, se apresentavam as demandas do Procase relativas à inclusão das mulheres e se discutiam estratégias de atuação e mobilização em nível comunitário com as assessorias técnicas. Sendo a ATER um espaço onde a presença e atuação de homens ainda é massiva, a abordagem do tema de gênero pelo projeto refletiu-se também no âmbito da assessoria técnica:

Não só para as famílias que a gente foi dar assistência técnica, mas para os próprios técnicos. [...] Independente se é técnico, se é agricultor. A gente quebrou alguns paradigmas em relação a isso e a gente viu que ficou essa parte de gênero. Como o projeto, ele foca nisso [...] como a capacitação, do estímulo do técnico estar em campo puxando isso. [...] Você ver que os técnicos estão vendo as coisas de uma forma diferente, se sensibilizando mais com essa questão de gênero. Acho que ficou também isso, foi muito importante para a [assessoria técnica] também. (Mediadora Técnica)

Na fala acima, é possível visualizar os impactos de uma abordagem das relações de gênero para além das comunidades/associações com as quais o Procase trabalhou. Ter mulheres como um dos grupos prioritários desencadeou ações que possibilitaram a inclusão dessa temática no espaço da ATER. Capacitar os técnicos na temática de gênero para atuar no âmbito do Procase, considerando, ainda, a dimensão do projeto, representou um movimento interno para assessorias de ATER. O projeto foi uma oportunidade para uma atuação pautada pela priorização das mulheres e pela abordagem das relações de gênero. A possibilidade de inserir ações e debates em espaços nos quais a presença e a visibilidade de mulheres são restritas reveste-se de importância e é um resultado alcançado pelo Procase.

A equipe do Procase realizou um acompanhamento das atividades de campo para observar a presença das mulheres, objetivando que essa participação fosse incentivada. De forma complementar, foi criado um Grupo de Trabalho de Focalização, envolvendo representantes da UGP, das URGP e das assessorias técnicas. As reuniões do GT tanto se ocupavam de aspectos operacionais quanto configuravam espaços de estudo e discussão.

Oficinas de gênero também foram realizadas com as comunidades/associações:

Nas comunidades onde tínhamos os campos produtivos, sempre tinham as oficinas. E como o Procase tem esse perfil de defender a mulher, de priorizar a mulher, nós tínhamos essa solicitação [...]. E a gente sabe que a violência doméstica existe e a gente, minimamente, a gente tem que trabalhar para combater isso. Então, nos campos irrigados, a gente teve um trabalho técnico muito forte de combate à violência doméstica, [...] de sensibilização, de números, de dados. E uma oficina de violência doméstica, você sabe que tem que ser feita por pessoas que saibam trabalhar com as comunidades e, principalmente, com os homens. Porque as oficinas nunca foram direcionadas apenas para as mulheres. O foco principal é sensibilizar os homens. Então, essas oficinas sempre eram feitas pelas técnicas da assistência técnica mesmo. (Mobilizadora Social, URGP)

A condução das oficinas acima descritas foi feita por uma organização que prestou assistência técnica para o Procase na estratégia dos campos irrigados. Outras parcerias foram estabelecidas para a abordagem de temas vinculados à questão de gênero:

Outra coisa que foi feita dentro desse trabalho da equidade foi uma ponte que algumas organizações de assessoria técnica criaram nos municípios com o serviço da assistência. Então, a gente teve os conselhos, os serviços locais da assistência social, os CRAS, fazendo palestras sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres, fazendo atendimento, divulgando serviço. Que isso permitiu disponibilizar os serviços, a assistência para as mulheres. Então, foi muito bom constatar a preparação dessas equipes municipais da assistência

nessa discussão dessas temáticas de enfrentamento à violência contra as mulheres. (Assessora, UGP)

Na linha de atuação de parcerias e do enfrentamento da violência contra as mulheres, no Cariri Ocidental, a partir de uma situação de violência vivenciada por uma menina na área rural, a equipe do Procace, mobilizando outras instituições, apoiou a promoção de uma capacitação vinculada ao Projeto Tecendo Redes¹⁰. Essa atividade envolveu representações das Secretarias de Saúde, Secretarias da Educação, Secretarias da Assistência e dos Conselhos Tutelares de 11 municípios do território e contou com a participação das Delegadas Regionais da Delegacia da Mulher. Essa mobilização gerou resultados:

Nós mobilizamos 90 mulheres, [...] na região tem uma Delegacia da Mulher, mas a gente precisava que fosse instalado um Centro de Referência da Mulher no Cariri Ocidental. E a gente mobilizou dentro da plenária do ODE [Orçamento Democrático Estadual]. [...] em 2018 foi inaugurado o Centro [...]. Isso foi um ganho muito importante que o Procace foi um dos protagonistas dessa luta. Porque se a gente, se os técnicos vão na comunidade, ele percebe que existe aquela violência e ele se cala, então, essa assistência técnica não está servindo de nada. (Mobilizadora Social, URGP)

A atuação com as questões de gênero do Procace deixa contribuições para além das fronteiras de suas atividades diretas. As frentes de atuação do Procace, as resistências mencionadas nas diferentes instâncias que envolvem o projeto, as situações de vulnerabilidade das mulheres retratadas apontam para a validade do conjunto de ações posto em prática pelo Procace.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E ATER

As políticas públicas acessadas pelas famílias, anteriormente ao projeto, de acordo com os entrevistados, foram: Programa Um Milhão de Cisternas, Água Doce, Pronaf, PAA, PNAE e o Programa Empreender. Segundo informações da UGP, a avaliação de impacto observou incrementos no acesso ao PAA e ao Pronaf entre os participantes do Procace.

Nas entrevistas desta avaliação, algumas citações foram feitas sobre novos acessos, com relatos pontuais de casos vinculados ao PAA. Além disso, fez-se referência, em um caso específico, a emissões da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Foi possível observar que o Procace atuou com associações em diferentes situações em relação à trajetória e à situação atual dessas organizações. Nessa diversidade, as referências às políticas acessadas mostram que uma parte do conjunto de atores sociais com os quais o projeto atuou já apresentava alguma interação com instrumentos voltados para a agricultura familiar. Da mesma forma, considerando a diversidade de perfis, foi mencionado, em algumas situações, que esse acesso teve início durante o contato com o Procace. Isso permite reforçar que foram atingidos públicos diversificados em suas trajetórias com as políticas públicas.

¹⁰ O projeto é uma parceria entre a Secretaria de Defesa Social e Segurança Pública, o Tribunal de Justiça da Paraíba, o Ministério Público da Paraíba e a Coordenação de Delegacias Especializadas de Mulheres (CoorDeam). Para mais informações: <https://www.tjpb.jus.br/noticia/magistrados-do-sertao-que-atuam-em-feitos-de-violencia-domestica-conhecem-projeto-tecendo>

No que se refere à assistência técnica, de acordo com a UGP, baseando-se na avaliação de impacto realizada, o acesso a ATER aumentou entre os participantes do projeto.

No Procace, as atividades com as assessorias técnicas contratadas iniciaram em 2017. Esse início foi considerado tardio, representando uma das dificuldades encontradas ao longo da execução do projeto. Entre 2014 e 2017:

Nós só começamos em 2017, enquanto o projeto começou a trabalhar com as comunidades desde 2014. Então, de 2014 até 2017, nós não tínhamos assessoria técnica contratada. Éramos nós, a equipe do Procace. [...] em 2105, quando nós começamos os campos irrigados, nós tivemos uma assessoria técnica pontual. [...] Aí, nós só tivemos uma contratação de assessoria técnica em 2017. (Gestora, UGP)

A atuação da equipe do projeto no período em que não se contava com assessoria técnica foi um aspecto bastante mencionado em campo pela equipe do projeto e pelos comunitários participantes:

A gente era mobilizador, a gente era agrônomo, zootecnista, secretário. A gente sempre dava assessoria técnica, principalmente no início. O quadro dos nossos consultores é que fazia todo o acompanhamento técnico da gestão, da organização das associações em cooperativas, fazia divulgação de material. (Gestor, UGP)

A atuação da equipe do projeto passa pelo seu envolvimento desde os contatos iniciais com os grupos sociais, seja por meio da divulgação e da seleção, até a execução de atividades, como a elaboração dos Diagnósticos Rurais Participativos (DRPs) e o acompanhamento das ações. Nesse sentido, mesmo com a posterior contratação das quatro assessorias técnicas, a equipe do Procace se manteve atuando com elas. Para os campos irrigados, foram contratados o Programa de Aplicação de Tecnologias Apropriadas (Patac) e a Empaer.

As interlocuções de campo fizeram referências às diferentes bagagens de atuação das assessorias contratadas. A equipe do Procace manteve o acompanhamento das ações, buscando garantir, entre outros pontos, o caráter participativo das atividades e o direcionamento para o público prioritário.

Com relação às mulheres, além do acompanhamento, foram citados momentos de formação com as equipes técnicas. Trazer as relações de gênero para a atuação da ATER foi, como visto, um dos resultados da atuação do Procace. Com o projeto, vivenciou-se a oportunidade de voltar a “atuar mais no campo”:

A gente voltou, com o Procace, a atuar mais no campo. [...] Foi como se fosse um chamado para a gente voltar para o campo e continuar essa assistência. [...] Para a gente estar ali mais próximo, mais junto dos agricultores. É essa questão de gênero também, que foi bem importante, tanto para os agricultores quanto para a gente também, como [prestadora de ATER]. (Mediadora Técnica)

A estrutura de trabalho proposta pelo Procace, considerando o público prioritário, as formações e o acompanhamento das ações pela equipe, permitiu, assim, que se visualizassem diferenças na atuação, com aportes importantes: inclusão da temática de gênero e uma atuação mais próxima ao campo.

A atuação da equipe técnica do Procace surge, nas entrevistas, vinculada à busca por parcerias, tanto para as ações produtivas quanto para as que envolvem as questões de gênero e do público quilombola.

No âmbito produtivo, citaram-se parcerias com prefeituras que foram costuradas por intermédio da equipe e que resultaram em oportunidades para os grupos com os quais se estava trabalhando. Mencionou-se diretamente a contribuição para a instalação de um viveiro de mudas e para a construção de uma sala de ordenha. Além disso, se fez referência às articulações envolvendo os grupos de rendeiras, por exemplo, para a participação no Salão de Artesanato Paraibano.

No que diz respeito especificamente a esse público prioritário, a articulação com uma das prestadoras de ATER, contratada nos campos irrigados, e o seu envolvimento foram citados em relação à abordagem do tema violência contra a mulher, mencionando-se a experiência acumulada de atuação nessa área da ATER. Portanto, a atuação da equipe técnica do Procase na assessoria se fez tanto diretamente, em um primeiro momento, como na esteira da contratação das prestadoras.

As falas dos comunitários trazem referências constantes a membros das equipes do projeto. Essa presença deve levar em conta o tempo de atuação das equipes com esses grupos sociais. Além disso, cabe ressaltar que dois dos casos envolviam mulheres quilombolas e o terceiro deles, a atuação com as mulheres e com as Cadernetas Agroecológicas. Com uma das comunidades quilombolas, a equipe do Procase acompanhou desde a formação da associação até a obtenção do seu reconhecimento pela Fundação Palmares, transpassando, ainda, tentativas de encaminhamento de projetos produtivos e o acesso ao Plano Emergencial. No segundo caso, a mobilizadora foi citada como uma referência e como articuladora da participação de duas comunitárias em um curso relacionado ao fortalecimento de questões de gênero e raça. Já no terceiro caso, a atuação da equipe do Procase, por meio da mobilizadora social, foi citada em sua contribuição com as Cadernetas Agroecológicas, com o SAF, sendo considerada pelos entrevistados como uma ATER. Esses três casos apontam para uma interação próxima da equipe do Procase com essas comunidades.



4. ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS

O Procase projetou 98 convênios para os projetos produtivos, dentre os quais apenas um foi cancelado. Do total de recursos planejados, R\$ 16.420.189, foram executados R\$ 14.718.993, representando 90% do montante inicial.

Por meio dos Projetos Produtivos, o Procase atuou com 2.930 famílias. As principais cadeias trabalhadas e o quantitativo das famílias envolvidas em cada uma delas podem ser observados na tabela abaixo.

Tabela 5: Cadeias Produtivas, projetos e famílias

| Cadeias Produtivas | Número de Projetos | % Total de Projetos | Número de Famílias | % Total de Famílias |
|--------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| Caprinovinocultura | 54 | 56% | 1.256 | 43% |
| Fruticultura | 14 | 14% | 227 | 8% |
| Artesanato | 10 | 10% | 321 | 11% |

Fonte: Informações UGP – dez./2020

Os demais projetos produtivos, que totalizam 20% do total de projetos, se distribuem entre apicultura, quintais produtivos, reuso de água com quintais produtivos, avicultura, piscicultura e cozinha comunitária.

Vinculados a essas cadeias, foram instalados seis projetos de energia solar direcionados para cooperativas. A cadeia de caprinovinocultura contemplou três dessas iniciativas: Cooperativa dos Capribovinocultores do Município de Cabaceiras Ltda (Capribov), Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribov) e a Cooperativa Agropecuária do Cariri Ltda. (Coapecal). As demais cooperativas que tiveram sistemas de energia solar instalados foram: Cooperativa Agroindustrial do Seridó e Curimataú Paraibano Ltda. (Cooasc), Cooperativa de Avicultores de Galinha Caipira do Estado da Paraíba (Coopeaves) e a Cooperativa dos Curtidores e Artesãos em Couro de Ribeira de Cabaceiras (Arteza), contemplando, assim, as cadeias da fruticultura, da avicultura e do artesanato (Informações fornecidas pela UGP).

Nas entrevistas realizadas, houve referências às cadeias da caprinovinocultura, fruticultura, artesanato, apicultura e quintais produtivos. Os campos irrigados e os dessalinizadores também foram mencionados em relação às atividades produtivas.

Os projetos produtivos do Procase de caprinovinocultura contemplaram investimentos em máquinas e equipamentos, em construções, na aquisição de insumos e de animais e outros itens não especificados. Em 57 convênios foram adquiridos, entre caprinos e ovinos, cerca de 400 animais. O aporte de animais e de forragem foram os aspectos destacados em relação à cadeia.

Investimentos em animais, melhoria genética, forragens, equipamentos (ensiladeiras e enfardadeiras) e acesso à água são ações do projeto relacionadas à caprinovinocultura, conforme mencionado nas entrevistas. Por meio do projeto:

Com o suporte hídrico, tiveram o suporte forrageiro. Avançaram na produção, diversificaram. Aquisição de animais para o melhoramento genético do rebanho, tanto leiteiro quanto carne. Conseguiram com esse resultado alcançar um mercado promissor. Tem associações aqui que, por exemplo, são grupos de agricultores leiteiros, [...] eles utilizaram o rendimento, o que sobrou do projeto, para tanque de resfriamento, para fazer coleta de leite. (Gestora, URGP)

A disseminação da palma forrageira foi um resultado do Procace, implementada por meio da ação Campos Irrigados:

A palma forrageira no Cariri [...], atualmente a gente já tem uma reserva muito grande. Durante a implantação desses campos, a gente orientou eles a plantarem sorgo e outros tipos de forragem. [...] Hoje em dia, quem tem animal, tem como passar os períodos de estiagem de uma forma mais tranquila. [...] Porque não tinha ração, não tinha palma. Os animais, a maioria, eles tinham vendido as matrizes, porque não tinham como dar o que comer. [...] Melhorou o rebanho. Tem gente que está tirando quatro litros de leite por dia. (Gestor, URGP)

A replicação e a distribuição da palma, utilizada em uma Unidade de Aprendizagem¹¹ na qual se trabalha com um Sistema Agroflorestal (SAF), vem acontecendo: “Está sendo bom, né? [...] Tem gente pegando a palma também para plantar. Que tá vindo uma coisa com a outra. É bom, os outros também podem incentivar outras pessoas a plantar” (Comunitária).

Da mesma forma, em uma comunidade quilombola, a disseminação da palma, introduzida pelo Procace, foi mencionada:

E a palma a gente vai fazer o primeiro corte agora pra beneficiar outras pessoas. [...] Para outras pessoas da comunidade. [...] campo de palma, que foi junto com as cabras, do viveiro de mudas. A gente tem umas palmas lá. A gente também está fazendo, dando umas raquetes de palma para outras pessoas para começar, né? Para os animais. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Com o Procace, ampliou-se a criação de cabras na comunidade: “Pouca gente criava cabra. As pessoas criavam mais ovelha. Depois desse projeto, as pessoas começaram a criar mais cabras. O projeto foi para leite e corte. Tem gente que já coloca o leite para a usina.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

Ainda de acordo com a comunitária: “tem gente ainda que tem as cabras, tem os que morreram, tem umas pessoas que venderam” (Comunitária, Comunidade Quilombola). A partir disso, observam-se distintas possibilidades derivadas da ação do Procace de caprinocultura na comunidade: sua continuidade, a comercialização do leite, a mobilização desses ativos para obtenção de recursos financeiros e, ainda, a perda desses animais por falecimento.

A partir das cabras matrizes e dos reprodutores, organizou-se um fundo rotativo:

A gente fez, o projeto foi de 30 famílias. Veio 60 matrizes de cabra e três reprodutores [...] tem o projeto que a gente formou aqui na comunidade [...] para fazer o fundo rotativo. A primeira cria, se fosse fêmea, a gente doava para aquelas pessoas que não estavam no projeto. (Comunitária, Comunidade Rural)

Dessa forma, as pessoas que não estavam participando diretamente do projeto puderam ter acesso às cabras, ampliando-se, assim, o número de pessoas que receberam esses animais. O fundo rotativo é um estímulo para a participação na associação, sendo direcionado para pessoas “que faz parte da comunidade e que faz parte da associação. [...] Porque é um incentivo a mais para você fazer parte da associação. [...] a gente preferiu assim para eles ficarem mais incentivados.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

De acordo com a UGP, foram instalados oito fundos rotativos de animais e cinco de palma. Na ocasião em que essa informação foi obtida, esses fundos envolviam em torno de 500 famílias.

O impacto na produção de forragem também foi observado nos campos irrigados. Eles foram igualmente citados como iniciativas que possibilitaram a disseminação da palma. Com relação aos animais, houve referências à existência de fundos rotativos como um mecanismo de ampliação da ação inicial.

Nos campos irrigados, incentivou-se a diversificação com outras forrageiras. Por iniciativas dos comunitários, cultivos alimentícios também foram implementados nesses espaços. Um estudo realizado pelo Procace em 2019 aponta que 57% dos beneficiários que tiveram acesso aos campos irrigados informaram que fazem consórcio da palma com outras forrageiras e 16% declaram que os campos foram multiplicados. Observou-se, ainda, que iniciativas de acesso à água com suporte forrageiro estimularam a introdução de cultivos consorciados com milho, feijão, frutíferas, hortaliças, batata-doce, legumes e outros.

Em uma Unidade de Aprendizagem instalada a partir de um campo de palma irrigado, foi implementado um SAF por iniciativa local, contemplando uma diversidade de cultivos em um sistema agroecológico: “plantio de palma [...] consorciado com frutas [...] é agroecológico. E tem um consórcio de frutas com plantas nativas.” (Comunitária).

Contemplada na ação, a irrigação por gotejamento foi introduzida:

As nossas águas, praticamente tava sem água, pouca água. [...] Quando chegou o Procace com esse projeto, a gente irriga por gotejamento e aí a gente foi vendo que com pouca água dava para fazer irrigação. E hoje nós estamos com área irrigada de palma e fruteira. [...] Mesmo com pouca água tem bastante coisa. (Comunitário)

As necessidades da comunidade eram água e produção de ração:

A gente reuniu a comunidade, conversou, viu qual era o mais urgente. [...] A gente necessitava a água, necessitava de alguma coisa para produzir ração para dar ao gado, que o gado passava necessidade. A gente não tinha o costume da palma, essas coisas. Quando era seca, as vacas começavam a ficar magrinhas. [...] [O projeto] ajudou muito a alimentar os animais. (Comunitária)

Como Unidade de Aprendizagem, intercâmbios e visitas foram realizados como uma forma de compartilhar a experiência. Os participantes desses momentos:

¹¹As Unidades de Aprendizagem são espaços de instalação e compartilhamento de técnicas e práticas produtivas e ambientais localizadas nas propriedades dos comunitários. O Procace instalou cinco Unidades de Aprendizagem, envolvendo diretamente 19 famílias.

Observaram muita coisa daqui, porque o plantio deles, eles também têm pouquíssima água, não tinha dado muito certo. [...] Eles viram que com pouca água também produz bem direitinho, o gotejamento. [...] E no meio da palma, frutas também e mais espécies nativas de plantas que servem de ração para o gado. Plantas forrageiras que estão no meio da palma [...] para alimentar os animais. (Comunitária)

A experiência da Unidade de Aprendizagem e seu compartilhamento se somam à ação dos campos irrigados e da diversificação de cultivos forrageiros e alimentícios, incentivadas pelo projeto ou mesmo implementadas de forma voluntária pelos comunitários. Para tanto, conta com o suporte hídrico incluído na ação.

A diversificação de cultivos é mencionada:

Muitas pessoas pegaram parte desse kit para plantar hortaliças, para plantar feijão, milho. [...] A gente pôs um poço que superou todas as nossas expectativas. Porque a família colocou uma horta [...] e eles colocaram uma bomba com recursos próprios. [...] Hoje eles vivem da produção de coentro, de cebolinha, de macaxeira, de quiabo... (Mobilizadora Social, URGP)

O poço, com o investimento da família e associado aos campos irrigados, possibilitou o desenvolvimento da horticultura.

A diversificação da produção, contribuindo para a segurança alimentar, foi citada de forma articulada aos campos irrigados:

O modelo [dos SAFs] foi replicado em campos de palma que só existia monocultura. [...] Eles começaram a fazer [...] um processo de diversificação. [...] Isso, com certeza, contribuiu com a segurança alimentar. Contribuiu, também, para o aumento de renda e, principalmente, diversificar a alimentação das famílias. Porque o que eles tinham que comprar fora, eles começaram a produzir ali. Antes, eles se viam como criadores, alguns se viam como criadores ou criadoras [...]. E hoje eles estão conseguindo gerar uma renda. (Gestora, URGP)

A diversificação dos campos foi implementada com o apoio da ATER e, também, de forma espontânea pelos comunitários. Ela permite destacar o interesse de famílias em aproveitar os recursos terra e água contemplando culturas alimentares, seja para consumo direto ou comercialização. Visto que o Procace atuou com perfis diferentes de participantes, essa observação ganha importância. Diferentemente do direcionamento para cultivos alimentares, os grupos sociais mais organizados, com sistemas produtivos mais bem estruturados, foram mencionados nas entrevistas como já mais fortalecidos no que se refere à segurança alimentar, e não demandantes de investimentos nesse sentido. Nesses casos, o Procace direcionou-se para a segurança alimentar dos animais.

O consumo do leite de cabra também é considerado um resultado vinculado à segurança alimentar das famílias: “Em relação à segurança alimentar, ainda tem a importância do leite, da caprinocultura leiteira. [...] Porque antes existia um tabu em relação ao leite dos caprinos” (Assessora, UGP). Restrições ao consumo do leite de cabra foram sendo modificadas: “a gente observou que os próprios produtores de leite, dentro da família, eles tinham um negócio meio complicado. Isso está mudando muito. Você chegar lá e você ver, como a gente vê hoje, um menino bebendo uma caneca de leite de cabra. Eles mesmos não bebiam.” (Gestor, URGP).

A contribuição do Procace ocorre por meio do aporte de animais e suporte forrageiro, com a disseminação de variedades de palma. Posto que o projeto trabalhou com a distribuição de variedades de palma resistentes à “cochonilha do carmim”, que dizimou a cultura em período anterior, o Procace resultou na disseminação delas, contribuindo para a recomposição dos cultivos de palma.

Os investimentos do projeto em acesso à água, tanto para consumo humano e animal quanto para os cultivos, como no caso dos sistemas de gotejamento, vinculam-se à atuação do Procace e resultam na melhoria da segurança alimentar das famílias.

Segundo a Avaliação de Impacto, as famílias saíram de uma situação de baixa segurança alimentar para configurações de média ou alta segurança alimentar.

Com relação ao artesanato, os investimentos do Procace foram aplicados em máquinas/equipamentos, construções e insumos. No caso das rendeiras: “Na grande maioria, já são grupos organizados. Então, o Procace, na questão das rendeiras, atuou muito na questão de confecção de espaços para a produção desse artesanato, maquinário e, em algumas situações, até o próprio insumo que é matéria-prima para elas.” (Gestor, URGP).

A fabricação de vassouras de garrafa pet foi outra atividade apoiada mediante a aquisição de uma máquina e da construção de um espaço para produção, em parceria com uma prefeitura. Esses investimentos possibilitam incrementos na produção, tornando essa a fonte principal de renda de sete mulheres artesãs.

Na apicultura, relatou-se aumento na produção, com impacto na ampliação do número de apicultores vinculados aos investimentos do projeto. Em um determinado projeto: “Nós começamos no projeto de apicultores, nove apicultores. Hoje são 14. Eles produziam em média 300 kg de mel, porque não tinham um ponto de extração de mel. Eles não tinham as caixas. [...] eles produziram esse ano [2020] 1,5 tonelada de mel.” (Mobilizadora Social, URGP).

A atuação de um grupo de mulheres com a fruticultura foi citada como um exemplo no qual os investimentos em uma unidade de beneficiamento possibilitaram a comercialização da produção de algumas agricultoras no PAA.

Os investimentos do Procace em estruturas, máquinas, equipamentos, animais, plantas, acesso à água mostraram resultados de incremento na produção e melhorias no desempenho das atividades.

De acordo com informações da UGP, na Avaliação de Impacto realizada, foi identificado que 68,8% dos Projetos Produtivos tiveram um incremento na renda maior que 20%. Com relação ao Plano Emergencial, a UGP informou que em um estudo realizado com os campos irrigados, 40% das pessoas que tiveram acesso a essa ação declararam melhora na renda.

Resultando a maior concentração das ações na caprinovinocultura e nos campos irrigados, a produção de leite foi o aspecto centralmente abordado no que se refere aos impactos na renda familiar. Nesse sentido, a contribuição do Procace na melhoria genética dos animais, a implantação dos campos irrigados e a produção de forragem contribuíram para o aumento de renda:

Primeiro, a produção de forragem. Para ter uma produção de forragem para estocar para o próprio rebanho da família, o excedente desse estoque ser comercializado em feiras. [...] O ganho genético na questão dos animais, como o ganho das variedades no caso

dos vegetais, no exemplo da palma. Então, essa produção de animais, esse aumento da produtividade do leite, no caso das cabras, ela também foi muito significativa. Tanto que em comunidades que a gente tinha produção de leite praticamente para o consumo da família, eles começaram a gerar excedentes e foram entregando leite para outras associações, que tinham tanque de resfriamento, que já entregavam para cooperativas e comercializavam em programas institucionais do governo. (Gestor, UGP)

O aporte na renda familiar, apoiado pelo Procace, deve-se, portanto, aos resultados obtidos na produção de forragem e de leite. Em ambos os casos, menciona-se tanto a comercialização desses produtos quanto o seu consumo pelas famílias e por seus animais. A respeito das forragens: “Antigamente ela [a família] fazia a compra dessa forragem, hoje ela economiza esse valor, porque ela mesma se tornou sua produtora de forragem. Tem esse aumento de renda em virtude da economia da família.” (Gestor, UGP).

A produção de forragem permite reduzir os custos das criações e uma maior autonomia na condução da atividade. Além disso, os excedentes são passíveis de comercialização. Para a produção de forragem e mesmo para o consumo humano e dos animais, o acesso à água foi também um suporte propiciado pelo Procace às famílias:

A beneficiária dizendo assim: “com o poço, eu deixei de comprar água. Eu economizei, aumentou a minha renda, porque eu deixei de comprar água. Com o poço hoje eu tenho uma produção de forragem para os animais, diminuí o gasto que tinha com a forragem, não tenho que comprar forragem fora”. (Gestora, UGP)

A redução dos custos de manutenção das famílias e de suas atividades produtivas está vinculada às ações de suporte hídrico:

A partir do momento que a gente entra com investimentos de perfuração de poços, implantação de barragem subterrânea, a comunidade que vai se beneficiar daquela água, ela não vai gastar com caminhão-pipa. [...] A comunidade que está recebendo dessalinizador, ela também vai ter uma água para beber. Vai ter uma água para os seus bichos, ela também está economizando na compra de água. (Gestor, UGP)

Os campos de forragem e o acesso aos animais são passíveis de multiplicação e deixam sua contribuição por meio do material genético disponibilizado nos cultivos, na palma e nas criações.

Experiências de apicultura, fruticultura e horticultura, com impacto na renda das famílias, foram mencionadas. Além delas, a diversificação dos produtos e sua comercialização foram citadas em relação ao retorno financeiro obtido pela atividade produtiva. Mencionou-se o aumento da produção de leite, de queijo e de hortaliças.

Dados disponibilizados pela UGP, produzidos por uma avaliação de impacto, apontam que a comercialização, nos projetos produtivos, sofreu um aumento anual de 13% no período entre 2015 e 2019. As cadeias que tiveram aumento mais expressivo na comercialização foram: apicultura, fruticultura e caprinovinocultura.

Nas entrevistas realizadas, surgiram relatos de comercialização de produtos que tiveram incrementos de produção, vinculados à caprinovinocultura, fruticultura, apicultura e artesanato, reforçando as informações acima mencionadas. Mercados informais e formais foram citados como sendo utilizados no escoamento da produção:

[...] porque muitas vezes o mercado informal, ele é um mercado menos exigente. [...] A produção de queijo tem muitas comunidades que já fazem, então conseguiram incremento. [...] A polpa de fruta também cresceu bastante em mercado informal. Mas a gente sempre busca é o mercado formal [...]. Mas dentro do mercado informal, sim, teve muito acréscimo de renda. (Gestor, UGP)

Mencionando a produção de queijo/leite e a de polpa de frutas como exemplos de produtos que tiveram um aumento de comercialização nos mercados informais, a citação acima ressalta a maior expressão desses canais de comercialização.

Mantendo-se a comercialização local, com o aumento da produção, em alguns casos, os canais de comercialização expandiram-se para outros territórios:

Existia ainda muito aquela coisa de vender de porta em porta, no mercado local, de vender nas feiras locais. E, hoje em dia, eles conseguem, eles pularam a barreira do mercado local, como, por exemplo, ir para outro território. Tem laticínios que vêm buscar o leite aqui. [...] Se mantêm [mercados locais], nunca é descartado. Além disso, eles conseguem agregar renda na produção leiteira fazendo queijo caseiro. Já colocam no mercado local. (Gestora, URGP)

Dessa forma, mercados locais e informais se mantêm como um importante espaço de comercialização. Aumento e diversificação dos produtos, como o queijo, fortalecem a comercialização.

A produção dos quintais produtivos, associada às cadernetas agroecológicas, foi uma ação direcionada para as mulheres e resultou, entre outros aspectos, na diversificação dos produtos e no direcionamento de parte dessa produção para a comercialização. Por meio desse trabalho:

[...] a gente teve capacitações também sobre esse ponto, da gente passar a levar os produtos, a trocar, aquilo de trocar os produtos por aqueles que você não tem, com seu vizinho, as doações, daquele que a gente não está precisando. [...] A gente não tinha aquele costume de levar o excedente para trocar, para vender, para fazer algum lucro para a gente. Aí, a gente viu que, um ponto positivo, a gente colhe, a gente consegue vender, trocar, doar, também, para aquele que não tem. Para mim foi, é muito positivo. (Comunitária)

Além da comercialização, que, no caso acima, é feita em feiras livres do município, as cadernetas agroecológicas abordaram as possibilidades de troca, doação dos excedentes e do consumo familiar, sendo, desse modo, uma ação diretamente relacionada à segurança alimentar das famílias.

O Procace contribuiu para a diversificação dos produtos:

E, na orientação, a gente aprendeu muita coisa. [...] E a fazer o aproveitamento. Aproveitar algo que eu não estava usando para fazer doce, bolo. Eu já vendi muito doce também.

O menino também aproveitou o leite. Ele já fazia, mas eles têm orientação, mais queijo, vendia nas feiras, agora está vendendo em casa, entrega nas casas. (Comunitária)

O aproveitamento da produção somado à diversificação, incentivados pelo Procace, resultam em uma maior variedade de produtos comercializados.

De acordo com informações da UGP, a avaliação de impacto menciona o acréscimo no acesso ao PAA. Nas entrevistas deste estudo, esse canal de comercialização foi citado quando vinculado a uma iniciativa de beneficiamento de frutas e a uma de produção de leite, ambas envolvendo mulheres e, no segundo caso, quilombolas. Outras referências foram feitas, considerando situações nas quais o PAA já era anteriormente acessado. Em uma dessas menções:

Eles acessavam e passaram a acessar melhor. Nós tínhamos um grupo de jovens no [localidade] que eles vendiam horta para o PAA. Nós colocamos, com o Plano Emergencial, poço, kit de irrigação, catavento, caixa d'água. Isso fortaleceu. Por exemplo, o assentamento [...], nosso foco foi na produção do leite, nós melhoramos geneticamente [...]. E isso foi importante porque leite é um item forte e eles vendem para o PAA. (Mobilizadora Social, URGP)

O Plano Emergencial contribuiu para as atividades produtivas, no caso acima, a horticultura, em situações nas quais o PAA já era um canal acessado. Já o projeto produtivo, também mencionado, possibilitou a melhoria genética do rebanho em um assentamento que produz leite e comercializa no PAA. Ambas as ações trouxeram resultados para as atividades produtivas.

No que se refere a cooperativas, o Procace expandiu as possibilidades dos mercados institucionais, promovendo a comercialização da Cooperativa dos Produtores Rurais de Monteiro Ltda. (Capribom) para o Exército Nacional e para a Maternidade Frei Damião, em João Pessoa. Essa cooperativa e a Cooasc implantaram placas solares em suas unidades por meio do projeto. Com a economia de energia elétrica, ambas direcionaram recursos para a aquisição de veículos para o transporte da produção, abrindo-se a possibilidade de expansão regional dos seus mercados.

No artesanato, o Procace apoiou a participação das rendeiras no Salão do Artesanato Paraibano em articulação com o Programa de Artesanato da Paraíba e com a Secretaria de Desenvolvimento Humano. A construção de um Centro de Referência do Artesanato, um espaço para comercialização da renda renasçença, estava sendo apoiada pelo projeto.

Pelo apresentado, mercados formais e informais foram relatados como canais de comercialização da produção impulsionada pelo Procace. Dos casos mencionados, as ações do projeto voltaram-se para os esforços de inserção nos primeiros, como PAA e as outras compras institucionais.

Quadro 3: Principais Resultados Projeto Procace

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROCASE



PÚBLICO ALCANÇADO:

projetos produtivos, **2.930** pessoas. No total, **24.413** famílias.



JUVENTUDES:

projetos produtivos, **12%** de jovens como titulares. Programa Jovem Bolsista, **220** jovens. Jovens quilombolas participantes do programa acumularam experiência de apoio no reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas, fortalecimento das comunidades quilombolas.



COMUNIDADES QUILOMBOLAS:

3% de quilombolas como titulares dos projetos produtivos. Identificação das comunidades quilombolas, autorreconhecimento e reconhecimento/certificação – cinco comunidades certificadas e três em processo de certificação. Valorização e empoderamento das mulheres quilombolas e de suas comunidades, ampliação dos diálogos e das inserções das comunidades quilombolas no tecido social mais amplo.



EQUIDADE DE GÊNERO:

43% de mulheres como titulares nos projetos produtivos. Empoderamento Feminino: ações voltadas para a abordagem de temas sensíveis à mulher e questões sobre relações de gênero, visibilidade e abordagem da temática de gênero no espaço da ATER.

- Contribuição do projeto para a instalação do Centro de Referência Intermunicipal de Atendimento à Mulher do Cariri.



POLÍTICAS PÚBLICAS:

aumento no acesso ao PAA e ao Pronaf (Avaliação de Impacto).

- **ATER:** aumento no acesso a ATER.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROCASE



ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS:

- Caprinovinocultura: melhoria genética dos animais, melhorias na segurança alimentar dos rebanhos, ampliação da produção de forragem, disseminação da palma forrageira, aumento da produção de leite.



- Campos irrigados: diversificação dos cultivos forrageiros e alimentícios.



- Impacto na renda familiar – destaque para a caprinovinocultura. Menções à fruticultura, horticultura e apicultura.



- Aumento da renda familiar: **68,8 %** dos Projetos Produtivos tiveram um incremento de mais de **20%** na renda (Avaliação de Impacto). Produção de forragem e acesso a recursos hídricos: economia dos recursos financeiros das famílias, contribuindo para a sua renda.



- Comercialização: crescimento de **13%**, com destaque para a apicultura, a fruticultura e a caprinocultura (Avaliação de Impacto)



- Aumento da comercialização: diversificação dos produtos, mercados informais.





PVSA

PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO



O Projeto Viva o Semiárido (PVSA) é uma iniciativa que envolve o FIDA e o Governo do Estado do Piauí e tem como objetivo reduzir os níveis de pobreza e de extrema pobreza das populações rurais no semiárido do estado.

O Viva o Semiárido busca melhorar a renda, agrícola e não agrícola, as oportunidades de trabalho e de geração de renda e o acesso a ativos produtivos dos beneficiários.

Os objetivos específicos do projeto são:

(a) Melhorar a produção agrícola e não-agrícola dos produtores pobres e o acesso ao mercado e às cadeias de valor relevantes, provendo assistência técnica adequada, recursos financeiros e fortalecendo suas organizações sociais e produtivas; (b) Fortalecer as capacidades da população alvo, em particular a dos jovens, para gerar renda e acessar os mercados de trabalho, por meio da disseminação de conhecimento específico ao ambiente semiárido, bem como pela promoção da educação técnica e profissional; (c) Reforçar a capacidade de instituições rurais chave para desenvolver sistemas de assistência técnica, desenhar e implementar políticas de desenvolvimento rural na região do semiárido. (FIDA; Governo do Piauí, s/d)

O PVSA desenvolve suas atividades em 89 municípios de cinco territórios: Vale do Sambito; Vale do Rio Guaribas; Vale do Rio Canindé; Serra da Capivara e Chapada Vale do Rio Itaim.

Em sua atuação com as comunidades, o PVSA propiciou serviços de Assessoria Técnica e Sistemática (ATS) por meio de 13 prestadoras de ATER: Associação de Criadores e Criadoras de Caprinos e Ovinos de Betânia (Ascobetânia), Cáritas Brasileira (CNBB), Central de Cooperativas Apícolas do Semiárido Brasileiro (CASA APIS), Centro de Educação Ambiental e Assessoria (CEAA), Centro de Estudos Ligados a Técnicas Alternativas (CELTA), Central de Cooperativas de Cajucultores no Estado do Piauí (Cocajupi), Cooperativa Mista dos Apicultores da Microrregião de Simplício Mendes (Comapi), Cooperativa de Trabalho de Prestação de Serviços para o Desenvolvimento Rural da Agricultura Familiar (Cootapi), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (Emater), Empresa de Planejamento e Assessoria Técnica Agropecuária (Emplanta), Empresa de Gerenciamento e Tecnologia Rural (Engeter), ARC Consultoria e Serviço de Mobilização e Assessoria para o Desenvolvimento Sustentável Regional (SEMEAR).

O levantamento das informações utilizadas nesta avaliação foi realizado em março de 2020.



1. PÚBLICO ALCANÇADO

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO PVSA



PÚBLICO ALCANÇADO:

23.085 famílias por meio de ações produtivas e sociais. Entre elas, **8.597** famílias estão contempladas nos Projetos de Investimentos Produtivos (PIPs)



JUVENTUDES:

10.763 nas atividades de capacitação e **3.725** nas ações de Educação Contextualizada¹² e Qualificação Profissional de Jovens.



MULHERES:

9.500 famílias estão representadas por mulheres, o que corresponde a **41%** do total, envolvendo as três ações do projeto.



211 projetos produtivos, que englobam cinco cooperativas e **206** associações, o PVSA alcançou **8.579** famílias.

Considerando-se o público prioritário, os contingentes atingidos pelos PIPs foram: mulheres, **2.880 (34%)**; jovens, **1.457 (17%)** e quilombolas, **987 (12%)**.

Segundo os entrevistados, o trabalho com o público prioritário foi impulsionado no terço final do projeto e, para a identificação e atuação com esse público, teve o apoio dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural (CMDR) e da Associação de Moradores e Pequenos Produtores do Estado do Piauí (Amppepi). No segundo caso, a associação, vinculada ao Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), contribuiu com a elaboração de um PIP para mulheres de comunidades quilombolas e de assentamentos de reforma agrária.

Os conselhos municipais, por sua vez, constituíram-se em instâncias locais para identificação, seleção e articulação das associações com o PVSA. Além deles, secretarias de agricultura, sindicatos dos trabalhadores rurais e associações foram referidos como instituições mobilizadas na identificação das organizações com as quais o projeto atuou. Os dois primeiros foram mencionados por comunitários nas entrevistas.

¹² Ações dos subcomponentes de Desenvolvimento Social e Humano do projeto, implementadas pela Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) e Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC), coexecutoras do PVSA.

Para a seleção das associações:

Foram estabelecidos critérios com as nossas equipes de campo com os conselhos. Porque nesses conselhos estava representado todo mundo. Esse grupo que eu falei, o executivo, o legislativo, as igrejas, os sindicatos de trabalhadores rurais, que é muito forte na linha de atuação do nosso projeto, e as associações. Então, houve esse processo de seleção, foi criado o critério e foram selecionadas associações. (Gestor, UGP)

Essa mobilização inicial foi assim descrita pelo Diretor Técnico da Emater: “Fizemos reuniões em cada conselho municipal e dissemos o seguinte: vocês vão fazer um levantamento de quantas associações existem no município e, num primeiro momento, delibera aí, vamos selecionar umas seis ou sete associações para a gente poder iniciar o trabalho.” (Mediador Técnico).

O projeto encontrou, em nível municipal, diferentes situações. Em alguns casos, os conselhos municipais foram relatados como atuantes e estruturados. Em outros, foram referidos como fragilizados:

Para isso a gente teve que fazer um trabalho com todos os conselhos dos municípios, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Alguns estavam desarrumados, outros praticamente extintos. Outros ainda no nível bom de atuação. Isso foi um trabalho também que a gente iniciou, para que a porta de entrada do projeto fosse via conselho, e que realmente foi. Todos os projetos foram aprovados por esses conselhos. As comunidades foram selecionadas porque a gente podia atingir todas. Em todas tinham e continuam tendo demandas ainda fortes. (Gestor, UGP)

Considerando que os conselhos municipais foram a “porta de entrada”, nos casos em que essas instâncias não estavam ativas, foi necessário atuar para garantir que essa fosse a instância de aprovação dos projetos do PVSA, contribuindo, assim, para a sua dinamização, ao menos para as atividades vinculadas ao projeto.

O incremento na participação nos sindicatos, nas associações e nos conselhos, impulsionado pelas atividades do PVSA, foi referido: “Hoje, é como se tivesse despertado, motivado um conjunto de atores para esses movimentos. O pessoal começou a chegar mais no sindicato, as associações estão mais fortalecidas e eles estão mais presentes nos conselhos, tanto os territoriais como os do município.” (Gestor, UGP).

Entre os entrevistados, observou-se que eles tiveram acesso às informações sobre o PVSA por meio de organizações/instituições e lideranças locais com as quais já tinham contato. Entre essas organizações/instituições, citaram-se: sindicatos, secretarias de agricultura e a Emater.

Os projetos foram acessados por meio de associações e de cinco cooperativas. No âmbito da atuação com essas organizações, o PVSA realizou cursos de capacitação em gestão. Outro instrumento utilizado, mencionado como um aspecto que auxiliou as associações no acúmulo de conhecimentos e experiências relativos à gestão das organizações e dos projetos, foi a Comissão de Licitação. De acordo com as informações de campo, essas comissões foram constituídas envolvendo associados que não fossem os dirigentes das organizações. Com isso:

Foi um salto qualitativo dentro do processo de organização das associações. Porque, na maioria, o presidente resolve tudo. Mas hoje a gente vê associações que evoluíram bastante. [...] O nível de organização das associações tem melhorado muito. É claro que uns mais que os outros. Esse é um legado, esse salto no nível de organização social. (Mediador Técnico)

O impacto nas associações e na mobilização local foi mencionado entre os comunitários. Assim, refletindo sobre os resultados do projeto, um deles afirma: “Esse projeto melhorou em tudo. Ele melhorou até a maneira que a gente vê as coisas de forma associativa. Até isso, de tanta coisa que a gente tem que resolver junto, foi amadurecendo as ideias.” (Comunitário).

Essa contribuição do projeto, do modo como “se vê as coisas de forma associativa”, ocorreu em um cenário no qual a associação, anteriormente ao projeto, foi descrita como paralisada, com os associados desmotivados e com casos de abandono da organização. No início das atividades com o PVSA, a associação em questão contava com 24 associados. Na ocasião da visita de campo, esse quantitativo alcançava 31 associados.

O projeto foi citado como um potencializador da mobilização e do interesse pela associação mediante a participação de outros comunitários: “Porque isto a gente está tirando: a gente incluindo a comunidade dentro da associação e dentro do projeto, que também é importante dessa forma estar participando. Isso, a meu ver, é muito importante.” (Comunitário).

Essa participação vincula-se à possibilidade de não associados utilizarem o equipamento e a infraestrutura instalada pelo projeto, nesse caso uma unidade de processamento de mel. Essa possibilidade deve se ajustar às demandas dos associados que são usuários prioritários. “Por quê? Porque isso é importante, você traz gente para associação, você melhora o associativismo” (Comunitário).

Os investimentos em equipamentos e infraestrutura, portanto, não resultaram apenas em aumento na produção e na qualidade do mel, mas também na possibilidade de expandir sua utilização para além das pessoas diretamente envolvidas com o PVSA. Além disso, o fato de o projeto ter se concretizado foi mencionado como um impulsionador do interesse pela associação.

A trajetória anterior com programas, projetos, ações externas aparece nas entrevistas associada ao “descrédito”:

A gente elaborou esse projeto, que foi discreto, a gente elabora [projetos] há muito tempo. Há mais de 25 anos. [...] Pegava um programinha, ele emperrava [...], a gente elaborou, demos entrada [projeto PVSA], mas um descrédito total. A gente não acreditava. A gente vinha de muitos, que você sabe como funcionava... E fomos lá. Primeiro, entrou muita gente, deu o nome e depois não queria mais participar [...], a gente tava com aquela coisa lá que vinha, pegava o dinheiro pra comprar o que quisesse, era o costume antigamente. Não, não é assim. Aí alguns diziam: “ah, se não é assim então eu não quero”. (Comunitário)

Além do descrédito, o fato de o recurso financeiro ser direcionado foi comentado como um desmotivador inicial. Experiências anteriores que “emperravam” resultaram em “descrédito”, em receio:

Aqui, na nossa associação, foi feito um projeto, a gente fez sacrifício em cima dos pés de comprar um terreno e nos engambelaram. A gente ficou com medo desse projeto que veio. [...] Por quê? Porque tava com medo de não vir e que a gente tinha sido engambelado... De não dar certo. A gente ficou com medo. [...] Nós já fomos enganados com poço, fomos enganados com o aviamento. A gente ficou preocupado. (Comunitária)

Com esse panorama, na mobilização inicial, o projeto relacionado à citação acima contava com 29 pessoas interessadas, quantitativo que foi reduzido para 19.

Se, por um lado, o cenário era de receio e descrédito, a concretização da experiência contribuiu para produzir uma reconfiguração da impressão inicial: “Nós, depois que saiu, eu mesmo, me sinto realizada por uma coisa, em o projeto ter dado certo.” (Comunitária).

Depois que a gente conseguiu, o pessoal viu, aí todo mundo doido para entrar. O pessoal viu que a coisa fluiu. Aí, rapidamente, muita gente: “rapaz, se aparecer alguma coisa eu vou querer”. [...] A maioria desanimava, mas agora a gente já vê que o povo está animado. Abriu a mente de muita gente e eu acredito que tem tudo para dar certo. Ela falou que tava realizada, eu também estou, graças a Deus. Porque está aí o projeto. Pleiteou, chegou. Está faltando poucas coisas. (Comunitário)

Na ocasião da pesquisa, instalações e equipamentos da casa de farinha e dos galinheiros já haviam sido recebidos e construídos pelos associados. Aguardavam-se os animais e o equipamento para a produção da goma de mandioca, que foi adquirido em função de um remanejamento. Com as ações projetadas em parte concretizadas, os associados, devido ao atraso na liberação dos recursos do projeto e à chegada das chuvas, adquiriram com recursos próprios manivas de mandioca. Dessa forma, o recurso financeiro destinado a essas manivas foi redirecionado para uma lavadeira de goma.

Por sua vez, o destino para o resgate dos rendimentos financeiros do projeto já estava planejado pelos associados: a construção de uma estrutura de uso coletivo para abrigar a chocadeira das galinhas, também um investimento do PVSA. Com o andamento do projeto, os associados participantes fizeram investimentos próprios, remanejamentos e novas planificações, vinculados às atividades do PVSA. Os associados estavam mobilizados e engajados nas ações. Se a comunidade vinha de um cenário de descrédito e receio, a experiência com o projeto já apresentava resultados em termos de mobilização social local.

Da mesma forma que o caso anterior, as casas de farinha construídas e equipadas por meio do PVSA, envolvendo diretamente 19 associados, podem ser utilizadas pelos demais membros da comunidade, mas uma taxa é cobrada para isso. Dessa forma, a infraestrutura instalada é aproveitada por um grupo maior que os comunitários diretamente participantes do projeto.

Como um resultado vinculado à formalização de iniciativas de organização social, o apoio do PVSA na criação de uma cooperativa foi citado:

Nós temos um exemplo muito concreto, muito palpável [...]. Com o apoio desse projeto foi criada uma cooperativa e essa cooperativa hoje está no nível bem avançado com a questão da comercialização. Eles colocam animais aqui em Teresina, semanalmente vêm caminhões trazendo os animais que eles comercializam. Estão com um abatedor pronto, só faltando alguns detalhes da fiscalização. Eles já eram organizados, mas o salto foi espetacular. Aí, se

perguntarem assim de pronto, qual é o maior legado? Fica difícil dizer qual o maior legado, que tem uma série de variáveis para você analisar, mas essa cooperativa é um dos exemplos. [...] E agora, apesar da organização deles e tudo mais, é claro que o mérito maior é deles, mas a secretaria, através do projeto, conduziu de uma forma muito competente esse processo, da criação da cooperativa e dar apoio. Tem profissionais consultores, experts, especialistas dando apoio. E os resultados estão chegando. (Mediador Técnico)

Na criação da cooperativa, com o apoio da Assessoria em Associativismo e Cooperativismo do PVSA, o Estatuto Social da organização contemplou elementos objetivando a participação de mulheres. Nesse sentido, foram citados: incorporação de uma linguagem inclusiva de gênero no documento; inserção de 50% de mulheres na composição dos Conselhos de Administração e Fiscal; participação de 26% de mulheres na constituição da cooperativa, como cooperadas fundadoras e participação das mulheres como cooperadas a partir das condições criadas no estatuto que possibilitam a filiação de até três membros da família.

A cooperativa em questão, além do apoio de especialistas e da contribuição para a inclusão de mulheres no estatuto mencionado, comercializou animais para os projetos das associações no âmbito do PVSA.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E APOIO TÉCNICO SISTEMÁTICO

Os programas e políticas acessados pelo público alcançado pelo projeto, anteriormente ao PVSA, informados pelos entrevistados e pela UGP, são: PAA; PNAE; Programa de Garantia de Preços Mínimos (PGPM); Seguro Agrícola; Pronaf; Agroamigo e Crediamigo. Com a atuação do projeto, de acordo com gestores, houve um incremento no acesso ao Pronaf e ao PAA.

No caso específico do PAA, as capacitações realizadas e a assessoria técnica, vinculadas aos quintais produtivos, com uma atuação com as mulheres, foram mencionadas como promotoras do aumento da participação no programa.

O acesso anterior a programas e políticas públicas foi relatado entre os comunitários: “Estou [inscrito] sim, política do governo federal, o Agroamigo do Banco do Nordeste. Aliás, não só eu, a maioria está. Os que não fazem parte do Agroamigo, estão no Pronaf B. [...] A maioria participa dessa outra política pública também.” (Comunitário).

Partindo de um cenário em que as comunidades já relatavam o envolvimento com outras ações externas e organizações/instituições, o PVSA, com base nas informações desta avaliação, deixa como resultado experiências nas quais se observa o fortalecimento dessas iniciativas mediante a mobilização local mediada pelas ações do projeto.

Por meio das 13 prestadoras de ATER, o PVSA atuou com 8.597 famílias que estão contempladas nos 211 PIPs. Entre esses projetos, 84 são conduzidos por sete prestadoras privadas, 67 pela prestadora pública e 60 por cinco organizações do terceiro setor. Na sequência da pública, uma empresa privada é a responsável pelo segundo maior número de PIPs, 62, vindo a seguir uma organização do terceiro setor que realiza assessoria em 29 projetos.



Para a ATS, são utilizados métodos e técnicas individuais e coletivos: visitas técnicas, reuniões, reuniões problematizadoras, demonstrações práticas, unidades de experimentação, cursos, oficinas, excursão, unidades demonstrativas e intercâmbios. As técnicas e métodos são utilizados em função das características de cada projeto atendido. A frequência, número de visitas, cursos, oficinas ou outras atividades também dependem de cada projeto. De uma maneira geral, a frequência das visitas individuais foi definida como regular.

A ATS acessada por meio do PVSA foi mencionada e descrita pelos comunitários entrevistados:

E quando precisa alguma coisa? É deles que a gente vai atrás. [...] Então, qualquer coisa a gente vai atrás deles. [...] A gente não teve nenhum problema referente a isso. Eles fazem visitas quando é necessário, fizeram cursos, faz algum tipo de seminário, o que for preciso eles fazem. Se for necessário, a gente solicita. E eles vêm. (Comunitário)

O comunitário descreve uma atuação por meio de visitas e de atividades coletivas.

Quando necessário, segundo suas palavras, solicita-se o apoio da ATS e ela se faz presente.

Uma atuação articulada com a demanda das comunitárias também foi mencionada em outra visita de campo: “Tem, tem sim [ATER]. O [técnico] lá ajudou muito a gente. Muitas dúvidas ele tirou. No começo, todo dia a gente ligava pra ele, ligava, tirava dúvidas” (Comunitária).

A comunitária aborda, na sequência da sua fala, as visitas do técnico para o esclarecimento de dúvidas a respeito do sistema de reuso de águas cinzas: “Ele [o técnico] veio com mais dois homens. Tirou dúvidas sobre entupimentos, sobre a encaiação, sobre a instalação das camadas, que um monte de gente tava tendo dúvidas em montar.” (Comunitária).

Resultados alcançados pelo projeto foram relacionados ao trabalho conjunto com a ATS e ao incremento na infraestrutura produtiva:

Ele melhorou a produção. Ele melhorou no manejo, que a gente aprendeu a manejar de forma melhor, de forma mais qualificada devido aos cursos [...]. A gente trabalhava de uma forma errada. Não vou nem dizer de uma forma errada, era da maneira que tinha. Não trabalhava no padrão exigido. Até porque a gente não tinha uma casa do mel adequada pra colheita do mel. (Comunitário).

Assim, o aprendizado proporcionado por meio das ações do projeto soma-se aos investimentos em infraestrutura e equipamentos implementados no âmbito do PVSA, melhorando o manejo e a produção. As palavras do comunitário permitem, ainda, destacar que a casa do mel representa a possibilidade de um novo padrão de produto que se concilia a novos procedimentos na atividade produtiva, ambos contemplados nas ações do PVSA.

Os resultados alcançados são identificados também em relação às prestadoras de ATS. Nesse sentido, as informações de campo sobre a atuação da empresa pública prestadora de ATER descrevem um cenário no qual a operacionalização do PVSA foi um processo de aprendizado e acúmulo de experiência. Dessa forma:

Tem um histórico para chegar até aqui. Esse projeto, todas as ferramentas tiveram que ser construídas, então isso foi um processo lento, mas que nos deu muito *know-how*. Costumo dizer que hoje, se a gente se envolver em outro projeto semelhante a este, a gente tem um *know-how* e teremos avanços bem mais significativos. Nós tivemos que construir desde o formulário para elaborar o projeto. Cada um ia definindo a seu prazer como os projetos iam ser elaborados. Nós criamos um roteiro. [...] E todo o processo de acompanhamento, todos os instrumentos, os instrumentos metodológicos. O [prestador de ATER] construiu um documento passo a passo, desde a entrada da comunidade até chegar na elaboração do projeto. [...] Então a gente teve muitos problemas, mas agora a gente tem uma carga de conhecimento acumulada. (Assessoria Técnica)

A elaboração de instrumentos operacionais e o “*know-how*” adquirido são acompanhados por outras experiências/aprendizados pela prestadora de ATER. Ter como um dos públicos prioritários as mulheres e a inclusão de algumas atividades produtivas foram elementos que resultaram em uma atuação mais atenta aos grupos.

Isso aí é muito bom, porque a questão dos quintais levou um tempo para pegar no projeto. Porque para o técnico que não estava envolvido na temática, os quintais já existem, tem lá o quintal. Mas não tinha aquele olhar de melhorar, ou propor uma modificação. Todo mundo tem seu quintal, todo mundo tem sua horta e pronto, partia para outra atividade, caprinos, outra atividade. Mas aí essa temática passou a ser melhor trabalhada, sistematizada e hoje nós temos colega que diz: “hoje a minha visão acerca dos quintais mudou”. Então isso aí é mais um legado do projeto. É um olhar diferenciado dos trabalhos com os quintais e, ao ponto que num determinado momento, a gente tem projetos específicos de quintais. Então, isso aí evoluiu bastante. Isso aí é uma coisa marcante do projeto. (Assessoria Técnica)

A atuação direcionada aos quintais produtivos, por meio do PVSA, permitiu que a forma de abordar/trabalhar esses espaços fosse alterada, resultando em um “olhar diferenciado”. Se, de forma geral, esses espaços/atividades produtivas eram vistos como existentes, mas não demandantes de ações, os quintais, ao serem trabalhados e sistematizados, ganharam visibilidade no âmbito da atuação da ATER. A sistematização mencionada está vinculada às cadernetas agroecológicas. Soma-se a peculiaridade de que esses espaços de trabalho são ocupados por mulheres. A visibilidade dessa atividade reverbera, portanto, na atuação com esse público.

Ainda nesse sentido, as informações de campo relataram como a priorização do público mulheres tensionou uma abordagem que se direcionava para as “famílias onde o chefe fosse o homem”: “A questão das mulheres também. Observa-se que elas foram mais contempladas no terço final do projeto. Até pela formação do extensionista e tudo mais, de procurar a família, mas a família onde o chefe fosse o homem. Então esta questão aí foi preciso ser trabalhada. Então, foi no terço final.” (Assessoria Técnica).

Outra atividade mencionada como destaque, acompanhada por considerações de que ela até então não canalizava atenções e investimentos, foi a avicultura. Nesse caso, as informações de campo apontam para o trabalho realizado com o PVSA como vinculado ao processo de valorização da atividade produtiva.

Portanto, por meio da atuação com o PVSA, a visibilidade e inclusão de ações voltadas para as mulheres, para os quintais produtivos e a avicultura figuram como um resultado no cenário da ATER.

3. ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS

Por meio das ações de ATER e de investimentos, o PVSA atuou com 12 cadeias/atividades produtivas junto às famílias que participaram do projeto. A tabela abaixo mostra as cadeias e atividades produtivas trabalhadas no âmbito do PVSA, o número de famílias envolvidas e os recursos financeiros empregados.

Tabela 6: Planos de Investimentos Produtivos, famílias e recursos por arranjo produtivo

| Arranjo produtivo | Planos | Atividades Mistas | Quintais Produtivos | Famílias | Recursos (R\$) |
|--------------------------------|------------|-------------------|---------------------|--------------|--------------------------|
| Ovinocaprinocultura | 73 | 46 | - | 2.439 | 20.522.760,89 |
| Apicultura | 41 | 19 | 1 | 2.789 | 12.519.688,65 |
| Atividades Mistas ¹ | 58 | - | - | 1.692 | 13.104.677,89 |
| Avicultura | 11 | 31 | 5 | 314 | 2.390.805,86 |
| Piscicultura | 5 | 7 | - | 104 | 894.528,49 |
| Mandiocultura | 5 | 3 | 1 | 224 | 1.462.285,33 |
| Quintais Produtivos | 10 | - | - | 333 | 2.483.492,14 |
| Pequena Irrigação | 3 | 10 | - | 133 | 1.154.040,56 |
| Processamento de Umbu | 1 | - | - | 21 | 163.712,47 |
| Cajucultura | 2 | 5 | - | 476 | 1.937.363,33 |
| Suinocultura | 1 | 2 | - | 25 | 221.981,01 |
| Artesanato | 1 | 2 | - | 47 | 284.978,38 |
| Total | 211 | - | - | 8.597 | R\$ 57.140.315,00 |

Fonte: Informações UGP – mar./2020. (1) envolve mais que uma atividade/cadeia produtiva

Observa-se uma concentração do número de PIPs, famílias e recursos entre a ovinocaprinocultura, a apicultura e as atividades mistas. A Tabela 5 também permite visualizar a presença da ovinocaprinocultura e da apicultura nas atividades mistas. Assim, dos 58 PIPs dessa categoria, 46 deles envolvem, entre outras atividades, a ovinocaprinocultura (76%) e 19 a apicultura (33%). A apicultura está, ainda, presente em um PIP dos quintais produtivos. Essas são as cadeias que envolvem o maior quantitativo de famílias e de recursos, estando no maior número de planos de investimentos.

Essas cadeias/atividades produtivas foram destacadas igualmente nas entrevistas de campo, aportando-se algumas características de cada uma.

A ovinocaprinocultura e a apicultura estão relacionadas à sua relevância nos territórios de atuação do projeto:

[...] porque o forte do nosso projeto aqui, que é constatado por estudo, por demanda, por tudo, o forte nessa região nossa de atuação é a questão da apicultura e da ovinocaprinocultura. São as atividades produtivas que permeiam a maioria das famílias dessa área de atuação do projeto. (Gestor, UGP)

Considerando que são atividades desenvolvidas pela “maioria das famílias” com as quais o PVSA atua, considera-se:

Nos projetos produtivos, foram 211 projetos que foram apoiados nas sete cadeias produtivas principais. Sendo que, numericamente, o destaque foi para ovinocaprinocultura, tradição do estado. A apicultura vem logo em seguida, que é uma atividade que cresce bastante. Temos os quintais produtivos também, que na reta final, tava muito parado, deu uma crescida. (Gestor, UGP)

Ovinocaprinocultura e apicultura se destacam, a primeira por ser uma atividade “tradicional” e a segunda por estar em expansão. Além dessas duas cadeias, os quintais produtivos são mencionados acima como uma atividade que deu uma “crescida” na etapa final do PVSA. Essa ideia acompanha a constatação, anteriormente feita, de que a visibilidade dos quintais produtivos e das mulheres no projeto aumentou em uma etapa mais adiantada da implementação do PVSA.

A presença de mais de uma atividade/cadeia produtiva nos PIPs pode ser observada na Tabela 6, tanto por meio das atividades mistas quanto nos quintais produtivos. Assim, à exceção do processamento do umbu, todas as demais atividades/cadeias estão, em diferentes combinações, contempladas nas atividades mistas. Os quintais produtivos, por sua vez, associam-se, em alguns PIPs, a apicultura, avicultura e mandiocultura.

A avicultura é a quarta cadeia produtiva em número de PIPs e de recursos investidos e a sexta em número de famílias. No entanto, sua presença entre as atividades mistas é bastante expressiva, estando em 31 dos 58 PIPs dessa categoria (53%). A avicultura aparece, igualmente, associada aos quintais produtivos na metade desses projetos, em 5 dos 10 PIPs.

O destaque, em termos quantitativos, soma-se às peculiaridades dessa atividade. Assim:

A gente tem duas [cadeias produtivas] que se destacam, aliás, três. Por quê? Porque a avicultura caipira, a criação de galinha caipira, é algo que a princípio não se dá a importância, mas aquilo ali é fundamental. É fundamental para inserção da família, especialmente da mulher. Que não tem jeito, é a que se envolve mais nesse processo. Mas ela traz o homem, traz a filha. E é uma renda que você tem ali toda semana, ovos. Toda a semana está ali entrando dinheiro. Então, isso aí tem sua importância. (Assessoria Técnica)

Os investimentos em avicultura trazem consigo aportes na renda familiar, em intervalos curtos de tempo, por meio da produção e comercialização de ovos. O trecho acima também destaca o envolvimento das mulheres na atividade.

Com relação às ações realizadas pelo PVSA, na ovinocaprinocultura foram mencionados investimentos no sistema de criação, passando pela aquisição de animais (com melhoria de material genético) e pelo manejo. Essa é uma cadeia, como anteriormente visto, considerada relevante nos territórios de atuação do PVSA: “ovinocaprinocultura, essa aí já tinha uma estrutura melhor e, em determinadas situações, tem se fortalecido” (Assessoria Técnica).

Entre as ações e investimentos do PVSA, as famílias que trabalham com a ovinocaprinocultura tiveram acesso a animais, incrementando seus rebanhos qualitativamente por meio do material genético aportado, o que possibilitou a introdução de novas raças, conforme relatado. Além disso, houve benefícios quantitativos, tendo em vista o aumento da quantidade de animais. A atuação do projeto em parceria com uma cooperativa incluiu, conforme já mencionado, a sua participação como uma das fornecedoras de animais.

Sobre o manejo das criações, foram mencionadas ações relativas aos aspectos alimentar, sanitário e reprodutivo. Para a segurança alimentar dos animais, investiu-se em plantio de capim de corte e pisoteio, de palma, de bancos de proteínas e na produção de feno e de silagem.

A utilização de espécies locais forrageiras foi incentivada e disseminada por meio das ações do PVSA, envolvendo unidades demonstrativas:

A maioria dos projetos que você viu é de produção animal, pequenos animais, principalmente ovinos e caprinos. Então aí foi batido forte na preservação de pastagens. [...] Os projetos demandaram muita coisa boa na questão de palma forrageira que não tinha forte aqui no estado. [...] Tem muita localidade com unidade demonstrativa, com área plantada já. Houve uma demanda muito forte. [...] É uma forma deles escaparem dessa situação adversa de proteína, silagem, a parte de feno, que tem muito material. Tem muita coisa no semiárido que você pode reproduzir, adaptada já e guardar. [...] Agora você está aproveitando ali, está aproveitando o capim para os animais comer na época que não tem chuva, então tem que aproveitar tudo isso (Assessoria Técnica).

Para a utilização de espécies locais como forrageiras, ações de recomposição da caatinga foram realizadas. Outra cadeia produtiva que está relacionada com essa ação de recuperação é a apicultura. Nela, as espécies da caatinga foram trabalhadas como pasto apícola.

Uma das experiências de campo visitadas vincula-se à apicultura. Nesse caso, a interação entre a assessoria técnica e os investimentos em infraestrutura resultaram em melhorias no volume de produção e na qualidade do mel, conforme visto anteriormente. Com recursos do PVSA foram construídas duas casas do mel e adquiridas 17 caixas melgueiras para cada um dos apicultores. A casa do mel pode ser utilizada pelos participantes do projeto das duas comunidades e por outros comunitários, de acordo com as normas estipuladas. Soma-se a essa possibilidade a informação de que essas são as primeiras casas do mel do município, no qual a cadeia produtiva em questão se destaca: “Se você for considerar o tamanho da população com a renda proporcionada pelo mel, a renda é muito grande. Bate os grandes de chapéu.

Então isso é o que mais sustenta o município aqui, é a questão do mel.” (Comunitário).

Considerando-se o incremento em qualidade do mel obtido por meio do processamento proporcionado pelos equipamentos da casa do mel, a possibilidade de utilização dessa estrutura por mais apicultores, a importância da atividade para o município e a qualificação na condução das atividades trabalhadas nas ações da ATS, entende-se que esses investimentos são compartilhados para além dos participantes do PVSA.

Investimentos em infraestruturas que permitem melhorias na quantidade e qualidade da produção e nas condições de trabalho foram observados nas visitas de campo também em relação à mandiocultura. Com recursos do PVSA, duas casas de farinha foram reformadas e ampliadas e equipamentos para o processamento da mandioca foram adquiridos. Com essas melhorias, projetava-se (pois as estruturas e os equipamentos ainda não estavam operando no momento da entrevista) a possibilidade de realizar o processamento da mandioca em menor tempo, de economizar recursos e de melhorar a qualidade dos produtos finais, farinha e goma:

É o tempo e o custo-benefício. Porque o forneiro hoje, que nem nós fazemos, manual, é R\$ 120,00 a diária. Veja bem: R\$ 120,00 a diária, o custo da mão de obra do forneiro. Ainda vai ter que comprar a lenha, porque aqui praticamente a gente não tem, tem que comprar a lenha e vai ter o carro aqui. O que você gasta num dia nesse forno manual você vai fazer uma semana com o elétrico. Dá para a manutenção de uma semana, dividido por lenha, essas coisas. [...] Com certeza dá [resultado de melhoria na qualidade do produto]. O pessoal ali [outra localidade], eles conseguem um preço melhor. A qualidade é outra coisa. (Comunitário)

A rotina de trabalho da comunidade na atividade da mandiocultura, sem os investimentos acessados por meio do PVSA, foi assim descrita:

Por dia, nós costumamos trabalhar entre 13, 15 pessoas por dia, em cada aviamento [casa de farinha]. A gente amanhece o dia, sai todo dia cedinho, cinco horas da manhã vai pra roça, arranca. Quando é 8:30 nós já estamos em casa e aí vai ajudar as mulheres a raspar. Já começa a triturar para ir tirando a goma, passando. Aqui é tudo manual. Quando é cedo da tarde a gente já está praticamente parado. As mulheres não, porque elas vão cuidar da goma, vão lavar a goma. É um processo trabalhoso. E com essa lavadeira vai facilitar muito a vida das mulheres. Os homens arrancam e trituram. As mulheres raspam, fazem a goma. (Comunitário)

O trabalho descrito, “tudo manual”, encontra melhores condições para sua realização com os equipamentos disponibilizados pelo PVSA: o forno, o cevador e a lavadeira de goma, essa última destaca-se por seu impacto na “vida das mulheres”. Como mencionado anteriormente, a aquisição da lavadeira de goma não estava inicialmente projetada e foi possível com recursos que eram destinados à aquisição de manivas, realizada pelos próprios comunitários: “Nós também não esperamos a maniva que ia vir de lá, a gente comprou e plantou. Porque aqui é assim: quando um tem, ajuda os vizinhos.” (Comunitária).

Porque, dentro desse projeto, era pra gente adquirir as manivas, comprar as manivas. Mas foi quando o projeto atrasou um pouco e aí a chuva chegou e, se a gente fosse esperar comprar, ia perder o ciclo da plantação. Aí, nós fizemos por conta da gente, plantamos. Até foi que esse dinheiro da mandioca vai ser utilizado na lavadeira de goma. (Comunitário)

Inicialmente o projeto não contemplava a lavadeira de goma, uma vez que foram priorizados, devido aos recursos financeiros disponíveis, o forno e o cevador, por sua utilização nas etapas consideradas demandadoras de trabalho mais pesado, segundo informações de campo.

A lavadeira de goma, além de proporcionar melhores condições de trabalho, permite a redução do número de pessoas necessárias: “Quando arranca [a mandioca], eles chegam cedo. São quatro mulheres, vão tudo para a massa. Porque é pesado demais. Com esse implemento novo, o serviço de quatro vai cair para duas mulheres. Para lavar a goma é pesado demais.” (Comunitária).

Os investimentos do projeto repercutem na atividade: “Melhora 90%, tanto na facilidade como na relação custo-benefício” (Comunitário). Melhores condições de trabalho, redução dos custos e aumento da capacidade de produção estão relacionados ao incremento em equipamentos.

A descrição do trabalho envolvido na mandiocultura e do impacto dos investimentos realizados pelo projeto acompanha considerações relativas ao desinteresse dos jovens da comunidade. Isso ocorre porque a atividade é conduzida, em toda a sua etapa, por pessoas mais velhas da região. Esse é um elemento que se soma à importância de melhores condições de trabalho, de forma a garantir que a atividade possa continuar sendo exercida pela comunidade: “Que é uma deficiência que a gente está tendo. Porque hoje o pessoal novo só quer estudo, não quer trabalhar. As mulheres mais velhas não aguentam mais, a demanda é muito pesada.” (Comunitário).

Além disso, a produção de mandioca e seus derivados foi descrita como “meio parada”

em função do custo-benefício:

Porque a mão de obra é cara e o retorno do produto é pequeno. A seca de quatro, cinco anos, a gente praticamente perdeu a semente do cultivo, porque nós costumamos cultivar a mandioca aqui em março e abril [...], nesses meses aí não tinha um pingão de chuva. A gente ficava assim... Plantava, às vezes nascia, mas não criava por causa da falta da chuva. Isso nos últimos anos. Agora do ano passado pra cá vem melhorando, tem bastante mandioca. O projeto incentivou a plantar mandioca. (Comunitário)

O projeto do PVSA contribui, assim, incentivando a continuidade do plantio da mandioca, que enfrentava adversidades: “Pessoas que aqui nunca mais tinham plantado por causa da seca, agora voltaram a plantar.” (Comunitária).

Segundo outra entrevistada, o projeto:

Foi uma riqueza para a nossa comunidade. Eu estou achando uma riqueza. Nós temos o galinheiro e tem o forno já, um cevador. Estamos esperando a tiradeira de goma agora. Muito maravilhoso e importante para a nossa comunidade crescer. [...] A gente ficou feliz porque já recebemos os galinheiros, o forno elétrico lá, o cevador. Agora já vamos, já pode autorizar a entrega, [...] a lavadeira de massa, para tirar goma. (Comunitária)

Mencionando os investimentos em equipamentos para o processamento da mandioca, a comunitária destaca também os galinheiros. No momento da realização das visitas de campo, os galinheiros já haviam sido construídos e aguardavam-se os animais e a ração incluídos no projeto.

A avicultura foi uma das cadeias/atividades produtivas que se destacaram no projeto. Vista como uma atividade de retorno financeiro rápido, por meio da produção de ovos, a venda de animais também foi impulsionada pelo PVSA:

Aí tem a galinha caipira, criação da galinha caipira, que já é uma atividade que eles já trabalham normalmente. Mas, às vezes, mais pensando em consumo. Daquela forma bem rústica, de passar um ano com a ave até chegar ao ponto de abate. Então, você melhora aquela criação com raça rústica. Não é a galinha de granja, é a galinha caipira, que tem uma demanda forte de mercado. Uma coisa que tá voltando, o pessoal tá começando a valorizar mais. (Gestor, UGP)

A venda de ovos e de animais foi mencionada por comunitárias, que receberam investimentos para a atividade de avicultura, como uma atividade já anterior ao projeto: “agora eu, mais minha mãe, nós criamos, mas toda vida eu vendi galinha. Tanto vendo ela em pé, como vendo abatida, vendo ovo” (Comunitária).

Considerando a demanda de mercado, a avicultura foi impulsionada pelo projeto no trabalho com as comunitárias da comunidade quilombola visitada:

E hoje nós já estamos criando nossas galinhas, produzindo para fora. Que eu vendo galinha assada, galinha completa, que aqui é chamada galinha de leilão. É aquelas galinhas grandes, galinha assada inteira. A gente transporta para fora. [...] A gente vende a galinha abatida, no valor de R\$ 40,00, R\$ 50,00 e o pessoal acha de boa. Galinha tratada de 15 dias no quintal. (Comunitária, Comunidade Quilombola).

A construção dos galinheiros contribuiu para a criação de galinhas por oferecer uma proteção aos animais:

Foi uma ajuda. Porque tinha muito carcará, muitos animais que comiam, né? Que comiam as galinhas, carregavam. E hoje, graças a Deus, se nós tiramos 10 pintinhos, todos sobrevivem e aumenta a produção. Acho que nós temos umas 60 cabeças de galinha e ajudou muito, muito, demais. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Se a construção do galinheiro foi uma forma de potencializar a criação de galinhas, pela proteção oferecida, a estrutura para os quintais produtivos, também implementada no âmbito do PVSA na comunidade quilombola, foi lembrada em sentido semelhante:

Porque é R\$ 6.000,00 em materiais. Isso é muito importante. Nenhuma família tem condição de fazer seu próprio quintal. Como a nossa amiga ali falou que ela morria de vontade de cercar por causa dos corvos, por causa do gado que entrava. Ela não podia ter um quintal. E esse projeto veio e ela abraçou de mão cheia. Eu também amei ele. Já tenho um monte de coisas lá no quintal, um monte de gente entra, visitam. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Novamente aqui, a infraestrutura financiada pelo projeto e construída pela comunidade propicia o desenvolvimento da atividade produtiva, nesse caso, os quintais. A comunitária menciona ainda a importância dos recursos financeiros disponibilizados e o seu quintal com “um monte de coisas” e como um lugar visitado.

Os quintais produtivos, citados como uma atividade impulsionada apenas no final do projeto, estão diretamente vinculados à segurança alimentar das famílias, sendo, geralmente, espaços de atuação das mulheres. A produção para o consumo familiar é acompanhada da possibilidade de comercialização de alguns produtos:

Este quintal para mim foi mais do que uma coisa importante. Só em você ir até seu quintal e pegar seu próprio alimento já é uma grande riqueza, no qual eu posso produzir verduras, legumes, frutas. Eu consumo e produzo para fora também. Eu posso vender também. [...] muitas pessoas deixam de comprar na feira para vir comprar da minha propriedade, na minha própria casa. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Percebe-se que a produção nos quintais é relevante para a segurança alimentar da família. Além disso, o acesso direto a uma variedade de produtos, “verduras, legumes, frutas”, é uma “grande riqueza”. O resultado dessa iniciativa se expressa na afirmação da possibilidade de produzir: “ou seja, nossos quintais trazem sim uma produção, uma produtividade, que nós temos como produzir com nosso próprio investimento” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

As cadernetas agroecológicas são uma iniciativa desenvolvida em paralelo aos quintais produtivos. Nas entrevistas, essa ação foi mencionada em associação a uma característica da comunidade: a união.

E a gente se reúne para tudo. Veio as cadernetas para a gente anotar o nosso consumo, dos nossos quintais. E todas pegaram, até para fazer no dia em que a [técnica] veio para ajudar: “Você quer?” “Ah, eu não sei ler, não sei escrever”. “Peguem que nós se resolve”. E aí, as que não sabem ler, nós se reúne. Pergunta o que comeu, o que não comeu e a gente anota. Eu ajudo elas e com muito orgulho, que nós somos família. (Comunidade Quilombola)

Para a condução das cadernetas agroecológicas, portanto, contou-se com a mobilização local, com a ajuda de comunitárias atuantes em grupo de mulheres. O PVSA, por meio das suas ações, contribuiu para a afirmação das mulheres, conforme acima mencionado, e para a valorização do seu papel nos coletivos sociais. O projeto se soma a outras articulações que o grupo de mulheres da comunidade estabeleceu, contribuindo, assim, para a continuidade das ações do grupo.

Com relação à comercialização da produção, conforme já mencionado, relatou-se que o PVSA contribuiu para aumentar o número de comunitários que acessam o PAA. Nas visitas de campo, o impacto do projeto na comercialização esteve ligado aos seus resultados na produção. Foram citadas a comercialização direta no local de produção e em nível comunitário.

No caso da apicultura, o aumento da produção e da qualidade do mel foram mencionados. Na mandiocultura, a expectativa era de obter igual impacto. Questionado sobre a melhoria na qualidade dos produtos (farinha e goma), devido aos equipamentos e à estrutura instalados pelo PVSA, o comunitário responde:

Com certeza dá. O pessoal ali do [outra localidade], eles conseguem um preço melhor. A qualidade é outra coisa. A maioria vem comprar aqui, a gente vende aqui. Nós vende todinha, praticamente direto para o consumidor. O pessoal de fora aqui que não fazem já vem comprar. A nossa goma já é bem conhecida. Pessoal de [municípios], eles vêm comprar aqui. A gente quer criar uma marca dessa farinha. [Município] também, no interior a gente vende bastante. (Comunitário)

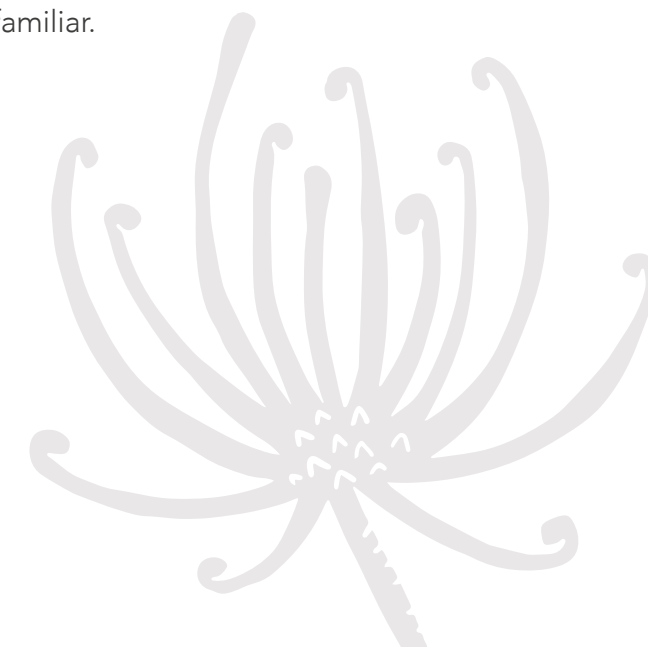
A expectativa, assim, era obter melhor qualidade do produto e, em decorrência, melhores preços. O comunitário descreve, ainda, a venda do produto na localidade de produção para compradores de outros municípios.

Na comunidade quilombola visitada, relatou-se, como já apresentado, a venda dos produtos na “própria casa” da comunitária. Para a comercialização das galinhas, as feiras foram citadas.

O impacto na renda familiar aparece, nas entrevistas realizadas, em relação ao resultado das ações do projeto na produção. No entanto, dados gerais não estavam disponíveis. Do que foi observado na visita de campo, os resultados na renda foram observados na apicultura e para o quintal produtivo/avicultura, à semelhança da comercialização. Foi identificado que as instalações e equipamentos da mandiocultura ainda não estavam funcionando, e os animais e a ração, para a avicultura, ainda não haviam chegado. Cabe lembrar, novamente, que o projeto estava em execução com ações ainda a serem realizadas, implementadas.

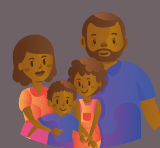
Os investimentos em infraestrutura, equipamentos e em ATS resultaram, na experiência de apicultura visitada, em geração de renda: “E aí o principal, que é a geração de renda, que aumentou, é o foco do projeto, que eu sei que é isso, entendeu? Melhorar a renda [...]. Então atingiu.” (Comunitário).

Já na comunidade quilombola, com a qual o PVSA trabalhou nos quintais produtivos e na avicultura, os relatos acima apresentados referem-se à importância do investimento realizado para a melhoria das duas atividades e a comercialização da produção, impactando a renda familiar.



Quadro 4: Principais Resultados PVSA

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PVSA



PÚBLICO ALCANÇADO:
projetos produtivos **8.579** famílias.



FORTELECIMENTO DAS ASSOCIAÇÕES:
capacitações em gestão e interesse por essas organizações. Aumento da credibilidade em iniciativas externas, como o projeto, realização de investimentos dos comunitários em atividades associadas ao PSVA. Apoio na formação de uma cooperativa.



JUVENTUDES:
projetos produtivos, **17%** de jovens como titulares.



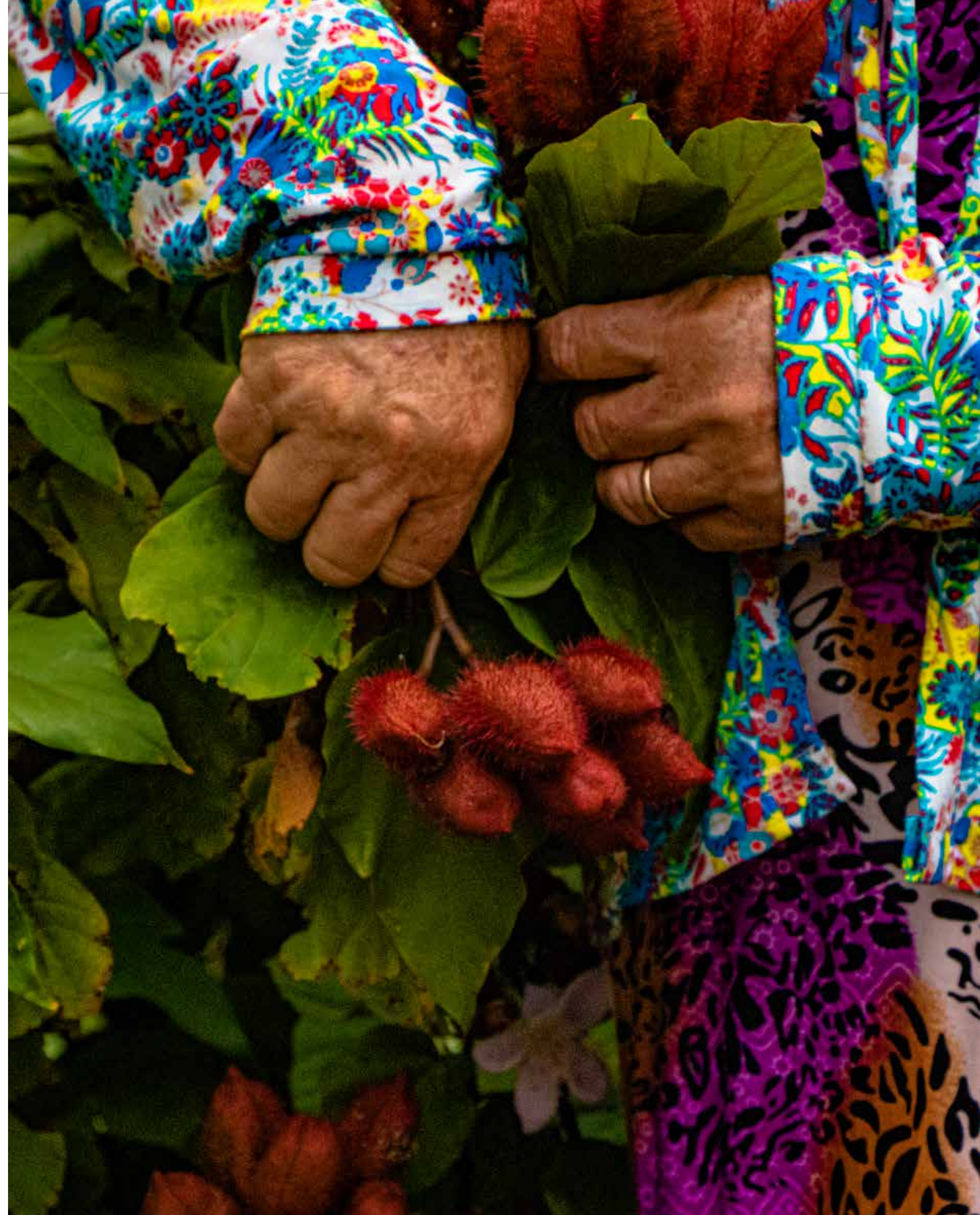
COMUNIDADES QUILOMBOLAS:
12% de quilombolas como titulares dos projetos produtivos.



MULHERES:
34% de mulheres como titulares nos projetos produtivos.



POLÍTICAS PÚBLICAS:
Incremento no acesso ao PAA e ao PNAE.
• **ATER:** capacitação dos comunitários nas atividades produtivas. Visibilidade para os quintais produtivos (cadernetas agroecológicas) e da avicultura entre as prestadoras de ATER.





PSA

PROJETO PRÓ- SEMIÁRIDO



O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável na Região Semiárida da Bahia (Pró- Semiárido), uma parceria do FIDA com o Governo do Estado da Bahia, objetiva contribuir para a redução da pobreza rural. Para tanto, apoia-se em ações que busquem a geração de renda, o aumento da produção e de oportunidades de trabalho nos âmbitos agrícola e não agrícola e o desenvolvimento do capital humano e social, voltando-se, especialmente, para mulheres e jovens. O Pró-Semiárido atua em 32 municípios do sertão baiano.

A Assessoria Técnica Contínua (ATC) é realizada por 10 entidades da sociedade civil: Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), Cooperativa de Trabalho e Assistência à Agricultura Familiar Sustentável do Piemonte (Cofaspi), Cooperativa de Consultoria, Pesquisa e Serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural Sustentável (Coopeser), Associação de Assistência Técnica e Assessoria aos Trabalhadores Rurais e Movimentos Populares (Cactus), Instituto de Desenvolvimento Social e Agrário do Semiárido (IDESA), Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (Irpaa), Associação Regional dos Grupos Solidários de Geração de Renda (Aresol), Cooperativa Agropecuária Familiar de Canudos, Uauá e Curaçá (Coopercuc), Serviço de Assistência Socioambiental no Campo e Cidade (Sajuc) e Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais (SASOP).

As informações utilizadas nesta avaliação foram obtidas por meio da pesquisa de campo realizada em fevereiro de 2021.

1. PÚBLICO ALCANÇADO

O PRÓ-SEMIÁRIDO (PSA)



PÚBLICO ALCANÇADO:
14.410 famílias, contemplando agricultores familiares e povos tradicionais. Com relação a esses últimos, o projeto atuou com 5.088 famílias de comunidades de Fundo e de Fecho de Pasto.



JUVENTUDES:
 projetos produtivos, **12%** de jovens como titulares. Programa Jovem Bolsista, **220** jovens. Jovens quilombolas participantes do programa acumularam experiência de apoio no reconhecimento e certificação de comunidades quilombolas, fortalecimento das comunidades quilombolas.



COMUNIDADES:
 Entre essas famílias, **1.454** são de quilombolas, **447** de ribeirinhos e **85** são indígenas. Assim, **49%** das famílias com as quais o PSA trabalha são de comunidades tradicionais.



MULHERES:
 O público prioritário, além dos povos tradicionais, são as mulheres e os jovens. Devido à transversalidade das ações voltadas para a equidade de gênero, aborda-se a inclusão do público mulheres de forma relacionada a essa perspectiva em um tópico seguinte. Estratégias e ações específicas para jovens e povos tradicionais são apresentadas na sequência.

Direcionando ações para os jovens, o PSA desenvolveu encontros e assembleias de jovens, o projeto Jovens Comunicadores, apoiou grupos e inseriu esse público nas ações do projeto, além das iniciativas produtivas por meio dos ACRs e dos cirandeiros. Essa última ação não foi exclusiva para os jovens, mas buscou-se contemplar uma maior participação desse público.

Os encontros e assembleias foram citados como espaços de debates em que o êxodo era um dos temas contemplados. Êxodo, juventudes e o trabalho com o PSA foram mencionados de forma articulada com a luta e a busca pelo melhor para a comunidade:

A minha luta sempre foi essa, de buscar para nossa comunidade o melhor para atender a nossa população, nossos jovens, de não estar migrando da nossa comunidade para ir para cidade grande, que é o que mais acontece em relação a isso. Então, se deu certo, vamos lutar para continuar vindo mais e mais. Para que a juventude abrace essa causa que nós abraçamos com o projeto Pró-Semiárido. Não só em relação à apicultura, mas também todos os outros que veio, os quintais, as hortaliças. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Atividades produtivas aparecem relacionadas à permanência dos jovens nas comunidades e a contribuição do PSA também é reconhecida nesse sentido.

A atuação do PSA com as juventudes resulta mobilização dos jovens comunitários:

A gente não via jovens se mobilizando para estar discutindo problemas da comunidade, problemas do território, ou quiçá problemas do município [...]. Depois do Pró-Semiárido, a gente começou a andar com esses debates. Eu comecei um grupo de jovens aqui dentro da comunidade. [...] Tem um grupo territorial também. [...] A gente vê ampliando muito essa questão do Pró-Semiárido. (Agente Comunitária Rural)

O projeto Jovens Comunicadores envolveu 300 jovens em ações de formação, encontros e intercâmbios. A iniciativa do PSA era voltada para:

questões mais culturais. Fomos trabalhar como tirar fotos [...], a questão da literatura de cordel [...], o processo de formação sobre cidadania, onde a questão de gênero e a questão étnico-racial estavam inclusas. [...] não pode só dizer que vai ter que ter 30% de jovens, tem que ter também, além das estratégias, algum tipo de atividade, de ação, de pequenos projetos para inclusão deles. (Assessora, UGP)

O Jovens Comunicadores foi uma ação de inclusão dos jovens. Segundo uma comunitária que participou da iniciativa, essa foi: “uma experiência muito importante para a gente comunicar e atuar dentro da comunidade” (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto). Assim, o resultado de mobilização e inclusão dos jovens, promovidos pelas ações do PSA, impactam também as suas comunidades.

No conjunto das ações desenvolvidas com as Comunidades Tradicionais, o PSA contribuiu para os seus processos de reconhecimento e certificação. Para isso, o projeto estabeleceu uma parceria com a Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (Sepromi) do Governo do Estado da Bahia. Parcerias também foram estabelecidas com a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), para atuar na regularização fundiária, e com a Secretaria do Meio Ambiente (SEMA), com foco na regularização ambiental.

O PSA apoiou o autorreconhecimento e o reconhecimento dessas comunidades.

Respondendo sobre os resultados da experiência de trabalho com o projeto:

Eu acho que é principalmente a autoidentidade que a gente tá conquistando agora no momento. O nosso autorreconhecimento como comunidades tradicionais. [...] Esse era um termo muito rejeitado, as pessoas desconheciam o que seria uma comunidade tradicional, quais seriam seus benefícios dentro da comunidade, por você ser um morador de uma comunidade tradicional. No decorrer desses três anos que a gente vem trabalhando esse lado social dentro da comunidade, a gente vê muito, tanto jovens como os mais velhos, eles chegam nos lugares e logo se apresentam como moradores de comunidades tradicionais de Fundo de Pasto. Até três anos atrás, ninguém sabia, ninguém conhecia, a prefeitura não tinha conhecimento. Exatamente porque os moradores, eles não se auto-identificavam. [...] E hoje, a gente vê claro nos olhos das pessoas, de que realmente elas vivem do modo de tradição. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

Reconhecimento formal, a certificação, realizada por outros atores sociais e institucionais, e o autorreconhecimento são processos interligados e apoiados pelo PSA.

Eles não diziam que eram brejeiros, porque eles tinham uma certa vergonha e eles diziam que sofriam um pouco de preconceito. [...] que sofriam preconceito muito.

[...] Com o projeto Pró-Semiárido nos deu visibilidade [...]. Então o pessoal passou a se valorizar [...]. Ele não diz mais que o brejeiro é sapo, que vem do brejo, ele diz: “Eu tenho orgulho de ser brejeiro”, porque mora num lugar rico, num lugar de natureza sem igual. (Comunitário, Comunidade de Fundo de Pasto)

A importância desses processos, apoiados pelo PSA e que resultam no fortalecimento das comunidades, vincula-se também à possibilidade de defesa de territórios e de modos de vida:

Criamos uma associação para poder defender o território. Até porque o território, ele é muito ameaçado, por muitas coisas, muitas empresas [...]. E a gente quer defender esse nosso jeito de viver, esse Fundo de Pasto aí que a gente tem. Que é uma maneira de se criar os animais soltos, de desfrutar dos produtos da caatinga, ou as frutas, muitas plantas medicinais que a gente tem, madeira, até mesmo a lenha que a gente cria pra queimar. Isso tá tudo sendo ameaçado, a gente tá a ponto de perder. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

Como uma contribuição específica, o PSA deixa essas comunidades com os seus processos de autorreconhecimento e reconhecimento fortalecidos.

2. EQUIDADE DE GÊNERO

As ações do PSA voltadas para a equidade de gênero contemplaram uma série de estratégias e atividades relativas tanto às desenvolvidas com as comunidades quanto em outras instâncias do projeto. Nessas ações, a visibilidade e a participação das mulheres nas comunidades e na ATER figuram como resultados do PSA.

Na implementação das ações do PSA em nível comunitário, o estabelecimento de cotas para garantir um percentual mínimo de mulheres entre os participantes foi uma medida adotada de forma transversal a outras estratégias e outros instrumentos de atuação:

Ter 50% de mulheres dentro das associações, ver essa mulher assumir um lugar onde ela não tinha gestão de nada. Não era ela que pegava o dinheiro, da renda, da venda [...], era o marido que definia. [...] E essa mulher, ao entrar no Grupo de Interesse, que dizia tem que ter 50% de mulheres [...]. Essa mulher também se organiza. Entra numa associação ou tá num conselho, na Comissão de Controle Social (Assessora, UGP)

Além de cotas nos Grupos de Interesse (GI), essa foi uma estratégia adotada nas associações, nas Comissões de Controle Social, estimulando a participação de mulheres.

A utilização de cotas estendeu-se também às prestadoras de ATER que atuaram com o PSA. Considerando que as desigualdades afetam todo o tecido social e pautando-se pela busca da equidade, comenta-se a importância de “ter também 50% de mulheres técnicas. Porque era importante para facilitar essas temáticas, para chegar mais junto. [...] no Pró Semiárido nós tivemos isso” (Assessora, UGP).

Como estratégia para a atuação com a temática de gênero, estabeleceu-se uma participação de mulheres mínima de 50% na equipe técnica e entre os Agentes Comunitários Rurais (ACRs). A atuação de técnicas e ACRs mulheres com as comunitárias, além de possibilitar “chegar mais junto”, traz sua contribuição para que elas vislumbrem situações mais equitativas: “Porque, imagine aí, a gente, como mulher, como técnica mulher. A gente se sente no campo como um exemplo para outras mulheres. Que elas são capazes de estudar, de andar de moto, andar de carro. Que elas podem tomar decisões, estar nos mesmos espaços que os homens.” (Mediadora Técnica).

O “exemplo” mencionado acima ultrapassa as fronteiras das comunidades. O PSA, ao adotar as cotas e impulsionar a inclusão de mulheres no corpo técnico, produz resultados em presença quantitativa e visibilidade dessas mulheres na atuação com ATER, um espaço onde sua inserção ainda é restrita. Representatividade é, também, uma estratégia-resultado do PSA.

Considerando a equidade de gênero em uma perspectiva transversal, outras estratégias e instrumentos operados pelo projeto foram por ela transpassados. Com relação às ACRs:

O projeto, ao dizer que quer incluir mulheres, quer possibilitar que essas mulheres tenham equidade de gênero, que essas mulheres no processo se empoderem, ele tem que ter ações afirmativas que levem isso a acontecer. Uma delas é possibilitar que tirem uma habilitação pra que elas tenham a mesma chance de assumir esse cargo que é ser ACR. [...] E agora, ela vai ter um salário e ainda vai ter um meio de transporte, que isso é o definidor no universo rural, pra mobilidade dessas pessoas, para articulação. (Assessora, UGP)

Por meio do PSA foram realizados encontros de mulheres, de homens e mistos. Com relação às mulheres, esses são encontros “que são lúdicos, que são animados, que a gente questiona sonhos com essas mulheres, que a gente leva essas mulheres a refletir sobre o lugar delas, [...] a refletir sobre sua vida.” (Assessora de Gênero, UGP).

Esses espaços de reflexão desenvolveram-se também com momentos exclusivos para homens, nos quais: “Quando a gente faz um encontro de homens, a gente reúne pra discutir essa masculinidade. O que é o macho? Como ele é construído?” (Assessora, UGP). Como uma terceira ação, fizeram-se os encontros mistos:

A gente tem um terceiro encontro com eles, junta as mulheres que participaram do encontro de mulheres, junta os homens que participaram do encontro de homens e faz um encontro junto na comunidade, um encontro misto. [...] Nesse encontro é hora de discutir as relações sexuais no trabalho, a divisão, como eles se organizam. (Assessora, UGP)

Viabilizando a participação das mulheres e objetivando trabalhar em uma perspectiva geracional, as cirandas das crianças foram utilizadas:

Na ação de gênero, a gente pensa na questão geracional e por conta disso a gente tem a ciranda das crianças. [...] Mas a ciranda das crianças é uma ferramenta, é uma ação realmente afirmativa. Porque dizer que trabalha com mulheres e não pensar nos filhos e filhas... Você não tem realmente um olhar para a inclusão dessa mulher. (Assessora, UGP)

O aspecto geracional está vinculado à possibilidade de trabalhar com as crianças “as temáticas que o pai e a mãe estão também trabalhando” (Assessora, UGP). Para isso, cirandeiros foram contratados, com remuneração, nas comunidades e passaram por formações para sua atuação:

Eles participaram de um processo de formação para discutir a questão de ser criança, os direitos delas. Fomos discutir o que é convivência com o semiárido, a agroecologia, segurança alimentar, gênero, racismo... Vários temas e como trabalhar esses temas com as crianças. (Assessora, UGP)

As formações e a atuação dos cirandeiros pautaram-se em temas alinhados com o que foi desenvolvido nas comunidades pelo PSA. Para levar essas temáticas para as crianças, o projeto organizou kits com livros, brinquedos educativos, materiais de modelagem e desenho. A ciranda das crianças expande as ações do PSA para as gerações mais novas e proporciona mais uma oportunidade de atuação com os temas do PSA, agora com crianças e cirandeiros.

O PSA contou com a atuação de aproximadamente 520 cirandeiros e 70 cirandeiros. A inclusão de cirandeiros homens é mais uma estratégia adotada, pois “o homem também tem que aprender a tarefa do cuidado. Dessa forma, ele fica mais próximo dos filhos, eles deixam de ser tão violentos. Eles conhecem e valorizam mais o trabalho dessa mulher.” (Assessora, UGP). A abordagem das questões de gênero no PSA ultrapassa a atuação exclusiva com as mulheres, mobilizando ferramentas que trazem os homens para essas ações. O PSA consegue desenvolver uma experiência que contempla distintos atores das comunidades.

O empoderamento das mulheres se articula com as ações do PSA:

Temos um empoderamento feminino também. A gente tem algumas atividades, alguns encontros de mulheres. A gente discute muito essa questão de igualdade de gênero e a gente vê algumas mulheres se sobressaindo dentro das comunidades, dentro do seu lar. Quando a gente visita uma casa e a gente vê que uma mulher, ela é mais fortalecida, a gente vê uma organização a mais dentro da sua propriedade, dentro da sua casa, no seu lar. É uma parceria diferente com o seu parceiro, com seu esposo. Tudo isso ajuda no desenvolvimento da família, no desenvolvimento da propriedade. Consequentemente, dentro da comunidade, do território e do município em si. (Agente Comunitária Rural)

A ACR descreve o empoderamento das mulheres em sua relação com o “desenvolvimento” da família, dos seus espaços. Mais que isso, a partir dessa mulher “mais fortalecida”, o “desenvolvimento” alcança a comunidade, o território e o município. O empoderamento das mulheres é trabalhado de forma articulada aos espaços sociais. Assim:

O Pró-Semiárido, ele vem atuando não só da forma produtiva, das tecnologias, das capacitações. Mas sim, também, a parte social que foi de grande importância essa atuação. As oficinas de mulheres, as oficinas com os homens... Toda essa conversa, esse diálogo, esse empoderamento que trouxe uma nova realidade para as comunidades. [...] E o projeto trouxe esse entusiasmo, esse prazer, essa vontade de lutar e atuar dentro das comunidades. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

A entrevistada menciona como o PSA, conciliando ações produtivas e da parte social, resultou em uma “nova realidade para as comunidades”. Nessa nova realidade as comunidades se empoderaram, por meio do “entusiasmo”, “prazer”, “vontade de lutar e atuar”.

As cadernetas agroecológicas, uma ferramenta voltada para as mulheres, foram implementadas pelo PSA:

Cadernetas agroecológicas [...] é um marco dentro do projeto, por ter trabalhado justamente com o público das participantes femininas, as mulheres, as agricultoras. A partir do momento que a gente tem uma assessoria, um assessoramento técnico voltado para as agricultoras, muda todo o contexto, o contexto da realidade daquelas agricultoras. (Mediadora Técnica)

O direcionamento, contando com assessoria técnica, soma-se a uma estratégia que permite a visibilidade do trabalho, das instâncias de atuação majoritariamente ocupadas por mulheres, bem como da sua contribuição na renda familiar, incluindo a dimensão do consumo: “E as mulheres ficam nas atividades que a renda... são menores ou não são consideradas renda, como é o caso do consumo. [...] A caderneta agroecológica [...] é uma ferramenta de processo, de empoderamento.” (Assessora, UGP).

O PSA produziu podcasts com depoimentos das mulheres das cadernetas que circularam nos grupos de WhatsApp. Essa ação se soma ao processo de empoderamento.

As cadernetas agroecológicas possibilitaram visualizar especificidades em seu público prioritário, as mulheres. Em uma perspectiva de sobreposição com a questão geracional:

Na nossa pesquisa da caderneta agroecológica, a gente vê um grande papel produtivo de mulheres acima de 60 anos. Às vezes mais de que as jovens. [...] mas essa de 20 tem um monte de criança pra cuidar e essa de 60 aumenta a produção, ela foca, ela percebe, ela já tem esse trato cultural. Ela tem um conhecimento dos antepassados, da ancestralidade dela. E ela consegue acessar, por exemplo, o mercado local, vendendo na porta de casa, para as vizinhas. Ela consegue ir para feira livre [...]. Porque essas mulheres, com mais idade, elas conseguem ter uma maior liberdade de que as mais jovens. (Assessora, UGP)

A importância dessa observação propiciada pelas cadernetas reside, como também mencionado pela assessora de gênero, na reflexão e desenho de políticas públicas para as mulheres, voltando-se para as especificidades geracionais e para a ausência de ações para essas direcionadas. Esse olhar possibilita a visualização e a valorização de mulheres de maior faixa etária. Cabe ressaltar que a visibilidade e a inserção das mulheres, enquanto público das ações voltadas para o rural e para as atividades produtivas, ainda são restritas. Assim, a experiência do PSA é um resultado em si, por ter desenhado e implementado uma série de ações pautadas pela equidade de gênero e por permitir ponderações e reflexões, como a de sobreposição com o aspecto geracional, que podem abastecer futuras iniciativas.

Os encontros ainda abordaram a temática étnico-racial: “Nós temos os encontros específicos pra discutir a questão étnico-racial. [...]. Nós somos mulheres, mas o fato de eu ser mulher, uma ser branca, outra ser preta, outra ser vermelha, que é a indígena, outra ser de uma origem asiática, amarela, faz a diferença.” (Assessora, UGP).

O PSA apresenta como resultado uma trajetória de atuação baseada em estratégias, instrumentos e ações pautadas pela equidade de gênero e tem conseguido trabalhar intersecções como geração, raça e etnia.

Na atuação para a equidade de gênero, o PSA estabeleceu parcerias com instituições e organizações, como: conselhos territoriais, CRAS e CREAS, delegacias da mulher, secretarias de saúde, redes e centrais de mulheres.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E ACESSORIA TÉCNICA CONTÍNUA

Os programas e políticas públicas citados nas entrevistas, que foram acessados anteriormente ao projeto pelos comunitários participantes, são: Bolsa Família, Pronaf, PNAE, PAA, Garantia Safra e Agroamigo. Após o início dos trabalhos com o PSA, acessos ao Pronaf, PAA, PNAE e Agroamigo foram mencionados. Além desses programas, o Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR) foi referido nas entrevistas.

Mencionaram-se os seguintes elementos relacionados aos acessos às políticas públicas no período do projeto: informações sobre esses instrumentos, impacto no incremento/diversificação da produção, contribuição na obtenção de documentações e o empoderamento das comunidades.

A circulação de informações propiciadas pela atuação da assessoria técnica possibilitou acessos a políticas públicas não conhecidas pelos participantes do PSA. Descrevendo o público do território rural no qual atua, a ACR explica:

Aqui dentro do território a gente sempre teve uma porcentagem enorme de pessoas que já acessavam o Pronaf. [...] As pessoas que não têm DAP, é porque às vezes não têm propriedade em seu nome. E aí, várias pessoas começaram a acessar outras políticas públicas. [...] O Agroamigo, por exemplo, que algumas pessoas não tinham muito conhecimento, passou a acessar. Temos o Garantia Safra, o CEFIR. (Agente Comunitária Rural)

Em um cenário no qual muitos utilizam o Pronaf e com casos em que a não comprovação de propriedade impede a emissão de DAP, a obtenção de informações propiciou o acesso ao Agroamigo.

A mediadora técnica descreve o incremento no acesso às políticas públicas e a parceria com o Banco do Nordeste, condutor da política Agroamigo:

Era tímido no começo, poucas famílias. A gente não tinha essa participação ativa nesses outros acessos. E a partir de agora, eu acredito que por conta das parcerias, do envolvimento e do conhecimento que leva também quando a gente faz uma parceria, o Banco do Nordeste vem aqui, faz um mutirão. [...] através dessas parcerias, o conhecimento expande. Os agricultores procuram mais acessar o crédito. E até por conta dos investimentos, a assessoria externa... Recebe um canteiro, quer aumentar sua produção, quer expandir e aí recorre aos créditos. Então, é um acesso que tem aumentado sim. (Mediadora Técnica)

A fala acima contempla o acesso a informações sobre políticas públicas e os impactos na atividade produtiva, que configuram a motivação para a busca de suporte para a expansão. Na sequência de seu relato, ela menciona acessos, a partir do PSA, ao PAA e ao PNAE.

Uma reorientação das ações do Grupo de Interesse (GI) de mandiocultura em um território rural diversificou seus produtos finais, resultando em sua comercialização pelo PAA: “A gente produz e vende, estamos com a padaria, desde o ano passado, com uma política pública do município que é o PAA. A gente fez o cadastro, já tá conseguindo fornecer esses produtos.” (Comunitária, Comunidade Fundo de Pasto).

O aporte em estrutura para uma cozinha comunitária e em assessoria, na reorganização do planejado e nas capacitações, resultou, em uma ação voltada para as mulheres, na diversificação dos produtos finais da atividade e no acesso ao PAA.

O PSA vem trabalhando com a regularização ambiental das comunidades tradicionais. Para isso, é necessária a emissão do CEFIR:

Estamos trabalhando com regularização ambiental destas comunidades [...]. Porque qualquer crédito que essas comunidades têm que acessar por políticas públicas, tem que ter o CEFIR. Se faz necessária a regularização ambiental para que estas comunidades consigam manter o seu próprio território com a sua integridade e impossibilitando, assim, que haja ocupações. Principalmente nesse momento, que o processo das eólicas está avançando muito, e da mineração. (Gestor, UGP)

A emissão do documento, portanto, é necessária para o acesso a outras políticas públicas e para a manutenção do território das comunidades tradicionais. O suporte oferecido pelo PSA e a obtenção do CEFIR são resultados do projeto. Refletindo sobre o acesso às políticas públicas, o comunitário comenta sobre a obtenção do CEFIR:

Às vezes, os que participavam não tinham as documentações necessárias [...]. E aí, com o projeto, que veio incentivo, já facilitou mais a documentação, o CEFIR e tudo mais. Já facilitou e muito. Muitas pessoas já aderiram, também... Essas outras políticas públicas, através também do próprio Semiárido, que já deu incentivo. [...] aumentou mais a procura também pelas outras coisas, políticas públicas que vêm para o agricultor familiar. (Comunitário, Comunidade Quilombola).

Por meio do trabalho com o PSA, as comunidades foram incentivadas e tiveram acesso à documentação necessária para as políticas públicas. Se, por um lado, o PSA contribuiu com a obtenção de documentos, por outro, aportou informações aos comunitários, permitindo a reformulação de sua interação com esses instrumentos:

É em relação às políticas públicas, que antes nós dependíamos de terceiros, ou seja, os atravessadores. Eles chegavam, induziam e nós caíamos. Em relação ao PNAE, a gente participava se eles quisessem, seria indicado por alguém. Hoje não. Com a vinda do projeto, com as orientações que tivemos, hoje nós temos essa autonomia de chegar lá e cobrar e exigir que nós temos que participar. É um direito nosso, entendeu? Então, essa força que foi nos trazer essa clareza em relação às políticas públicas. Que nós sabíamos o que era política pública, mas não sabíamos realmente quais eram nossos direitos e como deveríamos fazer. Então, com a vinda do projeto ficou claro, e hoje nós temos noção do que realmente são nossos direitos. E saber como buscar diretamente, onde tem que ir. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Assim, a “clareza em relação às políticas públicas” é um resultado do PSA. Esse resultado vincula-se a uma perspectiva de incluir esses instrumentos como um direito e a estar informado sobre como proceder na sua garantia. O PSA contribuiu para o empoderamento dessas comunidades.

Para a execução da Assessoria Técnica Contínua (ATC), o Pró-Semiárido conta com a atuação de 10 entidades da sociedade civil e de 115 Agentes Comunitários Rurais (ACRs). Além disso, no âmbito das assessorias, o PSA contou com o suporte de contadores para os projetos. Como será demonstrado, a participação dos comunitários se fez presente em todas essas instâncias. As ATCs atuaram desde os contatos iniciais com as comunidades. Assim:

Para chegar até a participação deles e delas no processo, tiveram várias reuniões, várias visitas nas comunidades. E aí, culminou na elaboração dos planos, tanto de investimento, como de desenvolvimento, com a participação coletiva [...]. Na verdade, o projeto, ele não veio com a demanda, dizendo: “olha, nós do projeto temos tantos mil para executar assim, assado”. Muito pelo contrário. Ele falou dessa construção participativa, a gente falou do projeto em si, como se desenhava. (Mediador Técnico)

Nas entrevistas, foram feitos relatos de desconfiança inicial das comunidades em relação ao projeto, devido a experiências anteriores. Nesse sentido, a aproximação inicial, as reuniões, as rodas de aprendizagem, bem como a participação dos comunitários nos direcionamentos e definições dos projetos foram positivamente destacadas como elementos dissipadores dos receios, contribuindo para o engajamento das comunidades. O PSA colaborou, assim, para que essas comunidades reelaborassem suas percepções relativas às experiências externas, o que as torna mais empoderadas e confiantes, resultando no interesse em buscar outras iniciativas.

O trabalho inicial de aproximação com as comunidades foi um incentivo para a participação: “Mesmo antes do projeto, eles já visitavam a gente. Visitavam nas casas e mostravam como seria o projeto. Então, foi onde deu mais incentivo pra gente se sentar, conversar e ver realmente o que a comunidade necessitava no momento.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

“Ver o que a comunidade necessitava”, um aspecto em contraposição a experiências nas quais os projetos já vinham “prontos”:

Porque sempre que tinha algum projeto pequeno, mas era projeto que já vinha pronto. [...] Mas esse veio diferente. Esse veio para a gente construir, para a gente escolher. Então, isso não foi fácil. Convencer as pessoas de que a gente tinha que tá participando, a gente tinha que tá colaborando, dando a sua contribuição, sua contrapartida. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

Definir aspectos do PSA com as comunidades foi um diferencial da iniciativa:

Somos acostumados a participar de outros [projetos], mas que já vinha tudo pronto e acabado de lá de cima. E esse não. Nós traçamos aqui, juntamente com o técnico, juntamente com a coordenação. [...] E o bom, ainda, porque assim, geralmente nos projetos anteriores vinha assim, [...] a gente não tinha de citar nomes. [...] Ou seja, não veio aquela lista: só vai participar Fulano, Ciclano e Beltrano entre nós. O técnico foi de casa em casa: “Você quer participar? Você não quer?” (Comunitário, Comunidade Quilombola)

Essa aproximação, as atividades iniciais e a participação das comunidades em definições das ações possibilitaram a aceitação:

Aí, aceitamos. Mas teve várias rodas de conversa. Mas a gente sempre com o pé atrás, com medo do projeto não chegar. Mas as coisas estavam acontecendo [...]. Quando começou a chegar realmente o projeto na comunidade que a gente viu que ia dar certo. E como deu! A gente ficou muito feliz em relação a isso, porque nunca tinha chegado nada para nossa comunidade. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

As rodas de aprendizagem utilizadas na ATC foram realizadas nos momentos iniciais e nas atividades do projeto ao longo da sua implementação nas comunidades. Refletindo sobre a assessoria técnica, o entrevistado explica:

Ele [assessor técnico] nos atende, praticamente, três dias por semana nas comunidades e tá sempre presente em rodas de aprendizagem, roda de conversa, dia de campo mesmo. Está nos orientando a confeccionar a ração dos nossos animais, das nossas galinhas. Além daquela troca de conhecimento mesmo entre agricultor para agricultor. Quando a gente senta naquela roda de conversa, não é só... O técnico tanto ensina como ele aprende também as nossas experiências. Ele deixa, ele abre para a gente também expor as nossas ideias e isso é muito bom, isso é muito gratificante. (Comunitário, Comunidade Quilombola)

O entrevistado descreve uma atuação da assessoria técnica em diálogo com a comunidade. O envolvimento dos comunitários e sua participação na condução das atividades, descrita nos momentos iniciais do projeto, encontram sua continuidade.

As rodas de aprendizagem são consideradas pelos técnicos “um marco na metodologia dentro do Projeto Pró-Semiárido. [...] A gente também faz uma Roda de Aprendizagem entre os técnicos. Um dia de estudo para a gente saber o que vai levar pros agricultores ali, para a gente discutir na atividade coletiva.” (Mediadora Técnica).

As entidades de ATC, segundo as informações de campo, possuíam uma bagagem de trabalho com a convivência com o semiárido e com a agroecologia. A circulação de metodologias e de instrumentos entre as ATCs e o PSA contemplou referências, além das rodas de aprendizagem, aos Indicadores de Transição Agroecológica (ITA), ao Método de Análise Econômico-Ecológica de Agroecossistemas (LUME) e às cirandas das crianças. Mencionou-se que, a partir da experiência do PSA, a prática de formação dos cirandeiros passou a ser considerada e incorporada por algumas ATCs que já utilizavam as cirandas.

Ações de formação e de capacitação das equipes das ATCs foram realizadas pelo PSA, como a criação do Núcleo de Estudos em Agroecologia e Convivência com o Semiárido (NEACS):

Isso tudo é muito novidade para o corpo técnico, mesmo o corpo técnico da UGP do projeto, como também para as entidades de assessoramento técnico [...]. Então, a gente avançou bastante no processo de formação de técnicos. [...] foi uma inovação muito forte, a gente [...] instalar um Núcleo de Estudos em Agroecologia Convivência com o Semiárido aqui dentro do projeto. (Gestor, UGP)

No NEACS:

[...] a gente estuda no escritório, com os técnicos, faz dias de estudo com temáticas. No início, a gente pegava, usava temáticas que a gente via que era necessário trabalhar com os agricultores, como: manejo sanitário, manejo reprodutivo, agroecologia e convivência com o semiárido. E aí, essa roda de aprendizagem era um envolvimento, era uma troca. É uma metodologia que propõe uma troca de saberes entre técnicos, assessoria técnica e agricultores. (Mediadora Técnica)

Diferentes temas e metodologias trabalhados no NEACS contribuem para a preparação da assessoria técnica: “Os temas todos passam por ali e há uma preparação para o tema. Então, essa é uma ação do NEACS, o núcleo de estudos, ele prepara o técnico. E o técnico se prepara. E daí, então, ele vai sozinho ali pra desenvolver aquela atividade no território rural.” (Gestor, UGP).

As formações envolveram também a equipe de gestores do PSA, que passou por formações nas áreas de desenvolvimento regional e de assessoramento técnico, utilizando o Método Paulo Freire.

Os ACRs também passam por momentos de formação/capacitação.

A gente não consegue imaginar o projeto sem a presença desses jovens. Eles têm capacitação no cotidiano, mas também existem momentos em que se encontram todos os jovens de um determinado escritório, para que a gente possa fazer a capacitação. E nós já tivemos três encontros em nível geral, que engloba todos 115 jovens que foram contratados. (Gestor, UGP)

Tendo em vista que os ACRs são jovens das comunidades que foram indicados para essa atuação por esses coletivos, sua incorporação à equipe do PSA, além do seu papel para o projeto de mobilizador/articulador e de sua capilaridade, resulta em um investimento no capital social local. Cabe ressaltar que, assim como o processo formativo e a experiência de atuação propiciada a esses jovens, a adoção dos ACRs segue a transversalidade das ações de equidade de gênero, promovendo a participação das comunitárias. O PSA proporciona, para a atuação como ACR, condições estruturais, por meio da remuneração dos ACRs ou mesmo do acesso a algumas condições, por exemplo, a habilitação para condução de veículos. A promoção desse capital social é um resultado do PSA, não apenas em nível individual, mas dos coletivos sociais:

O que eu percebo é um crescimento dessa figura [ACR] para execução do projeto, como também para as comunidades, para as associações, para o sindicato rural. E você tem aí a formação de um capital humano [...], muitos entraram nas prefeituras nesse trabalho vinculado à educação, cultural, e da Secretaria de Agricultura. Muitos adentraram por atividades privadas ou participação de rádios comunitárias. (Gestor, UGP)

Atuar como ACR envolve experiências não apenas com as comunidades e com as ATCs, mas também com outros atores sociais e institucionais com os quais esses jovens interagem na sua atuação. Esse é um elemento importante no acúmulo de capital social. A estratégia de utilizar os ACRs é, em si mesma, um dos resultados do projeto.

A atuação dos ACRs foi mencionada em articulação com o trabalho desenvolvido pela ATC como um dos aspectos positivos do projeto:

Foi o apoio dos técnicos. Sempre que a gente precisava, ele tava aqui junto com a gente. E também a ACR, que foi de grande importância desde o início do projeto. Uma pessoa que foi escolhida pelas pessoas mesmo. Teve a indicação e foi escolhida. Ela mostrou para que veio, fez um grande trabalho e atuou sempre junto com os agricultores. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

Outra ação com suporte e assessoria do PSA foi a gestão dos convênios e a prestação de contas. Para essa ação, o projeto contratou assessorias em contabilidade. Essa foi mais uma atividade acompanhada pelos ACRs, resultando em outra oportunidade de formação, de acúmulo de experiências e de interlocuções. Nesse processo, as diretorias das associações também estiveram envolvidas.

O impacto do trabalho desenvolvido com as associações, na gestão dos convênios e na prestação de contas, é considerado um dos resultados do PSA:

A gente, com esse convênio, nesse projeto, a gente conseguiu se desenvolver bastante na área de administração de recursos e tudo mais. [...] a gente também ainda não tinha bem habilidade para administrar o recurso. Mas no decorrer do tempo, a gente foi pegando a prática [...], foi começando a esclarecer, com a ajuda também do pessoal que tava aqui nos auxiliando. (Comunitário, Comunidade Quilombola)

A assessoria na área de gestão e administrativa, com seu caráter de envolvimento das comunidades, é mais uma ação que se soma ao empoderamento das mulheres, que ampliam seus espaços de atuação, suas experiências e formação:

E, de repente, essas mulheres estão empoderadas. Elas falam isso: “Eu agora sei conversar, eu vou na secretaria, eu falo com o banco”. Porque o banco é o grande desafio. Porque é pobre, é agricultora, não tem valor, quem tem é o grande empresário da região. Mas elas, hoje, elas conseguem. (Assessora, UGP)

Os participantes do projeto são levados a interlocuções em instâncias e com outros atores, como as secretarias municipais e os bancos. Assim, acumulam-se experiências que contribuem para o empoderamento de indivíduos e de coletivos sociais.

O envolvimento dos comunitários diretamente na gestão dos projetos e dos recursos utilizados foi considerado uma motivação, “a maior que teve de todas”: “Foi muito claro, em relação à aplicação do recurso, como seria a participação da população nessa prestação de contas. A gente estava na ativa, estava junto. [...] E a gente sabia realmente onde o recurso estava sendo aplicado.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

O Grupo de Licitação e a Comissão de Controle Social, atuantes na tomada de decisões dos projetos, foram outros instrumentos com a participação dos comunitários. Os membros do Grupo participam das reuniões e, após, compartilham com os demais comunitários as decisões tomadas. A atuação da Comissão de Controle Social envolve também um acompanhamento das ações e do planejamento das ATCs pelos comunitários:

Então, qualquer coisa que a gente tenha para decidir, [...] a gente faz uma reunião com o Controle Social. Inclusive, até [...] o nosso plano de trabalho dos técnicos. A gente entrega para esse Controle Social, para eles terem noção das atividades do técnico naquele território. (Mediadora Técnica)

4. ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS

O PSA celebrou convênios com associações e implementou 154 Planos de Investimentos Produtivos (PIPs). As atividades/cadeias produtivas estão organizadas com as comunidades pelos Grupos de Interesse (GIs). Os convênios estão vinculados a diferentes atividades: socioculturais; produtivas agrícolas e não agrícolas; de energia e de gestão da água. Cada PIP contempla mais de uma atividade.

Segundo informações da UGP, as atividades produtivas mais presentes nos PIPs e com maior número de comunitários envolvidos são: caprinovinocultura (105 PIPs e 4.242 pessoas); quintais agroecológicos (76 PIPs e 2.541 pessoas), avicultura (56 PIPs e 2.221 pessoas), agrobiodiversidade (34 PIPs e 1.257 pessoas) e a apicultura/meliponicultura (30 PIPs e 1.190 pessoas). Além dessas, as ações do PSA contemplam: agroextrativismo, artesanato, beneficiamento, biomassa, bovinocultura, cana-de-açúcar agroecológica, corte e costura, fruticultura, piscicultura, policultivos, processamento de alimentos, produção de feno, sisal e sistemas agroflorestais.

Os investimentos do PSA nas atividades produtivas são lembrados pelos entrevistados articulando as melhorias, ou mesmo o acesso, a equipamentos, infraestrutura, instalações, com o acúmulo de conhecimentos obtidos por meio das ações do projeto. Conciliar investimentos e assessoria foi considerado um diferencial do PSA: “Outros projetos simplesmente vinham e dava um benefício. O Pró-Semiárido, não. O Pró-Semiárido, ele veio com a proposta de dar, mas também de ensinar, de trabalhar lado a lado com o produtor, lado a lado com o agricultor familiar.” (Agente Comunitária Rural).

As entrevistas destacam que a chegada dos investimentos materiais foi realizada quando as comunidades já haviam recebido algumas informações por meio das ações das ATCs:

Eu vi quantas casas de farinha paradas, enferrujando, por causa que chegava [...] e aí ficava. O povo não sabia nem o que fazer com aquilo. E nós, não. A gente foi primeiro para a escola, a gente aprendeu como fazer, por onde andar, para depois a gente ver o propriamente dito, vamos dizer, a parte material do projeto. (Comunitário, Comunidade de Fundo de Pasto)

O acesso a informações sobre as atividades produtivas possibilitou “mudanças”:

Logo no início do projeto, antes de todas as implantações, antes das capacitações, a gente viu um povo meio que despreparado. Não tinha tanto conhecimento de algumas práticas, [...] às vezes faziam de modo errado, de modo equivocado. E, depois do Pró-Semiárido, a gente vem notando várias mudanças dentro das áreas, desse lado produtivo. (Agente Comunitária Rural)

As atividades produtivas são mencionadas nas entrevistas com referências múltiplas, ou seja, mais de uma delas são citadas. Isso mostra a diversidade dos sistemas produtivos familiares e da abordagem operada pelo PSA por meio da ATC. Ainda, os entrevistados contemplam, em suas reflexões, a abordagem agroecológica, de transição agroecológica e as dimensões não produtivas do PSA, como o trabalho com mulheres e jovens.

O processo de definição das atividades e a quais delas os comunitários se engajaram foram acompanhados descrição das possibilidades locais:

Dentro do território, a gente sempre teve várias culturas fortes. Tipo a mandiocultura, a criação de aves, a criação de caprinos, o artesanato [...]. Quando o projeto foi apresentado, ele não chegou aqui com uma proposta pronta [...]. Foi construída junto com os beneficiários. A gente foi relatando como era a vivência dentro das comunidades e o projeto foi se adaptando de acordo com o interesse das pessoas. (Agente Comunitária Rural)

Considerando-se essa multiplicidade, a seguir elaboram-se observações sobre algumas atividades produtivas específicas.

Na caprinovinocultura, segundo as entrevistas, as ações do PSA envolveram investimentos em estruturas, equipamentos, manejo animal e na produção de forragem e de estoques de ração. Esse conjunto de ações resultou em melhorias na saúde e na redução da mortalidade dos animais.

O suporte oferecido pelo PSA para a criação de animais é comparado com a situação anterior ao trabalho das comunidades com o projeto: “O projeto veio para agregar a nossa comunidade, para desenvolver a nossa cultura, que não era muito boa. Pois bem, a gente criava os animais como se falava no ditado: ‘como Deus criou abacate’. Era aí, solto.” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

A perda de animais devido à inexistência de um local de proteção, ou pela escassez de alimento, também surge nas entrevistas como uma situação inicial encontrada pelo PSA e para a qual o projeto contribuiu em melhorias, tanto em estruturas e equipamentos quanto na produção e manejo do estoque de ração:

Lembrar que tinha caprino que morria no frio, no sol. E agora eles têm o aprisco, onde eles podem ficar à vontade ali. [...] E a questão da ração. Então, vai mudando. Animais que morriam no verão por falta de comida, hoje eles têm a ração guardada para fornecer durante todo o verão. E isso vai surgir nos resultados, que a gente talvez não calcule isso. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

O PSA contribuiu para a melhoria na alimentação dos animais, caprinos, ovinos e galinhas:

Sem a gente ter manejo, sem a gente ter o conhecimento de rações... Com o apoio, que a gente aprendeu com o nosso técnico tanto as rações para os caprinos, ovinos, como as galinhas, como plantar, como colher e como estar adaptando cada um dos conhecimentos que eles trouxeram para nós. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

A fabricação de ração, plantar e colher são possibilidades, adaptações e conhecimentos trabalhados com a ATC. O impacto na saúde dos animais foi observado pelos comunitários.

O pessoal dos caprinos estão vendo com os apriscos o quanto melhorou a saúde dos animais. A gente pode até não botar em conta isso, mas é valoroso, vale a pena lembrar. [...] Nós tivemos algumas capacitações também com veterinário, que ajudou bastante na questão do tratamento dos animais, como fazer remédio. Tivemos oficinas de produção de ração. (Comunitária, Comunidade Quilombola)



Esse conjunto de ações resulta em mudanças locais na criação animal:

No grupo de caprinos, o que é que a gente notava antes: eles não conseguiam fazer o manejo sanitário da maneira adequada. As suas criações adoeciam com mais facilidade, com mais frequência, morriam com mais frequência também. Hoje não. Hoje a gente tem um resultado diferente. Na questão da alimentação, a gente já visita os produtores e a gente já nota uma maior quantidade de alimentação estocada em residências, em suas propriedades. Coisa que a gente não via. E eles ensacavam, estocavam de maneira errada também. Hoje não. Com uma orientação do Pró-Semiárido, com ATER, fazem de uma maneira mais eficiente [...], consegue um aproveitamento de mais ou menos 95% do que é estocado. Não perde. (Agente Comunitária Rural)

Mencionado o conhecimento, as experiências adquiridas, o acesso às máquinas forrageiras vincula-se à possibilidade de dar continuidade ao que foi aprendido:

O conhecimento, na verdade, foi algo muito grandioso pra nós, as experiências adquiridas [...]. E deixou, ou tá deixando, um legado muito bom. Essas máquinas forrageiras, que tá aí com a gente, tá aí processando os alimentos dos nossos animais. A gente não tinha condições de tá comprando essas máquinas forrageiras. Chegou e tá ficando aí na comunidade pra gente continuar fazendo aquilo que a gente aprendeu, entendeu? (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Investimentos materiais somam-se ao acúmulo de informações, técnicas, conhecimentos, possibilitando que esses investimentos sejam utilizados ou potencializados.

Na fabricação de forragem, foram citadas a palma e espécies menos conhecidas em algumas comunidades, como a gliricídia e a leucena. Essas possibilidades eram levadas para as rodas de aprendizagem, podendo, ainda, serem implementadas no “ensaio agroecológico”, “que é uma unidade de ½ ha, com espécies forrageiras e alimentícias. Para [...] instigar os agricultores a perceber o que pode servir de alimento para os animais, o que tem na Caatinga, ou que é muito bem adaptada à região, que pode replicar na sua propriedade.” (Mediadora Técnica).

A citação acima contempla o incentivo para a utilização de espécies da caatinga para uso humano e cultivos:

Disso saem várias práticas, várias outras ideias, vários testes e experimentos que os agricultores antes duvidavam e agora eles realizam, como o manejo sanitário, limpeza das instalações. Antes não sabiam utilizar a caatinga, a biodiversidade da caatinga, para o seu próprio uso. Porque as plantas da caatinga servem para seu próprio uso como remédio, como também para limpeza das instalações. Como para remédio para os animais. Para as plantas, como inseticida natural. (Mediadora Técnica)

A biodiversidade da caatinga foi mencionada para a fabricação de ração em relação à descrição da diversidade dessas espécies em áreas de comunidades tradicionais: “Tem o manejo com os animais, o manejo reprodutivo. Produção de ração também, proveniente da caatinga. Porque aqui, a nossa caatinga de Fundo de Pasto, é rico em diversas plantas que podem ser usadas para alimentação do bicho.” (Agente Comunitária Rural).

Na avicultura, investimentos em infraestrutura, no manejo e na disponibilidade de alimento para os animais figuraram nas entrevistas. Os aviários implementados com os investimentos do PSA foram mencionados em relação à possibilidade de escolha das atividades desenvolvidas: “Foi feito reunião, onde os agricultores ficavam citando que seria bom a construção de aviário, que era o mais cobijado na época” (Comunitário, Comunidade Quilombola).

O impacto do projeto em relação à alimentação dos animais pode ser verificado em situações nas quais a autonomia na produção de ração foi mencionada:

Antigamente, tudo da gente tinha que ser comprado. [...] hoje eu não compro nem milho. Porque eu planto milho. Além do nosso técnico ter ensinado a ração. Não compro mais ração. Eu mesmo produzo a minha ração, com tudo que eu tenho no meu quintal, sem precisar comprar nada. Então, eu acho que o benefício só enriqueceu para mim. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

A criação de galinhas aparece associada aos quintais agroecológicos. A participação no PSA resultou em diversificação da produção dos quintais, na comercialização e na mudança no manejo das galinhas:

E eu tenho meu canteiro, eu estou vendo o quanto mudou no meu quintal. Porque eu não plantava o que eu estou plantando agora. É pouco, mas um pouco que toda semana eu vendo minhas alfaces, vendo meu coentro. Eu crio minha galinha de maneira diferente. Então, isso é uma coisa que estou vendo resultado. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

A venda de hortaliças se soma a outros produtos comercializados e figura como um resultado do PSA, acompanhando o “conhecimento adquirido”:

Tenho o meu quintal, tenho minhas hortaliças. Vendo não só o meu em relação à apicultura, mas também vendo as minhas hortaliças que tá produzindo, do qual eu ganhei um kit e fiquei muito feliz. [...] Eu fiquei feliz e até hoje estou. E, cada dia que passa, fico cada vez mais. Pelos conhecimentos que a gente vai adquirindo com o passar do tempo. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

Diversificação da produção e uma abordagem agroecológica se somam aos investimentos em estruturas. A utilização de canteiros ecológicos com sombreamento possibilitou a produção no “tempo da seca”:

Por exemplo, a gente lidava com verduras, essas coisas aí, não tinha ali um canteiro ecológico, uma coisa que preservasse mais a molhação, que a gente pudesse produzir no tempo da seca. E hoje a gente [...] pode produzir [...] na seca mesmo. Então, isso já é uma coisa que melhorou bastante. [...] Quem plantou esses canteiros ecológicos, produziu com uma qualidade boa. Tem sua cisterna. Tem seu quintal ali coberto, protegido do calor do sol. (Comunitário, Comunidade Quilombola)

Além da criação de galinhas, os quintais agroecológicos estão relacionados ao sistema de reuso de águas cinzas e às cadernetas agroecológicas, mencionadas nas entrevistas como um instrumento que deu visibilidade e permitiu valorar a produção dos quintais:

Porque, até então, a gente tinha tudo isso e não sabia de fato quanto eu tenho, quanto eu consigo adquirir do meu próprio quintal. [...] fazendo as suas anotações, hoje você sabe: “poxa, quanto eu consigo produzir e quanto está rendendo ali, a minha renda”. [...] Os agricultores... Saber anotar o que saiu, o que tá entrando, entendeu? (Comunitário, Comunidade Quilombola)

A caderneta agroecológica possibilita visualizar resultados: “Mas agora, a partir das cadernetas que a gente vem anotando, caderneta agroecológica, e a gente vem vendo os resultados aparecendo. Então, foi uma coisa que vem trazer resultados, sim!” (Comunitária, Comunidade Quilombola).

A visibilidade e a valoração da produção dos quintais contribuem para o empoderamento das mulheres. A caderneta agroecológica:

[...] é para monitorar o desempenho das famílias, principalmente as atividades da mulher. Empoderando a mulher. Mostrando que ela faz parte da sua família. Que tem toda uma renda ali. Que tudo não gira em torno apenas do seu esposo, mas que o que ela faz também contribui para que tudo aquilo seja realizado. (Agente Comunitária Rural)

Nas entrevistas realizadas nos territórios rurais, a apicultura foi uma atividade cujo interesse foi sendo ampliado nas comunidades para além dos comunitários diretamente envolvidos. As ações do PSA de assessoria e formação para a atividade foram acompanhadas por investimentos em equipamentos e caixas.

A inclusão da apicultura como uma das atividades do projeto encontrou resistência, dúvidas e receio:

Mas nos brejos [...] criou-se um mito que apicultura não ia para frente, que não prestava. [...] Como é que não vai para frente? Um lugar que tem uma fauna dessa, uma flora [...]. Eu conversando [...] com os mais velhos, as pessoas da comunidade, e eles me contavam histórias que iam tirar abelha no mato [...]. E aí, as pessoas diziam que não dava certo de caixa. Que as pessoas tinham um certo medo de abelha, porque abelha matou gente aqui nos brejos. (Comunitário, Comunidade de Fundo de Pasto)

O receio foi comentado e superado em uma comunidade quilombola:

Eu já sabia que a associação dos apicultores já existia aqui. Mas nunca tinha tido interesse, porque eu tinha o maior medo de abelha. Mas no momento que participei, fui para campo pegar enxame juntamente com os nossos colegas da associação e do projeto, também das pessoas que vieram dar a capacitação para como lidar com essa situação. O primeiro dia foi intenso, com medo. Mas depois me apaixonei pelas abelhas. E hoje estou aqui passando para minha irmã, que não tá no projeto, e também para os meus sobrinhos, que também não estão no projeto. (Comunitária, Comunidade Quilombola)

As falas destacam a importância das ações de capacitação para que a apicultura passe a ser uma atividade que gera menos receio e tenha ampliada a participação dos comunitários. Da mesma forma como a citação acima, na comunidade de Fundo de Pasto, o interesse em trabalhar com as abelhas ampliou-se.

Relatando casos nos quais a apicultura proporcionou aos comunitários um retorno financeiro, o entrevistado menciona mudanças no manejo e na relação da comunidade com a atividade:

E a apicultura deu tão certo que esse ano bateu o recorde de mel. [...] Hoje a paixão lá, além do buriti [...], é a apicultura. No momento é o que está sustentando as pessoas lá. E os outros se interessaram mais, tão correndo atrás, não tão naquele negócio de queimar as abelhas. As abelhas pousam nos pés de manga e fazem os seus enxames e eles vão tirar. Eles não tão levando nem mais fogo, tão levando o fumigador. Uns que não têm, pede emprestado ao que tem. E leva roupa para não botar fogo em si, na abelha. [...] e vão tirar, com os macacões e o fumigador. Sem matar as abelhas. (Comunitário, Comunidade de Fundo de Pasto)

Uma atividade que encontrou uma resistência inicial passou a ser a “paixão”, o que está “sustentando as pessoas”, batendo “recorde de mel”. O aumento da produção, a ampliação dos comunitários atuando na apicultura e a mudança no manejo das abelhas são complementadas pelo compartilhamento dos equipamentos, macacão e fumegador. Mais uma vez aqui, investimentos materiais acompanham ações de formação, produzindo resultados nas atividades produtivas. Deve-se considerar ainda que tanto equipamentos quanto a circulação de informações sobre a apicultura não se limitaram aos comunitários que trabalharam diretamente com o PSA, pois estão sendo compartilhados nas comunidades e envolvendo mais pessoas.

O buriti é também uma das “paixões”, conforme o trecho acima, para essas comunidades que já atuavam com a palmeira:

O conhecimento que a gente tinha de buriti era fazer a lapa do buriti. E é muito trabalhoso. As mulheres sofrem muito. Passam [...] fazendo buriti o dia todo, que elas fazem mutirão [...]. E aí se pensou no início só numas facas, umas mesas pra elas sentarem, uns tacho pra elas fazer o azeite. Mas aí, o projeto... [...] eles tiveram a visibilidade tão grande com a gente que a gente disse: “Não, a gente tem como fazer uma coisa maior”. E era um espaço de produzir. (Comunitário, Comunidade de Fundo de Pasto)

Com a “visibilidade tão grande” da assessoria do PSA foi instalada uma unidade de beneficiamento de buriti. Nesse processo, o entrevistado conta como a inexistência dessas estruturas nas proximidades possibilitou que a ATC buscasse experiências fora do estado, encontrando uma despoldadeira. Finalmente, a unidade foi construída e instalada, contando com o envolvimento direto das comunidades. Com a unidade de beneficiamento do buriti, melhorias nas condições de trabalho de uma atividade conduzida pelas mulheres foram alcançadas.

Direcionando-se ações para a inclusão das mulheres em um território rural no qual se trabalhou com a mandiocultura, do planejamento inicial de ações voltadas para o cultivo, uma reorientação incluiu uma cozinha comunitária:

Aqui já tinha a casa de farinha [...]. Mas a realidade só era mesmo fazer farinha. E aí o projeto trouxe outra realidade. [...] No início o GI de mandiocultura foi pensado mais na maior produção da mandioca. Depois, mudou-se o plano, mudou a meta. Pensou-se na cozinha para estar abrangendo mais um trabalho com as mulheres. E as mulheres aceitaram essa ideia e abraçaram. E com as capacitações, foi se promovendo [...] todos esses produtos relacionados à mandiocultura. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

Com a reorientação para ações voltadas para as mulheres e a diversificação da produção, as comunitárias passaram a comercializar seus produtos no PAA. Além do mercado institucional, a comercialização é feita em feiras livres, no município, e localmente, nas próprias comunidades.

A produção da cozinha comunitária envolve mais pessoas nas comunidades que as diretamente participantes do PSA. Nesse caso, a cozinha comunitária entra como um dinamizador da comercialização comunitária:

Através dessa cozinha comunitária [...], a gente vem agregando e incentivando a renda familiar. [...] tem as famílias que a gente, com essa comercialização dentro da comunidade, a gente vai ajudando e acaba que tá participando também do projeto. O projeto deu aquele incentivo de comercialização. Porque ele veio ensinando a gente a conseguir mais a comercialização e priorizar a comercialização dentro das comunidades. [...] A maioria dos ingredientes a gente prioriza estar comprando aqui das famílias da comunidade. (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto)

Incentivando a comercialização nas comunidades, a cozinha comunitária impacta a geração e renda de famílias não diretamente envolvidas com o PSA.

Os canais comunitários de comercialização e as feiras livres dos municípios foram citados nas entrevistas. Mencionou-se ainda a contribuição do PSA para a formação de feiras agroecológicas e qualificação dos comunitários para a participação nelas.

Diversificando, ampliando e fortalecendo a produção, o PSA contribuiu, igualmente, para a segurança alimentar das famílias:

Eles não produzem somente para a venda [...]. Eles começaram a produzir para seu próprio benefício, para seu próprio consumo, deixando de comprar nas feiras. Nas feiras, a gente não tem 100% de garantia que é um produto orgânico. E, a gente produzindo no quintal, a gente sabe como que produziu. (Agente Comunitária Rural)

No âmbito da avaliação realizada, o impacto na renda familiar pode ser observado por meio do incremento, diversificação e comercialização de produtos, na realização de investimentos pelos comunitários nas atividades produtivas e no fortalecimento da autonomia dos sistemas familiares. As cadernetas agroecológicas permitiram visualizar os resultados do PSA na renda das famílias. Cabe ressaltar ainda a dinamização da comercialização comunitária e o aproveitamento dos investimentos materiais por comunitários não diretamente participantes do projeto.

O incremento na renda familiar foi uma das motivações para a participação no projeto:

Então, a expectativa foi de desenvolvimento para nossa comunidade, de gerar renda para nossas famílias. Porque tem pessoas que não têm renda mínima, [...] que um pai de família, que dá uma diária, uma roça, para estar recebendo R\$ 40,00 e recebe um projeto desses na sua própria comunidade... É gratificante pra nós (Comunitária, Comunidade Quilombola)

O PSA aparece como uma possibilidade de fortalecer as atividades produtivas da família na composição da renda, em contextos em que essa renda envolve múltiplas fontes, com a venda da mão de obra.

A “expectativa” vem sendo alcançada: “Uma das principais expectativas da gente... [...] Pensar que ia aumentar a renda das nossas famílias, nossos agricultores. [...] E tá correspondendo.” (Comunitário, Comunidade de Fundo de Pasto).

Na sequência de sua fala, o comunitário pondera que o aumento na renda familiar vem acontecendo, mesmo com as limitações de comercialização e circulação vivenciadas na pandemia. No território rural em questão, o impacto da apicultura foi mencionado:

Teve um agricultor [...], era o único interessado por caixa. Ela já tinha alguns caixotinhos no meio do caminho da roça. Ele fez, na primeira safra, tirou quase R\$ 4.000,00 de mel, olha só. [...] Os outros foram R\$ 1.000,00, mil e poucos. [...] Então, ele já era uma pessoa interessada, só que não tinha a parte técnica, não conhecia, só ia na marreta mesmo. Mas aí ele está produzindo, graças a Deus, não só ele quanto os demais. [...] Eu também já tirei mel, eu já tirei uma renda das minhas abelhas. (Comunitário, Comunidade de Fundo de Pasto)

O impacto na renda das famílias com a apicultura foi acompanhado, conforme a citação acima, pela mudança na forma de manejo.

Referindo-se ao seu território de atuação, a Agente Comunitária Rural comenta os resultados dos quintais agroecológicos na renda familiar: “Desse lado produtivo a gente tem alguns relatos de produtores que aumentaram sua renda em 50%, outros já dizem que conseguiu aumentar em mais de 100%” (Agente Comunitária Rural). Na sequência, ela explica que uma família ampliou em três vezes a área telada dos seus quintais agroecológicos: “[O comunitário] me conta com toda alegria do mundo que ele consegue até dois salários por mês. Isso vindo da agricultura familiar, são cultivos orgânicos, ele não usa nada de agrotóxicos. E foi um crescimento que foi a partir do Pró-Semiárido.” (Agente Comunitária Rural).

A estrutura e a assessoria do PSA contribuíram para que a atividade fosse ampliada. A capacidade e o interesse em investir nela relacionam-se aos resultados, de renda e capacitação, alcançados pelo projeto. A agente comunitária complementa: “A gente vê uma certa multiplicação dentro das áreas. O que a gente deixou, já não está lá. Aquilo que a gente deixou, eles ampliaram: aviários ampliados, tem uns telados ampliados.” (Agente Comunitária Rural).

Ao final, o conjunto das ações do PSA mostram sua costura: “A gente aprendeu a valorizar aquilo que a gente tem, valorizar a gente mesmo, o que a gente faz. Isso é uma coisa que eu acho que vai ficar para gente e para a comunidade e pode ser passado adiante. Esse conhecimento, essa maneira de entender e de valorizar as coisas.” (Comunitária, Comunidade de Fundo de Pasto). Assim, a bagagem do trabalho com o PSA deixa suas pegadas no caminho das comunidades: “Eu fico feliz por estar participando desse projeto. [...] melhorando a renda, melhorando a qualidade da condição. Tudo isso mesmo é incentivo para todo dia a gente se encorajar e ir lutar mais ainda para que melhore mais ainda.” (Comunitário, Comunidade Quilombola).

Quadro 5: Principais Resultados Projeto Pró-Semiárido

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PRÓ-SEMIÁRIDO



PÚBLICO ALCANÇADO:
planos de investimentos para **14.410** famílias, contemplando agricultores familiares e populações tradicionais.



JUVENTUDES:
Mobilização e inclusão de jovens.



COMUNIDADES TRADICIONAIS:
49% das famílias dos planos de investimentos. Autorreconhecimento, reconhecimento e certificação das comunidades tradicionais. Fortalecimento das comunidades, defesa de territórios e de modos de vida.



EQUIDADE DE GÊNERO:
Visibilidade da participação das mulheres nas comunidades e associações.

- Representatividade na ATER, cotas para mulheres técnicas.
- Abordagem da equidade de gênero em uma perspectiva geracional, ciranda das crianças.
- Empoderamento feminino.
- Empoderamento geracional de mulheres, cadernetas agroecológicas.
- Atuação na intersecção gênero, raça e etnia, geracional.
- Estratégia-Resultado que pode vir a abastecer outras iniciativas pautadas pela equidade de gênero.



POLÍTICAS PÚBLICAS:
Informações sobre políticas públicas, políticas públicas como um direito. Emissão de documentos necessários para o acesso a políticas públicas. Aumento na busca por políticas públicas. Empoderamento das comunidades.

- Assessoria Técnica Contínua: ATC participativa. Estratégia-Resultado. Empoderamento das comunidades.
- Capacitação das ATCs e de suas equipes, circulação de metodologias impulsionada pelo projeto.
- Agentes Comunitários Rurais, promoção do capital social local nos níveis individual e coletivo.
- Ampliação das interlocuções das comunidades com atores e instâncias externas.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PRÓ-SEMIÁRIDO

ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS:

Melhorias nas atividades produtivas e nas informações/conhecimentos dos comunitários



- **Caprinovinocultura:** melhorias na saúde e na redução da mortalidade dos animais. Melhorias na produção de forragens.
- Melhoria na alimentação dos animais, caprinos, ovinos e galinhas. Utilização de espécies da caatinga.
- **Avicultura:** melhorias na alimentação dos animais com promoção de autonomia na produção da ração, melhorias no manejo.
- **Quintais agroecológicos:** diversificação da produção dos quintais, comercialização e mudança no manejo das galinhas. Visibilidade e valorização da produção dos quintais (cadernetas agroecológicas).
- **Apicultura:** aumento da produção. Ampliação dos comunitários atuando na atividade. Mudança no manejo das abelhas. Interesse ampliado nas comunidades para além dos comunitários diretamente envolvidos. Equipamentos e informações sobre a apicultura compartilhados nas comunidades.
- Melhoria nas condições de trabalho, mandiocultura e beneficiamento do buriti.
- Dinamização da comercialização comunitária.
- Impacto na renda familiar, incremento, diversificação e comercialização de produtos, realização de investimentos pelos comunitários nas atividades produtivas e o fortalecimento da autonomia dos sistemas familiares.
- Aumento da renda familiar, apicultura, quintais produtivos e mandiocultura.





PDHC II

PROJETO DOM HELDER CÂMARA II



O Dom Helder Câmara é um projeto estabelecido em parceria do FIDA com o Governo Federal, atuante em 11 estados brasileiros. O objetivo do projeto é contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades no semiárido nordestino. O Dom Helder se propõe a melhorar a articulação de políticas rurais de desenvolvimento sustentável, o acesso da população rural às políticas públicas e a formulação dessas políticas. Orienta-se, no primeiro caso, por um enfoque territorial e, no terceiro, pela replicação de inovações.

Por meio da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater), o PDHC 2 articulou, para a implementação das ações de ATER, 27 instituições, organizações ou empresas, alcançando um público de 54.510 famílias. As prestadoras de ATER são: Instituto de Inovação para o Desenvolvimento Rural Sustentável de Alagoas (Emater-AL), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce), Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (Agerp), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG), Instituto Agronômico de Pernambuco (IPA), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí (Emater-PI), Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater-RN), Emdagro, Associação para o Desenvolvimento das Comunidades (Adecom), Agreste, Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (Assocene), Barra, ONG Caatinga, Cactus, Cetra, Cooperativa de Trabalho Agrícola (Cooates), Coopersam RPM, Desenvolver, Diamantina, Flor do Piqui, GR, Planejar, Centro Sabiá, Sertão Verde e Tupinambá.

Para esta avaliação, foram obtidas informações por meio da pesquisa de campo realizada em março de 2020.



1. PÚBLICO ALCANÇADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO DOM HELDER CÂMARA 2 (PDHC2)



PÚBLICO ALCANÇADO:
54.510 famílias.



QUILOMBOLAS:
2.918 são quilombolas



INDÍGENAS:
346



MULHERES:
46.631 mulheres responsáveis pelas unidades de produção



JUVENTUDES:
11.033 (7.501 mulheres e 3.532 homens). A categorização de responsável pela unidade de produção pode ser compartilhada com outros integrantes da família.



POLÍTICAS PÚBLICAS:
Segundo as entrevistas, do total, cerca de **22 mil famílias** já participavam da primeira etapa do projeto. As demais se enquadram no perfil de situação de vulnerabilidade que orientou a delimitação do público. Considera-se ainda que esse grupo incluiu as que estão em “extrema pobreza”, como informado pelos gestores.

Para alcançar as famílias em situação de maior vulnerabilidade, o PDHC 2 utilizou informações do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Ministério da Cidadania. A partir dos dados obtidos, coube às instituições de ATER acessar essas famílias, a partir de uma meta de alcance desse público por município. A atuação com esse grupo foi descrita nas entrevistas como um desafio:

Há uma particularidade bastante importante que é o perfil de parte do nosso público, que, como mencionei antes, nós atendemos um público de extrema pobreza que traz dificuldades também para o atendimento. Porque parte das famílias são beneficiárias do CadÚnico e estão na extrema pobreza, isso já é uma situação bastante desafiadora. (Gestora, UGP)

Segundo informações fornecidas pela UGP, 45.225 famílias do PDHC 2 têm um ou mais dos seus membros registrados no CadÚnico. Nesse cadastro, 6.311 pessoas se identificam como quilombolas e 853 como indígenas

Na atuação local, com a prestadora de ATER abordada nesta avaliação, a identificação e a adesão ao projeto do público em situação de maior vulnerabilidade foram lembradas como dificuldades enfrentadas ao longo da implementação do projeto. A mediadora técnica descreve esse panorama:

Há sempre um receio [das famílias em situação de maior vulnerabilidade] de que o trabalho não será desenvolvido, que estamos os enganando. O equívoco de que iremos só uma vez e nunca mais voltar. Então, é um começo mais difícil. No sentido de construir essa confiança e para identificar famílias que estão mais afastadas, nas extremidades. Nesse sentido, recorriamos também às nossas lideranças ou conselhos para solicitar por ajuda. (Mediadora Técnica)

O receio mencionado pela mediadora técnica, uma “desconfiança”, resultou, segundo ela, no desinteresse e na não integração ao projeto por parte de algumas famílias. Foi relatada a necessidade de uma preparação da equipe técnica para esse diálogo inicial. Uma das famílias visitadas mencionou: “esperava que não fosse sair não, que não daria certo.” (Comunitária).

Identificação, acesso e adesão do público mais vulnerável constituíram, assim, uma etapa inicial do projeto, que demanda a construção de relações e a mobilização de parcerias locais. A mediadora complementa a lista de parcerias mobilizadas: “Tem a ajuda dos sindicatos, também contamos com algumas secretarias de agricultura [...], ajuda do pessoal da saúde, como os postos de saúde e seus agentes comunitários que conhecem muitas pessoas na comunidade.” (Mediadora Técnica).

Dessa forma, o acesso ao público em extrema pobreza demandou, no PDHC 2, no recorte abordado na avaliação, a mobilização de parceiros de outros setores, como o Ministério da Cidadania e os Agentes Comunitários de Saúde, além dos setores de circulação pelas dimensões da agricultura e do rural acima citados.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS E ATER

A importância de articulações intersetoriais e locais associa-se ao perfil das famílias que foram acessadas com o objetivo de contemplar as de maior vulnerabilidade. Assim:

Nós temos atuado a partir desse projeto com famílias com perfil socioeconômico que necessitam muito mais de informações. Que estão em um campo de invisibilidade, geralmente excluídas da ação de políticas públicas. E, quando pudemos nos aproximar dessas famílias, diferentemente de outras comunidades que já havíamos atendido antes, vimos que as realidades presentes são chocantes. [...] são famílias que vivem do Bolsa Família [...]. E famílias que trabalham como diaristas, arrancando tocos, por

exemplo. E, mesmo apresentando essa baixa renda, as famílias acabam desenvolvendo uma mínima atividade pelo menos, como caprinocultura, avicultura, ovinos. (Mediadora Técnica)

Do panorama descrito acima, destacam-se a invisibilidade, o restrito ou mesmo inexistente acesso às políticas públicas e uma composição múltipla da renda, limitada, e das atividades realizadas. São famílias que desenvolvem atividades agrícolas e de criação em pequena escala, valendo-se de políticas sociais, o Bolsa Família, quando têm acesso, e da venda de sua força de trabalho.

Com relação à invisibilidade mencionada, além das considerações, que surgiram nas entrevistas, de que parte das famílias em extrema pobreza identificadas não possuíam nem mesmo o acesso ao Bolsa Família, as ações de caráter rural e da agricultura não chegavam a esses coletivos sociais. Nesse sentido, um aspecto foi apontado: a limitação das frações de terras de que dispõem esses agricultores. Essa característica foi lembrada como um impedimento para o acesso a políticas públicas do campo rural e da agricultura. Pode-se acrescentar ainda a composição não majoritária da renda familiar de uma fonte agrícola, o que dificulta o acesso a uma cartela de iniciativas. Esses são, portanto, agricultores que estão invisibilizados, à margem das políticas públicas.

Nesse sentido, a identificação, o acesso e a integração do público em situação de maior vulnerabilidade social no PDHC 2 se constitui tanto em objetivo quanto em resultado. Tendo em vista que a parcela em extrema pobreza do público acessado está em uma situação distanciada das ações desenvolvidas no âmbito do recorte rural, ao operar a inclusão desse grupo, o PDHC 2 produz, como um resultado para o conjunto de políticas públicas, a experiência de trabalho com essas famílias. Não só a visibilidade, mas o acúmulo derivado da atuação com a população em extrema pobreza constitui-se em um importante resultado para gestores e operadores/executores de iniciativas que almejem o acesso e trabalho com essas famílias. Deve-se lembrar ainda, conforme o relato acima, que essas famílias estão em realidades “chocantes” e distintas das acessadas pelos agentes de ATER. Nesse caso, também foi mencionada a importância da preparação de tais agentes para que sua atuação resultasse na inclusão desses grupos sociais no projeto. Assim, o PDHC 2 produz, entre outros resultados, uma experiência de intervenção, mediada e operada por organizações e instituições de ATER, que consegue, ao menos na experiência em questão, acessar um público que estava à margem das iniciativas de intervenção, famílias em extrema pobreza. Essa experiência permite refinar a projeção e a implementação de outras iniciativas direcionadas a esse público.

O instrumento formal de acesso ao projeto é a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP). Além de uma estratégia operacional, a emissão de DAPs constituiu-se, em função do perfil do público acessado, em um dos resultados alcançados. Isso ocorre devido à necessidade de aquisição desse documento para o acesso a políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. Novamente aqui, as entrevistas destacaram o estabelecimento de parcerias locais. Nesse caso, a emissão de DAPs dos agricultores para a inserção no PDHC 2 contou com o auxílio de sindicatos de trabalhadores rurais e do Instituto Agrônomo de Pernambuco. Para isso, foi necessário um tempo maior de atuação:



Foi uma tarefa que levou muito mais tempo do que estava no cronograma do projeto, pois não era apenas o cadastrar a família. Tínhamos a necessidade de reunir todas as documentações, até mesmo de famílias que não tinham nem mesmo identidade, CPF; por não terem ao menos dinheiro para arcar com passagem de ônibus até a cidade para retirar tais documentos. (Mediadora Técnica)

Ter a DAP como um instrumento de inserção das famílias no PDHC 2 demandou ações de emissão da declaração, já que na execução do projeto foram alcançadas situações de extrema vulnerabilidade nas quais indivíduos não possuíam nem mesmo documentos básicos. As entrevistas relatam ainda situações em que os agricultores ficaram reticentes sobre a necessidade da DAP, cabendo à ATER esclarecer sobre o documento. Soma-se a importância dessas informações em uma perspectiva de estratégia-resultado, tanto para indivíduos que puderam obter sua documentação básica e a DAP, quanto de legado para ações que objetivem atuar com a pobreza rural extrema. O PDHC 2 permite destacar, como um de seus resultados, a necessidade de adequação dos desenhos e estratégias operativas dos projetos a ações voltadas para o público em situação de maior vulnerabilidade.

De acordo com as informações fornecidas pela UGP, 14.144 famílias acessaram o Pronaf em 2018 e 14.462 famílias acessaram em 2019. O Pronamp foi acessado por duas famílias em 2018. Outras linhas de crédito, não especificadas, envolveram 55 famílias em 2018 e 31 famílias em 2019.

Com relação ao PAA e ao PNAE, foram realizadas ações de disseminação de informações sobre esses programas, mas não se dispunham de dados sobre o ingresso dos agricultores nessas ações. No escopo da pesquisa de campo realizada, as assessoras técnicas entrevistadas mencionaram que não havia ainda iniciativas concretizadas de acesso a esses programas e citaram uma tratativa em andamento com um município. Considerando o público alcançado pelo projeto:

Até o momento, eles não ingressaram em outras políticas, pois percebemos ser um processo gradativo para eles. Porém, havia famílias que nem recebiam o Bolsa Família e, a partir da nossa chegada, puderam acessar. Também não houve acesso a mercados institucionais, por exemplo. (Assessora Técnica).

Se, por um lado, não se alcançou o acesso a políticas públicas para a agricultura familiar, por outro, algumas famílias conseguiram se integrar ao Bolsa Família.

Entre as prestadoras de ATER, 37% delas são públicas, 20% privadas e 43% do terceiro setor. A ATER realizou atividades regulares, individuais e coletivas, por meio de visitas, seminários, oficinas, cursos e intercâmbios.

O PDHC 2 atuou com as famílias por meio do aporte de ATER e, em parte dos casos, do acesso a um recurso financeiro, mediante o fomento, conciliado com a ATER.

De acordo com as entrevistas, boa parte das famílias que foram alcançadas não possuíam assessoria anteriormente. O gestor destaca o público-alvo, o não acesso às políticas públicas, as ações de ATER e as formas de atuação do projeto:

[O PDHC 2] se concentrou basicamente na população mais pobre do semiárido, que vem sofrendo com falta de políticas públicas, longos períodos de estiagem, e é lá onde a pobreza se agrava mais. E que não tem, no geral, assistência técnica. Então esse projeto tem como foco central auxiliar as pessoas mais pobres do semiárido, com apoio em assistência técnica e também uma parte com fomento, que é feito pelo Ministério da Cidadania. (Gestor, UGP)

O fomento alcançou, conforme informado pela UGP com base nos dados do Ministério da Cidadania, 15.520 famílias (28% do total), disponibilizando R\$ 2.400,00 a cada uma delas, que foram utilizados na promoção de melhorias nos seus sistemas de produção e de criação. Esses investimentos foram acompanhados de ATER e propiciaram melhorias na produção, resultando em impactos positivos na segurança alimentar das famílias e, em alguns casos, na comercialização de seus produtos:

Então a gente identificou, por exemplo, famílias que o fomento rural que eles receberam teve uma efetividade sobre isso [segurança alimentar], com a criação de pequenos animais para o consumo, produção de ovos para o consumo de casa. Pessoas que ralavam manualmente a mandioca para fornecer a farinha e vender em algum lugar ali mesmo e que conseguiram, com o fomento, comprar uma máquina que acelerou o processo de produção. Disso, ele conseguiu vender e, com isso, comprar mais alimentos. (Gestora, UGP)

Os resultados positivos das ações de ATER sem o fomento também foram mencionados:

Pelos relatos, mesmo as famílias que não tiveram o fomento ou projetos de financiamentos aprovados, só com as atividades de assistência técnica, elas já conseguiram ter uma melhoria na condição de produção, de vida, alimentação. Basicamente com a orientação técnica, sem o recurso aplicado mesmo. Relatos que escutei [...] disseram que conseguem ver experiências exitosas, somente pelo fato de terem tido acompanhamento técnico por um período. (Gestora, UGP)

Esses mesmos aspectos, impactos positivos nas atividades produtivas, figuram nas falas de mediadores e de agricultores e serão explorados na sequência.

Conciliar atividades coletivas e individuais de ATER foi uma configuração adotada no projeto, que é destacada como de importância para garantir que as especificidades das famílias fossem contempladas. Esse aspecto ganha relevância ainda, conforme as entrevistas, se considerado o público em maior vulnerabilidade:

A assistência técnica prestada pelo projeto tem uma característica diferente, [...] a possibilidade de você ir individualmente a cada família, poder identificar qual é a sua necessidade e ter a possibilidade de elaborar uma proposta para aquela família. Pode ser um diferencial considerando também as especificidades. Há uma particularidade bastante importante que é o perfil de parte do nosso público, [...] um público de extrema pobreza [...]. O projeto tem uma característica de trabalhar de forma coletiva, e boa parte desse público não tem a cultura de trabalho coletivo e está geralmente isolado, e não tem um movimento, uma associação, uma cooperativa... Então, o atendimento individual é essencial. Foi um diferencial ter esse público específico. (Gestora, UGP)



Considerando que uma das ações do PDHC 2 consiste na elaboração de projetos produtivos para cada família, adequados às condições e às atividades produtivas locais, a atuação individualizada se configura como uma importante ferramenta. Esse aspecto foi ressaltado para o público em extrema pobreza que, conforme destaca a gestora no trecho acima, se encontra “isolado”, não contando com uma trajetória e envolvimento com outros atores coletivos.

A integração entre práticas coletivas e individuais também foi mencionada nas entrevistas por representantes da prestadora de ATER. Segundo a mediadora técnica:

São quatro visitas previstas, mas nós acabamos nos encontrando mais vezes. [...] E essa frequência é muito pouca, pois as atividades práticas [coletivas] são importantes, porém as atividades individuais nos ajudam a perceber coisas que estão ali, mas as pessoas da família não percebem e isso não é levado nas atividades práticas. (Mediadora Técnica)

A importância de uma atuação individualizada para que a ATER consiga se aproximar mais das famílias está expressa nas palavras da mediadora, que menciona ainda uma frequência de visitas maior do que a prevista pelo projeto, considerada insuficiente. Agricultores entrevistados recebem visitas quinzenais, de acordo com as suas falas.

Deve-se considerar que as atividades de ATER envolvem a identificação e o contato inicial com essas famílias, passando pelo planejamento e, pelo que foi relatado nas entrevistas, o acompanhamento das ações projetadas com as famílias em situação de maior vulnerabilidade. Ações não previstas, como a emissão de documentos básicos de identificação pessoal, acrescentaram-se a essas atividades. Outro elemento que reforça a necessidade de uma atuação mais frequente e contínua, como foi narrado pela mediadora, refere-se à mencionada desconfiança inicial desse público, que demanda uma interação que resulte no seu engajamento ao projeto. Desse modo, a experiência de campo selecionada pelos gestores para ser contemplada nesta avaliação mostra que alguns ajustes são necessários, caso se almeje atuar com um público em situação de extrema pobreza, considerando o acesso a esse público um destaque do projeto.

Com relação às atividades coletivas, uma delas é a realização de intercâmbios, visitas às denominadas unidades de referência, onde agricultores desenvolvem experiências que se destacam e que passam a ser compartilhadas com outros participantes do PDHC 2. Essas ocasiões foram descritas como oportunidades para a troca de informações e experiências, para a realização de atividades práticas e, em alguns casos, como espaços de trocas de mudas e sementes crioulas entre os participantes. De acordo com a mediadora técnica, os intercâmbios são momentos nos quais é possível:

Ter contato com outras pessoas, com coisas que deram certo, coisas que deram errado, mas que eles tentaram de outras formas. O intercâmbio é muito importante na vida do agricultor e do técnico também. Porque são vistas novas tecnologias, eles vão aprendendo. Somam a ideia deles com a de outros agricultores e chegam a algo novo. (Mediadora Técnica)

Uma ocasião para aprendizagem, trocas de experiências e de conhecimentos que se somam e que resultam em algo novo. Essa bagagem, esse “algo novo” resultante dos intercâmbios e das ações de ATER em geral, foi citada pelos entrevistados como uma das motivações e um dos resultados alcançados: “A maior motivação é sempre estar aprendendo. Além de poder dividir um pouco das minhas ex-

periências, pois assim posso contribuir e conseguir uma troca, por exemplo, ganhar sementes e outras coisas.” (Comunitária).

A participação no projeto é motivada pela oportunidade de aprendizagem que, por sua vez, segue por meio do compartilhamento de experiências e de trocas. A propriedade da comunitária da fala acima é uma unidade de referência onde são compartilhados conhecimentos e vivências na condução de um Sistema Agroflorestal (SAF), na produção de hortaliças para consumo próprio e comercialização, na fabricação de sal mineral e no cultivo da palma forrageira. A agricultora explica como técnicas e práticas aprendidas são objetos dos intercâmbios e como ela também se depara com novas informações por meio dessas trocas:

Consigo mostrar como faço a alimentação dos animais, por exemplo. Nessa nova maneira de trabalhar que pude aprender nesse período. Manejo dos animais, como conviver com a seca... [...] Às vezes, vêm alguns agricultores e eu explico tudo o que eu faço. E eu gosto de passar os meus conhecimentos, além de gostar de recebê-los. Da mesma forma que eu aprendo com outros produtores e isso me agrada. Como o gotejamento que me foi mostrado. (Comunitária)

Em uma segunda unidade de referência visitada, os agricultores comentaram sobre a visibilidade de suas atividades:

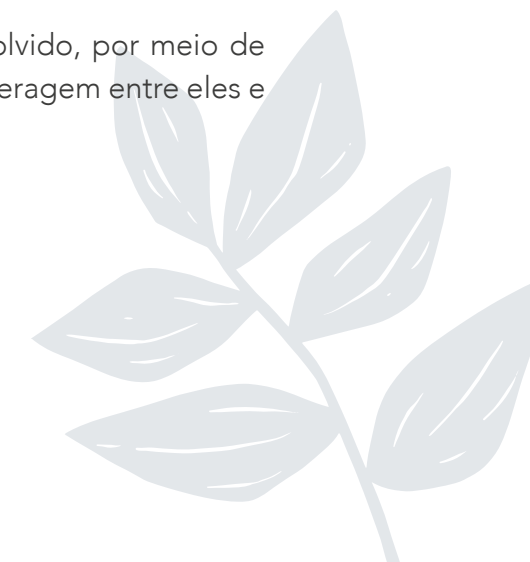
Antes teve um intercâmbio e me perguntaram se eu queria recebê-los [...] e então, de imediato a gente quer aceitar. E, apesar de ficar um pouco em dúvida, eu aceitei que fosse feito e aconteceu então o intercâmbio. Fui chamada para fazer parte de algumas reuniões. De certa forma, fomos mais notados. A gente antes já trabalhava, mas não tinha nenhuma visibilidade. (Comunitária)

E nesse ponto é que inclui justamente a facilidade que a gente tem hoje em questão de água. Porque conseguimos através desse projeto provocar o pessoal da prefeitura. E quiseram então fazer parte, puderam ver que é importante para nós ter água. (Comunitário)

Por meio do projeto, da realização do intercâmbio, da participação dos agricultores em reuniões, seu trabalho foi sendo visibilizado e, assim como descreve o agricultor, facilitou-se a articulação com a prefeitura municipal para a consideração de suas demandas.

Essa visibilidade passa também pela valorização, interna e externa, das atividades desenvolvidas pelos agricultores: “quando o pessoal vem até aqui, pensamos que para nós essas coisas que fazemos não têm nada demais, porém vemos que o pessoal fica admirado.” (Comunitária)

Dos intercâmbios resultam aprendizados, trocas e se fortalece o trabalho desenvolvido, por meio de sua valorização e visibilidade. O diferencial dos intercâmbios, onde comunitários interagem entre eles e com base em experiências concretas, foi assim resumido:



Esse método de intercambiar informações é importante para nós, visto que as realidades que eles vivem são próximas. E, quando o produtor vê que a mudança é vantajosa, há uma diferença na aceitação para quando eles apenas escutam de nós as medidas. Adicionalmente, o conhecimento passado de um agricultor para o outro faz uma grande diferença. (Assessora Técnica)

Se essa dinâmica de trocas entre os participantes do PDHC 2 encontra na realização de intercâmbios o seu instrumento formal, esse fluxo de informações foi igualmente relatado em campo como ocorrendo entre vizinhos. Nessas ocasiões, mencionou-se o compartilhamento do que está sendo feito no âmbito do projeto. O fluxo de informações, seja por meio dos intercâmbios ou de forma mais restrita e informal, nas interações com outros moradores próximos, é um dos resultados decorrentes do “algo mais”, anteriormente citado. O processo de aprendizado foi mencionado tanto como motivador da interação com o PDHC 2 quanto como um aspecto positivo derivado do projeto e se constitui, assim, em um resultado.

A ATER é um aspecto que foi destacado no trabalho com o PDHC 2: “Acredito que são as orientações que a assistência técnica nos passa. A atuação dela é o ponto positivo. Faz parte do dia a dia. Quando temos uma dúvida, mandamos um WhatsApp para ela.” (Comunitário).

Observa-se que a atuação, na fala acima, considerada positiva, ressalta uma interação intensa, próxima, representada pela expressão “dia a dia” e pela facilidade de diálogo do agricultor com a organização, que pode recorrer também por meio de canais não presenciais de contato. Uma ATER frequente e que estabelece relações de proximidade com os agricultores soma-se à configuração de um acúmulo de “orientações”, “aprendizados”, “conhecimentos”, representando um dos resultados do PDHC 2.

Novamente surgem as referências ao não acesso anterior à ATER por parte do público alcançado. A essa condição, o PDHC 2 resultou no “algo mais”:

A gente trabalha com agricultores que nunca tiveram assistência técnica na vida. [...] O técnico pode levar o caminho e a informação. [...] Uma vez adquirido, ele vai em busca do objetivo dele. [...] a gente consegue ter resultados concretos. [...] O que a gente leva é algo que já é muito grande. É o conhecimento, a troca de conhecimento, porque ele já sabe muito. (Mediadora Técnica)

Agricultores que tiveram acesso à ATER pela primeira vez por meio do PDHC 2 foram contemplados com uma “troca de conhecimento” e informações, que permanecem e passam também a ser compartilhadas pelos intercâmbios ou de maneira informal, entre vizinhos, conforme relatado por algumas famílias.

O apoio da ATER e a bagagem de conhecimentos que resulta da sua atuação são descritos nas entrevistas:

Eu não tinha outra pessoa, outra coisa, nem sindicato ou prefeitura que dava apoio. Então, como o [ATER] me ofereceu apoio, eu decidi aceitar. E hoje, eu sou um que aprendi muita coisa no [ATER]. Eu sou chamado a assinar e eu sou parceiro. O principal motivo, então, é o conhecimento que eu recebo. (Comunitário)

O apoio recebido pela ATER, sem iniciativa anterior semelhante, tendo como motivação e resultado o acesso a informações e conhecimentos, é construído e se deriva da possibilidade de o agricultor se tornar parceiro da prestadora de ATER. O agricultor em questão, além das ações do PDHC 2, passou a participar de outras iniciativas da prestadora, como o Fundo Rotativo Solidário (FRS). A mediadora técnica explica o que é e como funciona o FRS:

É um recurso que gira nas comunidades. Que eles têm acesso, com um tempo específico para a devolução. E esse recurso volta pra comunidade. Muitas das famílias que hoje estão inseridas no Projeto Dom Helder Câmara, nós escolhemos como estratégia que essas famílias fossem aptas a acessar. [...] Portanto, como são famílias de áreas pequenas, elas ficam impedidas de acessarem políticas públicas pelo tamanho da sua área. Então, através do Fundo Rotativo Solidário, elas conseguem evitar essas barreiras de acesso. (Mediadora Técnica)

Além da descrição do FRS, a mediadora pondera sobre o diferencial para famílias que têm áreas de terra pequenas e são impossibilitadas de acessar políticas públicas. Essa experiência denota, mais uma vez, especificidades da atuação com um público que tem recursos restritos: a necessidade de planejar e operar instrumentos que se adéquem a essa realidade. Traz também a informação relativa à importância do aporte de recursos financeiros para que esses agricultores possam incrementar suas atividades produtivas. O FRS tem apoiado aquisições de pequenos animais, estruturas, insumos e equipamentos para beneficiamento da produção das famílias, direcionando principalmente a mulheres e jovens¹³.

No caso do comunitário acima mencionado, o recurso do FRS foi:

O primeiro que consegui fazer e esse que decidi fazer, com um pagamento em três vezes. Quando esse dinheiro chegou, decidi ir pra feira comprar uns carneiros. E, trabalhando com eles, em janeiro decidi vender. Após uma chuva boa, eu consegui vender os dez carneiros e consegui um retorno de R\$ 1.200,00 em cinco meses. (Comunitário)

Na entrevista, o comunitário mencionou que já planejava acessar novamente o FRS, agora projetando a aquisição de uma farrageira que lhe permitirá manter a produção e comercialização de farelo farrageiro. Essas iniciativas e seu planejamento estão diretamente vinculados às atividades trabalhadas no âmbito do PDHC 2.

Por meio do projeto, o comunitário teve acesso a tecnologias de produção artesanal de farelo de palma, mandacaru e guandu. Em princípio, essa produção era voltada para a alimentação dos próprios animais, mas resultou também na comercialização de parte do farelo. Além disso, o projeto contribuiu para que o comunitário ampliasse seus conhecimentos relativos ao manejo de farrageiras e de animais. Nesse âmbito, insere-se a prática da vacinação. A partir do PDHC 2, o comunitário passou a atuar como diarista na vacinação de bovinos na sua comunidade e nas comunidades vizinhas. O “aprendizado”, o “conhecimento”, as “orientações”, o “algo mais” possibilitam, além do incremento da atividade produtiva, uma forma de atuação, a de vacinador, que contribui para a renda familiar. Assim, as ações do projeto encontram-se vinculadas às iniciativas próprias da entidade de ATER, o que fica exposto inclusive no planejamento futuro das atividades do agricultor.

¹³ Informação disponível em: <https://centrosabia.org.br/noticia/fundo-rotativo-solidario-contribui-para-transformacao-de-vidas-de-familias>. Acesso: 13/07/2021.

Além do FRS, alguns jovens do PDHC 2 foram incluídos nas ações da organização prestadora de ATER, com as juventudes participando da Comissão de Jovens Multiplicadores/as da Agroecologia (CJMA). A CJMA é um espaço de animação, mobilização, formação e articulação, que busca a inserção dos jovens nas dinâmicas da agroecologia e nos espaços políticos¹⁴.

Duas jovens entrevistadas participam da CJMA. Atividades de multiplicação de conhecimentos, elaboração de agendas coletivas, encontros de formação, intercâmbios/trocas de experiências e debates em torno da agroecologia compõem as ações por elas mencionadas. A CJMA contempla a possibilidade de acesso a recursos financeiros não reembolsáveis. Uma das jovens visitadas havia acessado esse recurso para aquisição de arame, somando-se às ações desenvolvidas com o PDHC 2.

A inclusão das famílias do PDHC 2 em outras ações da prestadora de ATER configura, assim, a oportunidade de amplificação do trabalho realizado no âmbito do projeto. Soma-se a isso a trajetória de atuação da organização em questão e a orientação das ações citadas, FRS e CJMA, para as mulheres e as juventudes.

¹⁴ Disponível em: https://centrosabia.org.br/assets/uploads/pdf/t4cr- cartilha_comissao_de_jovens_multiplicadores.pdf. Acesso: 13/07/2021.



3. ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS

As ações do PDHC 2 contemplaram, como visto anteriormente, ações de ATER e, em parte dos casos, recursos financeiros por intermédio do fomento rural. Em ambas as situações, as famílias contam com assessoria técnica.

O suporte oferecido pela ATER e o acesso a recursos financeiros se complementam: “Se o [ATER] traz o benefício e a gente não põe na reunião, como usar e aplicar aquilo, a gente não merece o benefício, não aprende mesmo. Se o [ATER] traz o investimento, mas nós não vamos atrás de saber como usar, pode dar errado ou fazer sem saber.” (Comunitário).

A associação entre fomento e ATER foi considerada como um diferencial para as atividades produtivas:

No nosso lote de 15 municípios, nós observamos que temos três municípios que têm fomento. Então são famílias que têm um pouco mais de recurso para investir na sua capacidade produtiva. E nós percebemos que as famílias que contam com esse recurso acabam tendo uma caminhada mais rápida para conseguir desenvolver a sua atividade. (Mediadora Técnica)

Entre os comunitários mencionou-se a possibilidade de realizar melhorias em seus sistemas produtivos com os recursos aportados. Em algumas situações, isso permitiu a retomada de uma atividade produtiva: “É que a gente já criava galinhas capoeira, mas a gente criava solta. Eu tinha parado de criar e decidi só criar quando fizesse uma estrutura para criar preso. Como veio esse projeto, eu consegui fazer uma instalação boa.” (Comunitário).

Se os incrementos possibilitados pelo acesso ao fomento rural foram relatados como importantes, a atuação da ATER, mesmo sem essa possibilidade, também encontrou sua relevância, como anteriormente visto. Nesse contexto, deve-se considerar que parte dos beneficiários não possuía acesso anterior a essa assessoria. Assim, refletindo sobre os resultados do projeto para as famílias, a mediadora técnica pondera:

Qualidade de vida. O agricultor que está hoje no Projeto Dom Helder Câmara consegue falar de um antes e um depois. Então, antes de estar no projeto, muitas das famílias não tinham acesso à informação, a oficinas, à reunião, às visitas, ao incentivo, ao diálogo. E essas informações têm feito a diferença. A gente leva o incentivo de que primeiro eles precisam ter a alimentação. (Mediadora Técnica)

Esse acesso às informações e dinâmicas de ATER, como as reuniões, oficinas, diálogos, resultou na adoção de práticas e ajustes nos sistemas produtivos.

Percebemos que ainda há uma necessidade de manejo destes animais, [...] Um dos maiores custos que estas famílias têm em relação às criações de animais que possuem é o valor alto do alimento [...], sendo que a alimentação não vem exclusivamente da área destes produtores. Portanto, isso faz parte da nossa atuação, bem como a parte de sanidade na produção, cuidados com as vacinas, além de incentivar o uso das coisas da área que o produtor poderia estar utilizando no manejo, como, por exemplo, utilizar a folha da bananeira para controle de verminoses. (Mediadora Técnica)

A ATER propicia melhorias nos sistemas produtivos a partir do aporte de informações e do aproveitamento dos recursos disponíveis nas comunidades.

Com relação às atividades/cadeias produtivas trabalhadas pelo PDHC 2, na ocasião da realização da pesquisa de campo, relatou-se que não se dispunha de um levantamento geral. No entanto, foi mencionada, como destaque, a criação de pequenos animais: avicultura, caprinos e suínos. Essa informação aparece igualmente entre as mediadoras técnicas e nas famílias visitadas, com a complementação dos cultivos de hortaliças:

Temos muitas criações de galinhas, não em volume, mas as famílias têm criação de galinhas. Há também a criação de caprinos, principalmente para corte, mas também há a criação para leite. Suinocultura também é presente. Há o manejo da horta, que geralmente é para consumo, porém, em alguns casos, já há comercialização desses produtos. (Mediadora Técnica)

O mesmo destaque é dado à avicultura por outra mediadora técnica, que menciona ainda outras criações de animais:

O carro-chefe hoje é a avicultura, porque é uma produção fácil, barata também, porque a gente pode fazer a ração na propriedade. Tem várias formas que a gente pode estar fazendo essa ração, diminuindo o custo. [...] Tem alguns bovinos também, mas como se trata de agricultores de extrema pobreza, não são todos que chegam no patamar de ter bovinos. (Mediadora Técnica)

O destaque à avicultura é complementado pela possibilidade de reduzir os custos por meio da fabricação de ração na propriedade, melhorando a autonomia do produtor na atividade.

Nas visitas de campo, os resultados observados na avicultura contemplam o aumento da produção pelo incremento da atividade ou mesmo por sua viabilização por meio dos aportes do PDHC 2. Essa produção aparece vinculada à segurança alimentar das famílias e à comercialização/geração de renda.

Por meio do PDHC 2 foi possível:

Tudo, pois não tinha nada. Foi possível construir um galinheiro, que antes não tinha. Atualmente, tenho cinco cabeças de galinha, dois franguinhos para virar galos e reproduzir, e uma galinha que está em minha mãe, pois terá pintinhos. E meu galinheiro está bem-feito. [...] São diretamente para o consumo da família mesmo. (Comunitária)

Com o auxílio do PDHC 2, aporte em infraestrutura, animais, conhecimentos e o acompanhamento da ATER, foi possível para a família iniciar a criação de galinhas e a produção de ovos. Situação semelhante, dessa vez com a família retomando a atividade, foi anteriormente citada neste relatório.

Entre os comunitários, foi possível também identificar melhorias na avicultura em famílias que já dispunham de galinhas: "Anteriormente nós não tínhamos a intenção de construir um galinheiro e isso foi possível graças ao projeto. Anteriormente a criação ficava na chuva, hoje não mais. Tem o espaço certo e coberto, o ambiente para eles ficou muito melhor." (Comunitária).

A infraestrutura proporciona melhorias e a própria criação de galinhas por algumas famílias, como visto.

Entre os entrevistados, o acesso a informações por meio das ações da ATER foi considerado importante e ressaltado nas entrevistas. Na avicultura, a possibilidade de produção de ração na própria propriedade, com base em espécies do semiárido, é uma das técnicas disseminadas pelo PDHC 2, que contribuem para a autonomia dos sistemas.

Questionada sobre os aportes do projeto para a avicultura, além dos animais e da infraestrutura, uma das entrevistadas respondeu: "Ajudou-nos na produção também. Inseriu umas plantas novas, como a palma, que já plantamos, mas ainda não deu colheita. Plantamos antes da chuvada e ainda virão." (Comunitária).

Em uma das famílias entrevistadas, o farelo produzido inicialmente com o objetivo de alimentar a sua própria criação de galinhas teve o seu excedente comercializado localmente, na vizinhança. Isso possibilitou a geração de recursos financeiros por meio de uma ação, a produção artesanal de farelo, não inicialmente projetada com esse objetivo. A renda obtida permitiu ao casal de comunitários visualizar um produto comercializável e o que seria necessário para expandir essa atividade: "Se eu tivesse com a forrageira eu estava conseguindo vender muito" (Comunitário).

Além do farelo, a comercialização local de ovos, apoiada pelo PDHC 2, também é realizada: "Eu vendo na vizinhança, que vem buscar aqui mesmo, porque o ovo na feira sai por R\$ 0,70 e eu vendo a R\$ 0,50, dessa forma eles vêm buscar aqui mesmo. Não compensa ir negociar mais longe. E muita gente compra de mim para comer, principalmente." (Comunitário).

A diferença do valor de venda dos ovos entre a feira e o obtido na localidade, segundo o agricultor, não compensa seu deslocamento e representa um melhor preço para os compradores locais. Os clientes da vizinhança, como mencionado acima, adquirem o produto para consumo próprio. Dessa maneira, o impulso da avicultura pelo PDHC 2 resulta não apenas em melhorias

na segurança alimentar e renda das famílias diretamente envolvidas, como também fortalece o acesso de outros moradores próximos à produção e a preços mais baixos.

Sobre a criação de galinhas implementada pelo PDHC 2, a entrevistada abaixo menciona o destino da produção obtida, a comercialização local dos animais e o consumo pela família:

Não tínhamos criação de animais e o projeto ajudou a comprar caprinos e galinhas, além das instalações para os animais também. As aves são para venda e algumas para a alimentação da casa também. Tenho perto de 18 galinhas atualmente e três cabeças de caprinos. [...] Tenho que ir até a cidade vender os produtos, porém a criação de galinha nós vendemos aqui mesmo, na comunidade, a R\$ 35,00 cada. (Comunitária)

A fala acima permite destacar o papel do projeto na obtenção dos ativos necessários para as atividades de criação de pequenos animais: as galinhas e caprinos e a infraestrutura necessária. Esses aportes foram mencionados por outras famílias, referindo-se também a aspectos relativos ao manejo dos animais e às informações obtidas por meio das ações da ATER. Assim, para a caprinocultura, nas visitas de campo realizadas, foram citadas as mesmas contribuições do projeto: animais, infraestrutura e informações sobre manejo e fontes locais para a alimentação dos animais: "Com relação às cabras, anteriormente elas ficavam todas agrupadas no mesmo local e isso influenciava em muitas coisas, por

exemplo, na demora que havia para que ficassem prenhas. E hoje é diferente, as separamos e isso auxilia no processo.” (Comunitária).

Aspectos de manejo somados à disponibilidade de estruturas adequadas para a sua implementação permitem melhorias na atividade e são resultados da atuação do PDHC 2. Com relação ao manejo vegetal e ao uso de espécies do semiárido e/ou as que os comunitários dispõem para a alimentação animal, a mesma entrevistada comenta sobre a utilização da palma forrageira: “A palma que plantávamos antes era diferente. Até na maneira que nós trabalhávamos com ela. A que plantamos atualmente julgo ser até 10% melhor que a anterior.” (Comunitária).

O acesso a uma nova variedade de palma e a informações sobre o manejo da cultura foi também possibilitado pelas ações do projeto, impactando positivamente a atividade de criação de animais. As mudas de palma foram obtidas pela ATER em uma parceria com o IPA.

A situação de vulnerabilidade das famílias amplifica a necessidade de adotar estratégias nas atividades de criação que potencializem a utilização dos recursos disponíveis e que explorem as potencialidades do semiárido. Assim, essas opções são trabalhadas pela ATER não apenas para a alimentação, mas no manejo sanitário, como a citada folha de bananeira.

O incentivo ao cultivo de palma mediante o acesso a essas plantas, conciliado ao trabalho conjunto com a ATER, foi mencionado em várias oportunidades pelos entrevistados: “Ganhei, sim, mudas de palma, que já plantei e está grande. Utilizamos para alimentação animal” (Comunitária).

Outra técnica trabalhada pela ATER e inserida no manejo nutricional dos animais de criação e na produção local de fontes alternativas é a produção de sal mineral. Essa possibilidade e a diversificação da alimentação animal foram mencionadas, destacando, novamente, a atuação da Assessoria Técnica:

A alimentação e nutrição animal, onde nós temos um trabalho bastante significativo. Porque a alimentação dos animais era só capim e hoje a gente tem uma técnica muito bacana de fazer sal artesanal, o farelo da palma para as galinhas, o farelo do mandacaru. (Mediadora Técnica)

Por meio de conhecimentos e atividades práticas facilitadas pela ATER, uma das entrevistadas mencionou ter passado a produzir o sal mineral de forma artesanal. As atividades por ela conduzidas são compartilhadas em sua propriedade, que é uma unidade de referência. Nessas ocasiões, ela diz: “Consigno mostrar como faço a alimentação dos animais, por exemplo. Nessa nova maneira de trabalhar que pude aprender nesse período. Manejo dos animais, como conviver com a seca etc.” (Comunitária). Uma “nova maneira de trabalhar”, resultado da interação com a ATER, envolvendo o manejo dos animais e a convivência com o semiárido.

A utilização de espécies vegetais do semiárido na alimentação animal contemplou ainda o feno de catingueira, que pode ser utilizado para caprinos e ovinos. A adoção de fontes locais para a alimentação animal “mostra o quanto é importante aprender a utilizar os recursos que estão presentes na região” (Mediadora Técnica). Observa-se que uma série de técnicas que envolvem a utilização de espécies vegetais do semiárido e outras disponíveis localmente para a alimentação e manejo animal foram implementadas pelo PDHC 2. Diante dos escassos recursos financeiros das famílias do projeto, do mencionado custo da alimentação animal e das possíveis opções locais, a adoção de tais técnicas ganha maior significância.

A produção de hortaliças figura, entre as atividades produtivas trabalhadas pelo PDHC 2, de forma vinculada à segurança alimentar e, quando possível, à comercialização de excedentes. Entre os entrevistados, a diversificação de espécies, possibilitada pelas atividades facilitadas pela ATER, foi citada envolvendo trocas entre comunitários e o aporte pela assessoria de sementes e mudas. Refletindo sobre melhorias na alimentação familiar, derivadas do trabalho com o projeto, uma das entrevistadas cita as hortaliças, as frutas e a comercialização de parte da sua produção:

Atualmente [produzo] hortaliças, frutas como mamão e goiaba. Também consigo comercializar muitos deles, como cebolinha, alface, pimentão, repolho, couve, os quais eu comercializo utilizando um carrinho de mão e sozinha, através de umas duas horas de trajeto, ida e volta. E geralmente consigo vender toda produção.

Vendo de casa em casa e consigo um capital considerável, pois já tenho clientes conhecidos. Já se levasse até a feira, há muita concorrência e, portanto, uma queda nos valores que posso obter. (Comunitária)

A segurança alimentar da família é fortalecida pelo incremento e diversificação da produção, com a comercialização de alguns produtos. Novamente é mencionada a comercialização local, em um “trajeto de umas duas horas de ida e volta”, agregada, nesse caso, pela vantagem na obtenção de melhores preços.

Na perspectiva de convivência com o semiárido, com o objetivo de melhorar o uso e a estocagem do recurso hídrico, a ATER incentivou na horticultura a utilização de canteiros econômicos para os cultivos. A base do canteiro é forrada com cimento ou lonas, aumentando a retenção e a economia de água. Em algumas situações, esse tipo de canteiro viabiliza a produção de hortaliças.

A estocagem de sementes crioulas foi igualmente incentivada pela ATER:

E fazemos questão de colocar isso para todas as famílias, seja nas visitas individuais, seja nas formações práticas com as famílias, passando para elas estratégias, seja de como ter sua própria semente, pois são sementes adaptadas à nossa região. São sementes que passam de geração para geração e isso dá uma maior autonomia, pois a família não precisa ir até a cidade comprar depois que vem as chuvas. [...] Portanto, sempre estimulamos eles terem suas próprias sementes. (Mediadora Técnica)

Além da importância estratégica, a troca de sementes, como já visto, inclui-se nas ações facilitadas pela assessoria técnica.

Entre as experiências visitadas, por meio de técnicas implantadas em diálogo com a ATER, um casal de agricultores, produtores de maracujá, obteve resultados na diminuição do uso, melhor aproveitamento da água e na conservação dos solos. Como técnicas utilizadas, foram citadas a diminuição do espaçamento entre plantas, o plantio de duas mudas por cova, a utilização de um retentor de água ao redor das mudas para melhorar o aproveitamento da água da irrigação, a manutenção da cobertura vegetal do solo e a introdução de outras espécies, em um sistema tipo SAF.

O PDHC 2, nas experiências visitadas, desenvolveu ações que resultaram na melhoria e mesmo na implantação de atividades produtivas em diálogo com uma abordagem de convivência com o semiárido e

com a situação de vulnerabilidade do público alcançado. A estratégia de atuação do programa, envolvendo o acesso a ATER e, em parte dos casos, o fomento rural, mostrou-se importante. A possibilidade de iniciar, retomar ou mesmo impulsionar uma atividade produtiva entre as famílias em maior vulnerabilidade esteve, como acima demonstrado, ligada aos investimentos financeiros propiciados pelo projeto em animais e infraestrutura. A ATER, da mesma forma, teve sua contribuição fundamental expressa pelos entrevistados por meio da possibilidade de desenvolver e trocar conhecimentos. As variadas técnicas de convivência com o semiárido, mobilizadas pela ATER, garantem o diferencial da atuação realizada.

A segurança alimentar foi destacada nas diferentes interlocuções da pesquisa de campo.

Assim:

[...] tem-se como meta do projeto trabalhar a segurança alimentar. Até porque temos um perfil de público em que o objetivo era esse. Então, a gente identificou, por exemplo, famílias em que o fomento rural que eles receberam teve uma efetividade sobre isso, com a criação de pequenos animais para o consumo, produção de ovos para o consumo de casa. Pessoas que ralavam manualmente a mandioca para fornecer a farinha e vender em algum lugar ali mesmo, e que conseguiram, com o fomento, comprar uma máquina que acelerou o processo de produção. Disso, ele conseguiu vender e com isso comprar mais alimentos. [...] nós tivemos a propagação de hortas para o consumo e venda dos excedentes. (Gestora, UGP)

Trabalhar a segurança alimentar é, dessa forma, um objetivo vinculado ao perfil do público e resulta na produção e diversificação de alimentos para o consumo, com a possibilidade de comercialização, e no incremento alimentar derivado de atividades que propiciam impactos diretamente na renda familiar. Segurança alimentar e renda familiar são, desse modo, aspectos que se articulam no PDHC 2.

Segundo uma das entrevistadas:

A gente leva o incentivo de que primeiro eles precisam ter a alimentação. A qualidade de vida, ela parte do momento em que o agricultor passa a ter alimentação na sua mesa, diversidade alimentar, frutas, verduras, e beneficiamento também. Primeiro ele pensa na sua alimentação e da sua família, e o que ele comercializa vai ser o excedente, para eles terem outros sonhos, fazer a venda e troca de produtos. (Mediadora Técnica)

A garantia da segurança alimentar foi o foco de trabalho adotado. O PDHC 2, nas experiências visitadas, teve como resultado o incremento da segurança alimentar das famílias, expresso nas palavras dos comunitários mediante as referências aos impactos positivos na produção, passando por sua diversificação. Esses resultados passam pela inclusão produtiva:

A inclusão, de um modo geral, é essencial, mas a inclusão produtiva é fundamental para garantir a sustentabilidade da família naquele território. A inclusão produtiva para elevação da segurança alimentar e para a comercialização, gerando excedentes e trazendo renda para a família. (Gestora, UGP)

A comercialização de produtos está relacionada aos resultados alcançados: produção de excedentes, melhorias nas atividades produtivas, ou mesmo a possibilidade de realizá-las, diversificação de produ-

tos e beneficiamento de alguns deles. Esses resultados estão vinculados à “oportunidade” de trabalhar com o PDHC 2, que resulta na possibilidade de realizar a “experiência em comercialização”:

O principal a ser destacado é que o produtor precisa de uma oportunidade. Quando um projeto deste chega, é essa a oportunidade que estava esperando, que antes não tinha acesso. Portanto, muitas famílias que ainda não tinham essa experiência de comercialização e hoje estão tendo essa experiência em comercialização. (Mediadora Técnica)

Como instâncias de comercialização, destacaram-se os mercados locais, comunitários, de vizinhança e as feiras. As ações do PDHC 2 propiciaram o impulso nas duas situações, conforme informações de campo e o observado nas experiências visitadas.

A utilização de mercados locais comunitários foi citada entre os entrevistados, como já apresentado, representando o destino de parte da produção familiar de galinhas, ovos e hortaliças. Vantagens da comercialização nessa instância foram apresentadas nas falas, descrevendo a obtenção de melhores retornos na venda local de seus produtos. A possibilidade de produzir e comercializar excedentes, mesmo na instância local, foi um dos resultados alcançados pelo PDHC 2. As ações do PDHC 2 promovem impactos não apenas na segurança alimentar das famílias, como também contribuem com o mesmo aspecto em nível comunitário, das localidades, por meio da ampliação e diversificação da produção, da comercialização e das trocas.

A comercialização em feiras está relacionada, no escopo da avaliação realizada, à atuação do PDHC 2 na integração dos comunitários nesses espaços, na contribuição do projeto para o aumento e diversificação dos produtos e no aporte da ATER para a formação desses espaços em nível territorial. No que se refere à formação de feiras, a atuação da ATER promoveu a criação de uma feira territorial articulando vários municípios.

A comercialização é também uma experiência compartilhada pelas unidades de referência. Uma das jovens entrevistadas descreveu o apoio dado pela ATER para que começasse a vender sua produção de maracujá na feira: “Quando a gente iniciou no projeto, começamos com a [ATER] me falando sobre a feira e eu fiquei um pouco insegura pela dificuldade de falar em público, mas foi indo” (Comunitária).

Partindo de uma insegurança inicial, a jovem agricultura passou a comercializar sua produção na feira e a diversificar os produtos:

Inicialmente ela levou o maracujá. Na segunda semana já levou o suco da fruta e nas outras feiras levou a polpa do maracujá, picolé de maracujá, mousse. E então, todo o receio do começo foi transformado em bons resultados. Portanto, o que os agricultores mais necessitam é de uma oportunidade. (Mediadora Técnica)

A atuação da ATER foi desencadeadora da participação da jovem agricultora na feira, resultando no beneficiamento da sua produção, com a diversificação dos produtos comercializados. A jovem agricultura criou ainda um rótulo para a identificação de seus produtos.

Essa experiência passou a ser compartilhada nas ações facilitadas pelo PDHC 2 e em outras instâncias, como uma escola, onde a agricultora passa: “Um pouco da experiência de ir à feira, como vendedora” (Comunitária).

Outra jovem entrevistada teve contato com o projeto em um evento sobre comercialização facilitado pela ATER. Incentivada a participar do PDHC 2, em diálogo com a assessora técnica, a agricultora produziu derivados da mandioca do seu quintal, como beiju e bolo, para comercialização na feira municipal. O faturamento obtido compensou o investimento feito. Por causa do projeto, a jovem pôde diversificar e ampliar suas atividades produtivas com avicultura, caprinocultura e hortaliças. A melhoria da segurança alimentar e a comercialização de produtos na feira e no âmbito local passou a integrar as fontes de renda familiar. Deve-se considerar que a jovem em questão já havia emigrado para centros urbanos, retornado para a comunidade e planejava fazer uma nova tentativa de morar na cidade. Na composição de sua renda, figuram a venda de diárias de trabalhos vinculados às atividades agrícolas e a atuação como servente de pedreiro, atividades nas quais obtém uma remuneração inferior à recebida pelos homens. As ações do PDHC 2 contribuíram para o fortalecimento das atividades produtivas, para a segurança alimentar e geração de renda e para que a família pudesse continuar na região.

A geração de renda é considerada pelos entrevistados como um resultado do PDHC 2. Como demonstrado até aqui, esse aspecto se relaciona à segurança alimentar das famílias. A produção excedente e diversificada é comercializada em nível local ou em feiras e passa a integrar a renda familiar. Outra forma de geração de renda resultante do PDHC 2 ocorre por meio de produtos e seus derivados, produzidos com o objetivo direto de comercialização. Finalmente, possibilidades não planejadas de retorno financeiro foram identificadas. A venda do farelo excedente para a alimentação das galinhas é uma delas. Outra possibilidade verificada deve-se à capacitação do mesmo agricultor na vacinação de animais. Instrumentalizado com esse conhecimento, ele passou a vender diárias para realizar a vacinação de animais.

A melhoria na renda familiar era uma expectativa e foi alcançada: “esperava melhorar a renda e a produção e pudemos alcançar essa melhora. Conseguimos até comprar o que faltava” (Comunitária). A entrevistada em questão produzia apenas para o consumo próprio. Com o PDHC 2, ela pôde aumentar, diversificar sua produção e comercializar parte dela, integrando a renda familiar. Da mesma forma, outro comunitário comenta: “Eu só pensava em experimentar e se der certo está bom. Queria trabalhar para que minha renda pudesse subir e, assim, hoje eu sou parceiro deles e vi o resultado” (Comunitário). A comercialização de produtos agrícolas foi observada em todas as experiências visitadas. Esse é um elemento que ganha importância em um contexto no qual o PDHC 2 alcança famílias em situação de vulnerabilidade social, uma vez que propicia fontes de renda advindas da sua produção e, assim, contribui para a renda familiar, que pode contar com diferentes fontes em sua composição, como foi visto, envolvendo desde a venda de mão de obra até o recebimento de benefícios sociais.



Quadro 6: Principais Resultados Projeto Dom Helder Câmara 2

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO DOM HELDER CÂMARA 2



PÚBLICO ALCANÇADO:

15.529 famílias nos projetos produtivos (fomento). No total, contemplando ATER: **54.510** famílias.

- Alcance de um público em situação de vulnerabilidade social e extrema pobreza. Estratégia- Resultado.



JUVENTUDES:

11.033 jovens responsáveis pelas unidades de produção.



COMUNIDADES TRADICIONAIS:

2.918 famílias quilombolas e 346 famílias indígenas.



EQUIDADE DE GÊNERO:

46.631 mulheres responsáveis pelas unidades de produção.



POLÍTICAS PÚBLICAS:

Alcance de um público que está invisibilizado ou com acesso restrito às políticas públicas. Emissão de DAPs, acesso ao Bolsa Família.

- Assessoria Técnica Contínua: Aporte de informações/conhecimentos. Visibilização das comunidades e facilitação das interlocuções com outros atores sociais e institucionais. Associação das ações do projeto com outras atividades da prestadora de ATER, amplificação das ações.

PRINCIPAIS RESULTADOS ALCANÇADOS – PROJETO DOM HELDER CÂMARA 2



ATIVIDADES/CADEIAS PRODUTIVAS:

- Avicultura, caprinovinocultura e suinocultura: atividades mais recorrentes no projeto.
- Melhorias nas atividades produtivas, ATER e ATER fomento.
- Avicultura: aumento da produção e viabilização da condução da atividade. Disseminação de técnicas de produção de ração na própria propriedade, com base em espécies do semiárido. Contribuição para a autonomia dos sistemas produtivos.



- Caprinocultura: melhorias no manejo das criações e na estrutura utilizada. Disseminação de técnicas que envolvem a utilização de espécies vegetais do semiárido e outras disponíveis localmente para a alimentação e manejo animal. Incremento da segurança alimentar das famílias e das comunidades, aumento da produção e diversificação.

- Impulso aos mercados locais, comunitários e feiras, ampliação e diversificação da produção, da comercialização e das trocas.

- Melhorias na comercialização em canais locais, comunitários e nas feiras. Incentivo para a comercialização.



- Impacto na renda familiar associado à segurança alimentar. Aumento da produção de excedentes. Diversificação da produção. Beneficiamento da produção. Maior participação das atividades produtivas na composição da renda familiar.





CONCLUSÕES



As considerações a seguir apresentadas se baseiam na avaliação dos projetos FIDA no Brasil de forma conjunta, partindo das diferentes experiências e da análise, feita sobre cada projeto, realizada nesta avaliação.

- Constatou-se que os projetos FIDA no Brasil alcançaram um público diverso. Considerando-se as situações de vulnerabilidade social, no conjunto dos projetos, observaram-se iniciativas com indivíduos e coletivos em maior vulnerabilidade e outros mais bem estruturados. Isso está refletido em aspectos como organização social, acesso a políticas públicas, a ATER, sistemas produtivos. Considerando-se a diversidade interna da categoria agricultura familiar e dos seus segmentos em situação de vulnerabilidade, observou-se que os projetos FIDA no Brasil, em seu conjunto, produziram experiências que desenvolveram estratégias de atuação capazes de serem aproveitadas em outras iniciativas voltadas para esse público. Esse aspecto destaca-se, principalmente, em sua contribuição para ações com as famílias em situação de maior vulnerabilidade, cuja inclusão mantém-se um desafio.
- Entre os públicos prioritários, a avaliação realizada identificou resultados mais expressivos em relação às mulheres, por meio de sua inclusão direta e titularidade nos projetos produtivos. A ampliação da visibilidade das mulheres nas ações voltadas para o meio rural foi alcançada, contribuindo para o empoderamento feminino. Além disso, no conjunto das iniciativas do FIDA, alguns projetos conseguiram avançar em relação à equidade de gênero, incluindo em suas ações atividades que abordam esse tema e outros assuntos importantes para as mulheres. A representatividade foi um resultado alcançado mediante a inclusão de mulheres nas equipes técnicas. As assessorias técnicas específicas, adotadas e mantidas pelos projetos, mostraram-se relacionadas à obtenção de resultados ampliados para além da inclusão direta das mulheres nos projetos produtivos.
- Considerando as populações tradicionais, algumas iniciativas atuaram com especificidades desses grupos, além de outras atividades dos projetos, dando suporte aos processos de autorreconhecimento e reconhecimento, tanto em nível local quanto estadual e federal. A escassa atuação de assessorias técnicas com esse público e um cenário de restrita inserção dessas populações nas políticas públicas para a área rural tornam extremamente relevantes as experiências implementadas pelos projetos do FIDA. A abordagem de particularidades desses coletivos, como os processos de reconhecimento, somam-se à importância dessas iniciativas.
- Com relação às juventudes, sua inclusão nas ações dos projetos deixa algumas experiências. Uma delas é a atuação desses jovens em parceria com as equipes técnicas. Os projetos desenvolveram diferentes iniciativas nesse sentido, como a oportunidade de uma atuação remunerada com as assessorias.
- Com relação às organizações sociais formais, ou seja, associações e cooperativas, a grande maioria das ações envolveu as primeiras. Situações de fragilidade dessas organizações, e mesmo de não pertencimento dos indivíduos a elas, foram encontradas na execução das ações. Considerando que os convênios são realizados por meio das associações, identificou-se que elas foram utilizadas por todos os projetos estaduais. A fragilidade descrita acompanhou experiências que resultaram na reestruturação e fortalecimento das associações ou, inclusive, na sua formação. Diferentes formas de atuação e estratégias foram utilizadas nessas mobilizações. Essas experiências podem ser utilizadas em outras iniciativas, aportando alguns elementos interessantes, como tempo de atuação junto aos coletivos sociais para construir essas organizações, necessidade de uma atuação próxima, desconfianças das comunidades em relação às iniciativas externas, bem como o aporte necessário para que essas organizações se fortaleçam. Na avaliação realizada, algumas experiências deixam esse legado.

- A diversidade do público em relação ao acesso às políticas públicas é expressiva e representa uma rica bagagem a ser aproveitada por iniciativas posteriores. No conjunto dos projetos FIDA, atuou-se, entre outros, com pessoas e coletivos sociais que não possuíam qualquer experiência anterior de acesso a esses instrumentos, mesmo considerando-se políticas sociais como o Bolsa Família. Algumas experiências conseguiram acessar e trabalhar com esse público específico. Situações de acesso anterior, vinculado apenas a iniciativas do campo social, também foram contempladas entre os projetos do FIDA no Brasil. Da mesma forma, atuou-se com pessoas e grupos com acesso anterior ao Pronaf, nas suas categorias mais fragilizadas e em outras um pouco mais estruturadas.
- A ATER encontra a mesma diversidade entre os projetos. As experiências implementadas contemplam atuações contínuas, trabalhando tanto aspectos técnicos e produtivos como sociais. Essa abordagem impacta a equipe técnica, desde a UGP até as assessorias, situações intermediárias, como desenhos que conciliam esse diálogo técnico produtivo-social por meio da equipe dos projetos, até modelos que trabalharam de forma mais direcionada para as atividades produtivas. Essa diversidade segue a do público alcançado, resultando em um conjunto de experiências que podem ser aproveitadas em outras políticas públicas.
- Com relação aos sistemas produtivos, observou-se que ações de abordagens mais diversas se adequaram melhor às condições das famílias mais vulneráveis que mobilizam várias atividades, formas de atuação, na busca da sua reprodução. Em situações mais estruturadas, foi possível identificar experiências nas quais o projeto fortalece uma determinada atividade, que torna-se a fonte principal de renda familiar. Observaram-se experiências que incentivaram e implementaram ações voltadas para os sistemas produtivos, permitindo a elas uma maior resiliência e maior autonomia. Entre essas ações encontram-se as forragens nativas e as adaptadas, as tecnologias sociais, a apicultura/meliponicultura. Os projetos resultaram em melhorias dos sistemas produtivos. Essas ações somam-se como experiências de interesse para a convivência com o semiárido.
- O fortalecimento dos quintais produtivos e da avicultura foi observado. As duas atividades ganharam em expressão e visibilidade com os projetos do FIDA. Essas atividades estão diretamente relacionadas à segurança alimentar e à atuação das mulheres. Os resultados observados relacionam as duas atividades a melhorias na segurança alimentar e em sua contribuição para a inclusão e valorização das mulheres.
- As cadernetas agroecológicas contribuíram não apenas para visibilizar e valorar a produção dos quintais no autoconsumo pela família e pela comunidade, mas também as atividades das mulheres.
- As ações de ATER resultaram no acesso das comunidades a informações, produtivas e não produtivas, com muitas menções a isso pelos comunitários. Os investimentos materiais, em estruturas, equipamentos, animais, entre outros, foram igualmente importantes. Foi possível observar que uma atuação que concilie assessoria e investimentos configura o melhor modelo de atuação, especialmente nas situações de famílias em maior vulnerabilidade.
- Em termos de renda familiar, os impactos foram observados de forma direta pela geração de recursos financeiros; por meio da realização de investimentos próprios nas atividades produtivas pelos comunitários; pela redução de formas de ocupação/geração de renda de alguns comunitários, que passaram a se dedicar mais ou exclusivamente aos próprios sistemas produtivos; e por meio do for-

talecimento da produção para consumo das famílias. O consumo da produção familiar, incrementada pelos projetos, ganhou maior visibilidade e importância mediante a adoção das cadernetas agroecológicas.

- A presença e utilização dos mercados locais, e de nível local comunitário, destacou-se na avaliação realizada. Os canais comunitários de comercialização ganham importância em situações de maior vulnerabilidade social. Um dos projetos investiu em uma ação voltada para a comercialização comunitária, experiência que pode ser disseminada em outros projetos. Observou-se que as assessorias estiveram envolvidas, em alguns projetos, em formação de feiras, com a inserção de comunitários. Fortalecimento e diversificação da produção também impactaram a comercialização.
- Resultados de fortalecimento das comunidades, em aspectos produtivos, sociais e econômicos, foram observados não apenas envolvendo pessoas diretamente participantes dos projetos. O legado dos projetos FIDA amplia-se para o fortalecimento dos coletivos sociais por meio dos ganhos em capital social, da circulação de informações/conhecimentos e da dinamização da produção local.

ANEXOS

Quadro 7: Entrevistas realizadas

| Projeto | ENTREVISTAS (INDIVIDUAIS E COLETIVAS) | | |
|-------------------------|--|----------------------------------|---|
| | GESTORES | ATER | PARTICIPANTES COMUNIDADES |
| | Coordenadores, Assessores, Especialistas, Consultores | Mediadores/ Assessores Técnicos | Comunitários |
| Procasa | 2 Gestores 1 Gestora 1 Assessora 1 Consultora 1 Gestora URGP 1 Gestor URGP 2 Mobilizadoras Sociais | 1 Mediadora Técnica | 2 Mulheres 3 Mulheres Quilombolas 1 Jovem Mulher 1 Quilombola 1 Jovem 1 Quilombola 1 Homem (2 Comunidade Quilombola) |
| Total | 9 | 1 | 8 |
| Viva o Semiárido | 2 Gestores 1 Gestora (SEDUC) | 1 Mediador Técnico (Coordenador) | 1 Mulher 1 Mulher Quilombola 3 Homens (1 Comunidade Quilombola) |
| Total | 3 | 1 | 5 |

| | | | |
|---------------------------------|--|---|---|
| Paulo Freire | 3 Gestoras | 4 Mediadoras Técnicas 1 Assessora 4 Mediadores Técnicos | 4 Mulheres 1 Mulher Quilombola 1 Jovem Mulher 3 Homens (1 Comunidade Quilombola) |
| Total | 3 | 9 | 9 |
| Dom Távora | 3 Gestores 1 Gestora 4 Especialistas 1 Contador | Especialistas/UGP | 1 Jovem 3 Mulheres |
| Total | 9 | - | 4 |
| Pró-Semiárido | 3 Gestores 2 Gestoras 1 Gestora (Consórcio São Francisco) 1 Assessora | 1 Mediadora Técnica 1 Mediador Técnico 1 Mediador Técnico (Consórcio São Francisco) | 1 Agente Comunitária Rural 2 Mulheres Quilombolas 1 Mulher Comunidade Fundo de Pasto 1 Jovem Mulher Comunidade Fundo de Pasto 1 Homens Quilombola 1 Homem Comunidade Fundo de Pasto (2 Comunidades Quilombolas e 2 Comunidades de Fundo de Pasto) |
| Total | 7 | 3 | 8 |
| Dom Helder Câmara Fase 2 | 1 Gestora 1 Gestor | 2 Mediadoras Técnicas | 1 Mulher 2 Jovens Mulheres 2 Mulheres Quilombolas 1 Homem Quilombola 2 Homens (1 Comunidade Quilombola) |
| Total | 2 | 2 | 8 |
| Total Geral: | 23: 16 Mulheres | 16: 9 Mulheres | 42: 27 mulheres |

Fonte: elaboração própria

BIBLIOGRAFIA

ARMANI, Domingos. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Tomo Editorial. Porto Alegre, 2009

COLOGNESE, Silvio Antônio; MÉLO, José Luiz Bica de. A técnica da entrevista na pesquisa social. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert & CORRÊA, Maíra Baumgarten (Orgs.). Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998. pp. 143-159. (Cadernos de sociologia, v.9)

CORTES, Soraya M. Vargas. Técnicas de coleta e análise qualitativa de dados. In: BAETA NEVES, Clarissa Eckert & CORRÊA, Maíra Baumgarten (Orgs.). Pesquisa social empírica: métodos e técnicas. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 1998. pp. 11-47. (Cadernos de sociologia, v.9).

FIDA. O FIDA no Brasil. Estratégias para promover o desenvolvimento rural no Nordeste. Salvador, 2016.

FIDA; Estado de Sergipe. Negócios rurais para pequenos produtores Projeto Dom Távora. Relatório de Desenho Final do Projeto. Relatório principal. Sergipe, 2010.

FIDA; Governo do Estado da Paraíba. Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Cariri e Seridó (PROCASE). Relatório de Desenho Final do Projeto. 2009.

FIDA; Governo do Estado do Piauí. Projeto de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido Viva o Semiárido. Relatório de Desenho do Projeto. s/d.

FIDA; Governo do Estado do Ceará. Projeto de Desenvolvimento Produtivo e de Capacidades - Projeto Paulo Freire. Relatório Final. 2013.

FIDA; IPC-IG. Projeto Avaliação de Impacto dos Programas do FIDA no Brasil. Produto 4: Estudo da Linha de Base do Projeto Pró-Semiárido (Bahia). 2019

FIDA; República Federativa do Brasil. Articulação e diálogo sobre políticas para reduzir a pobreza e desigualdade no Nordeste Semiárido. Projeto Dom Helder Câmara, segunda fase. Relatório de desenho final do Projeto. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Monitoramento e Avaliação de Programas Sociais – uma introdução aos conceitos e técnicas. Editora Alínea. Campinas, 2016.

